

# PÁGINAS a&b

arquivos & bibliotecas

24

2025 SÉRIE 3

2025 está prestes a terminar e é altura de disponibilizar *online* o segundo número regular de *Páginas a&b*. Mais uma vez este ano, a revista publicou três números, os dois habituais e um número especial com os textos do VII *Workshop* de Pós-graduação em Ciência da Informação (WPGCI), reforçando assim a colaboração com o Grupo de Trabalho de Ciência da Informação (GT-CI) da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação (SOPCOM). Cada número extra é um esforço acrescido, mas compensador, pois a revista vê crescer, número após número, o volume de submissões de trabalhos, sinal de que a sua qualidade é reconhecida na comunidade académica e profissional de Ciência da Informação (CI)

Além disso, nos últimos meses, foi também dado mais um passo para continuar a registar a revista em bases de dados prestigiadas, que disponibilizam informação em acesso aberto, como é o caso da Redalyc (Rede de Revistas Científicas de América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal), que indexa revistas de alta qualidade científica e editorial, especialmente interessante para o espaço ibero-americano. Feita a submissão, aguarda-se agora que o registo de torne efetivo.

O número que agora se publica congrega, na sua esmagadora maioria, trabalhos de autores do Brasil, pois infelizmente a produção científica dos docentes, investigadores, estudantes e profissionais portugueses continua escassa, pese embora o elevado número de mestres e doutores que têm vindo a ser formados desde 2008 e a quantidade de estudantes de pós-graduação que frequentam os cursos de CI nas instituições de ensino superior em Portugal. *Páginas a&b* aguarda ansiosamente por trabalhos desta vasta comunidade!

Neste número, temos, a abrir, um estudo muito interessante, de Freitas, Gomes e Souza, que nos dá conta da contribuição de ilustres especialistas europeus e americanos para a afirmação da CI no Brasil, historical que ajuda a conhecer melhor os fundamentos epistemológicos da área e a sua evolução.

Segue-se um conjunto de cinco artigos, que exploram temas da área dos arquivos, desde a participação dos cidadãos nos arquivos municipais portugueses (Alvim e Patrício) até à regulamentação legal dos arquivos comunitários no Brasil (Rangel), passando por aspetos mais técnicos, como a classificação (Souza), a avaliação e a seleção (Santos e Afonso) e a gestão de riscos (Menezes). A esses trabalhos somam-se ainda mais dois com estreita relação com os arquivos, um sobre questões do acesso público à informação (Arcanjo e Pinto) e outro sobre a preservação de acervos pessoais (Lima).

As relações entre informação, memória e poder são objeto de análise nos textos de Veronez Júnior, Lichucha e Teixeira, que abordam dimensões políticas, sociais e institucionais dos

---

arquivos, e de Sousa, Maramarque, Dal'Evedove e Santos, que discutem o papel da Biblioteconomia contra o “epistemicídio”, com enfoque no caso da Palestina.

Temos, depois, três trabalhos que se centram na análise e recuperação de informação de documentos menos comuns e que habitualmente não são objeto de interesse. Trata-se das “histórias em quadrinhos” (Bim e Tolare), das “partituras de flauta” (Aranha, Costa e Redigolo) e do “graffiti urbano” (Lira, Pajeú e Salceo), que pelas suas especificidades colocam problemas interessantes de tratamento, preservação e recuperação da informação.

Igualmente desafiadores são os problemas de indexação de “obras narrativas de ficção” (Guimarães, Mafra e Cordeiro) e a elaboração de políticas de indexação para situações específicas, como o estudo de caso de autoria de Pessoa e Felipe, que pode servir de exemplo para outras situações análogas.

Temos ainda um tema da maior atualidade – a desinformação –, tratado por Silva, Figueiredo e Padilha, que procuram perceber até que ponto esta problemática é objeto de estudo em trabalhos académicos da área da Biblioteconomia.

A encerrar esta longa lista de artigos, publica-se, na secção *a&b em aberto*, um estudo de Pinto, Santos, Silva e Chaves, ainda bastante incipiente (utiliza uma pequena amostra de estudantes de uma unidade curricular), mas já com resultados interessantes, sobre os impactos do ensino a distância no tempo da pandemia de COVID-19, nomeadamente procurando analisar os sentimentos desses estudantes, que estiveram sujeitos a ensino remoto.

Por fim, em *Debate e Crítica*, Borges oferece-nos uma revisão de uma obra sobre Parlamentarismo e Enciclopedismo, que é um convite à reflexão num tempo em que as democracias ocidentais se debatem com tantas ameaças e desafios.

Formulando votos de um Novo Ano com muita saúde, paz e alegria, despeço-me desejando que desfrutem de mais este extenso volume de *Páginas a&b*.

**Fernanda Ribeiro**

# A CONTRIBUIÇÃO DOS PROFESSORES ESTRANGEIROS PARA O DESENVOLVIMENTO DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO NO BRASIL

THE CONTRIBUTION OF FOREIGN PROFESSORS TO THE DEVELOPMENT OF INFORMATION SCIENCE IN BRAZIL

Vania Garcia de Freitas | Maria Nélide González de Gomes | Rosali Fernandez de Souza

<https://doi.org/10.21747/21836671/pag24a1>

**Resumo:** A Ciência da Informação recebeu a contribuição de professores estrangeiros na elaboração pedagógica do curso de Mestrado em Ciência da Informação, no Instituto Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, na década de 1970. Como objetivos específicos, este estudo buscou identificar esses professores, investigar sua formação e experiência acadêmicas, as disciplinas que lecionaram, os cursos que criaram e a produção intelectual de cada um. Visando entender o processo de institucionalização da área, foi feita uma investigação sobre o contexto histórico das políticas científicas em informação, ciência e tecnologia implementadas na pós-graduação, a infraestrutura e atuação do órgão que implementou o projeto experimental do curso e, principalmente, a contribuição desses professores por meio de revisão da literatura como parte das estratégias metodológicas. A partir dos resultados, concluiu-se que a colaboração científica internacional foi fundamental para a criação do primeiro Curso de Mestrado em Ciência da Informação do Brasil, América Latina e Caribe, possibilitando a formação profissional de novos bibliotecários, a continuidade da área e o desenvolvimento epistemológico em Documentação, Recuperação da informação, Bibliometria, Teoria da Classificação e Organização do Conhecimento.

**Palavras-chave:** Cooperação científica internacional; História da Ciência da Informação; Instituto Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação.

**Abstract:** Information Science received the contribution of foreign professors in the pedagogical development of the Master's course in Information Science at the Brazilian Institute of Library Science and Documentation in the 1970s. The specific objectives of this study were to identify these professors, investigate their academic training and experience, the subjects they taught, the courses they created and their intellectual production. In order to understand the process of institutionalization of the area, an investigation was carried out into the historical context of scientific policies in information, science and technology implemented in postgraduate studies, the infrastructure and performance of the body that implemented the experimental course project and, above all, the contribution of these professors by means of a literature review as part of the methodological strategies. Based on the results, it was concluded that international scientific collaboration was fundamental to the creation of the first Master's Course in Information Science in Brazil, Latin America and the Caribbean, enabling the professional training of new librarians, the continuity of the area and epistemological development in Documentation, Information Retrieval, Bibliometrics, Classification Theory and Knowledge Organization.

**Keywords:** International scientific cooperation; History of Information Science; Brazilian Institute of Library Science and Documentation.

## Introdução

Na década de 1950, em função da produção industrial dos países mais desenvolvidos, havia uma demanda por investimentos na capacitação de mão de obra qualificada de profissionais em informação científica e tecnológica (ICT) para suprir a carência de recursos humanos, não só no Brasil, mas em toda a América Latina. Entre as ações políticas

governamentais implementadas, foi criado o Instituto Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação (IBBD), em 1954, estimulado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), visando atender a essa exigência mercadológica (BICALHO, 2009).

O IBBB, atual Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), assim denominado desde 1976, constituiu-se em um território fértil para o fenômeno de transformação da informação em conhecimento, a partir da troca de experiências entre cientistas estrangeiros e professores brasileiros nos cursos de pós-graduação entre as décadas de 1950 e 1970. Este artigo aborda a importância da participação desses doutores estrangeiros no primeiro curso de Mestrado em Ciência da Informação do Brasil, América Latina e Caribe, cuja missão principal era dar treinamento técnico aos bibliotecários, direcionado para a questão mais necessária daquele momento: a informação científica e tecnológica com foco na indústria e no comércio (PINHEIRO, 2020).

A elaboração do projeto experimental do curso de Mestrado foi uma das ações estratégicas de políticas científicas para a pós-graduação e contou com o empenho das bibliotecárias Lydia de Queiroz Sambaquy, fundadora e primeira diretora do IBBB (1954-1965), e Célia Ribeiro Zaher, que também foi diretora entre 1972 e 1975. Célia tornou-se a coordenadora oficial porque era a única com doutorado (em Direito do Trabalho pela Fundação Nacional de Direito/UFRJ), e essa foi uma exigência prévia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) para o pleno funcionamento do curso (PINHEIRO, 2020). A implementação do curso contou com o apoio financeiro do Conselho Britânico e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), com o qual Célia Zaher fez as negociações políticas para que a emissão do diploma tivesse o reconhecimento e a garantia de pertencer à UFRJ (PINHEIRO, 2020). Entre os argumentos apresentados por Célia, um deles era que, se os professores nacionais não tinham o perfil tecnológico que o CNPq exigia para as cadeiras do Mestrado, naquele momento, professores de fora do país poderiam dar o curso. A formação com enfoque humanista dos cursos de Biblioteconomia do Brasil, proveniente da influência francesa, também foi um forte motivo para que o Mestrado fosse composto por doutores de áreas exatas para fortalecer o desenvolvimento científico e tecnológico do país (ZAHER, 1995).

Lydia Sambaquy e Jannice Monte-Mor, diretora da Biblioteca Nacional (1971-1979), pesquisaram modelos de Organização do Conhecimento (OC) em bibliotecas e centros de documentação dos Estados Unidos e de países da Europa, viagem esta que durou um ano e teve o apoio da UNESCO (ODDONE, 2006). A escolha pela Inglaterra e os Estados Unidos baseou-se na diversidade da formação dos professores e no fato de serem, principalmente, bibliotecários e cientistas da informação provenientes das melhores bibliotecas institucionais (ZAHER, 1995). O curso de especialização oferecido pelo IBBB, Curso de Documentação Científica (CDC), era voltado para a Classificação Decimal de Dewey (CDD), e o novo conceito de Documentação priorizando a informação em sua totalidade, em vez do livro, levava à necessidade de se conhecerem novos sistemas de classificação. A Federação Internacional de Documentação (FID) pretendia criar um sistema único de classificação e os ingleses poderiam ensinar uma visão mais conceitual, pois tinham uma base reflexiva sólida em Teoria de Classificação. Já os estadunidenses tinham a automação como referência e conheciam novos conceitos das técnicas de indexação e resumos, os quais seriam úteis para que os bibliotecários pudessem trabalhar, também, junto a editores na indexação de revistas (ZAHER, 1995).

Com o patrocínio financeiro do Conselho Britânico, da Fundação Ford e do CNPq, vieram ao Brasil, em momentos diferentes, os cientistas representantes dos Estados Unidos: os americanos Jesse Hauk Shera (1903-1982), James Whitney Perry (1907-1971), Jessica Melton Perry, La Vahn Overmyer (1910-2005), Bert Roy Boyce (1938- ), Allan Kent (1929-2006) e William Bill Goffman (1924-2000), os britânicos Derek de Solla Price (1922-1983) e Frederick Lancaster (1933-2013) e o croata radicado nos Estados Unidos, Tefko Saracevic (1930-2024); e os representantes da Europa: os britânicos Derek Austin (1921-2001), Douglas Foskett (1918-2004), Derek Langridge (1925-2000), Jack Mills (1918-2010), John Joseph Eyre (1918-2022) e Allan George Brown, o australiano Brian Vickery (1918-2009), a indiana Suman Datta e a alemã Ingetraut Dahlberg (1927-2017).

A missão anglófona que marcou o IBBD era composta por teóricos de instituições universitárias americanas e britânicas com formação em Engenharia, Computação, Administração, Química, Matemática, Biblioteconomia e Ciência da Informação. O que todos esses doutores tinham em comum era a experiência no desenvolvimento de pesquisas em documentação, serviços de bibliotecas e tecnologias voltadas para a recuperação da informação. Essa colaboração só foi possível graças ao acordo de cooperação internacional que a UNESCO havia firmado entre os países do Norte e os do Sul, em 1965, e que também beneficiou o Brasil.

O objetivo principal da pesquisa foi investigar a contribuição teórico-metodológico-pedagógica desses professores estrangeiros na elaboração e implementação do curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação/PPGCI/IBBD, permitindo que áreas epistêmicas se desenvolvessem no Brasil, como Recuperação da Informação, Bibliometria, Teoria da Classificação e Organização do Conhecimento e da Informação. O artigo aborda a metodologia utilizada inicialmente para a recuperação dos dados e organização dos temas que mais se destacaram; faz um resumo sobre a origem da CI, com seu devido embasamento teórico; e, finalmente, apresenta brevemente as linhas epistêmicas que tiveram a colaboração dos professores estrangeiros em seu desenvolvimento, dando destaque àqueles que tiveram uma contribuição mais expressiva.

### *Metodologia*

A pesquisa fundamenta-se em posicionamento científico, histórico e epistemológico, cujo recorte pelo estudo do primeiro curso de Mestrado em CI do Brasil, América Latina e Caribe, se justifica pela necessidade de análise da ocorrência do fenômeno da institucionalização da CI no Brasil. O período histórico escolhido para a recuperação dos dados, entre as décadas de 1950 e 1970, deve-se à criação do IBBD (1954) e do curso de mestrado (1970), momento em que também começa a ocorrer a chegada dos professores estrangeiros no Brasil. A partir da questão inicial “Qual a contribuição deixada pelos professores estrangeiros para o desenvolvimento da Ciência da Informação no Brasil, a partir do seu envolvimento no Programa de Pós-Graduação em Ciência e Informação (PPGCI/IBBD), na década de 1970?”, elaborou-se a hipótese de que o processo de institucionalização da CI se tornou possível após a implementação do curso de mestrado. No entanto, a necessidade de registro de informações históricas contextualizadas sobre essa colaboração, na primeira fase do curso de mestrado, motivou a presente investigação.

A metodologia escolhida para a coleta de dados baseou-se, num primeiro momento, no modelo de protocolo de Revisão Sistemática da Literatura (RSL) de Petticrew e Roberts (2006), cujas etapas de atividades basearam-se em quatro fases: definição das estratégias e dos critérios de busca; aplicação dos critérios de seleção; análise; e sintetização da recuperação. Esse modelo foi adaptado para atender às necessidades da pesquisa e servir de apoio para a formação do *corpus* inicial, visando recuperar achados relevantes e sem vieses. Foram utilizadas como bases de dados as bibliotecas digitais, os repositórios acadêmicos e as fontes bibliográficas da área (Web of Science, Scopus, Lisa, BENANCIB, Emerald, BRAPCI, CAPES, Scielo, Google Scholar, BDTD e RIDI), com o objetivo principal de recuperar publicações confiáveis e revisadas pelos pares.

Ao todo foram recuperados 90.604 documentos, entre artigos e outros formatos, nos quais foram aplicados os principais critérios de exclusão: os documentos repetidos, aqueles que não abordavam nenhum dos temas pesquisados ou algum elemento que não se referisse à população ou ao seu contexto, as publicações não revisadas pelos pares, aqueles que não citaram o IBBB e aqueles que não se referiam às décadas de 1950 e 1970. Após esse refinamento, restaram 84 documentos, dos quais 48 foram selecionados para compor o *corpus* inicial da análise, porque correspondiam aos critérios de inclusão: pesquisa primária e secundária, professores estrangeiros ou qualquer um dos nomes citados, contexto histórico, institucionalização da CI no Brasil, criação do IBBB e, principalmente, criação do curso de Mestrado em CI.

### **Embasamento teórico**

Visando à construção de um debate, buscou-se um diálogo com autores que pudessem contribuir com uma análise crítica sobre os diversos temas que o contexto da pesquisa abrange a partir de suas variáveis teóricas, como história, ciência, cooperação científica e interdisciplinaridade. Na história da Ciência da Informação, assim como ocorreu com outras áreas, também houve o questionamento de pensamentos e correntes teóricas que se desenvolveram de forma concomitante e levaram ao surgimento de novas áreas (KUHN, 1970). A CI brasileira absorveu em sua formação influências dos Estados Unidos, Grã-Bretanha e outros países da Europa, de diversas fontes e autores que contribuíram historicamente para a construção epistemológica da área em momentos diferentes (SOUZA, CARVALHO e RAMOS, 2020). O belga Paul Otlet, com seu *Traité de Documentation* (1934), e o russo Mikhailov (1958), com o projeto de uma nova disciplina, a *Informatika*, foram significativos para o campo e antecederam o período considerado o marco – década de 1960 – para a consolidação da área e sistematização das pesquisas teóricas (ARAÚJO, 2018).

Historicamente, a interdisciplinaridade da CI, segundo Pinheiro (1999), pode ser atribuída a certas mutações e tendências ao longo do tempo ou predominância de algumas disciplinas em correntes oriundas de países como os Estados Unidos e a antiga União Soviética. Pinheiro (2005:17) afirma que a “fase conceitual e de reconhecimento interdisciplinar” da CI ocorreria na conferência do Georgia Institute of Technology (ou Georgia Tech), em 1962, quando a disciplina foi formulada pela primeira vez; no *Relatório Weinberg: ciência, governo e informação*, nos Estados Unidos, em 1963; no trabalho *Informatika*, de Mikhailov (1966); no estudo de Rees e Saracevic (1967); e no artigo de Borko, *Information science: what is it?*. Na visão da vertente americana, a CI estava mais voltada para a Ciência

da Computação, a Cibernética e a Engenharia de Sistemas, mas também para a Biblioteconomia; já na antiga União Soviética, tendo Mikhailov como representante, houve uma concentração em áreas como Biblioteconomia, Psicologia, Linguística e Semiótica, mas também em tecnologia de computadores e na Cibernética (PINHEIRO, 1997).

A transferência de novas tecnologias de informação trazidas pelos professores estrangeiros para o IBBD, na década de 1970, era o que havia de mais moderno para a área naquele momento, como a produção em microfichas do Catálogo Coletivo Nacional de Publicações Periódicas (CCN), o desenvolvimento do formato CALCO (Catalogação Legível por Computador), as bibliografias especializadas nacionais computadorizadas, a internacionalização de bases de dados estrangeiras e o desenvolvimento de bases de dados nacionais (VIEIRA, 1995:2). Com base na afirmação de Thomas Kuhn (1989:35), de que “a tecnologia desempenha um papel vital no surgimento de novas ciências”, podemos dizer que esta foi uma ferramenta indispensável para quebrar paradigmas com a aplicação da informática e da eletrônica no desenvolvimento da CI. A abordagem de Kuhn ratifica a forma como a Ciência da Informação utilizou sistemas tecnológicos e conceitos de áreas exatas, de forma que a CI passasse a ser representada pela Recuperação da Informação e pelo armazenamento em computadores (ORTEGA, 2009:15). Rafael Capurro (2007), por sua vez, defende o questionamento teórico da moral diante do impacto das Tecnologias da Informação na sociedade, abordagem esta que dialoga com as preocupações éticas levantadas pelos membros do Classification Research Group (CRG), a principal equipe inglesa de Teoria da Classificação formada na década de 1950.

A apropriação e ressignificação de conceitos, práticas, métodos, teorias ou produtos oriundos de diferentes disciplinas científicas, assim como a interação social entre cientistas da engenharia, da computação e de documentalistas do IBBD, possibilitaram à CI brasileira uma base interdisciplinar e polissêmica. Para Saldanha (2020), a própria Biblioteconomia, por ser humanista desde sua origem, permitia esse diálogo entre as disciplinas. Mas foi a partir da aproximação entre a Documentação, a Biblioteconomia e o conceito de Informação Científica, em que estudiosos já tentavam compreendê-la e defini-la de acordo com suas aplicações, é que se estabeleceram as condições para a sua evolução conceitual: “[...] suas raízes, em princípio, vêm da bifurcação da Documentação/Bibliografia e da Recuperação da Informação” (PINHEIRO, 1999:155). A consolidação da expressão Ciência da Informação ocorreria, no entanto, graças à participação dos pesquisadores em eventos e associações científicas realizados entre as décadas de 1950-1960; à criação do curso de Mestrado em Ciência da Informação do IBBD em 1970; ao lançamento da revista *Ciência da Informação* em 1972; e, finalmente, à mudança do nome Instituto Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação (IBBD) para Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) em 1976 (PINHEIRO e OLIVEIRA, 2012).

### **Áreas epistêmicas que se desenvolveram na CI do Brasil**

Os antecedentes conceituais e históricos da Ciência da Informação e as políticas científicas voltadas para a pesquisa de pós-graduação influenciaram teoricamente as linhas epistêmicas que se desenvolveram no Brasil, permitindo que a CI dialogasse com áreas diversas e absorvesse novos conceitos, encontrando outras perspectivas até se constituir como campo do conhecimento científico. Segundo os estudos de Pinheiro (2005), com base nos artigos da *Annual Review of Information Science and Technology* (ARIST), publicados

entre 1966 e 2003, a CI evoluiu conceitualmente no Brasil a partir do amadurecimento da pós-graduação. Entre 1970 e 1989, na tentativa de delimitar o seu campo epistemológico, a CI se apropriou de conceitos e disciplinas de outras áreas em busca de princípios, metodologia e teorias, além da inclusão de novas tecnologias (PINHEIRO, 2005).

### *Documentação*

Na Documentação, os cursos de pós-graduação ministrados pelo IBBD herdaram, desde a década de 1950, o entendimento de Paul Otlet e Henri La Fontaine sobre o conceito de Documentação e de seus princípios, do documento como um objeto com conteúdo, contexto e valor documental, assim como adotaram a Classificação Decimal de Dewey (CDD) e a Classificação Decimal Universal (CDU) em suas bibliografias e no curso de Biblioteconomia (ARAÚJO, 2018). A francesa Suzanne Briet (1894-1989), bibliotecária da Biblioteca Nacional da França, documentalista, historiadora e discípula de Paul Otlet, deixou como contribuição a publicação *Qu'est-ce que la documentation?* (1951). Seu trabalho é uma reflexão conceitual da ciência e da cultura sobre a Documentação no contexto do pós-Guerra e aborda a relação homem-máquina a partir da Teoria Matemática da Comunicação de Claude Shannon (1948) e Warren Weaver (1949) (BLÁZQUEZ OCHANDO, 2012:58).

O Brasil também recebeu a influência das escolas anglo-saxônica, alemã e russa na perspectiva informativa da Documentação, considerando o processo de informação uma variedade em que o sujeito emissor é o documentalista, o sujeito receptor é o investigador, e a mensagem é o documento (LÓPEZ YEPES, 1995). A corrente soviética, representada por Chernyl, Gilyarevskii e Miklailov, nas décadas de 1960 e 1970, preferiu o termo mais amplo *Informatika* para a Documentação, baseado no movimento de informação científica desenvolvido por Paul Otlet e Henri La Fontaine (LÓPEZ YEPES, 1995). Sob a influência da União Soviética, a corrente anglo-saxã desenvolveu, na Alemanha, uma abordagem documentalista que designava o termo Documentação para a informação especializada, em reação à tradução para o alemão do trabalho *Information Science: What is it?* de Herald Borko (1968) (ORTEGA, 2009:17).

O ensino da Documentação chegou ao Brasil, também, em decorrência do acordo de colaboração científica internacional que já vinha ocorrendo desde a década de 1950 por meio da UNESCO. O químico industrial sul-africano Herbert Coblans, por exemplo, além de ministrar cursos sobre Documentação no IBBD, “contribuiu para a substituição da Classificação Decimal de Dewey pela Classificação Decimal Universal” (FONSECA, 2023:534). Seu pensamento sobre a prática pedagógica em Documentação, suas publicações na *Revista do Serviço Público* do DASP e seu envolvimento na criação do IBBD repercutiram positivamente na pedagogia do curso de Mestrado. Célia Zaher foi a primeira professora de Pesquisa Bibliográfica e de Documentação, disciplina que havia aprendido como aluna da Columbia University, nos Estados Unidos, e mais tarde passou a ensinar Processamento de Dados em Documentação para que os bibliotecários pudessem atuar junto a editores, livreiros e na indexação de conteúdo e resumos de revistas e periódicos (ZAHER, 1995).

O pensamento da Biblioteconomia francesa sobre o conhecimento cultural e a preservação do patrimônio intelectual foi aplicado e defendido no Brasil, estendendo-se aos cursos de especialização e mestrado do IBBD. Jesse Shera, mesmo sendo considerado um

representante do pensamento norte-americano sobre Documentação, foi um dos pioneiros dessa filosofia pedagógica e inseriu a Documentação no currículo mínimo do Curso de Documentação Científica (CDC) em 1962 (PAIVA e SILVA, 2021). O Curso estava inscrito no plano de ação estratégica das políticas científicas para a “modernização” do ensino e era direcionado para técnica, instrumentos, aquisição e organização de novos materiais, contrapondo a Documentação americana à brasileira, com foco na especialização e no atendimento à indústria e ao comércio (PINHEIRO, 2020:2). Entre as inovações, Shera apresentou novos “sistemas mecânicos de obtenção de informações”, termo utilizado por ele para denominar as tecnologias de Recuperação da Informação, desde o cartão perfurado de seleção manual até o equipamento básico, como o computador, para a pesquisa da literatura. Além de imprimir um olhar tecnossocial americano sobre a importância do bibliotecário e documentalista nas empresas, ele também defendeu os ideais otletianos de um “bibliotecário independente, não alheio à ciência e à sociedade, mas um transformador social e difusor do conhecimento” (PAIVA e SILVA, 2021:202).

O IBBD foi o primeiro órgão que, por causa desse curso, lançou o formato automatizado de catalogação CALCO e o primeiro a fazer sistemas de informação automatizada na América Latina (ZACHER, 1995). Em 1970, visando atualizar e preparar os documentalistas da ciência para ingressarem no curso de mestrado, o CDC foi reformulado e implementou um novo Ciclo básico com as disciplinas:

*Recursos informativos em ciência e tecnologia, Introdução ao uso do computador, Técnica de referência documental, Teoria dos conjuntos, Métodos quantitativos, Ciência da Informação no panorama atual, Metodologia da pesquisa I, Linguagens de indexação e Administração de serviços de informação (PINHEIRO e LOUREIRO, 1995:11-12)*

Segundo Paiva e Silva (2021), oficializar o CDC representou uma reação às divergências entre as correntes da Biblioteconomia francesa e da americana, e serviu também para estabelecer a Documentação e a Ciência da Informação no Brasil na década de 1950.

### *Recuperação da Informação e Bibliometria*

Com o envolvimento de profissionais de áreas técnicas em atividades ligadas à informação científica, a CI passou a ser representada pela Recuperação da informação, pelo armazenamento em computadores, e não mais relacionada à Documentação ou à Biblioteconomia especializada (ORTEGA, 2009). Essa característica tornou-se uma das principais origens da CI nos Estados Unidos, nos anos 1960, absorvendo todos os conceitos anteriores, desde Bibliografia (1802). Tefko Saracevic foi o representante dessa nova abordagem, que mais tarde seria transmitida aos alunos do IBBD, em 1971, com a integração da disciplina Ciência da Informação nos currículos dos cursos de graduação de Biblioteconomia e Documentação, relacionados às disciplinas de Informática e Automação. Os professores provenientes dos Estados Unidos eram referência em Recuperação da Informação automatizada, e alguns deram palestras, criaram cursos, lecionaram disciplinas e orientaram dissertações. Tefko Saracevic e Frederick Lancaster foram os que se destacaram com o maior número de orientações: 13 e 34, respectivamente (PINHEIRO e LOUREIRO, 1995).

As primeiras disciplinas oferecidas no curso de Mestrado se aproximavam mais dos Sistemas de Recuperação da Informação com enfoque sistêmico. Hagar Espanha Gomes

(1990:170) afirmou, em entrevista concedida à revista *Ciência da Informação*, que “os grandes avanços nas técnicas de recuperação com auxílio do computador estavam nos Estados Unidos, [...] na Case Western Reserve University”, como Jesse Shera, James Perry, Allan Kent e Jessica Perry. James Perry veio primeiro e contribuiu com o que havia de mais moderno na área de linguística computacional; depois veio Jessica Perry; e por último, Tefko Saracevic, que indicou outros professores na mesma linha de pensamento e atuação, convidados com o apoio do CNPq, como Frederick Lancaster e Suman Datta.

A Bibliometria, que era voltada para a prática em gestão de coleções em bibliotecas, na década de 1930, como “parte definida da bibliologia” (OTLET, 1934:18), começa a desenvolver estudos métricos da informação e análise de citações de publicações científicas a partir dos anos 1960. Tefko Saracevic foi quem inseriu a Bibliometria na disciplina Processamentos de Dados na Documentação no curso de Mestrado, em 1972, e só a partir de então começam as pesquisas com esse tema, as primeiras dissertações e os primeiros professores brasileiros especialistas em Bibliometria que formariam as gerações seguintes, como Gilda Maria Braga e Laura Maia de Figueiredo (PINHEIRO, 2021). Além de Saracevic, os estudos bibliométricos de Solla Price também foram ensinados no curso de Mestrado, como a Lei da raiz quadrada de Price (ou Lei de Price), o Modelo de Price para quantificar o crescimento de redes de citações entre artigos científicos e os estudos sobre o crescimento exponencial da ciência e da meia-vida da literatura científica.

### *Teoria da Classificação*

A Teoria da Classificação foi trazida pelos europeus, britânicos em sua maioria, e reapropriou os conceitos de Ranganathan sobre a análise de facetas para Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC), como o Sistema de Classificação Bibliográfico (SCB), a Classificação Decimal de Dewey (CDD), a Classificação da Biblioteca do Congresso (CBC), a Classificação Decimal Universal (CDU) e a Classificação dos Dois Pontos (CDP) – todos importantes para as classificações bibliotecárias e bibliográficas. As técnicas de classificação facetada desenvolvidas por Ranganathan foram ensinadas aos alunos do IBBD pelos britânicos Douglas Foskett, Brian Vickery, Derek Austin, Jack Mills e Derek Langridge, ex-membros do Classification Research Group (CRG) (CORDEIRO e PRET, 2018).

O CRG foi o principal grupo inglês de pesquisa em classificação facetada, com diversos trabalhos publicados durante sua existência entre 1952 e 1969. Considerado o representante e porta-voz do CRG, Brian Vickery publicou, em 1955, o Manifesto para que a classificação facetada se tornasse a base de toda a Recuperação da Informação, com base no pensamento de Ranganathan. Douglas Foskett criou um sistema classificatório generalista para que todas as áreas do conhecimento pudessem ser ordenadas de acordo com o princípio da Teoria dos Níveis Integrativos de J. K. Feiblemann. Com base nesse mesmo princípio, Derek Austin criou a noção de contextualização aplicada ao seu sistema de Linguagem de Indexação PRECIS (CORDEIRO e PRET, 2018).

A Teoria da Classificação foi uma atividade central na Organização da Representação do Conhecimento (ORC) em sistemas de recuperação de documentos e de informação nos cursos de pós-graduação do PPGCI, e sua perspectiva estrutural e conceitual deve-se à metodologia utilizada pelos ex-membros do CRG. Já os estudos de Ingetraut Dahlberg mostraram que a Classificação abrange elementos que estão além da Biblioteconomia,

envolvendo outras áreas do conhecimento científico. A cientista influenciou a formulação do conceito de classificação como um método que reúne termos semelhantes numa estrutura organizada (SOUZA, 2022).

### *Organização do Conhecimento e Organização da Informação*

Os europeus também trouxeram para o Brasil a Organização do Conhecimento (OC), cujo objeto de estudo é o conhecimento organizado e se refere à organização social dos conceitos, à sistematização cognitiva do conhecimento e à construção de sistemas. A OC trata do “desenvolvimento de técnicas para a construção, gestão, uso e avaliação de classificações científicas, taxonomias, nomenclaturas e linguagens documentais” em bibliotecas, arquivos e outras unidades de informação (ALVES e OLIVEIRA, 2016:104). A construção das práticas que passaram a ser denominadas Organização do Conhecimento teve a influência direta de Paul Otlet em seu *Tratado de Documentação* (1934), mas a OC tem sua origem histórica na base conceitual da Teoria da Classificação. Nas palavras de Miranda e Campos (2022:164), Dahlberg (2008) entendia a OC como “uma nova disciplina científica baseada no conceito proposicional de ciência”, a partir da fundamentação teórico-científica, podendo ser considerada um subcampo da Ciência das Ciências no sistema universal de ciências.

Enquanto a OC organiza o conhecimento, seus domínios, sistematizando-o para representá-lo, apoiada em seus conceitos e relacionamentos semânticos, a Organização da Informação (OI) se utiliza desses instrumentos para representar o conteúdo de um documento com conhecimento registrado, para que ele seja recuperado eficazmente em um Sistema de Recuperação da Informação (SRI) (LIMA, 2020). Dahlberg (2006) definiu a OI como a ordenação de objetos para criar um elo com uma área e sua própria atividade, envolvendo processos de representações de objetos informacionais e visando à recuperação da informação (RI) eficaz para o seu principal foco: os usuários. A OI teve a influência norte-americana e possibilitou estudos em Estrutura da informação científica e de comunicação formal na ciência (GOMES, 1990).

Não só Dahlberg, mas Derek Austin, Bryan Vickery, Derek Langridge, Frederick Lancaster e Douglas Foskett desenvolveram estudos sobre formas eficazes de representação simbólica dos Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC) em ambientes mecanizados. As pesquisas de tratamento temático da informação desenvolvidas pela corrente inglesa influenciaram as aplicações da indexação no campo da CI; e o conhecimento teórico de tecnologias para a Organização da Informação trazido pelos norte-americanos contribuíram para que a informação pudesse ser recuperada eficazmente, utilizando-se de elementos conceituais para representar o conteúdo de um documento.

Brian Vickery (1986) fez um alerta sobre a manipulação da representação simbólica da estrutura das bases de dados, dos programas de computação, da inteligência artificial e da construção de modelos cognitivos com o desenvolvimento das tecnologias. O cientista argumentou que os SOC são elaborados, constituem instrumentos de poder e são enviesados na prática, porque é na representação do conhecimento que estão todos os processos simbólicos conceituais do conhecimento humano (VICKERY, 1986:145). Derek Langridge (1977:21) também alertou que “toda classificação está relacionada a um propósito”, e “os mesmos objetos podem ser classificados de maneiras diferentes, dependendo do propósito a que se destinam”.

Tanto o pensamento de Brian Vickery quanto o de Derek Langridge dialogam com os estudos de Pierre Bourdieu (1989) sobre as relações de poder e disputa de autoridade no campo científico, os quais revelam que os sistemas de organização constituem a crença de um campo, são estruturados pelas relações de poder que os determinam e são estruturantes das mesmas relações de poder e do próprio campo. Segundo González de Gómez (1999:26), um dispositivo “não possui a neutralidade que o torna um instrumento para qualquer orientação ou intenção posterior”, mas possui, “desde seu início, regras de formação e transformação. Considerados como dispositivos, os recursos de informação manifestam as trajetórias e deslocamentos do poder informacional”. Não podemos considerar, portanto, que um Sistema de Organização do Conhecimento tenha sido construído ou utilizado sob uma perspectiva neutra ou imparcial.

### *Considerações finais*

A metodologia utilizada mostrou-se promissora como forma de mapear boa parte da biografia dos cientistas, sua produção científica e identificar os conceitos e teorias que mais influenciaram a CI. A literatura consultada revelou que os cientistas da informação brasileiros discutem e publicam sobre a origem da CI em todos os seus aspectos, mas abordam apenas os pioneiros estrangeiros que mais se destacaram no Brasil, ou por sua vasta produção, ou pela relevância do tema discutido, ou pela presença na conformação epistemológica do curso. A relevância dada à vinda dos professores estrangeiros é menor do que a dada à atuação dos brasileiros – principalmente as mulheres –, na criação do IBBD, na institucionalização da profissão do bibliotecário e na implementação do curso de mestrado. As fontes revelaram, no entanto, que existe um reconhecimento entre os pares de que a colaboração dos professores estrangeiros preencheu uma lacuna que havia de brasileiros com o perfil desejado para institucionalizar a CI com base no modelo de ensino praticado nos Estados Unidos e na Inglaterra.

A metodologia utilizada por esses intelectuais, nos cursos do PPGCI, influenciou a prática pedagógica em Biblioteconomia do pensamento estadunidense e britânico, sobrepondo-se ao modelo francês e influenciando as ações do IBBD em sua origem. A matriz francófona da Documentação, aplicada na Biblioteconomia americana e reforçada pela literatura importada, influenciou a Biblioteconomia do Brasil, os documentalistas e os estudiosos da Ciência da Informação, garantindo ao ensino da pós-graduação do PPGCI uma característica funcionalista, pragmática e tecnicista para a área, voltada para a formação profissional dos bibliotecários. A Ciência da Informação distanciou-se aos poucos dessa visão positivista, mas continuou dialogando com diferentes áreas do conhecimento e se apropriando de novos conceitos. A Recuperação da Informação, a Bibliometria, a Teoria da Classificação e a Organização do conhecimento são áreas que absorveram diferentes visões geopolíticas e que, com o passar dos anos, se ampliaram e ganharam novos contornos e ressignificações, tornando-se mais atualizadas porque continuaram a fazer parte do arcabouço científico.

Como limitações da pesquisa, não foi possível, por exemplo, ter acesso a informações sobre a vida e a obra de todos os cientistas da mesma forma, porque nem todos recebem o mesmo tratamento como reconhecimento de sua contribuição. O tema não se deu por esgotado e considero importante, portanto, o desenvolvimento de mais pesquisas sobre os personagens que construíram parte da história da CI, pois ficou constatada uma lacuna

sobre a sua biobibliografia. A escassez de informações sobre as cientistas mulheres pioneiras, ao contrário do que ocorre com as bibliotecárias do IBICT, também é um tema que merece mais atenção e investigação na linha de estudos de gênero.

Conclui-se que a Ciência da Informação é um campo científico em constante construção, e todos os conceitos e teorias herdados fazem parte de sua base epistemológica. Conhecer a história dos cientistas possibilitou uma visão em perspectiva dos acontecimentos e revelou uma análise crítica para a compreensão dos desdobramentos epistemológicos e sociais atuais da CI, tendo em vista que os eventos da atualidade estão interligados com o passado. A história dos cientistas se confunde com a história da Ciência da Informação brasileira e nos revela questões que continuam atuais e relevantes para a área em pleno século XXI: existe um propósito em toda a classificação; as abordagens não devem ser consideradas neutras ou arbitrárias; os dispositivos são instrumentos de poder e manipulação; e as novas tecnologias podem causar efeitos nocivos no ser humano. Os conceitos clássicos da Organização do Conhecimento nos ajudam a refletir criticamente sobre a forma como lidamos com a informação e como ela tem sido mediada pelas plataformas digitais.

### **Referências bibliográficas**

**ALVES, Bruno Henrique; OLIVEIRA, Francina Tannuri de**

2016 O Desenvolvimento do domínio da Organização do Conhecimento no contexto da Ciência da Informação a partir da ISKO-Brasil. *Brazilian Journal of Information Studies: Research Trends*. 10: 2 (2026) 103-108.

**ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila**

2018 *O Que é Ciência da Informação?* Belo Horizonte: KMA, 2018.

**BICALHO, Lucinéia Maria**

2009 *As Relações interdisciplinares refletidas na literatura brasileira da Ciência da Informação*. Belo Horizonte, 2009.  
Tese de Doutorado em Ciência da Informação - Universidade Federal de Minas Gerais.

**BLÁZQUEZ OCHANDO, Manuel**

2012 *Historia de la ciencia de la documentación: el conocimiento de los orígenes de la documentación*. Madrid: mblazquez.es, 2012.

**BOURDIEU, Pierre**

1989 *O Poder simbólico*. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

**CAPURRO, Rafael**

2007 Epistemología y ciencia de la información. *Revista Venezolana de Información, Tecnología y Conocimiento*. 4:1 (jan.-abr. 2007) 11-29.

**CORDEIRO, Rosa Inês de Novais; PRET, Raquel Luise**

2018 Aproximações entre a Teoria da Classificação e o processo de indexação: as contribuições do Classification Research Group. In ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 19º, Londrina, 2018 - *GT-2/Organização e Representação do Conhecimento*. 2018.  
Comunicação oral.

**DAHLBERG, Ingetraut**

2008 The Information Coding Classification (ICC): a modern, theory-based fully-faceted, universal system of knowledge fields. *Axiomathes*. 18 (2008) 161-176.  
DOI: 10.1007/s 10516-007-9026-8.

**DAHLBERG, Ingetraut**

2006 Knowledge organization: a new science? *Knowledge Organization*. 33:1 (2006) 11-19.

**FONSECA, Edson Nery da**

2023 Entrevista com o Prof. Edson Nery da Fonseca. Entrevistador Cesar Augusto Castro. In *Biblioteconomia brasileira: textos fundadores*. Org. Cesar Augusto Castro, Diana Rocha da Silva. São Luís: EDUFMA, 2023.

**GOMES, Hagar Espanha**

1990 Entrevista. *Ciência da Informação*. 1:2 (jul./dez. 1990) 69-71.

**GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nelida**

1999 O Caráter seletivo das ações de informação. *Informare*. 5:2 (1999) 7-31.

**HOBBSAWM, Eric**

1998 *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

**KUHN, Thomas S.**

1989 *A Estrutura das revoluções científicas*. 5ª ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1989 [1970].

**LANGRIDGE, Derek Wilton**

1977 *Classificação: abordagem para estudantes de Biblioteconomia*. Trad. Rosali P. Fernandez. Rio de Janeiro: Interciência, 1977.

**LIMA, Gercina Ângela de**

2020 Organização e representação do conhecimento e da informação na web: teorias e técnicas. *Perspectivas em Ciência da Informação*. 25:nº especial (fev. 2020) 57-97.

**LÓPEZ YEPES, José**

1995 La Perspectiva informativa de la documentación: la documentación como ciencia de la información documental: el concepto de information science. In LÓPEZ YEPES, J. - *La Documentación como disciplina: teoría e historia*. Pamplona: EUNSA, 1995, p. 153-196.

**MIRANDA, Marcos Luiz Cavalcanti de; CAMPOS, Maria Luiza de Almeida**

2022 A Organização do Conhecimento no domínio das Ciências Sociais e Humanidades na perspectiva de Douglas John Foskett e Derek Wilton Langridge: uma abordagem aos Estudos Culturais e inovações disruptivas. *P2P & Inovação*. 8:2 (mar.-ago. 2022) 160-177.

**ODDONE, Nanci**

2006 O IBBD e a informação científica: uma perspectiva histórica para a Ciência da Informação no Brasil. *Ciência da Informação*. 35:1 (jan./abr. 2006) 45-56.

**ORTEGA, Cristina Dotta**

2009 A Documentação como uma das origens da Ciência da Informação e base fértil para sua fundamentação. *Brazilian Journal of Information Studies*. [Em linha]. 3:1 (jan./jun. 2009) 3-35. [Consult. 10 maio 2024]. Disponível em: <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/bjis>.

**OTLET, Paul**

2018 *Tratado de Documentação: o livro sobre o livro, teoria e prática*. Trad. Taiguara Villela Aldabalde [et al.]. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2018 [1934].

**PAIVA, Talita de Cássia Lima; SILVA, Diana Rocha da**

2021 Jesse Shera no Brasil? Contribuições para a biblioteconomia brasileira na década de 1950. *Perspectivas em Ciência da Informação*. 26:3 (set. 2021) 179-207.

**PETTICREW, Mark; ROBERTS, Helen**

2006 *Systematic reviews in the social sciences: a practical guide*. [USA]: John Wiley & Sons, 2006.

**PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro**

2021 Marcos históricos e avanços das metrias da informação e comunicação: da Bibliometria às Altmétrias. In *Diálogos sobre Bibliometria e cientometria*. Org. Raymundo N. Machado, Kátia de Oliveira Rodrigues, Susane Santos Barros. Salvador: Edufba, 2021.

**PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro**

2020 Hagar Espanha Gomes: múltiplos e inovadores movimentos acadêmicos e pedagógicos. *Ciência da Informação*. 7:2 (maio/ago. 2020) 3-14.

**PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro**

2005 Processo evolutivo e tendências contemporâneas da Ciência da Informação. *Informação & Sociedade*. 15:1 (jan./jun. 2005) 13-48.

**PINHEIRO, Lena Vânia Ribeiro, org.**

1999 Campo interdisciplinar da Ciência da Informação: fronteiras remotas e recentes. In CASTRO, Ana Lucia Siaines de [et al.] - *Ciência da Informação, Ciências Sociais e interdisciplinaridade*. Prefacio de Gilda Maria Braga. Brasília; Rio de Janeiro: IBICT, 1999.

**PINHEIRO, Lena Vânia Ribeiro**

1997 *A Ciência da Informação entre sombra e luz: domínio epistemológico e campo interdisciplinar*. Rio de Janeiro, 1997.  
Tese de Doutorado em Comunicação – Universidade Federal do Rio de Janeiro.

**PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro; LOUREIRO, José Mauro Matheus**

1995 Traçados e limites da Ciência da Informação. *Ciência da Informação*. 24:1 (1995).

**PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro; OLIVEIRA, Eloísa da Conceição Príncipe de, org.**

2012 *Múltiplas facetas da comunicação e divulgação científicas: transformações em cinco séculos*. Brasília: IBICT, 2012.

**SALDANHA, Gustavo Silva**

2020 *Ciência da Informação: crítica epistemológica e historiográfica*. Rio de Janeiro: IBICT, 2020.

**SOUZA, Rosali Fernandez de Souza**

2022 Personalidades fundadoras da classificação: algumas contribuições de impacto no Brasil nas décadas de 1960 e 1970. In *História e memória da Organização do Conhecimento no Brasil: percursos e releituras*. Org. Gustavo Saldanha, Tatiana de Almeida. Rio de Janeiro: IBICT, 2022.

**SOUZA, Rosali Fernandez de; CARVALHO, Priscila Ramos; RAMOS, Marcos Gonçalves**

2020 50 anos do PPGCI IBICT: análise textual da produção científica com IRAMUTEQ. *Informação & Informação*. 25:4 (out./dez. 2020) 117-141.

**VICKERY, Brian C.**

1986 Knowledge representation: a brief review. *Journal of Documentation*. 42:3 (1986) 145-159.

**VIEIRA, Anna da Soledade**

1995 Na janela do tempo com o IBBD e Drummond: passagens, transformações e novos desafios em educação. *Ciência da Informação*. 24:1 (1995).

**ZAHER, Celia Ribeiro**

1995 Entrevista. *Ciência da Informação*. 24:1 (1995).  
Entrevistadora: Rosali Fernandez de Souza.

**Vania Garcia de Freitas | [garciadefreitas@gmail.com](mailto:garciadefreitas@gmail.com)**

Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), Brasil

**Maria Nélida González de Gomes | [nelida@ibict.br](mailto:nelida@ibict.br)**

Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), Brasil

**Rosali Fernandez de Souza | [rosali@ibict.br](mailto:rosali@ibict.br)**

Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), Brasil

# A PARTICIPAÇÃO DOS CIDADÃOS NOS ARQUIVOS MUNICIPAIS PORTUGUESES: percepção e práticas

CITIZEN PARTICIPATION IN PORTUGUESE MUNICIPAL ARCHIVES: perception and practices

Luísa Alvim | Sandra Patrício

<https://doi.org/10.21747/21836671/pag24a2>

**Resumo:** Os conceitos de Participação cidadã e Arquivos participativos são complexos e ainda pouco estudados e definidos, assumindo diversos significados e remetendo para ações realizadas por diferentes atores. Podem referir-se a processos individuais ou comunitários por parte dos cidadãos, em que estes partilham a tomada de decisões e a produção com quem exerce funções numa instituição pública. Os conceitos tornaram-se comuns sendo empregados em múltiplas situações, desde a intervenção na política e nas decisões públicas ao envolvimento nas diferentes estruturas da sociedade civil. Este trabalho tem como objetivo analisar a percepção de alguns gestores de informação de arquivos municipais portugueses sobre estes conceitos e os projetos comunitários para a salvaguarda do património arquivístico. A partir de uma revisão de literatura e de um inquérito realizado a vinte gestores de arquivos municipais das capitais de distrito, assim como de outros arquivos municipais, apresentaram-se as primeiras conclusões. As respostas obtidas são confrontadas com as práticas que os profissionais efetuam no serviço em que trabalham, nomeadamente sobre a ligação e o envolvimento dos cidadãos em práticas de cidadania de proteção e salvaguarda do património arquivístico, através da análise qualitativa das respostas. Os gestores têm a percepção da importância em envolver os cidadãos em práticas de cidadania, para uma vida mais sustentável e transformadora, enquadrando as realidades sociais, culturais e ambientais e fortalecendo esforços para proteger e salvaguardar o património cultural arquivístico, mas os recursos humanos e financeiros não permitem aos arquivos municipais desenvolverem, de modo consistente, projetos deste âmbito e tornarem-se arquivos participativos.

**Palavras-chave:** Arquivos Municipais; Arquivos participativos; Gestores de Informação; Portugal; Participação cidadã.

**Abstract:** The concepts of Citizen participation and Participatory archives are complex and still poorly studied and defined, taking on different meanings and referring to actions carried out by different actors. They can refer to individual or community processes on the part of citizens, in which they share decision-making and production with those who work in a public institution. The concepts have become commonplace and are used in multiple situations, from intervention in politics and public decisions to involvement in different civil society structures. This work aims to analyse the perception of some information managers of Portuguese municipal archives on these concepts and community projects for the safeguarding of archival heritage. The initial conclusions were presented based on a review of the literature and a survey of twenty municipal archive managers from district capitals, as well as other municipal archives. The responses obtained are compared with the practices that professionals carry out in the service where they work, namely regarding the connection and involvement of citizens in citizenship practices for the protection and safeguarding of archival heritage, through qualitative analysis of the responses. Managers recognise the importance of involving citizens in citizenship practices for a more sustainable and transformative life, framing social, cultural and environmental realities and strengthening efforts to protect and safeguard archival cultural heritage. However, human and financial resources do not allow municipal archives to consistently develop projects in this area and become participatory archives.

**Keywords:** Municipal Archives; Participatory Archives; Information Managers, Portugal; Citizen Participation.

## Introdução

Este trabalho analisa os conceitos Participação cidadã e Arquivos participativos e examina a perceção de gestores de informação de arquivos municipais portugueses face aos mesmos.

Os arquivos municipais sempre se comprometeram com a salvaguarda do património arquivístico e atualmente, com a Agenda 2030, debatem-se no cumprimento do Objetivo 11, meta 11.4. A Agenda 2030 (ORGANIZAÇÃO..., 2015), aprovada pela Organização das Nações Unidas, é um documento essencial para todos os países do mundo, em que se apresentam os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) a atingir até 2030 (UNRIC, 2016). Os Estados, os setores do privado e do público, as instituições, os arquivos municipais e os cidadãos em geral são convidados a participar ativamente no processo de melhoria. Os países foram convidados a desenvolver políticas, medidas e ações para os alcançar. O ODS 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis foca-se no desenvolvimento de metas genéricas sobre a vida mais sustentável nas cidades, nomeadamente pretende melhorar as capacidades para planear e gerir os assentamentos humanos participativos, integrados e sustentáveis e fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o património cultural e natural.

Os arquivos municipais, entre outras instituições de memória, são estruturas que melhor podem contribuir para a concretização deste objetivo - meta 11.4 *Strengthen efforts to protect and safeguard the world's cultural and natural heritage*, contribuindo para a participação informada e crítica dos cidadãos na vida coletiva.

Assim, neste trabalho a pergunta de partida é: quais são as perceções dos gestores de informação dos arquivos municipais sobre os conceitos Participação cidadã e Arquivos participativos e quais as práticas de envolvimento com a comunidade que executam nos seus arquivos? Os objetivos da investigação são: compreender os conceitos de Participação cidadã e Arquivos participativos; conhecer as perceções dos gestores de informação sobre este assunto; investigar sobre práticas participativas dos arquivos quanto a esta matéria.

## Participação cidadã e Arquivos participativos

Os conceitos de Participação cidadã e Arquivos participativos podem ser observados como complementares, num contexto mais amplo de democratização da sociedade e do empoderamento dos cidadãos. A participação cidadã implica o envolvimento ativo dos cidadãos nas decisões políticas e sociais, enquanto os arquivos participativos lidam com o envolvimento das comunidades, dos cidadãos na preservação e na construção da memória histórica no contexto das instituições arquivísticas. Ambas as práticas contribuem para uma sociedade mais inclusiva, justa e colaborativa, com o desiderato em atingir o ODS 11, meta 11.4.

Uma perspetiva da participação cidadã poderá incidir numa vertente da Ciência Cidadã, com projetos que envolvem ativamente os cidadãos nas atividades científicas e técnicas dos arquivos municipais, o que gera novo conhecimento e compreensão. Os cidadãos podem atuar como contribuidores, colaboradores ou como líderes de projetos e assumir um papel significativo (EUROPEAN..., 2015). Outras modalidades de participação cidadã poderão envolver a cocriação e a participação, do tipo *crowdsourcing*, entre os intermediários da informação, como os arquivos, e a sociedade civil, os indivíduos e outros. São meios que

ajudam as instituições a comunicar, a organizar, a estruturar e a compreender a informação e os dados que são fundamentais para o desenvolvimento sustentável (INTERNATIONAL..., 2014) e para a consolidação da organização da informação das instituições de memória. As vantagens e oportunidades na inclusão dos cidadãos em projetos desenvolvidos pelos arquivos locais, prendem-se com o facto de muitos possuírem o conhecimento e a memória local que lhes permite ajudar e contribuir, enquanto inteligência coletiva para diversas tarefas, entre as quais a organização e a descrição dos documentos dos arquivos. A modalidade de participação do cidadão em formato de crowdsourcing é aquela mais comum tanto nos arquivos, como noutras instituições de memória, sendo uma modalidade convidativa à participação pública e ao envolvimento de redes e grupos comunitários locais (HETLAND, PIERROUX e ESBORG, 2020).

Por arquivos participativos entende-se aqueles em que os cidadãos, de forma coletiva e individual, participam nas funções arquivísticas, como a descrição. Este é o sentido da definição da Society of American Archivists de *citizen archivists: a member of the general public who aids an archival organization by performing functions such as description* (SOCIETY..., 2024). Trata-se também de uma forma de participação cidadã, pois pretende-se que os cidadãos e as comunidades participem no trabalho arquivístico de transcrição paleográfica, identificação de arquivos, descrição arquivística, digitalização de documentos, produção de comentários críticos sobre recursos específicos do arquivo, etiquetagem social e serviços educativos. Não implica necessariamente a constituição de coleções ou a criação de instituições arquivísticas, nos exemplos dados por Freitas (2024), mas sim a colaboração dos cidadãos na melhoria do acesso e utilização dos já existentes, nas instituições arquivísticas.

A consideração do público como agente participativo ativo na construção da memória sobre o passado é uma área recente de interesse para a arquivística em Portugal (ALVIM e PATRÍCIO, 2024). Pode ser uma oportunidade, na senda do que defende Richard J. Cox (2009), para os arquivistas comunicarem a sua missão junto de cidadãos interessados nas práticas arquivísticas, para preservar os seus próprios documentos de arquivo e criar as suas próprias coleções, e, finalmente, pelo seu interesse científico na recolha e transcrição de fontes.

Deste ponto de vista, os arquivos participativos exigem dos arquivistas, nas palavras de Freitas (2024), «um ativismo profissional indiscutível», uma consciência e «vigilância muito apertadas quanto aos posicionamentos e apostas a fazer nessas matérias, funcionando este ativismo como uma importante ponte (no sentido de ligar) capaz de o/a conectar diretamente com os desafios sociais e profissionais derivados, muitos deles, dos impactos sofridos pela era tecnológica e as suas consequências».

Significa uma importante mudança na lógica do trabalho arquivístico, que pode assim ser partilhado com as comunidades (FREITAS, 2024). As ferramentas que possibilitam esta mudança são tecnológicas e enquadram-se no reconhecimento de que novas ações são possíveis através da utilização da Web 2.0 (POOLE, 2019) e das plataformas de Ciência Cidadã, e são cada vez mais usadas por instituições arquivísticas (SILVA e BORGES, 2018), incluindo em Portugal (ALVIM e PATRÍCIO, 2024).

Por outro lado, permite a participação das comunidades no trabalho arquivístico, para que se revejam nos arquivos existentes, que são a base de narrativas e histórias dominantes, até aqui impermeáveis às visões das comunidades minoritárias (MCCRACKEN, 2015). Estas

ações incluem o empréstimo e digitalização por arquivos públicos de documentos de indivíduos e de famílias (por exemplo, em Portugal, a ação do Arquivo Municipal de Sines (CAMPOS *et al.*, 2020), entre outros casos mencionados por Alvim e Patrício (2024) a partir da leitura de vários trabalhos (PORTUGAL *et al.*, 2019; REDE DE ARQUIVOS DO ALGARVE, 2018; SILVA e BORGES, 2018); a descrição desses mesmos documentos, «de forma considerada «culturalmente apropriada» e associados virtualmente a outros recursos disponíveis a arquivos convencionais e a sua disponibilização em livre acesso e em linha (FREITAS, 2024). Em suma, para esta investigadora, significa uma mudança na «lógica do trabalho arquivístico» (idem, *ibidem*), porque a custódia física deixa de ser obrigatória nestes projetos, sendo possível a constituição de coleções digitais num arquivo público cuja propriedade se mantém junto dos cidadãos e das comunidades.

Os exemplos de arquivos participativos incluem diversas tipologias: arquivos comunitários, de iniciativa de comunidades locais para documentar sua história, por exemplo grupos indígenas ou movimentos urbanos; plataformas *online* de colaboração, como a Wikipédia ou bases de dados de histórias orais em que os indivíduos contribuem com suas próprias narrativas; e por fim, ainda os projetos de preservação cultural, com grupos locais que colaboram com universidades ou com ONG para preservar aspetos culturais e históricos da sua comunidade. Os académicos têm tido dificuldade em definir arquivos comunitários pois apresentam princípios e práticas arquivísticas alternativas, em espaços democráticos que incluem novos intervenientes, cujo ativismo sustenta as atividades arquivísticas como a custódia, o desenvolvimento e avaliação das coleções, o seu arranjo e descrição, ideias como sustentabilidade e reutilização estão no foco desses arquivos (POOLE, 2019). O *RoPA - Roadmap for Participatory Archiving* é um projeto de arquivos participativos, nos Estados Unidos da América, que reúne práticas de excelência para documentar a herança cultural, sustentada por arquivistas, bibliotecários, gestores de informação com cidadãos e membros da comunidade. Trata-se do relato de trabalho colaborativo na construção de registos arquivísticos, incluindo uma nova metodologia para o trabalho arquivístico (WOODWARD, 2016).

Os investigadores Benoit e Eveleigh (2019) recolheram uma série de estudos de caso internacionais sobre *Participatory Heritage*. Demonstraram que, por vezes, é necessário preservar a documentação e os artefactos pessoais e comunitários através e com grupos comunitários, mas estes precisam de infraestruturas técnicas e de instituições, nomeadamente de arquivos, para realizarem as atividades técnicas e outras. Defenderam que tanto as instituições mais formais, como os arquivos comunitários, precisam uns dos outros, as instituições são suporte e conhecimento e os arquivos comunitários recolhem, disponibilizam e preservam histórias sociais e coletivas que são um património cultural relevante. Os autores referem que se vivem momentos desafiantes, em que se dá voz às comunidades, à partilha de conteúdos patrimoniais e à colaboração com as instituições mais formais. Estas últimas possuem plataformas e repositórios digitais que podem disponibilizar para o acesso a esses conteúdos. A era digital estimula mudanças tecnológicas e socioculturais e altera o discurso arquivístico (GILLILAND, 2014) com o surgimento de novos modelos de custodiar e preservar o património arquivístico.

A prática colaborativa está na base da participação cidadã e dos arquivos participativos, os membros da comunidade e os cidadãos trabalham juntos com os arquivistas e os historiadores para documentar, construir coleções arquivísticas únicas sobre a história local e comunitária ou para desempenharem papéis ativos na seleção e descrição da documentação arquivística, a convite dos arquivos.

### *Metodologia*

Trata-se de um estudo de caráter exploratório e descritivo, com várias fases, a revisão da literatura, a recolha de dados qualitativos e a sua discussão. Foi realizado pelas investigadoras, em 2022, um inquérito por questionário, a que responderam vinte arquivos municipais de Portugal Continental, distribuídos por dezassete distritos. A análise do questionário foi já procedida, cujas respostas de nível quantitativo foram sintetizadas e apresentadas no 14.º Encontro Nacional dos Arquivos Municipais (ALVIM e PATRÍCIO, 2024).

Neste trabalho são apresentadas as opiniões dos gestores de informação sobre a temática já enunciada. Foram obtidas opiniões qualitativas que são comentários e manifestações de ideias às seguintes questões:

- 1) Sabendo que uma das metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS 11.4) é fortalecer os esforços para proteger e salvaguardar o património cultural e natural do mundo, considera que o arquivo municipal pode ter um papel ativo ao envolver o cidadão na salvaguarda do património, através da sua participação em ações e projetos?
- 2) Qual a sua opinião sobre a criação, no plano de atividades do arquivo, de ações educativas com informações e conselhos práticos sobre acervos de índole pessoal e familiar (tratamento, preservação, proteção e divulgação), para apoiar os cidadãos/associações/coletividades do seu município?
- 3) O Arquivo Municipal já desenvolveu ou desenvolve alguma ação com vista à participação cidadã?
  - 3.1) Assinale outras ações e projetos.
- 4) O Arquivo Municipal pretende futuramente desenvolver alguma ação com vista à participação cidadã? Quais?
- 5) Quais são os obstáculos que considera que impedem, ou no passado impediram, a realização de atividades de participação cidadã?

Os comentários foram redigidos em texto livre, de acordo com as perceções dos gestores de informação, corroborando as respostas dadas ao questionário estruturado, desenvolvendo os pontos mais problemáticos e enumerando exemplos de projetos realizados. Essas respostas são confrontadas com as práticas que efetuam no serviço em que trabalham, nomeadamente sobre a ligação e o envolvimento dos cidadãos em práticas de cidadania de proteção e salvaguarda do património arquivístico e abertura do arquivo à participação. São apresentados os resultados e as considerações finais.

### *Resultados*

Quanto às respostas quantitativas, no trabalho exploratório sobre os arquivos portugueses e a participação cidadã (ALVIM e PATRÍCIO, 2024) obtiveram-se 20 respostas dos responsáveis de arquivos municipais portugueses (um por distrito, sendo que três respostas são do distrito de Lisboa). Destes, 20, 75% possuem o 2º ciclo de estudos do ensino superior

(40% mestrado e 35% pós-graduação), um possui doutoramento, outro licenciatura e dois possuem um curso intermédio profissional. Quanto à categoria profissional, 85% dos respondentes é técnico superior, 10% assistente técnico e um é dirigente intermédio de 4º grau. Todos possuem formação na área de Bibliotecas, Arquivos e Documentação, exceto um. Neste grupo de gestores de informação, quatro são responsáveis pelo arquivo, sem cargo definido, dois chefes de divisão, chefe de unidade, dirigente de 3º grau e um diretor de departamento. Os restantes não possuem cargos de direção ou coordenação. Quanto ao sexo, 70% são do feminino.

As respostas qualitativas, pese embora a sua exiguidade, corroboram as respostas quantitativas. As questões colocadas e as respostas obtidas são enunciadas seguidamente. Colocaram-se questões para recolher opiniões sobre o papel dos arquivos municipais e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e sobre o conceito Participação cidadã. Em geral, as respostas foram favoráveis ao envolvimento do arquivo em ações de Participação cidadã como consequência para atingir a meta do ODS 11.4 - Fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o património cultural e natural do mundo.

Sobre a opinião dos profissionais acerca da participação cidadã nos arquivos municipais, cerca de metade dos respondentes (55%) respondeu positivamente à questão sobre o seu conhecimento sobre o conceito de Participação cidadã e sobre as práticas arquivísticas que poderiam usufruir desta participação, embora uma parte não desprezível (45%) ainda não esteja familiarizada com a problemática. Sobre como os profissionais obtiveram informação sobre o conceito, sete alegam a consulta de bibliografia, dois obtiveram o seu conhecimento através de grupos de trabalho e das redes sociais e um após um estágio no estrangeiro.

A questão “Sabendo que uma das metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS 11.4) é fortalecer os esforços para proteger e salvaguardar o património cultural e natural do mundo, considera que o arquivo municipal pode ter um papel ativo ao envolver o cidadão na salvaguarda do património, através da sua participação em ações e projetos?” obteve doze respostas. Percebe-se duas tendências nas respostas, por um lado um grupo de gestores afirma que a ação de salvaguarda do património cultural e arquivístico está sobretudo do lado dos arquivos e que «ainda que exequível na sua grande parte, é extremamente ambicioso» atingir o ODS 11.4. Sete responsáveis identificam o papel ativo do arquivo «na identificação do património arquivístico, de forma a promover a sua salvaguarda, tratamento e difusão», concluindo “pelo que todas as ações e projetos desenvolvidos por este tipo de serviço, acabam por ter relevo no que a proteção e salvaguarda do património cultural diz respeito». Um dos respondentes aponta para que «utilizar o ativo de património cultural com fins educativos; informar a comunidade e promover ações de boas práticas, ajuda as sociedades a serem mais inteligentes, ambientalmente amigáveis e mais inclusiva». Corroborando esta perspetiva, uma das respostas afirma que «todas as ações que possamos desenvolver sobre documentação à nossa guarda terão algum impacto na mente humana no sentido de perceber a razão pela qual preservamos a mesma». Apesar de alguns dos gestores de informação não afirmarem a necessidade da participação cidadã e dos arquivos participativos, avançam com as ideias de que «o arquivo municipal deve ter uma ação pró ativa na sensibilização dos arquivos privados, arquivos de famílias, arquivos associativos, entre outros para a preservação da história das entidades, promovendo iniciativas que vão desde as conversas com as pessoas responsáveis até à realização de protocolos... para cooperar e ajudar com conhecimento e custódia»; e de que «controlando e disponibilizando o património arquivístico, a partir do

qual se poderá encetar diferentes atividades direcionadas ao cidadão... (serviço educativo; exposições, campanhas, encontros abertos ao público, etc.)».

Outro grupo de gestores de informação acentua o conceito de Arquivos participativos e tem a perceção que é importante «tentar sensibilizar, tanto os colegas, como os cidadãos, para a importância da salvaguarda do nosso património». Valorizam o papel ativo do cidadão e da comunidade em geral no desenvolvimento de projetos de preservação da memória e na comunicação das coleções arquivísticas conservadas nos arquivos municipais. Há a convicção que é necessário «aumentar a consciencialização e o comprometimento com novos públicos». Um dos respondentes refere que «a salvaguarda do património depende não só das entidades, mas das comunidades. O arquivo sempre que possível deve trabalhar esta interligação, efetivando a sua missão», e um outro «concorda que uma participação ativa das comunidades em projetos de salvaguarda desenvolvidos pelos arquivos municipais contribui para um conhecimento mais alargado do seu património, logo para a consciencialização da necessidade de valorização e preservação do mesmo, em respeito pelas raízes e pela identidade». A necessidade de interação dos arquivos com a comunidade é convicção de alguns dos responsáveis dos arquivos que sabem que têm de trabalhar para obter «comunidades sensibilizadas e conscientes, serão comunidades com uma atuação mais inteligente e sustentável, no futuro». Um respondente avança com a afirmação que «o arquivo municipal tem de ter uma ação mais interventiva na aproximação junto do cidadão, ações de sensibilização para a proteção e salvaguarda do património cultural», «ou, ainda, podendo intervindo diretamente em ações concretas de tratamento documental, designadamente, contribuindo para a descrição normalizada de documentos».

Ao pedido de valoração da afirmação sobre a inclusão de práticas de participação cidadã no arquivo municipal para contribuir para uma mudança social de abertura do governo local ao cidadão, foi considerada por 80% dos respondentes como muito importante (item mais elevado) e para os restantes como importante; e relativamente à inclusão no plano de atividades de ações educativas sobre informações e conselhos práticos acerca de tratamento de acervos pessoais, destinadas aos cidadãos/associações, etc., 60% consideraram muito importante (item mais elevado).

Quando solicitada a opinião com a questão “Qual a sua opinião sobre a criação, no plano de atividades do arquivo, de ações educativas com informações e conselhos práticos sobre acervos de índole pessoal e familiar (tratamento, preservação, proteção e divulgação), para apoiar os cidadãos/associações/coletividades do seu município?” obtiveram-se dez respostas. Um respondente refere que «através de desafios e aproximação junto da comunidade educativa é possível sensibilizar entidades particulares e coletivas para a importância de proteção e salvaguarda do património cultural», e outra avança com esta ideia alargando-a para além da comunidade educativa, afirmando que «o arquivo tem um papel fundamental na sensibilização de todos os cidadãos, independentemente da sua faixa etária, para a necessidade de salvaguardar e divulgar os espólios documentais particulares (pessoais, familiares, empresariais ou associativos)». Por sua vez, um responsável, em relação aos públicos, alerta para que «o planeamento é uma fase crucial de qualquer ciclo, pela qual se identificam objetivos/metas e recursos necessários para as atividades a desenvolver, devendo ser cuidadosamente divulgado para alcançar o público-alvo, permitindo libertar consciências e "apetite" na comunidade, sendo este o primeiro momento para a angariação de interessados». Outro opina que «a partilha de informação sobre técnicas simples para preservação do património arquivístico pode promover a salvaguarda de acervos particulares, muito importantes para a construção da história

local» e «é importante desde que seja feito através de uma linguagem clara. Só assim é possível chegar à comunidade». A interação com a comunidade é fundamental, por um lado «contribui para que a visão do arquivo municipal se altere, deixando de ser visto apenas como um espaço de depósito e passe a ser olhado, também, como um lugar de comunicação, de partilha de conhecimento, de acesso à informação e de salvaguarda da sua identidade», e ainda «representa uma fotografia/radiografia do que foi o passado, identificando os passos que se podem melhorar». Por outro lado, também foi observado que «o dar conhecimento sobre os acervos arquivísticos à população permite promover o sentimento de pertença e identidade», levantando-se nesta resposta um conceito fundamental de que os arquivos podem ser criadores de sentido de pertença de uma comunidade (KAPLAN, 2000; GILLILAND, 2014; FREITAS, 2024).

Quando questionados sobre se o arquivo já efetuou alguma ação com vista à participação cidadã, dez referiram a intervenção do cidadão na descrição de imagens e de outros tipos de documentos; nove no pedido de empréstimo de documentos para digitalizar ou integrar fundos e coleções; dois pediram a participação através de testemunhos orais sobre história local; oito na transcrição de documentos; um referiu a formação do cidadão no tratamento técnico arquivístico e quatro não desenvolveram nenhuma ação (20% dos profissionais questionados dos arquivos municipais não reúnem condições para desenvolver atividades de participação cidadã). Quanto à pretensão de no futuro se desenvolverem ações deste tipo nos arquivos, apenas um referiu que não pretende; portanto, os outros três que no presente não desenvolvem, desejam fazê-lo no futuro. Os outros acrescentaram novas ações a realizar: recolha de informação para melhorar a descrição arquivística, correção de textos digitalizados por OCR e investigação genealógica.

Quanto à opinião sobre se “O Arquivo Municipal já desenvolveu ou desenvolve alguma ação com vista à participação cidadã?” obtiveram-se seis respostas. Alguns gestores referiram casos práticos, como os «serviços educativos, projeto de salvaguarda dos arquivos de coletividades e tratamento arquivísticos de arquivos particulares»; «promoção de iniciativas destinadas a públicos diversos sensibilizando para a importância do património dos arquivos e, conseqüentemente, para a sua salvaguarda»; «eventos culturais, p. ex. ... há cem anos»; «realização do ciclo "Resgate" realizado mensalmente e que divulga assuntos relativos à região com base nos documentos custodiados pelo arquivo municipal»; «participação na produção de edições, exposições, encontros e formações em história e património em que a documentação de arquivo se funde com documentação de bibliotecas, bens museológicos e testemunhos orais». Oito dos respondentes apontam ações já realizadas que podem ser observadas no quadro 1.

Quadro 1 – Exemplos de ações de participação cidadã mencionadas nas respostas

Nº da ação	Envolvimento da comunidade/cidadão	Título da ação	Objetivos
1	2021. Ampliar o acervo do arquivo municipal de forma a evidenciar a memória e identidade de instituições, gentes e território desta localidade e valorizar o contributo dos municípios na construção da história local.	História e Memórias da ...	Identificar acervos documentais da comunidade, promover a sua integração física, ou digital, no arquivo municipal; difundir os documentos e recolher depoimentos e memórias de municípios sobre a região.
2	Projetos de voluntariado jovem e sénior.	Programa de Recuperação de Arquivos e Documentos de Interesse Municipal.	
3	Assinados protocolos com as associações da cidade de..., criadas até 1974, para tratamento técnico dos seus arquivos e posterior divulgação no AtoM.	Projeto de Salvaguarda da Memória das Práticas Associativas na Cidade de ...	Tratar a documentação das associações.
4	A.M. pesquisa e recolhe acontecimentos descritos em atas, jornais, documentação vária. Esta informação é compilada e encaminhada para os participantes (grupos de teatro) que dramatizam esses acontecimentos.	...há cem anos.	
5	A Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas levou a efeito, em 2016, o projeto, que ainda decorre.	Projeto de salvaguarda dos arquivos das associações de cultura, recreio e desporto.	Proceder a um diagnóstico de situação dos arquivos das entidades associativas de cultura, recreio e desporto; definir uma estratégia de salvaguarda e valorização de património arquivístico destas entidades.
6	Divulgação do património arquivístico.	Resgate de Memórias.	Recolher a história oral e utilizar o áudio e o vídeo como suportes; ampliar o entendimento das alterações experimentadas ao longo dos tempos.

Nº da ação	Envolvimento da comunidade/cidadão	Título da ação	Objetivos
7	<p>2012. Assinalar um desastre de 1936, na Escola Primária de ...</p> <p>2016. História da antiga Central Termoelétrica ...</p> <p>2019 a 2021. Iniciativas como o documento do mês.</p>	<p>Voz às Memórias</p> <p>História e Memória da Central Elétrica ... Quotidianos da Revolução - o 25 de Abril no concelho.</p> <p>Memória de Futuro. Protocolos com instituições e jornais locais para descrição e disponibilização no catálogo.</p>	<p>Recolher testemunhos que presenciaram o desastre e documentação. Solicitar a colaboração da comunidade para a cedência de fotografias e documentos. Recolher testemunhos em áudio e vídeo e documentos com vista à reconstrução das vivências desse período no concelho.</p>
8	2012.	Imagens com História.	Promover a identificação e a recolha de imagens e informação sobre as mesmas junto dos munícipes, com vista à preservação e divulgação da memória coletiva do município.

**Fonte:** Elaboração própria.

Alguns dos gestores pretendem futuramente desenvolver ações com vista à participação cidadã, referindo «uma grande atuação direcionado ao público», «um ciclo de conferências "Poder Local - velhas e novas competências" e a “exposição para divulgação dos acervos documentais das associações e mostra do tratamento técnico efetuado pelo Arquivo Municipal». Para estas ações não indicaram qual é a participação do cidadão, o que leva a crer que estes respondentes ainda não conhecem o conceito em pleno. De destacar a resposta de um responsável que afirma que ««está programado a médio prazo, volto a repetir o que temos vindo a fazer, pois queremos prosseguir!», demonstrando vontade de trabalhar no sentido de envolver a comunidade nas práticas do arquivo.

Quanto à forma de como o arquivo municipal poderia desenvolver ações, 14 afirmam que presencialmente, 12 de forma híbrida, cinco em plataformas digitais e outros cinco em plataformas de *crowdsourcing*, quatro pelo Facebook, três por *email* e dois no Flickr.

Os obstáculos que impedem a realização de ações foram enunciados da seguinte forma pelos respondentes: 16 referem a falta de recursos humanos, nove a falta de instalações, sete a falta de enquadramento na estratégia do arquivo municipal, seis a falta de recursos financeiros e a falta de conhecimento dos profissionais sobre o que é participação cidadã, cinco a falta de formação e de sensibilidade do cidadão sobre esta ação e dois a falta de projetos arquivísticos sobre este tema. Na solicitação de opiniões sobre os obstáculos destacam-se as respostas: a «falta de conhecimento ao nível da comunicação e divulgação

do património cultural»; «a falta de instalações adequadas para o efeito»; «não há sensibilidade, por parte das chefias, relativamente à necessidade de meios que este tipo de trabalho envolve»; «O meu arquivo não dispõe de recursos humanos para assumir esta vertente»; «a desvalorização do património arquivístico» e a falta de dinamismo e de abertura à sociedade em geral e a cada comunidade em particular.

### *Considerações finais*

A resposta à pergunta de partida sobre quais são as perceções dos gestores de informação dos arquivos municipais sobre os conceitos Participação cidadã e Arquivos participativos e quais as práticas de envolvimento com a comunidade que executam nos seus arquivos, foi respondida e os objetivos atingidos. As limitações deste trabalho prendem-se com o facto de a amostra ter sido pequena, mas o maior constrangimento foi a técnica e recolha de dados, que não foi a mais adequada, pois o inquérito por questionário não permitiu respostas muito longas e o desenvolvimento das ideias e de um diálogo com os respondentes. Muitas das respostas foram muito curtas e com conteúdos pouco profundos, o que poderia ter sido mitigado e os resultados enriquecidos através de entrevistas. Estes caminhos poderão ser desenvolvidos em futuros estudos de atualização e aprofundamento das respostas à pergunta de partida.

Na generalidade, as principais conclusões foram, de forma sintética, as seguintes: 100% dos gestores de informação têm conhecimento e concordância com os ODS, 80% considera a participação cidadã nos arquivos municipais muito importante e conseqüentemente, 60% considera muito importante a inclusão de iniciativas que a promovam nos planos de atividades dos serviços, 20% já desenvolvem ações neste sentido.

Reforçou-se a conclusão do primeiro estudo: a participação cidadã e arquivos participativos não são conceitos desconhecidos, embora ainda estejam pouco consolidados.

Os gestores de informação dos arquivos manifestam a perceção de que as ações desenvolvidas, com participação cidadã, aproveitam os recursos humanos e materiais já existentes e são por elas determinadas, dada a exiguidade dos recursos humanos, das instalações e dos recursos materiais. Os gestores reconhecem a importância que os arquivos possuem, nomeadamente em criar ligações e envolver os cidadãos em práticas de cidadania, nas cidades onde estão implantados, para uma vida mais sustentável e transformadora, enquadrando as realidades sociais, culturais e ambientais e fortalecendo esforços para proteger e salvaguardar o património cultural arquivístico, mas os recursos humanos e financeiros não permitem aos arquivos municipais desenvolverem, de modo consistente, projetos deste âmbito e tornarem-se em arquivos participativos.

Os projetos de participação cidadã e o assumir a identificação com arquivos participativos podem ser uma oportunidade para a valorização e divulgação do património arquivístico, bem como para melhorar a relação com a comunidade e o trabalho arquivístico.

## Referências bibliográficas

### ALGARVE. Rede de Arquivos

2018 *A Salvaguarda dos arquivos das Associações: projetos colaborativos dos municípios do distrito de Faro e da Rede de Arquivos do Algarve*. In ENCONTRO NACIONAL DE ARQUIVOS DE ASSOCIAÇÕES DE CULTURA, RECREIO E DESPORTO, 1º, Cascais, 2018. [Em linha]. 2018. [Consult. 10 maio 2020]. Disponível em: <https://rededearquivosdoalgarve.files.wordpress.com/2021/04/a-salvaguarda-dos-arquivos-das-associacoes-cascais-2018.pdf>.

### ALVIM, Luísa; PATRÍCIO, Sandra

2024 Participação cidadã: estudo exploratório nos arquivos municipais portugueses. *Páginas a&b: arquivos e bibliotecas* [Em linha]. 3ª série, nº 21, 2024. [Consult. 1 nov. 2024]. Disponível em: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/paginasaeb/article/view/13854>.

### BENOIT, E.; EVELEIGH, A., ed.

2019 *Participatory archives: Theory and practice*. London: Facet Publishing, 2019.

### CAMPOS, António [et al.]

2020 *Os Projectos de recolha de memória oral do Arquivo Municipal de Sines*. [Em linha]. 2020. [Consult. 23 out. 2023]. Disponível em: [https://www.academia.edu/44547536/OS\\_PROJECTOS\\_DE\\_RECOLHA\\_DE\\_MEM%C3%93RIA\\_ORAL\\_DO\\_ARQUIVO\\_MUNICIPAL\\_DE\\_SINES](https://www.academia.edu/44547536/OS_PROJECTOS_DE_RECOLHA_DE_MEM%C3%93RIA_ORAL_DO_ARQUIVO_MUNICIPAL_DE_SINES). Comunicação ao 2º Encontro Memória para todos, Comunidades e Sustentabilidade, 18-19 nov. 2020.

### COX, Richard J.

2009 Digital curation and the citizen archivist. In *Digital curation: Practice, promises & prospects*. [Em linha]. 2009, p. 102–109. [Consult. 22 jun. 2022]. Disponível em: <https://d-scholarship.pitt.edu/2692/1/CoxOfficialSubmissionRevision.pdf>.

### EUROPEAN CITIZEN SCIENCE ASSOCIATION

2015 *10 Princípios da Ciência do Cidadão*. [Em linha]. Berlim: ECSA, 2015. [Consult. 1 nov. 2024]. Disponível em: <https://www.ecsa.ngo/10-principles/>.

### FREITAS, Maria Cristina Vieira de

2024 *Temas arquivísticos: entre a tradição e a mudança*. Lisboa: Edições Colibri, 2024.

### GILLILAND, Anne

2014 *Conceptualizing 21<sup>st</sup>-century archives*. Chicago: Society of American Archivists, 2014.

### HETLAND, Per; PIERROUX, Palmyre; ESBORG, Line, ed.

2020 *A History of participation in museums and archives: Traversing Citizen Science and Citizen Humanities*. [Em linha]. London: Routledge, 2020. [Consult. 1 nov. 2024]. Disponível em: <https://library.oapen.org/bitstream/handle/20.500.12657/51588/9780429590788.pdf?sequence=1>.

### INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS

2014 *The Lyon Declaration: on access to information and development*. [Em linha]. Haia: IFLA, 2014. [Consult. 1 nov. 2024]. Disponível em: <http://www.lyondeclaration.org/>.

**KAPLAN, Elisabeth**

2000 We are what we collect, we collect what we are: Archives and the construction of identity. *The American Archivist*. [Em linha]. 63:1 (2000) 26-151, 2000. [Consult. 29 ago. 2024]. Disponível em: <https://conservancy.umn.edu/server/api/core/bitstreams/86a34ede-20c5-4188-b91d-a8072bdfa3b4/content>.

**MCCRACKEN, Krista**

2015 Community archival practice: indigenous grassroots collaboration at the shingwauk residential school's centre. *American Archivist*. . [Em linha]. 78:1 (2015) 181-191. [Consult. 19 out. 2024]. Disponível em: <https://doi.org/10.17723/0360-9081.78.1.181>.

**ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS**

2015 *Transforming Our World: The 2030 Agenda for Sustainable Development*. [Em linha]. New York: ONU, 2015. [Consult. 1 nov. 2024]. Disponível em: <https://sustainabledevelopment.un.org/index.php?page=view&type=111&nr=8496&menu=35>.

**POOLE, A.**

2019 Social tagging and commenting in participatory archives: a critical literature review. In *Participatory archives: Theory and practice*. Ed. Per Hetland [et al.]. [Em linha]. Cambridge: Facet, 2019. [Consult. 1 nov. 2024]. Disponível em: <https://doi.org/10.29085/9781783303588.002>.

**PORTUGAL. Direção Geral do Livro, Arquivos e Bibliotecas [et al.]**

2019 *Guia de boas práticas para os arquivos das associações de Cultura, Recreio e Desporto. 1. Gestão de documentos de uso corrente*. [Em linha]. Lisboa: Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas, 2019. [Consult. 10 maio 2020]. Disponível em: <https://arquivos.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/16/2019/07/Guia-arquivos-associacoes-1-v.1.pdf>.

**SILVA, Ana Margarida; BORGES, Leonor Calvão**

2018 A Transcrição e a leitura de manuscritos entre o crowdsourcing e a participação cidadã. In CONGRESSO DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E PROFISSIONAIS DA INFORMAÇÃO, 13º, Fundação, 2018 - *Sustentabilidade e Transformação: atas*. [Em linha]. [Lisboa]: BAD, 2018. [Consult. 30 jun. 2024]. Disponível em: <https://publicacoes.bad.pt/revistas/index.php/congressosbad/article/view/1792>.

**SOCIETY OF AMERICAN ARCHIVISTS**

2024 *Dictionary of archival terminology*. [Em linha]. Chicago: SAA, 2024. [Consult. 20 set. 2024]. Disponível em: <https://dictionary.archivists.org/index.html>.

**THE UNIVERSITY OF MASSACHUSETTS BOSTON. Joseph P. Healey Library**

2024 *RoPA: Roadmap for Participatory Archiving*. [Em linha]. Boston, 2024. [Consult. 1 nov. 2024]. Disponível em: <https://ropa.umb.edu/>.

**UNRIC**

2016 *Guia sobre Desenvolvimento Sustentável: 17 Objetivos para transformar o nosso mundo*. [Em linha]. Bruxelas: Centro de Informação Regional das Nações Unidas para a Europa Ocidental, 2016. [Consult. 1 nov. 2024]. Disponível em: [https://www.instituto-camos.pt/images/ods\\_2edicao\\_web\\_pages.pdf](https://www.instituto-camos.pt/images/ods_2edicao_web_pages.pdf).

**WOODWARD, E.**

2016 Participatory archiving: the next generation in archival methodology. *College and Research Libraries News*. [Em linha]. 77:8 (2016). [Consult. 1 nov. 2024]. Disponível em: <https://crln.acrl.org/index.php/crlnews/article/view/9535/10857>.

**Luísa Alvim** | [mluisa.alvim@gmail.com](mailto:mluisa.alvim@gmail.com)

Universidade de Évora / CIDEHUS, Portugal

**Sandra Patrício** | [sandrapatricio2@gmail.com](mailto:sandrapatricio2@gmail.com)

Arquivo Municipal de Sines: Universidade de Lisboa / Centro de Estudos Clássicos; NOVA FCSH / História, Território e Comunidades, Portugal

# A CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL DE DOCUMENTOS DE ARQUIVO É UMA ABSTRAÇÃO INTELECTUAL OU UM INSTRUMENTO PRÁTICO?

IS THE FUNCTIONAL CLASSIFICATION OF ARCHIVAL RECORDS AN INTELLECTUAL ABSTRACTION OR A PRACTICAL TOOL?

Renato Tarciso Barbosa de Sousa

<https://doi.org/10.21747/21836671/pag24a3>

**Resumo:** A classificação de documentos de arquivo é uma função matricial do que fazer arquivístico e um dos principais desafios. A ferramenta que operacionaliza a classificação é o plano de classificação e a abordagem pacificada para construção desses instrumentos é a funcional, uma ideia que tem mais de oitenta anos. O objetivo é analisar os principais problemas no uso da abordagem funcional da classificação de documentos de arquivo. A pesquisa é de natureza aplicada e qualitativa no que tange à abordagem do problema envolve a metodologia para o uso da abordagem funcional, as experiências realmente funcionais, as questões conceituais e as dificuldades dos usuários.

**Palavras-chave:** Análise funcional; Classificação de documentos; Classificação funcional; Plano de classificação de documentos.

**Abstract:** Classifying records is a core function of what archives do and one of the main challenges. The tool that makes classification operational is the classification plan and the established approach to building these instruments is the functional approach, an idea that is more than eighty years old. The aim is to analyze the main problems in using the functional approach to classifying archive documents. The research is of an applied and qualitative nature in terms of the approach to the problem, which involves the methodology for using the functional approach, actual functional experiences, conceptual issues and user difficulties.

**Keywords:** Functional analysis; Record classification; Functional classification; Record classification scheme.

## Introdução

A Arquivologia, como qualquer área do conhecimento humano, vê sua teoria e sua prática impactadas pela dinâmica dos fenômenos sociais. O que acontece no ambiente privilegiado de existência (as organizações) do seu objeto de trabalho (os arquivos) e na sociedade como um todo tem repercussões importantes em seu pensamento e em seu que fazer. Afinal, os arquivos refletem e documentam a vida e as atividades do mundo real (CUNNINGHAM, 2013).

A expansão das atividades do Estado, a maior complexidade das organizações, o aumento do volume documental, entre outros acontecimentos, formataram conceitos como gestão de documentos, ciclo de vida, teoria das três idades documentais, teoria de valores para avaliação (com Schellenberg, em 1956) e classificação funcional (com Campbell, em 1941, e Schellenberg, em 1956).

A classificação de documentos de arquivo é um tema antigo na literatura e na prática arquivística, mas não faz parte da agenda atual das discussões na área. A importância teórica e prática aludida por vários teóricos da Arquivologia não corresponde a uma

verticalização sobre o tema. Mokhtar e Yusof (2017) afirmam que, embora a classificação seja um elemento-chave da gestão de documentos, ela é pouco explorada no que tange a manuais, normas e em relação às funções avaliação e preservação. Sousa (2005) a define como uma função matricial do fazer arquivístico, pois sem ela não é possível fazer, de maneira técnico-científica, a avaliação e a descrição dos documentos, por exemplo.

Este trabalho situa-se no âmbito da representação e organização arquivística. E o tema é especificamente a classificação de documentos de arquivo. Essa questão pode ser encontrada no âmbito das funções arquivísticas, um dos campos de pesquisa na Arquivologia, conforme defendem Couture, Martineau e Ducharme (1999).

A questão que apresentamos é a seguinte: será que a classificação funcional de documentos de arquivo não passa de uma abstração intelectual sem aplicabilidade prática? O objetivo é analisar os principais problemas no uso da abordagem funcional da classificação de documentos de arquivo.

A pesquisa é de natureza aplicada, pois pretende, a partir da literatura sobre o tema, definir quais são os problemas encontrados no uso de instrumentos de classificação funcional. Trata-se de uma pesquisa qualitativa no que tange à abordagem do problema. E, ainda, explicativa em relação ao objetivo. O procedimento metodológico é a revisão sistemática da literatura referente à trajetória do conceito de classificação nos arquivos, a abordagem funcional na classificação de documentos de arquivo e os problemas encontrados no uso de instrumentos de classificação funcional.

A estrutura deste trabalho envolve, então, uma seção que verificou como se pensou e se praticou a classificação na arquivologia até o aparecimento da classificação funcional, em outras seções trataremos de definir classificação funcional, as críticas aos instrumentos baseados em função e as considerações finais.

### ***Percurso da classificação de documentos de arquivo até a abordagem funcional***

Podemos considerar, *grosso modo*, dois grandes períodos na história das classificações de documentos arquivísticos. O primeiro, que percorre a Antiguidade até o século XIX, e outro do século XIX até nossos dias. O reconhecimento da importância dos princípios fundamentais da classificação dos arquivos nem sempre se consolidou em uma prática. A história registra e testemunha esse fato (SOUSA, 2005).

Assim, a Prússia, nos séculos XVII e XVIII, desenvolveu um método para organizar os documentos produzidos e recebidos pelo governo. Eles passaram a agrupar todos os documentos relacionados ao mesmo assunto e, secundariamente, à mesma transação, atividade ou procedimento, em unidades lógicas e físicas, que ficaram conhecidas como dossiês ou arquivos (files). Esse sistema era chamado de *registratursysteme*. Tratava-se, portanto, do primeiro exemplo de um método sistemático de classificação de documentos a partir de um plano baseado em assunto e função (FOSCARINI, 2009).

A partir das conquistas de Napoleão, esse sistema alemão foi espalhado pela Europa continental, que, segundo Foscarini (2009), melhorou e combinou o registro do documento

com sua classificação. O método, que no início esteve restrito às correspondências que entravam e saíam, foi aplicado, também, aos documentos internos.

Até as primeiras décadas do século XIX, a classificação era elaborada sem levar em conta a origem administrativa dos documentos. Considerava-se como um conjunto único a grande massa documental reunida no Arquivo Nacional francês, por exemplo (SOUSA, 2005).

No século XIX, Van Riemsdijk, contemporâneo de Muller, Feith e Fruin, autores do *Manual de arranjo e descrição*, também pode ser considerado um precursor do moderno paradigma pós-custodial, em que a análise das características individuais dos documentos é substituída pela compreensão das funções de negócio, transações e fluxos de trabalho que permitem a criação dos documentos (KETELAAR, 1996).

De acordo com Trace (2020), a partir do século XIX, a classificação, seguindo ideais iluministas, agrupava documentos, independentemente do criador, conforme classes hierárquicas de assunto predefinidas. Surgia, assim, a classificação por pertinência, que predominou até o final daquele século, quando foi superada pelo estabelecimento do princípio de respeito aos fundos, na França, apesar da ideia de vincular os documentos ao seu produtor não ser uma novidade na Europa.

Esse pensamento foi seguido por Jenkinson, que advogava que os arquivos deveriam sempre referir-se a uma função administrativa, porque eles nunca teriam existido sem ela. Assim, o procedimento para determinar o arranjo seria baseado no estudo da história da organização (ORR, 2005).

Os trabalhos de Schellenberg aprofundaram a questão da classificação, como apresentado na seção anterior. E os que defendem a classificação funcional são, de alguma forma, credores do arquivista americano, pois foi com o seu *Arquivos modernos: princípios e técnicas*, lançado em 1956, que esse modelo foi disseminado pelo mundo.

### ***A classificação funcional na literatura arquivística das três últimas décadas***

Trace (2020) entende que a classificação, como conceito, representa o trabalho intelectual de construir uma estrutura interpretativa, isto é, uma arquitetura representativa ou sistema de categorias (classes). E a abordagem funcional está pacificada na literatura para fundamentar essa arquitetura representativa.

Vários autores fizeram a defesa da classificação funcional de documentos de arquivo, dentre eles: Duranti *et al.* (2002), National Archives of Australia (2003), Shepherd e Yeo (2003), Roberge (2011; 2016), Caravaca (2017). Entretanto, o vetor de propagação da abordagem funcional e da análise funcional foi a primeira versão, em 2001, da norma ISO 15.489-1, que recomendava, claramente, que o desenvolvimento do plano de classificação de documentos de arquivo fosse baseado em uma análise de funções, atividades e processos de trabalho. Em seguida, a ISO 26.122:2008, intitulada *Análise dos processos de trabalho para a gestão de documentos*, trouxe orientações sobre como proceder a uma análise funcional das organizações.

Os benefícios em adotar o modelo funcional para elaborar os planos de classificação foram encontrados na literatura e sistematizados por Orr (2005). São eles: a estabilidade que a função proporciona em relação, por exemplo, à estrutura organizacional; o foco no nível corporativo, ou seja, o entendimento de que o arquivista pode obter uma compreensão completa do órgão ou instituição; a facilidade de classificação e recuperação; - pensa-se que é muito mais fácil classificar com instrumentos que espelhem as atividades que os usuários executam; o fornecimento do contexto dos documentos, pois ele é um elemento essencial de um documento por definição; a fundamentação da avaliação<sup>1</sup> e a descrição, importante para a avaliação funcional ou macroavaliação; a gestão proativa de documentos, pois a classificação funcional fornece a base para a gestão eficaz dos documentos.

A classificação funcional permite tornar o vínculo arquivístico explícito, criar relações estáveis entre os documentos, contextualizá-los, guiar sua acumulação, fornecer uma estrutura lógica, identificar os que são parte de um agrupamento, de um fundo, cumprir uma função legal e administrativa, dirigir a criação de dossiês e séries e permitir a recuperação de documentos em seu contexto. Além disso, ela fornece controle após a criação dos documentos, garante a gestão integrada de sistemas de documentos híbridos, identifica responsabilidades para gestão dos processos administrativos, administra privilégios de acesso, facilita a avaliação e a descrição de documentos, melhora a transparência e possibilita a reconstrução da evolução histórica dos fundos (CARAVACA, 2017).

A partir do final da década de 1990 começam a surgir metodologias para construção de planos de classificação baseados na função. A primeira delas foi a metodologia Dirks (*designing and implementing recordkeeping systems*), desenvolvida na Austrália, pelo arquivo nacional. Em seguida, apareceu a metodologia Bascs, no Canadá, que substituiu um plano de classificação baseado em assuntos. Em 2003, Shepherd e Yeo ofereceram em seu manual uma metodologia baseada em Schellenberg (função-processo-atividade). Em 2010, Alberts *et al.*, analisando as limitações práticas e teóricas da classificação funcional, propuseram a Semântica Integrada de Serviços de Informação (ISIS). Esse modelo está ancorado na introdução de uma orientação de negócio, na estrutura de classificação facetada juntamente uma metodologia para produzir uma representação da estrutura abstrata. E, mais recentemente, Mokhtar e Yusof (2017) construíram o Modelo de Classificação de Documentos (RCM), que está concentrado na primeira fase dos requisitos funcionais da gestão de documentos, denominada “criação”. Para as autoras, a principal preocupação ao criar documentos é garantir que eles sejam produzidos no contexto, sustentando seus metadados, gerenciamento de agregações e ferramentas de classificação.

No Brasil, o Arquivo do Estado de São Paulo publicou, em 2008, o *Manual para elaboração de planos de classificação e tabelas de temporalidade de documentos da administração pública do Estado de São Paulo: atividades-fim*. Nesse trabalho, a metodologia proposta é dividida em dez momentos, que tem início com uma análise funcional a partir dos documentos de direção (decretos de criação, regimentos internos etc.) para estruturar o plano de classificação em funções, subfunções e atividades.

---

<sup>1</sup> Paul Sabourin apresenta a dificuldade de aplicar a macroavaliação ou avaliação funcional a partir de plano de classificação baseado em assunto. Fala, ainda, da importância de usar o modelo funcional para os instrumentos de classificação (SABOURIN, 2001).

A metodologia Dirks, elaborada pelo Arquivo Nacional da Austrália, no final da década de 1990, é considerada como a primeira e mais consistente metodologia publicada disponível, que fornece uma abordagem holística do estabelecimento de um efetivo e significativo programa de gestão de documentos e de arquivos. Ela é formada por oito passos, e um deles é o Passo E, intitulado *Análise da Atividade de Negócio*, que visa desenvolver um modelo conceitual do que a organização faz e como faz. Isso serve como base para a construção de um sistema de classificação baseado na função. São analisadas, então, as funções, atividades e transações. As atividades são definidas como as principais tarefas realizadas pela organização para cumprir cada uma das funções. Diversas atividades podem ser associadas com cada função, e transações, como a menor unidade da atividade de negócio. As transações ajudam a definir o escopo das atividades e fornecem a base para identificar os documentos que são necessários para alcançar as necessidades de negócio da organização (XIE, 2007).

O Bascs é a metodologia canadense para construção de um sistema de classificação funcional. Ele tem uma hierarquia de três elementos destinada a caracterizar os contextos de negócio e organizacional: função, subfunção, atividade. As subfunções são os maiores e únicos passos do processo de negócio com que uma organização realiza a função. Esse modelo desconstrói amplos domínios de responsabilidade governamental em basicamente três níveis: (1) função, que é o nível de atividade mais alto indicado por um título de bloco, (2) subfunção, que é o segundo nível mais alto de atividade representado por um título principal, e (3) a “atividade”, usada como um termo genérico para atividade, ação ou transação (SABOURIN, 2001).

Trabalhar com a classificação funcional exige dois esforços importantes. O primeiro é a fragilidade conceitual de termos importantes ou cruciais para sua elaboração, como é o caso do conceito de função e os seus desdobramentos, subfunção, atividade, tarefa/transação/rotina. O segundo é a consolidação de uma metodologia que passa necessariamente pela análise funcional, que encontra suas bases fora da Arquivologia.

A literatura deixa claro que não existe um modelo comum de classificação baseado em funções, nem nos modelos de números de elementos, nos de números de níveis ou em respeito às convenções de nomenclatura (SOUSA, 2005; ORR, 2005).

A base teórica da classificação esteve muito longe de ser estável. Inicialmente, o trabalho arquivístico assentava-se na pertinência ou no assunto, maneiras de acesso intelectual que privilegia o conteúdo informacional e a experiência de busca do usuário. Atualmente, a proteção dos documentos como evidência é a razão moderna da atividade classificatória. Teoricamente, os documentos servem como evidência da ação e da atividade quando relacionados ao contexto de sua criação e uso originais (TRACE, 2020).

### ***Críticas à abordagem funcional da classificação de documentos de arquivo***

As funções delimitam e descrevem as atividades que produzem documentos. Elas fornecem uma maneira de mostrar as relações entre as organizações produtoras de documentos e os documentos que elas produzem, mas o que é uma função? (HURLEY, 1993).

Hurley (1993) tentando responder essa questão indica de maneira categórica: função não é assunto. Há uma semelhança superficial, principalmente nos níveis inferiores da atividade administrativa. As atividades da maioria das unidades político-administrativas podem ser tratadas com o uso de três a cinco termos relacionados à função, mas os assuntos documentos terão uma infinidade de termos. O autor continua indicando o primeiro grande problema no uso da função: ela não é um fenômeno científico que opera segundo leis da natureza, mas, muito pelo contrário, é um produto da mente humana e do processo político. E disso vem um alerta: a metodologia de análise funcional deve, de modo semelhante, admitir certa confusão, falta de lógica e a obscuridade do pensamento e do comportamento humano. Isso fica mais evidente quando encontramos funções em uma organização que não estão estabelecidas nos documentos de direção (regimento interno, estatuto etc.). Além disso, as funções passam por um processo evolutivo de mudança no tempo e espaço.

E por conta dessas imprecisões do conceito de função encontramos autores que demonstraram a dificuldade no uso de arquiteturas representativas baseadas na abordagem funcional.

As críticas podem ser sistematizadas em relação à falta de um consenso sobre o significado do conceito de função, a ausência de metodologias que indiquem os procedimentos para a construção de planos de classificação funcionais e as dificuldades encontradas pelos usuários para compreender e utilizar esses instrumentos.

A primeira questão que se apresenta é a que define o próprio tipo de classificação: o significado do conceito de função e seus desdobramentos. A ideia de que os documentos têm uma relação especial com as funções da organização e, dessa forma, devem ser processados, armazenados e acessados, surgiu na prática profissional antes de ser descrita na literatura arquivística. Os documentos são, essencialmente, informações sobre atividades e não sobre assuntos, objetos, produtos finais ou temas (DURANTI e FRANKS, 2015).

A literatura arquivística brasileira fornece em pequeno número a definição de função. Na verdade, trabalhamos com apenas três significados, sendo dois deles traduções de normativos internacionais. Um, é o que aparece na tradução para o português da *Norma internacional de descrição de funções*, do Conselho Internacional de Arquivos, elaborada pelo Arquivo Nacional, em 2008. Outro é fornecido pelo Arquivo do Estado de São Paulo, em sua publicação *Manual de elaboração de planos de classificação e tabelas de temporalidade de documentos da Administração Pública do Estado de São Paulo: atividades-fim*, de 2008, que entende a função como “o conjunto de atividades que o Estado exerce para a consecução de seus objetivos, que pode ser identificada como direta ou essencial (atividade-fim) e indireta ou auxiliar (atividade-meio)”. E, mais recentemente, a definição que aparece na ABNT NBR ISO 15.489-1:2018, como “conjunto de atividades que cumpre as principais responsabilidades para alcançar os objetivos estratégicos de uma entidade de negócio”.

Abaixo, apresentamos o Quadro 1 com as principais definições de função encontradas na literatura internacional.

Quadro 1– Definições de ‘função’ na literatura arquivística

Definição	Fonte
“Todas as responsabilidades atribuídas a um órgão para cumprir suas finalidades mais amplas para os quais foi criado”.	SCHELLENBERG, T. R. - <i>Arquivos modernos: princípios e técnicas</i> . Rio de Janeiro: FGV, 2005.
“Funções são as maiores unidades da atividade de negócio em uma organização. Elas representam as grandes responsabilidades que são gerenciadas pela organização para atingir seus objetivos. São agregados de alto nível das atividades da organização”.	STATE OF NEW SOUTH WALES - <i>Strategies for documenting government business: the Dirks manual</i> . 2018.
“Uma função é: (1) qualquer propósito, responsabilidade, tarefa ou atividade de alto nível que seja atribuída a uma instituição pela legislação, política ou mandato”.	SABOURIN, Paul - Constructing a functions-based records classification system: business activity structure classification system. <i>Archivaria</i> . 51 (2001) 137-154.
“Funções são as maiores responsabilidades realizadas por uma organização em cumprimento às suas finalidades. A função de uma organização é uma entidade lógica e é descrita usando verbos transitivos. A estrutura fornece a condição operacional com a qual a função é desenvolvida”.	SHEPHERD, E.; YEO, G. <i>Managing records: a handbook of principles and practice</i> . Londres: Facet, 2003.
“Qualquer objetivo de alto nível, responsabilidade ou tarefa prescrita como atribuição de uma entidade coletiva pela legislação, política ou mandato. Funções podem ser decompostas em conjuntos de operações coordenadas, tais como subfunções, procedimentos operacionais, atividades, tarefas ou transações”.	CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS - <i>ISDF: Norma internacional para descrição de funções</i> . Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.
“Uma unidade de atividade de negócios de uma organização. As funções representam as principais responsabilidades que são geridas pela organização a fim de cumprir os seus objetivos. As funções são agregados de alto nível das atividades da organização. As funções podem ser originadas por meio da legislação, da política ou do desenvolvimento de programas, ou podem representar um conjunto de tarefas ou atividades que resultam em bens ou serviços que se espera que a organização forneça”.	INTERNATIONAL RECORDS MANAGEMENT TRUST - <i>Glossary of terms</i> . Londres: IRMT, 2009.
“Responsabilidade ou objetivo principal assumido pela sociedade ou realizado por um agente e integrado por um conjunto de atividades e processos”.	HEREDIA HERRERA, Antonia - <i>Lenguaje y vocabulário arquivísticos: algo más que um diccionario</i> . Sevilla: Junta de Andalucía, 2011.

Definição	Fonte
“Conjunto de atividades do domínio de assuntos e de gestão interna de uma organização”.	ROBERGE, Michel - <i>Le Schéma de classification hiérarchique des documents administratifs: Conception, développement, déploiement et maintenance</i> . Quebec: Editions Michel Roberge, 2011.
“As atividades de uma organização ou indivíduo realizadas para cumprir algum mandato ou missão.”	PEARCE-MOSES, Richard - <i>A Glossary of archives and records terminology</i> . [Em linha]. Chicago: The Society of American Archivists, 2005. [Consult. 9 maio 2025]. Disponível em: <a href="http://www.archivists.org/glossary">www.archivists.org/glossary</a> .

**Fonte:** elaboração própria.

Observamos que nas definições apresentadas sobressai o fato de a função ser vinculada à responsabilidade de uma organização e de ser formada por um conjunto de atividades.

Estudos, entretanto, têm mostrado as dificuldades no entendimento do conceito de função. Eastwood escreveu, em 1994, que estamos longe de compreender o que entendemos por função na arquivologia e como a função rege a criação dos documentos. Parece que isso continua a predominar. Bak (2012) afirmou que a gestão de documentos promovia a classificação funcional sem definições autorizadas de funções e seus subcomponentes e sem diretrizes sobre como implementar um sistema de classificação funcional.

Hurley (1993) afirmou que não sabe exatamente o que é uma função, mas sabe o que não é. Por exemplo, ela não é um assunto. É verdade que existe uma semelhança superficial e que essa semelhança é mais marcante nos níveis mais baixos da atividade administrativa (transação). A diferença entre função e assunto é mais clara nos níveis mais altos da organização. Ele cita, por exemplo, que legislar é função evidente de uma legislatura (função: legislatura). Entretanto, são numerosos os assuntos tratados na jurisdição do governo.

Que regras (se existirem) determinam a taxonomia e a nomeação das funções? Quão amplo ou estreito deve ser o âmbito de uma função? O que distingue as variações dentro de uma função das diferenças que caracterizam uma nova função? Esses questionamentos foram feitos por Hurley na década de 1990. Entretanto, não encontramos, na literatura, respostas a eles.

Apesar da crescente influência das abordagens de classificação baseadas em atividades funcionais ou de negócios, há uma forma variada de interpretações de como isso deve ser feito. Dessa forma, outros princípios de classificação, como estrutura da organização, tipo ou conteúdo do documento, são igualmente comuns (GUERCIO, 2002).

Duranti e Franks (2015) entenderam que um dos fatores que contribuem para tornar a análise das funções difícil tem a ver com a relatividade das noções de missão (geralmente associada à função) e processo ou meio (comumente relacionado à atividade). As autoras sugerem que os estudos em sociologia, administração e psicologia social podem ajudar no entendimento do conceito de função.

Observamos na literatura arquivística, e especificamente naquela sobre classificação funcional de documentos de arquivo, a ausência de uma orientação clara sobre como determinar o escopo de uma função. Na verdade, não fica evidente como construir uma hierarquia consistente e abrangente de funções, subfunções etc. e, principalmente, como representar processos que atravessam a organização (FOSCARINI, 2012).

A distinção entre função e processo é difícil de aplicar na prática, pois é muito artificial. Os desenvolvedores de classificação funcional carecem de uma base e de metodologia teórica consistente. Profissionais diferentes podem produzir representações funcionais diferentes. Quando os processos de trabalho são horizontais ou sequenciais, cruzam múltiplas funções. Assim, a informação criada ao longo desses processos não pode ser agrupada, o que dificulta a existência de uma estrutura hierarquizada. Por isso alguns autores (MAS e MARLEAU, 2009; ALBERTS *et al.*, 2010) estão buscando a classificação facetada como alternativa à classificação representada em uma estrutura hierárquica.

A maioria dos sistemas de classificação é híbrida, mistura princípios de classificação na mesma estrutura hierárquica. Por exemplo, inclui uma classe para contratos (espécie do documento), para um setor em particular (estrutura organizacional), para determinados clientes ou para uma abordagem baseada no assunto (BAK, 2012). Para os finlandeses Packalén e Henttonen (2016), a classificação funcional envolve, frequentemente, confusão metodológica e conceitual, além de questões de usabilidade.

Foscarini (2006) procurou uma justificativa para o fato de a classificação não ser apoiada desde o início por metodologia e teoria sólidas. Para ela, isso pode estar relacionado ao fato de ser de responsabilidade do criador organizar seus próprios documentos, de acordo com as necessidades de suas atividades. Onde não há orientação arquivística, o usuário vai construindo alternativamente suas práticas, muitas delas complicadoras de um futuro tratamento técnico-científico da documentação.

Vários são os autores que apontaram, em seus estudos, dificuldades no uso e na construção desses instrumentos (CALABRIA, 2004; ORR, 2005; MAS e GAGNON-ARGUIN, 2007-2008; FOSCARINI, 2009; FOSCARINI, 2010; GUNNLAUGSDOTTIR, 2012; IFOULD e JOSEPH, 2016; PACKALÉN, 2016; MOKHTAR e YUSOF, 2017).

Um desses estudos foi realizado em uma cidade australiana e desenvolvido por Calabria (2004), que analisou os problemas do plano de classificação funcional. Os principais resultados foram a dificuldade que os usuários tinham para identificar a função de nível superior para classificar o documento e a complicação que sentiam em distinguir as funções. Os termos de pesquisa preferidos pelos usuários foram baseados em assuntos (43%), atividades (20%) e função (8%). Outra questão interessante levantada pela pesquisa foi que, em apenas 52% dos casos, foi identificada com êxito a função correta para um documento de arquivo.

Ao analisar o uso de instrumentos de classificação baseados em funções entre organizações no Reino Unido, Canadá e Austrália, Orr (2005) encontrou entendimentos variados e inconsistentes de classificação, princípios de classificação e construção e uso de tesouros. Embora a teoria da gestão de documentos tenha orientações relativamente sofisticadas sobre os princípios segundo os quais os documentos devem ser classificados, na prática, as unidades político-administrativas divergem consideravelmente e são frequentemente reféns de esquemas culturalmente dados.

Em um estudo sobre a organização e a recuperação de documentos institucionais digitais no contexto da gestão descentralizada dos recursos informacionais, que buscou conhecer as práticas dos funcionários de uma instituição para gerenciar os arquivos que ficam em seus espaços individuais de trabalho (“computadores pessoais”), Mas e Gagnon-Arguin (2007-2008) perceberam que essas pessoas não usavam o plano de classificação institucional. Nos espaços individuais de trabalho, há uma preferência, identificou o estudo, por recorrer a estratégias pessoais de organização de documentos, mais adequadas às suas necessidades e muito distantes da abordagem funcional.

A experiência canadense, relatada por Alberts *et al.* (2010), demonstrou que a implementação da classificação funcional de documentos de arquivo exige uma mudança cultural significativa. É mais fácil para os usuários se relacionarem com a estrutura organizacional, que mostrou ser bem mais entendida, do que com a baseada em funções, que parece uma abstração intelectual e não instrumento prático.

As classificações que refletem as funções organizacionais, para Alberts *et al.* (2010), falham em espelhar a forma como os usuários finais de tais sistemas realizam o seu trabalho diário. Há uma dificuldade em relacionar as suas atividades com o modelo funcional e o resultado é uma pobre adoção e baixa qualidade do instrumento. O maior obstáculo é a percepção de que o trabalho dos servidores/empregados é pessoal ou pertence à sua unidade de trabalho e não à função.

Reclamações de usuários incluem percepções de que a classificação funcional não é intuitiva, é desnecessariamente complexa e mais demorada do que por outros meios (ORR, 2005). Processos de negócios geralmente abrangem funções, com os funcionários reunindo e compartilhando as tarefas e as informações necessárias para realizá-la. Impor classificação funcional em tal contexto resulta em ilhas informacionais, o que dificulta a produção de visões horizontais da informação (BAK, 2012).

Na prática, criadores e usuários de documentos (pessoas que cumprem as funções organizacionais) parecem preferir qualquer forma de classificação de documentos, exceto a classificação funcional. A pobre adoção pelos usuários da classificação institucional leva à gestão de documentos paralela e não oficial (MAS, 2011; BAK, 2012).

### **Considerações finais**

A característica do mundo arquivístico exige que a classificação de documentos de arquivo seja inteligível para funcionários leigos. Entretanto, um plano baseado em funções exige de quem o opera um entendimento de que suas atividades fazem parte de um conjunto de relacionamentos que tem início com a missão, finalidade ou objetivo principal da organização. A divisão social do trabalho nas organizações contemporâneas dificulta ou embaça esse entendimento. O servidor/funcionário geralmente está envolvido com um processo, ou mesmo com uma pequena parte dele. A visão do todo não lhe é natural. Perguntamos se, na verdade, deveria ser.

É transparente a confusão terminológica existente no gerenciamento da classificação de documentos de arquivo. As definições, quando existem, são herméticas e ambíguas. E isso atrapalha os arquivistas, resultando em instrumentos inconsistentes para um número grande de atividades (FOSCARINI, 2012).

As metodologias propostas apresentadas na seção 4 falham em apresentar questões consistentes sobre a estrutura, a lógica e a semântica, elementos fundamentais para a construção de planos de classificação de documentos de arquivo. Apesar de Xie (2007) acreditar que a junção dos pontos positivos das metodologias Dirks e Bascs ser uma opção interessante para a elaboração de planos de classificação baseados na função.

O conhecimento do comportamento do usuário na busca e armazenamento da informação sugere que não é mais “natural” os documentos serem organizados por função, por evento, por estrutura organizacional, por localização, por classificação de segurança ou mesmo por assunto, como sugerem os estudos de caso já mencionados neste artigo. A classificação é um reflexo dos propósitos humanos particulares e não de processos naturais. A partir dessa argumentação, Bak (2012:296) faz o seguinte questionamento: “Por que os arquivistas não tratam os hábitos pessoais de gestão de documentos dos criadores e usuários de documentos como importantes para questões de classificação?”.

Os novos comportamentos informacionais dos servidores/funcionários das organizações demonstram que o usuário quer ser acolhido pelos sistemas de informação, quer que suas demandas e expectativas sejam contempladas na construção de tais sistemas.

A literatura aponta de forma clara que a classificação baseada na função é uma abstração intelectual com dificuldades importantes para ser um instrumento prático, amigável e adequado, conforme se exige de algo que será operado por usuários leigos.

O nível alto de abstração da função dificulta o entendimento tanto para o usuário quanto para os arquivistas. Como defendido pelo National Archives of Australia (2003) e por Smit (2018), é necessário construir um plano de classificação de funções e atividades. Ele tem dois objetivos. O primeiro é representar os níveis mais altos vinculados à função e seus desdobramentos em um plano de classificação de documentos. O segundo é servir como um vocabulário controlado de onde se retirariam os termos adequados para a nomeação das unidades de classificação nos seus níveis mais altos. A partir dessa estrutura abstrata definida pela análise funcional, teríamos que construir os níveis mais baixos, no caso de uma estrutura hierárquica, tendo como fundamento as séries documentais, os tipos documentais, as formas como os usuários utilizam os documentos em seu processo de trabalho, etc.

A questão da classificação de documentos de arquivo tem vários aspectos, cada um com suas complexidades. Não existe uma solução simples e nem estamos perto de um tratamento completo, mas diferentemente do que pensam McLeod (2014), em sua defesa do bom em relação ao perfeito, e Lappin *et al.* (2021), em sua proposta de modelo no local para a gestão de documentos digitais, precisamos avançar em equipar nossos sistemas (de gestão de documentos ou de negócios) com requisitos que possibilitem o uso, a preservação e o acesso ao longo do tempo. Criando, assim, uma articulação consistente entre as preocupações centradas no arquivista e as preocupações centradas no usuário.

As críticas encontradas na literatura à elaboração, à compreensão e ao uso de planos de classificação baseados em funções tornam o instrumento mais próximo de uma abstração intelectual, que satisfaz mais o arquivista do que o usuário e, como observado, ainda, de planos que são construções completamente arbitrárias. E, também, distante de uma ferramenta prática e amigável de intervenção na organização dos documentos.

Poderíamos pensar que uma alternativa seria o usuário operar com a classificação por meio de metadados fornecidos ao sistema, que a partir deles faria os relacionamentos necessários para classificar os documentos ou com a utilização de algoritmos capazes de relacionar o documento (metadados) com categorias de uma arquitetura representativa. E aí entramos no campo da classificação automática, que já começou a ser tratada pela literatura arquivística e fora dela, cuja importância deverá ser acompanhada por mais estudos e pesquisas.

### **Referências bibliográficas**

**ALBERTS, Inge [et al.]**

2010 Bridging functions and processes for records management. *Canadian Journal of Information and Library Science*. 34:4 (2010) 365-390.

**ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS**

2022 *ABNT NBR ISO 26.122:2022. Informação e documentação: análise do processo de trabalho para documentos de arquivo*. Rio de Janeiro: ABNT, 2022.

**ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS**

2018 *ABNT NBR ISO 15489-1: 2018. Informação e documentação: gestão de documentos de arquivo. Parte 1: Conceitos e princípios*. Rio de Janeiro: ABNT, 2018.

**BAK, Greg**

2012 Continuous classification: capturing dynamics relationships among information resources. *Archival Science*. 12 (2012) 287-318.

**BERNARDES, Ieda Pimenta, ed.**

2008 *Manual de elaboração de planos de classificação e tabelas de temporalidade de documentos da administração pública do Estado de São Paulo: atividades-fim*. São Paulo: Arquivo Público do Estado, 2008.

**CALABRIA, Tina**

2004 *Evaluating caloundra city council's EDMS classification*. [Em linha]. 2004. [Consult. 7 maio 2020]. Disponível em: [https://www.steptwo.com.au/files/kmc\\_caloundracouncil.pdf](https://www.steptwo.com.au/files/kmc_caloundracouncil.pdf).

**CAMPBELL, Eduard G.**

1941 Functional classification of archival material. *The Library Quarterly: information, community, policy*. 11:4 (1941) 431-441.

**CARAVACA, Maria Mata**

2017 *Políticas and requirements for archival sedimentation in a hybrid records management environment: a critical analysis of international writings*. Roma, 2017.  
Tese de doutorado - Sapienza Università di Roma.

**CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS**

2008 *ISDF: Norma internacional para descrição de funções*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.

**COUTURE, Carol; MARTINEAU, Jocelyne; DUCHARME, Daniel**

1999 *A Formação e a pesquisa em arquivística no mundo contemporâneo*. Brasília: Finatec, 1999.

**CUNNINGHAM, Adrian**

2021 Cómo de lleno está el vaso? Cambios y desafíos para los profesionales de los documentos frente a la transformación digital en la era de los datos. *Tabula*. 21 (2021) 21-43.

**DURANTI, Luciana**

1997 The Archival bond. *Archives and Museum Informatics*. 11 (1997) 213-218.

**DURANTI, Luciana; FRANKS, Patrica C., ed.**

2015 *Encyclopedia of archival science*. Lanha: Rowman & Littlefield, 2015.

**DURANTI, Luciana [et al.]**

2002 *Preservation of the integrity of electronic records*. Dordrecht: Kluwer, 2002.

**EASTWOOD, Terry**

1994 What is archival theory and why is it important? *Archivaria*. 37 (1994) 122-130.

**FOSCARINI, Fiorella**

2012 Understanding functions: an organizational culture perspective. *Records Management Journal*. 22 (2012) 20-36.

**FOSCARINI, Fiorella**

2010 La Clasificación de documentos basada em funciones: comparación de la teoría y la práctica. *Tabula*. 13 (2010) 41-57.

**FOSCARINI, Fiorella**

2009 *Function-based records classification systems: an exploratory study of records management practices in central banks*. 2009.  
Tese de doutorado - University of British Columbia.

**FOSCARINI, Fiorella**

2006 Records classification and functions an archival perspective. *Knowledge Organization*. 33:4 (2006).

**IFOULD, Peta; JOSEPH, Pauline**

2016 User difficulties working with a business classification scheme: a case study. *Records Management Journal*. 26:1 (2016).

**GUERCIO, Maria**

2002 Records classification and content management: old functions and new requirements in the legislations and standards for electronic record-keeping systems. In *Proceedings of the DLM-Forum 2002: access and preservation of electronic information: best practices and solutions*. Barcelona, 2002.

**GUNNLAUGSDOTTIR, Johanna**

2012 Functional classification scheme for records: a way to chart documented knowledge in organizations. *Records Management Journal*. 22:2 (2012) 116-129.

**HEREDIA HERRERA, Antonia**

2011 *Lenguaje y vocabulario archivísticos: algo más que um diccionario*. Sevilla: Junta de Andalucía, 2011.

**HURLEY, Chris**

1993 What, if anything, is a function? *Archives & Manuscripts*. 21:2 (1993).

**INTERNATIONAL RECORDS MANAGEMENT TRUST**

2009 *Glossary of terms*. London: IRMT, 2009.

**KETELAAR, Eric**

1996 Archival theory and the Dutch Manual. *Archivaria*. 41 (1996) 31-40.

**LAPPIN, James [et al.]**

2021 Rival records management models in an era of partial automation. *Archival Science*. 21 (2021) 243-266.

**MCLEOD, Julie**

2014 Reinventing archival methods: reconceptualising electronic records management as a wicked problem. *Archives and Manuscripts*. 42:2 (2014) 193-196.

**MAS, Sabine; GAGNON-ARGUIN, Louise**

2007-2008 Problématique de l'organisation et du repérage des documents administratifs électroniques dans un contexte de gestion décentralisée des ressources informationnelles. *Archives*. 39:2 (2007/2008), 47-87.

**MAS, Sabine; MARLEAU, Yves**

2009 Proposition of a faceted classification model to support corporate information organization and digital records management. In *Proceedings of the 42nd Hawaii International Conference on System Sciences*. Hawaii, 2009.

**MOKHTAR, Umi Asma; YUSOF, Zawiyah M.**

2017 *Records classification: concepts, principles and methods, information, systems, context*. Kindlington: Elsevier, 2017.

**MOKHTAR, Umi Asma; YUSOF, Zawiyah M.**

2015 Function-based classification: model development and validation. *Open Journal of Social Sciences*. 3:3 (2015).

**NATIONAL ARCHIVES OF AUSTRALIA**

2003 *Overview of classification tools for Records Management*. [Em linha]. Canberra: National Archives of Australia, 2003. [Consult. 1 maio 2020]. Disponível em: <https://www.naa.gov.au/sites/default/files/2019-10/classification-tools.pdf>.

**ORR, Stuart Anthony**

2005 *Functions-based classification of records: is it functional?* Newcastle, 2005. Dissertação de mestrado - Northumbria University, Newcastle.

**PACKALÉN, Saara**

2016 *Function-based records organization in the Finnish public sector*. Comunicação ao Congresso Internacional de Arquivos, Seul, 2016.

**PACKALÉN, Saara; HENTTONEN, Pekka**

2016 Recordkeeping professional understanding of and justification for functional classification: Finnish public sector organizational context. *Archival Science*, 2016, 16, 403-419.

**PEARCE-MOSES, Richard**

2005 *A Glossary of archival and records terminology*. Chicago: The Society of American Archivists, 2005. Disponível em: <https://dictionary.archivists.org/>.

**ROBERGE, Michel**

2016 *La Gestion intégrée des documents d'activité technologiques et en format papier*. Quebec: Editions Michel Roberge, 2016.

**ROBERGE, Michel**

2011 *Le Schéma de classification hiérarchique des documents administratifs: conception, développement, déploiement et maintenance*. Quebec: Editions Michel Roberge, 2011.

**SABOURIN, Paul**

2001 Constructing a functions-based records classification system: Business Activity Structure Classification System. *Archivaria*. 51 (2001) 137-154.

**SCHELLENBERG, T. R.**

2005 *Arquivos modernos: princípios e técnicas*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

**SHEPHERD, Elizabeth; YEO, Geoffrey**

2003 *Managing records: a handbook of principles and practice*. Londres: Facet, 2003.

**SMIT, Johanna Wilhelmina**

2018 Vocabulário controlado e controle de vocabulário em arquivos. *Acervo*, Rio de Janeiro. 31:3 (2018) 46-56.

**SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de**

2005 *Classificação em arquivística: trajetória e apropriação de um conceito*. São Paulo, 2005.  
Tese de doutorado - Universidade de São Paulo.

**STATE OF NEW SOUTH WALES**

2018 *Strategies for documenting government business: the Dirks manual*. 2018.

**TRACE, Ciaran B.**

2020 Maintaining records in context: a historical exploration of the theory and practice of archival classification and arrangement. *The American Archivist*. 83:1 (Spring/Summer 2020) 91-127.

**XIE, Sherry Li**

2007 *Function-based records classification system: a comparative study*. {Em linha}. 2007. [Consult. 30 maio 2010]. Disponível em:  
[http://www.armaedfoundation.org/pdfs/Sherry\\_Xie-Study.pdf](http://www.armaedfoundation.org/pdfs/Sherry_Xie-Study.pdf).

Renato Tarciso Barbosa de Sousa | [renasou@unb.br](mailto:renasou@unb.br)

Universidade de Brasília (UNB), Brasil

# O RECOLHIMENTO AOS ARQUIVOS PERMANENTES: impactos da tabela de temporalidade de atividade-fim para hospitais militares, universitários e instituições federais brasileiras

COLLECTION FOR PERMANENT ARCHIVES: impacts of the end-of-activity temporality table for military hospitals, universities, and federal institutions in Brazil

Melina de Brito dos Santos | Raffaella Dayane Afonso

<https://doi.org/10.21747/21836671/pag24a4>

**Resumo:** A criação da Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo relativa às atividades-fim dos Hospitais Federais, Universitários, das Forças Armadas e dos Institutos Federais, aprovada em agosto de 2024, trouxe desafios quanto à compreensão do instrumento e seus códigos voltados à organização e tratamento da documentação médico-hospitalar. Este trabalho, de caráter bibliográfico, documental e observacional, tem como objetivo analisar os desdobramentos da nova tabela na descrição, avaliação e recolhimento de documentos, além de identificar lacunas de codificação. A investigação buscou compreender como o instrumento influencia a gestão documental, destacando pontos positivos e negativos de sua aplicação. Entre os principais resultados, observa-se que vários documentos tiveram sua destinação alterada para guarda permanente, o que impacta significativamente os arquivos permanentes, exigindo novas estratégias de organização e espaço físico. Assim, o estudo reforça a importância de refletir sobre a padronização, a aplicabilidade da tabela e seus efeitos na preservação da memória institucional.

**Palavras-chave:** Arquivo médico; Arquivos permanentes; Gestão de documentos médico-hospitalares; Plano de classificação e tabela de temporalidade de atividade-fim hospitalar brasileira.

**Abstract:** The creation of the Table of Temporality and Destination of Archival Documents related to the core activities of Federal, University, Armed Forces, and Federal Institute Hospitals, approved in August 2024, brought challenges in understanding the tool and its codes aimed at organizing and handling medical and hospital documentation. This bibliographic, documentary, and observational study aims to analyze the implications of the new table in the description, evaluation, and collection of documents, in addition to identify coding gaps. The investigation sought to understand how the tool influences document management, highlighting positive and negative points from its application. Among the main results, it was observed that several documents had their destination changed to permanent storage, which significantly impacts permanent archives, requiring new strategies for organization and physical space. Thus, the study reinforces the importance of reflecting on standardization, the applicability of the table, and its effects on the preservation of institutional memory.

**Keywords:** Medical records; Permanent archives; Management of medical and hospital documents; Classification plan and temporality table for Brazilian hospital core activities.

## Introdução

No âmbito arquivístico, classificar e avaliar são tarefas na garantia de controle do fluxo, para o acesso e a disponibilização de informação. Entretanto, a gestão de documentos de arquivo parte de uma descrição arquivística que permite a compreensão do conteúdo encontrado no acervo, tanto o conhecimento como a localização dos documentos, facilitando a consulta dos fundos documentais e das coleções dos arquivos.

A função classificação possibilita o estabelecimento de relações entre os documentos, garantindo a manutenção de sua denominação ao longo do tempo, que contribui para

recuperação de todos os documentos relacionados com a função ou atividade, distribuindo as responsabilidades sobre cada documento, realizando a divisão de tarefas e estabelecendo prazos e uma destinação final. Com isso, a função arquivística é incentivada para a elaboração de instrumentos de pesquisa, oferecendo ideias de representação, identificação, descrição e organização dos conjuntos documentais, além de estabelecer métodos para os processos e suas várias etapas, e assim viabilizando um contexto de produção com fins de acesso.

A tabela de temporalidade e destinação dos documentos de arquivo possui a função de ser um instrumento de gestão arquivística documental e é de caráter singular: por direcionar a escolha no processo de descrição e codificação em arquivos, pela sua capacidade de orientar os técnicos na tarefa de seleção dos documentos a ser eliminados (principalmente no cumprimento de prazos de guarda - nas fases corrente e intermediária), e na destinação final, se será descartado ou preservado em guarda permanente. Além disso, o código de classificação de documentos acarreta algumas funções, dentre elas: permitir a articulação entre os conjuntos documentais produzidos, formadores dos arquivos e as funções, e as atividades exercidas pelo produtor; permitir a organização e ordenação dos documentos; possibilitar o acesso às informações de forma rápida, eficiente e segura; e assegurar que a prática da avaliação se constitua numa atividade essencial para a racionalização do ciclo de vida dos documentos.

A tabela de temporalidade e destinação de documentos de arquivo relativos às atividades-fim dos Hospitais Federais, Universitários, das Forças Armadas e dos Institutos Federais, que foi publicada em agosto de 2024, surgiu numa iniciativa de integrar as informações e no tratamento documental dos hospitais federais em âmbito nacional. A elaboração desse instrumento de gestão de documentos das atividades relativas à área-fim na área da saúde, permitiu a identificação, codificação, tratamento e destinação final dos arquivos hospitalares e complementares, pois nem toda a tabela está voltada inteiramente para a parte hospitalar.

No âmbito das atividades-fim dos hospitais federais, universitários, das Forças Armadas e institutos federais foram identificadas três classes: Classe HSP.100 (Assistência à saúde), Classe HSP.200 (Promoção do ensino em saúde pública) e a Classe HSP.300 (Promoção de pesquisa, extensão, desenvolvimento tecnológico e inovação em saúde pública). No entanto, a tabela possui lacunas e truncamento de informação, codificação, tratamento e destinação final, o que confunde as formas e procedimentos de trabalhos dos servidores ou gestores de documentos em ambiente da área de saúde e médico-hospitalar.

A área da saúde possui grande volume de informação e arquivos que necessitam de tratamento, partindo da identificação e classificação para sua descrição. Apesar do grande volume de informação e documentos arquivísticos produzidos pelas instituições nacionais da área da saúde e médico-hospitalar, que favorecem em estudos e pesquisas clínicas, ainda carecem de políticas de padronização eficazes que auxiliem no tratamento dos arquivos. Os arquivos atuam no intuito de garantir a memória e história, assegurar a validade e o acesso às informações para fins legais, administrativos ou de pesquisa. Entretanto, a gestão de documentos na área da saúde e médico-hospitalares, o acesso e a usabilidade ficam comprometidos se não houver uma mínima organização ou gestão da informação.

Os hospitais são organizações complexas com atividades direcionadas para assistência em saúde, compreendendo diferentes configurações em sua estrutura organizacional, serviços,

equipes, equipamentos, processos e procedimentos de acordo com seus objetivos e nível de atuação. A documentação médico-hospitalar compreende as três fases: *Corrente*, composta por documentos que são constantemente solicitados pela organização; *Intermediária*, que possui documentos pouco solicitados, e aguardando a destinação final; e *Permanente*, que se refere aos documentos com valor histórico ou probatório, que a instituição resolve conservar pela importância da preservação perante sua memória evidencial e institucional. Contudo, os valores secundários dos documentos, a temporalidade e as questões dos tipos documentais precisam ainda ser amplamente debatidos.

Ao observar a tabela de temporalidade e destinação de documentos de arquivo relativos às atividades-fim dos Hospitais Federais, Universitários, das Forças Armadas e dos Institutos Federais, nos faz questionar sobre a procedência e as metodologias criadas e validadas em cada código de classificação indicado na tabela para a padronização da informação e, principalmente, sobre a destinação final dos documentos e seus desdobramentos aplicados aos arquivos permanentes.

O arquivo permanente é caracterizado como um conjunto de documentos que são preservados de forma definitiva, pois possuem valor evidencial, histórico, probatório e/ou informativo. Uma vez que os documentos de cunho permanente já cumpriram sua função administrativa, estes ainda são considerados de importância duradoura para a sociedade ou instituição, e devendo ser mantidos em boas condições para fins de consulta e pesquisa, e não podem ser eliminados ou descartados.

Na área da saúde, a atuação dos arquivos permanentes médico-hospitalares está vinculada às normativas e resoluções instituídas pelo Congresso Nacional (com leis, decretos e portarias nacionais), pelo Arquivo Nacional (nas políticas, diretrizes de uso e acesso aos arquivos) e pelo Conselho Federal de Medicina (normativas que regulam, fiscalizam e norteiam a conduta profissional médica). Um exemplo é sobre a Lei Geral de Proteção de Dados, que se aplica aos arquivos permanentes pela Resolução CONARQ nº 54/2023 e que estabelece sobre a custódia de arquivos permanentes, vedando a eliminação de arquivos permanentes pelo custodiador e destacando a importância da análise de riscos e danos potenciais à privacidade dos titulares dos dados, viabilizando na garantia da preservação dos arquivos proteção dos dados pessoais e na garantia do acesso às informações.

Apesar da existência de outras tabelas e códigos aplicados como atividade-fim em instituições federais na área da saúde (como, por exemplo, Fundação Oswaldo Cruz e Ministério da Saúde), a tabela de temporalidade e destinação de documentos de arquivo relativos às atividades-fim dos Hospitais Federais, Universitários, das Forças Armadas e dos Institutos Federais é a primeira tentativa encabeçada e reconhecida pelo Arquivo Nacional para a gestão de documentos médico-hospitalares. Durante a análise foi compreendido que, por ser a primeira experiência na construção de uma tabela de temporalidade e destinação de documentos de arquivo relativos às atividades-fim dos Hospitais, é comum encontrar incongruências de informação no processo de codificação.

O que nos leva a indagar: como a aplicação dessa tabela irá influenciar no recolhimento de documentos com valor secundário?

Este trabalho tem como objetivos:

- Analisar a tabela e seus prazos de guarda e destinação final;

- Apontar as lacunas abarcadas na codificação e tratamento documental;
- Identificar as diferenças entre a tabela meio e fim na classificação dos documentos médico-hospitalares.

## **2. Aspectos metodológicos**

A metodologia é uma necessidade de toda pesquisa científica, onde é observada uma sistematização de processos e a resposta para problemas propostos pela temática. Conforme Marconi e Lakatos (2009), o método é composto por um conjunto de atividades sistematizadas e racionais que, com segurança e autonomia, permitem atingir o objetivo, delineando os caminhos que devem ser seguidos, detectando os erros e auxiliando as decisões.

A abordagem metodológica deste trabalho consiste num estudo bibliográfico, documental e de observação. As bases utilizadas para a pesquisa foram: Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI), Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e *Archeion Online* (periódico eletrônico na área de Arquivologia, vinculado ao curso de graduação em Arquivologia da Universidade Federal da Paraíba). As bases foram escolhidas por abarcar publicações em torno das áreas da Ciência da Informação, Documentação e Arquivos. Para o levantamento, foram utilizados os seguintes descritores: arquivo hospitalar, arquivos hospitalares, arquivo médico, arquivos médicos, arquivos na área da saúde, classificação de documentos médicos. Todos os termos utilizados na pesquisa foram em português. Com isso, pode-se obter um total de 106 resultados, porém somente 24 publicações atendiam a nível de conteúdo a construção deste trabalho. Todo o levantamento das publicações nas bases foi registrado em planilhas do Excel.

Após o levantamento bibliográfico e a seleção bibliográfica dos documentos e trabalhos a serem inseridos no texto, foi feita a observação dos tópicos em torno da Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo relativos às Atividades-fim dos Hospitais Federais, Universitários, das Forças Armadas e dos Institutos Federais, incluindo o tempo de guarda, as descrições dos códigos e a destinação final da documentação. Além disso, foi observada a historicidade da tabela, quem foram os responsáveis por sua montagem e pela composição no atributo dos códigos, observando suas respectivas formações acadêmicas com o uso do currículo Lattes.

A partir disso, foram feitas as devidas observações ao longo da tabela a nível prático, analisando as definições descritivas atribuídas aos códigos e abarcando quais são pertinentes para a área hospitalar, tanto sobre o tempo de guarda e a destinação. Além disso, espera-se ao final deste artigo que sejam ressaltadas questões do novo instrumento e solucionadas algumas dúvidas em torno da Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo relativos às Atividades-fim dos Hospitais Federais, Universitários, das Forças Armadas e dos Institutos Federais.

### 3. A tabela de temporalidade como instrumento de gestão documental, classificação e destinação final

A codificação de documentos parte da atribuição de uma classificação que deve estar de acordo com a função do local e a resultante do exercício da missão institucional, inserindo as atividades e ações administrativas registradas. A classificação é considerada como um “processo mental pelo qual as coisas são reunidas de acordo com suas semelhanças e separadas conforme suas diferenças” (CUNHA e CAVALCANTI, 2008:84), já o plano de classificação se constitui como um conjunto de operações ou “trabalhos preliminares essenciais à efetivação do arquivamento, para seu armazenamento, ordenação e arranjo de documentos (CUNHA e CAVALCANTI, 2008:284).

A construção de um plano de classificação exige uma série de conhecimentos, sendo o maior desafio saber converter a complexidade de sua construção em simplicidade, principalmente no momento de utilização do instrumento na gestão de documentos. A tabela de temporalidade é um “conjunto de operações que se seguem à fase de avaliação de documentos, [executadas com o objetivo de] determinar a sua guarda temporária ou permanente, a sua eliminação e/ou sua reprodução” (CUNHA e CAVALCANTI, 2008:121). Entretanto, as tarefas que envolvem a gestão de documentos vão além de pensar na utilidade do documento, mas sim em seu valor como registro e no processo de acesso quando for necessário.

No livro intitulado *Classificação em Arquivos* da autora Clarissa Moreira Schmidt (2024), a classificação é atribuída como uma estruturação lógica dos documentos e organizada em categorias predeterminadas, que atendem aos seus requisitos de negócios e representam as relações entre documentos, arquivos e séries. A mesma autora cita a função arquivística como um conjunto de atividades que servem para manter enquanto necessários documentos autênticos, confiáveis, íntegros e acessíveis. Sendo assim, a informação contextual se torna oportuna para o uso e conservação dos conjuntos inter-relacionados e sua organização, e também uma função transversal que afeta toda a estrutura organizacional e que envolve todos os seus membros.

A função arquivística compreende as metodologias e ações ligadas à representação e organização dos conjuntos documentais, o que inclui os processos de descrição e avaliação nos contextos de produção para fins de acesso. A descrição e avaliação de documentos parte de alguns pressupostos, tais como: a sua origem/proveniência, a sua vinculação à competência e as funções da entidade acumuladora, a associação entre a espécie em causa e o tipo documental, o conteúdo e a datação (BELLOTTO, 2002). Classificar e avaliar são tarefas primordiais para garantir o controle de fluxo, o acesso e a disponibilização de informações. Contudo, a gestão de documentos arquivísticos parte da descrição arquivística.

A organização arquivística de qualquer acervo pressupõe não apenas as atividades de classificação, mas também as de descrição. Somente a descrição arquivística garante a compreensão ampla do conteúdo de um acervo, possibilitando tanto o conhecimento como a localização dos documentos que o integram. Nesse sentido, podemos afirmar que as atividades de classificação só conseguem ter seus objetivos plenamente atingidos mediante a descrição documental. Sem a descrição, corre-se o risco de criar uma situação análoga à do analfabeto diante de um livro, que ele pode pegar e folhear, mas ao qual

não pode ter acesso completo por não possuir meios que lhe permitam compreender a informação (LOPEZ, 2002:11).

A citação aponta sobre a descrição na organização arquivística para a compreensão do conteúdo no arquivo, viabilizando a localização no acervo e permitindo o acesso por parte do usuário. A informação registrada deve abranger tudo o que envolve seu conteúdo e as necessidades do usuário, estando devidamente descrito para ser localizado e acessado. Para Schmidt (2024), a realização da função classificação tem por base a organização temática/assunto dos documentos, e é a partir da função classificação que é possível conhecer a força probatória dos documentos de arquivo.

Jorente e Landim (2016) abordam que as fases da gestão de documentos arquivísticos estão embasadas nas funções arquivísticas: identificação, classificação e avaliação. A identificação é quando ocorre o reconhecimento, a sistematização e o registro das informações sobre arquivos. A classificação consiste no estabelecimento do contexto em que são produzidos os documentos, resultando assim na sua separação, que será de acordo com o órgão produtor, suas competências, suas funções e suas atividades relacionadas. A avaliação é o momento de análise dos documentos, onde se atribuem o seu valor primário e/ou valor secundário. Então, os processos do ciclo de vida documental se voltam para a montagem de estratégias que permitam como resultado a eficiência da produção, na guarda e acesso a documentos, reforçando a gestão arquivística e proporcionando a seleção dos documentos que devem ser preservados permanentemente e dos que podem ser eliminados sem prejuízo de perda de informações substanciais.

Desta forma, os instrumentos técnicos a serem responsáveis por sustentar os programas de gestão de documentos, ajudando a definir os valores primários e secundários dos documentos produzidos, são os planos de classificação e tabelas de temporalidade de documentos. A tabela de temporalidade é um "instrumento de destinação, aprovado pela autoridade competente, que determina os prazos em que os documentos devem ser mantidos nos arquivos correntes e intermediários, ou recolhidos aos arquivos permanentes, estabelecendo critérios para microfilmagem e eliminação" (CUNHA e CAVALCANTI, 2008:353). Toda a tabela de classificação e temporalidade definem os prazos de guarda, suas atribuições probatórias e a destinação final dos documentos.

A função arquivística sendo um conjunto de atividades necessárias para contextualizar a informação para o uso e sua organização, então a função classificação é o imediato contexto de produção e da organicidade pertencente ao arquivo e entre ele e o seu produtor (SCHMIDT, 2024). A mesma autora aponta que a classificação é uma função importante para a transparência e o compartilhamento de informações que são caminhos seguros para tomar decisões para a preservação da memória técnica e administrativa das organizações contemporâneas e para o pleno exercício da cidadania.

Na função arquivística deve abranger questões da gestão de documentos e suas fases de contextualização e organização. Um programa de gestão documental arquivística deve desenvolver em três fases: produção, utilização e destinação. Jorente e Landim exemplificam essas fases:

A fase de produção refere-se àquela em que são definidas as normas de criação, visando principalmente a manutenção da integridade, autenticidade, fidedignidade e unicidade do documento arquivístico;

Na fase de utilização, estão envolvidos o controle, o uso, o acesso e o armazenamento dos documentos, enquanto cumprem suas competências, funções e atividades administrativas; e

Na fase de destinação, são tomadas as decisões sobre quais documentos devem ser eliminados ou preservados e, neste caso, por quanto tempo ou permanentemente (JORENTE e LANDIM, 2016:329).

A citação aponta sobre as fases de produção, utilização e destinação na gestão documental, devendo estes serem observados como pontos de interseção que compreendem e se complementam na função arquivística. Contudo, tanto a fase de produção quanto a fase de utilização são avistadas com viés de registro de atividades com valor primário, porém somente a fase de destinação é a que define se o documento tem valor secundário ou não. Nisso, a destinação final indica uma definição de valores da funcionalidade do documento arquivístico para a entidade e quais os tópicos que devem ser levados em consideração na função arquivística da instituição.

A destinação final como permanente garante a utilização, a guarda e a recuperação de documentos e informações, que são considerados imprescindíveis para tomada de decisões e, principalmente, na preservação da memória institucional. Os arquivos permanentes são avistados como um conjunto de documentos preservados “em caráter definitivo em função de seu valor [...] também chamado arquivo histórico” (BRASIL. Arquivo..., 2005:34). Os documentos não mais apresentam qualquer valor administrativo, “mas são conservados em virtude de seu valor histórico e documentário” (CUNHA e CAVALCANTI, 2008:29). Então, os arquivos permanentes se configuram em patrimônio arquivístico, sendo compreendidos com documentos de valor permanente (BRASIL. Arquivo..., 2005), ou seja, com valores secundários para a memória institucional.

O valor secundário é atribuído a um documento em função do interesse que possa ter para a entidade produtora, tendo em vista a sua utilidade para fins diferentes daqueles para os quais foi originalmente produzido. Sendo assim, o valor permanente que o item documental ou seu conjunto possui, compreende o valor probatório e/ou valor informativo e justificando a guarda permanente de um documento em um arquivo, podendo também este ser intitulado com valor arquivístico ou valor histórico.

#### ***4. Os documentos médico-hospitalares e a Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo relativos às Atividades-fim dos Hospitais Federais, Universitários, das Forças Armadas e dos Institutos Federais***

Documento é entendido como uma “unidade de registro de informações, quais informações quer que seja o suporte ou suporte formato” (BRASIL. Arquivo..., 2005:130). A documentação no âmbito da saúde possui uma variedade em sua produção, de contexto amplo e complexo. Esse conjunto de documentos é caracterizado como um arquivo especializado, possuindo vários tipos de documentais diferentes, e podendo ser de cunho assistencial, administrativo, judicial, evidencial e associado à pesquisa na área da saúde. Nesse contexto é inserida a documentação médico-hospitalar como um arquivo especializado no âmbito da saúde.

Para Ramos (2018), os hospitais são organizações complexas que desenvolvem atividades direcionadas para assistência em saúde, com diferentes configurações em sua estrutura organizacional, serviços, equipes, equipamentos, processos e procedimentos de acordo com seus objetivos e nível de atuação. Os profissionais em hospitais das diversas especialidades médicas (enfermeiros e técnicos de enfermagem, nutricionistas, farmacêuticos, equipe de reabilitação (fisioterapeutas, fonoaudiólogos e terapeutas ocupacionais), psicólogos, assistentes sociais, agentes técnicos administrativos, agentes de serviços gerais, entre outros, contam com uma estrutura organizacional hierárquica e departamentalizada, do nível estratégico ao operacional, as organizações hospitalares são estruturadas em função de suas atividades meio (atividades de ordem administrativa) e fim (atividades assistenciais em saúde). As atividades e suas diversas espécies documentais são criadas em razão das funções hospitalares, que contam com “departamentos de gestão administrativa como: divisão de finanças, de gestão de pessoal, de materiais e de serviços gerais. Como atividades de apoio: central de esterilização de materiais, lavanderia, serviço de manutenção, Serviço de Arquivo Médico e Estatística (SAME), farmácia, entre outros” (RAMOS, 2018:1-2).

A documentação médico-hospitalar compreende as três fases: *Corrente* (composta por documentos que são constantemente solicitados pela organização); *Intermediária* (itens pouco solicitados, aguardando a destinação final); e *Permanente* (com documentos de valor histórico ou probatório e que a instituição resolva conservar pela importância da preservação perante sua memória evidencial e institucional). A ideia da gestão documental de arquivos hospitalares é apontada por Ramos (2018):

[...] nos arquivos hospitalares a GD tem papel fundamental na avaliação, destinação, organização, preservação e disponibilização do acervo da memória da saúde com potencial informativo de interesse científico, histórico e social pela revelação da evolução das práticas, políticas e avanços em assistência na saúde, além de elementos de identidade cultural (RAMOS, 2018:1-2).

O arquivo médico é um arquivo especializado e tem sob a sua custódia toda a documentação gerada no atendimento a pacientes, e plano de classificação de documentos médico-hospitalares com classes e subclasses: Prontuários médicos, Ficha Clínica, Exames, Anamnese, Complementares, Evolução Clínica, Procedimentos Cirúrgicos, Prescrição Médica, Resumo de Alta ou Óbito, sendo imprescindíveis para o progresso do tratamento médico-hospitalar.

Os documentos oriundos de ambiente médico-hospitalar são compostos pela extração de dados e informações de pacientes (assistenciais e clínicos), da administração da respectiva instituição hospitalar e asseguram a memória da instituição. Além das principais leis vinculadas à Política Nacional de Arquivos e as resoluções estabelecidas pelo Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), esses documentos abarcam algumas legislações específicas, principalmente pela *Lei de Acesso à Informação* (LAI), a *Lei Geral de Proteção de Dados* (LGPD) e os pareceres do Conselho Federal de Medicina (CFM).

A *Lei de Acesso à Informação* (LAI), Lei nº 12.527 do dia 18 de novembro de 2011, possibilita ao paciente o acesso aos dados/informações inseridos em seu prontuário. Já a *Lei Geral de Proteção de Dados* (LGPD), Lei nº 13.709/2018, estabelece regras para o tratamento, armazenamento e partilha de dados pessoais sem ferir a liberdade e a privacidade e de forma transparente e segura. Ambas as legislações reforçam a necessidade

da padronização e cuidado na coleta, na guarda e na disponibilização dentro da gestão documental arquivística.

A tabela de temporalidade e destinação de documentos de arquivo relativos às atividades-fim dos Hospitais Federais, Universitários, das Forças Armadas e dos Institutos Federais que foi criada com o objetivo de auxiliar no tratamento dos arquivos na área da saúde em âmbito nacional, sendo aprovada e publicada em agosto de 2024. A tabela surgiu de uma iniciativa que teve como foco integrar o recorte dos hospitais.

O I Encontro Técnico de Arquivos Hospitalares, que foi realizado em 2019 no Arquivo Nacional localizado na cidade do Rio de Janeiro, proporcionou o debate e teve como foco a elaboração conjunta de instrumentos de gestão de documentos das atividades relativas à área-fim que atendam a todo o segmento, de materiais e a análise da estrutura de principais órgãos de âmbito Federal na área da saúde, distinguindo as atividades-meio e atividades-fim, além de observar suas funções e subfunções (macro e micro funções), permitindo a identificação da natureza e os trabalhos dos arquivos hospitalares.

A tabela de temporalidade e destinação de documentos de arquivo relativos às atividades-fim dos Hospitais Federais, Universitários, das Forças Armadas e dos Institutos Federais consiste na identificação e valores de documentos médico-hospitalares, fixando os prazos de guarda das fases corrente e intermediário, e determinando a destinação final do documento (seja eliminação ou guarda permanente). O prazo de guarda é a determinação que se vincula à existência dos prazos legais a serem cumpridos (prazos prescricionais), a frequência de uso das informações e à existência de outros documentos com as mesmas informações (documentos recapitulativos). No âmbito arquivístico, os valores primários abrangem a função do documento para instituição (valores administrativos, legais e fiscais), enquanto o valor secundário compreende os valores evidências, testemunhais e informativos nos documentos, que justificam a destinação final como guarda permanente.

Na tabela de temporalidade e destinação de documentos das atividades-fim dos hospitais federais, universitários, das Forças Armadas e institutos federais foram identificadas três classes: Classe HSP.100 (Assistência à saúde), Classe HSP.200 (Promoção do ensino em saúde pública) e Classe HSP.300 (Promoção de pesquisa, extensão, desenvolvimento tecnológico e inovação em saúde pública).

A Classe HSP.100 (Assistência à saúde) e possui como função de contemplar as atividades relativas à assistência médico-hospitalar, compreendendo sua prestação sob a forma ambulatorial ou hospitalar, com vistas à garantia da integralidade do cuidado à saúde, planejamento, organização, execução, direção, controle e supervisão de planos, programas, projetos e atividades relacionados à prevenção, diagnóstico e tratamento das diversas patologias, o processo assistencial na identificação, o registro e a triagem de pacientes, incluindo a assistência farmacêutica e os serviços laboratoriais. A Classe HSP.200 (Promoção do ensino em saúde pública) contempla as atividades dos hospitais federais, universitários, das Forças Armadas e institutos federais relativas à promoção do ensino destinado à formação de recursos humanos em saúde e áreas afins, bem como o apoio prestado às instituições federais de ensino superior às quais estão vinculados, compreendendo o gerenciamento da organização escolar e das atividades acadêmicas, tendo familiaridade com as atividades de ensino e pesquisa promovidas pelas instituições de ensino superior e pelos hospitais universitários. A Classe HSP.300 (Promoção de pesquisa, extensão, desenvolvimento tecnológico e inovação em saúde pública) contempla

as atividades relativas ao planejamento, à coordenação e à execução de programas e projetos de pesquisa, extensão e inovação tecnológica no âmbito da saúde e áreas afins.

Com a nova tabela na área da saúde, os novos códigos devem mudar o tratamento documental e a classificação para as atividades meio e fim.

### ***5 Análise sobre a codificação e descrição arquivística na tabela de temporalidade de documentos médico-hospitalares: lacunas e truncamento informacional na gestão arquivística***

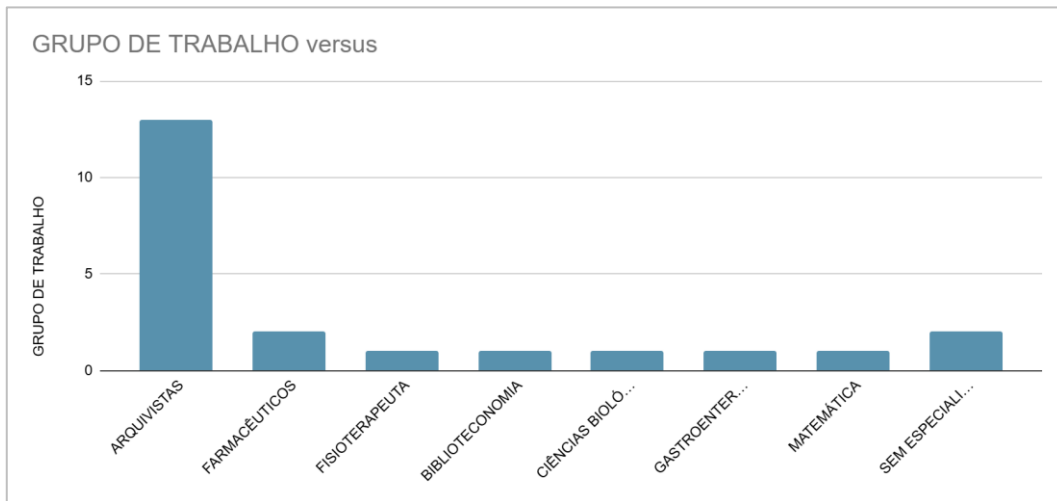
Para Indolfo (2012), a elaboração do código de classificação de documentos de arquivo vem a acarretar algumas funções, dentre elas: permitir a articulação entre os conjuntos documentais produzidos, contextualizando os formadores dos arquivos, suas funções e as atividades exercidas pelo produtor; viabilizar a organização e ordenação dos documentos; possibilitar o acesso às informações de forma rápida, eficiente e segura; e também, assegurar que a prática da avaliação se constitua numa atividade essencial para a racionalização do ciclo de vida dos documentos.

A área da saúde é considerada vasta a nível informacional e necessita do tratamento documento com fins de acesso e salvaguarda da informação. Ao analisar os novos códigos implementados pela tabela na área da saúde de âmbito nacional, podemos observar que existem lacunas a serem preenchidas, o que atrapalha na padronização dos assuntos e no tratamento documental - por justamente se tratar de um instrumento norteador de classificação para atividades fim.

O “I Encontro Técnico de Arquivos Hospitalares” foi um evento que fortaleceu o debate sobre a elaboração de gestão de documentos de âmbito Federal nos arquivos hospitalares, porém a criação da tabela de temporalidade e destinação de documentos de arquivo relativos às atividades-fim dos Hospitais Federais, Universitários, das Forças Armadas e dos Institutos Federais não foi realizado pelo mesmo grupo inicial que participou do evento, e sim foi montada por outro Grupo de Trabalho (GT) em Arquivos Hospitalares. Nesse GT foram designados 22 (vinte e dois) integrantes de diversas organizações federais públicas - sendo formalizada pela Portaria AN/MGI nº 164, de 2 de agosto de 2024, em sua composição alguns são da área da saúde e nem todos são graduados em arquivologia, como no gráfico a seguir.

O Gráfico 1 faz a amostragem das especialidades que participaram da montagem da tabela, que são: treze arquivistas, dois farmacêuticos, um fisioterapeuta, um bibliotecário, um formado em ciências biológicas, um gastroenterologista pediátrico, um matemático e dois membros sem especialidade. Ao longo do levantamento das especialidades, não foi encontrado pelo menos um membro que tivesse experiência teórica e prática na área de gestão arquivística hospitalar e/ou em arquivos hospitalares.

Gráfico 1 – Especialidades no Grupo de Trabalho



Fonte: Elaborado pelas autoras (2025)

A criação de um Grupo de Trabalho (GT) tem o intuito de agregar valor a algum assunto específico e que precisa ser amplamente debatido. A multidisciplinaridade dos membros em um grupo é importante e ajuda a abranger diferentes pontos de vista, porém dificulta exercer o foco de uma temática específica. O intuito do GT era a construção de um instrumento técnico norteador como a tabela de temporalidade para a codificação e destinação de documentos de arquivo médico-hospitalares, porém faltaram arquivistas e/ou especialistas e gerenciamento de documentos que tivessem experiência de trabalho no âmbito da saúde e/ou hospitalar. O arquivista hospitalar tem a noção sobre a guarda, coleta e disponibilização do documento médico-hospitalar, respeitando seu contexto como informação, principalmente em suas atribuições legais e no tratamento aplicado aos registros relacionados às atividades administrativas e assistenciais (ambulatorial ou clínico). Sendo assim, a multidisciplinaridade e a interdisciplinaridade para a composição de um GT são relevantes, mas o peso maior será sempre dos profissionais que atuam diretamente com a documentação médico-hospitalar.

Geralmente, as tabelas de temporalidade oferecem uma codificação para os assuntos em formato de processos no intuito de oferecer um direcionamento para tratamento e guarda dos itens documentais. Porém, a tabela de temporalidade e destinação de documentos de arquivo relativos às atividades-fim dos Hospitais Federais, Universitários, das Forças Armadas e dos Institutos Federais atribui códigos para assuntos diversos na área da saúde e seus processos, mas, em alguns casos, não exemplifica quais são os tipos ou itens documentais abarcados em cada codificação. Além disso, na tabela pode ser observado que um código está abrangendo dois ou mais processos distintos, como, por exemplo: o código HSP.121.3 Controle de nascimentos e óbitos, abarca dois processos com os itens documentais distintos e gerados com funções e produtores diferentes. Então, na visão da tabela, a atribuição de códigos ao documento médico-hospitalar é de difícil precisão e não nos remete sobre qual seria o contexto na descrição arquivística.

Ao delimitar o tempo de guarda e a destinação final do documento deve-se pensar em alguns tópicos, tais como: Quem produz o documento e por que o documento foi reproduzido? Qual é a função administrativa do documento? Qual é o assunto registrado?

Por quanto tempo esse documento é útil para seu produtor? E qual é a destinação final deste documento? Contudo, a documentação médico-hospitalar deve ter sua função como registro e seu contexto respeitados, além de inserir as atribuições legais, podendo abarcar a *Lei de Acesso à Informação (LAI)*, a *Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)*, as Regulamentações pelo Conselho Federal de Medicina (CFM) e outras resoluções decretadas pelos conselhos federais nas respectivas áreas da saúde.

Ao longo da tabela de temporalidade e destinação de documentos de arquivo relativos às atividades-fim dos Hospitais Federais, Universitários, das Forças Armadas e dos Institutos Federais foi observado que algumas áreas da saúde e seus documentos médico-hospitalares não são relacionadas, sendo divididos entre as atividades administrativas, assistenciais (ambulatorial ou clínico) e complementares, tais como:

**Quadro 1 – Áreas não abordadas na tabela de temporalidade e destinação de documentos de arquivo relativos às atividades-fim dos Hospitais Federais, universitários, das Forças Armadas e dos Institutos Federais**

<b>Área</b>	<b>Função</b>	<b>Significado</b>	<b>Observações</b>
Biomedicina	Complementar	Combina conhecimentos de Biologia e Medicina para investigar doenças, seus mecanismos e tratamentos.	
Câncer	Assistencial	Doença que tem como característica o crescimento desordenado de células, que tentam invadir tecidos adjacentes ou órgãos a distância. Os diferentes tipos de câncer correspondem às variadas células do corpo, dentre elas: pele ou mucosas, tecidos conjuntivos, como osso, músculo ou cartilagem.	Na tabela somente aparecem documentos referentes a exames e doenças do sangue, o que engloba a leucemia, porém o câncer pode abranger outras formas.
Estatística hospitalar	Administrativo / Assistencial	É uma aplicação na área da saúde para coletar, analisar e interpretar dados relevantes sobre pacientes, tratamentos, custos e outros aspectos do funcionamento hospitalar. Essa análise fornece informações cruciais para a tomada de decisões, planejamento, avaliação e melhoria da qualidade dos serviços de saúde.	A tabela somente referencia as estatísticas voltadas para avaliação e monitoramento de doadores, transplantes e transplantados. (HSP. 141.1 Avaliação e monitoramento dos transplantes de órgãos).
Fisioterapia	Assistencial	Área da saúde que se dedica ao estudo, prevenção e tratamento das disfunções do movimento humano, utilizando recursos físicos como exercícios terapêuticos, massagens e técnicas para a reabilitação do paciente.	

<b>Área</b>	<b>Função</b>	<b>Significado</b>	<b>Observações</b>
Hemodiálise	Assistencial	Tratamento médico onde uma máquina, chamada dialisador, filtra e limpa o sangue, substituindo a função dos rins quando estes não conseguem mais realizar essa tarefa adequadamente. Este procedimento remove os resíduos prejudiciais, como o excesso de sal e líquidos do corpo.	
Musicoterapia	Complementar	Prática terapêutica que utiliza a música e seus elementos (como som, ritmo, melodia e harmonia) para promover e comunicação, expressão, aprendizagem, mobilização, organização e outros objetivos terapêuticos relevantes, visando alcançar necessidades físicas, emocionais, mentais, sociais e cognitivas do indivíduo.	
Medicina Veterinária	Assistencial	Área da saúde que se dedica à prevenção, diagnóstico e tratamento de doenças e distúrbios em animais de diversas espécies, incluindo animais de companhia, de produção selvagem. É uma profissão que visa a promoção da saúde e bem-estar, tanto dos animais quanto dos seres humanos e do meio ambiente.	
Odontologia	Assistencial	Área ampla e fundamental para a saúde e bem-estar das pessoas, cuidando de toda a região bucal e suas relações com saúde geral.	Odontologia
Quiropraxia	Complementar	Prática terapêutica que foca no diagnóstico, tratamento e prevenção de desordens do sistema neuro-músculo-esquelético, com ênfase na coluna vertebral. Ela utiliza técnicas manuais, como ajustes articulares, para corrigir desalinhamentos e disfunções, buscando restaurar a função normal do corpo e aliviar dores.	Quiropraxia

Área	Função	Significado	Observações
Saúde coletiva	Complementar	É um campo de atuação que visa à promoção, proteção e recuperação da saúde de populações, considerando os aspectos sociais, ambientais, culturais e econômicos. Além disso, se diferencia por focar nas necessidades de grupos e/ou comunidades, abrangendo ações e práticas para a prevenção de enfermidades, garantindo condições de vida saudáveis e desenvolvendo o bem-estar de todos.	Saúde coletiva
Terapia ocupacional	Complementar	Área da saúde que visa ajudar na reabilitação de pacientes que apresentam dificuldades físicas, mentais, sensoriais ou cognitivas, buscando promover sua independência e autonomia.	Terapia ocupacional

**Fonte:** Elaborado pelas autoras (2025)

O Quadro 1 faz a amostragem das áreas da saúde não relacionadas ou com devida representação em codificação para organização arquivística, dando a entender que algumas temáticas e terminologias não foram incluídas no processo e ficaram sem um direcionamento de tratamento documental. Além disso, algumas especialidades médicas não são citadas ao longo da tabela de temporalidade e destinação de documentos de arquivo relativos às atividades-fim dos Hospitais Federais, Universitários, das Forças Armadas e dos Institutos Federais, dentre elas: angiologia, cardiologia, cirurgia plástica, cirurgia vascular, dermatologia, endocrinologia, fisioterapia, gastrologia, ginecologia, infectologia, intensivista, medicina familiar, nefrologia, neurologia, oftalmologia, oncologia, ortopedia e traumatologia, otorrinolaringologia, pneumologia, psiquiatria, proctologia, reumatologia e urologia.

A codificação da tabela tem algumas inconsistências, tais como: alguns assuntos ou processos não possuem códigos que norteiam sobre o tempo de guarda ou destinação - alterando a temporalidade de alguns documentos, onde muitos passaram a ser de guarda permanente; e apresenta de forma repetitiva algumas áreas (como os tópicos sobre farmacologia e exames laboratoriais - a exemplo os códigos HSP.131.2 e HSP.132 que possuem o mesmo nível de conteúdo, abrangendo os serviços laboratoriais e serviços complementares). Além disso, a tabela expõe um debate em torno da legislação e a temporalidade de guarda do prontuário do paciente.

O prontuário do paciente é um documento médico-hospitalar que pode ser atribuído pelo conjunto de dados e informações advindos do paciente, porém gerados pela unidade hospitalar ou clínica. Este tipo de documento é caracterizado como especial e está atrelado a legislações e resoluções que normatizam a sua ação, composição e vigência. Porém, a tabela de temporalidade e destinação de documentos de arquivo relativos às atividades-fim

dos Hospitais Federais, Universitários, das Forças Armadas e dos Institutos Federais traz à tona um debate sobre os vinte anos de guarda do prontuário do paciente.

A Resolução 1639/2002 do Conselho Federal de Medicina (CFM) “aprova as normas técnicas para o uso de sistemas informatizados para a guarda e manuseio do ‘prontuário médico’ e dispõe sobre a guarda dos mesmos além de estabelecer critérios para a certificação dos sistemas de informação e dá outras providências” (BRASIL, 2002). Cruz (2015) aponta que, o artigo 4º do CFM define o prazo de vinte anos, a partir do último registro, para a preservação de prontuários em suporte de papel. Contudo, os prontuários do paciente em meio eletrônico são considerados de guarda permanente, em consonância com o artigo 2º, que regula a guarda permanente para os prontuários dos pacientes (PP) arquivados em meio óptico ou magnético e microfilmados. O tópico sobre a temporalidade do prontuário foi debatido no “I Encontro Técnico de Arquivos Hospitalares” e é ainda considerado uma das principais dúvidas entre os arquivistas na área da saúde.

O debate em torno da atribuição dos códigos referentes ao prontuário médico tem um contexto amplo, onde sua análise e codificação são complicadas e requerem uma certa atenção. A seguir pode ser observado o Quadro 2 com alguns códigos que são pertinentes ao assunto: prontuário médico.

**Quadro 2 – Os códigos referentes ao prontuário médico**

ASSUNTO	Código de classificação e tabela de temporalidade e destinação de documentos de arquivo, relativos às atividades-fim dos Hospitais Federais, universitários, das Forças Armadas e dos Institutos Federais (2024)				Código de classificação e tabela de temporalidade e destinação de documentos relativos às atividades meio/suporte do Poder Executivo Federal (2024)			
	Código	Conteúdo	Destinação	Tempo de guarda	Código	Conteúdo	Destinação	Tempo de guarda
<b>Prontuário médico</b>	HSP.121.1	Prontuário do paciente	Eliminação	20 anos	025.14	Registro de assistência à saúde em prontuários	Eliminação	100 anos
					087.11	Hospitalar	Eliminação	100 anos
<b>Observações</b>	<p><b>1.</b> O prontuário médico na tabela de temporalidade e destinação de documentos relativos às atividades meio/suporte do Poder Executivo Federal determina 100 anos de guarda, tanto no âmbito civil quanto militar.</p> <p><b>2.</b> O prontuário do paciente se for em papel, é indicado pela tabela de temporalidade e destinação de documentos de arquivo, relativos às atividades-fim dos Hospitais Federais, universitários, das Forças Armadas e dos Institutos Federais a guarda do documento por apenas 20 anos, porém se este for em meio eletrônico é de guarda permanente.</p>							

**Fonte:** Elaborado pelas autoras (2025)

A amostragem no Quadro 2 destaca o contexto da codificação aplicada ao prontuário do paciente. Este documento é caracterizado como especial e vincula as ações de registro, descrição e processamento dos dados e informações do paciente que estão diretamente

relacionados através de leis, decretos e resoluções atribuídas pelo Arquivo Nacional e o Conselho Federal de Medicina.

Até o primeiro semestre de 2024, o prontuário médico com a tabela de temporalidade e destinação de documentos relativos às atividades meio/suporte do Poder Executivo Federal determina 100 anos de guarda, tanto no âmbito civil quanto militar. Com a criação da tabela de temporalidade e destinação de documentos de arquivo, relativos às atividades-fim dos Hospitais Federais, universitários, das Forças Armadas e dos Institutos Federais o prontuário do paciente em papel é indicado para a guarda do documento por apenas 20 anos. Já o prontuário em meio eletrônico, é considerado de guarda permanente.

A exposição do conflito entre os prazos de guarda reflete numa falta de padronização ou de encaminhamento para resolução, necessitando assim ser amplamente discutida. Então, indagamos o seguinte tópico: quais são os critérios que devem ser levantados para definir uma solução a discrepância entre os 20 e 100 anos de guarda do prontuário?

Acreditamos que o debate em torno do prontuário médico, sua destinação e tempo de guarda e o tratamento documental, devem ser refletidos a nível jurídico e seguir alguns preceitos legais de disponibilização da informação e seu acesso. A *Lei de Acesso à Informação* (LAI) foi criada com o objetivo de oferecer acesso aos dados que garantem direitos referentes à educação, à saúde e à igualdade, reforçando o princípio do direito ao acesso à informação pessoal de interesse do titular ou de seus representantes legais. Enquanto que a *Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais* (LGPD - Lei nº 13.709/2018) visa o tratamento de dados pessoais por pessoas físicas ou jurídicas e estabelece direitos aos titulares dos dados - no acesso, exclusão e portabilidade - incluindo os procedimentos para a coleta, uso e armazenamento de dados de saúde que são considerados dados sensíveis.

Ademais, a legislação brasileira possui decretos e resoluções sobre essa interlocução do tratamento e acesso que podem ser atribuídos aos prontuários médicos. A Lei nº 10.406/2002 do Código Civil Brasileiro determina que os filhos, netos, cônjuge e os pais são considerados os herdeiros legítimos e/ou os principais interessados legais no acesso ao prontuário, sendo destacado pelo Conselho Federal de Medicina (CFM) como uma solicitação plausível de se acontecer e atua para fins legais (de inventário ou pensão), administrativos e/ou em defesa da memória do paciente (BRASIL, 2002).

Ao observar as legislações, decretos e resoluções cria-se uma interlocução sobre o tempo de guarda do prontuário médico para fins de acesso pelos herdeiros aplicados posteriormente. A possibilidade de os netos precisarem acessar documentos médicos é vigente e provável de acontecer, destacando a necessidade do tempo de guarda acompanhar o dever legal dos arquivos a cumprirem e garantirem o direito de acesso à informação. Isso significa que o tempo de guarda deve ser abarcado pela tabela de temporalidade e destinação de documentos de arquivo relativos às atividades-fim dos Hospitais Federais, Universitários, das Forças Armadas e dos Institutos Federais e deve estar de acordo com as necessidade legais vigentes de direito de acesso à informação por parte do cidadão, e apenas vinte anos como tempo de guarda do prontuário do paciente pode ser considerado pouco tempo de armazenamento e custódia do registro - principalmente sob a solicitação sendo efetuada pelos netos em tempo posterior ao falecimento do paciente ou em qualquer tempo em que seja julgado necessário acessar. Então, o direcionamento para o armazenamento dos prontuários médicos deve abarcar pelo menos a média de três vidas ou três gerações a serem computadas, ou seja, em torno de cem anos a cento e vinte anos de guarda - o que

entra em concordância com a tabela de temporalidade e destinação de documentos relativos às atividades meio/suporte do Poder Executivo Federal e a *Lei de Acesso à Informação* (LAI). Nisso, acreditamos que o debate sobre a destinação, tempo de guarda e tratamento documental atribuído ao prontuário médico, ainda necessita ser amplamente discutido para desdobramentos futuros.

Com a criação da tabela de temporalidade e destinação de documentos de arquivo relativos às atividades-fim dos Hospitais Federais, Universitários, das Forças Armadas e dos Institutos Federais foi observado que alguns assuntos ganharam especificidade de ação, e alguns mudaram seu contexto de destinação e passam a ser de guarda permanente. No Quadro 3 pode ser avistado que um assunto se tornou de guarda permanente devido a nova tabela de atividade-fim hospitalar.

**Quadro 3 – Os códigos referentes a documentação do ensino, na área da saúde**

ASSUNTO	Código de classificação e tabela de temporalidade e destinação de documentos de arquivo, relativos às atividades-fim dos Hospitais Federais, universitários, das Forças Armadas e dos Institutos Federais (2024)				Código de classificação e tabela de temporalidade e destinação de documentos relativos às atividades meio/suporte do Poder Executivo Federal (2024)			
	Código	Conteúdo	Destinação	Tempo de guarda	Código	Conteúdo	Destinação	Tempo de guarda
<b>Registro da Capacitação e Ensino na área da saúde</b>	HSP.210	GERENCIAMENTO DA ORGANIZAÇÃO DO ENSINO	Guarda permanente	—	024.12	INSCRIÇÃO E FREQUÊNCIA	Eliminação	5 anos
<b>Observações</b>	<p><b>1.</b> Os documentos referentes aos cursos e capacitações na área da saúde não tinham um código específico, com a tabela de atividade-fim hospitalar houve uma especificação do tratamento documental e da sua informação;</p> <p><b>2.</b> A nova codificação mudou a destinação final, passando a ser guarda permanente.</p>							

**Fonte:** Elaborado pelas autoras (2025)

O Quadro 3 enfatiza o contexto da codificação sobre a documentação referente ao ensino na área da saúde, compreendendo as atividades de ensino e o projeto pedagógico, abrangendo a criação, implantação, reestruturação ou extinção de cursos, bem como o planejamento e a organização curricular das atividades de ensino. Os registros sobre os cursos e capacitações na área da saúde não tinham um código específico, sendo utilizado um código genérico e que abrangia outras áreas além da saúde. A nova codificação estabelecida na tabela de atividade-fim hospitalar auxiliou na especificação do tratamento documental e de sua informação, e também mudou sua destinação final, ao qual não poderá mais eliminar sua documentação e passou a ser guarda permanente.

O código de classificação e tabela de temporalidade e destinação de documentos de arquivo, relativos às atividades-fim dos Hospitais Federais, Universitários, das Forças Armadas e dos Institutos Federais é diretamente responsável pela mudança na descrição arquivística e na destinação final dos documentos na área da saúde e nos desdobramentos sobre os

arquivos permanentes. A seguir, será dissertado sobre a guarda permanente como destinação de documentos na área da saúde e seu recolhimento.

### ***6. A interferência do código de classificação e tabela de temporalidade e destinação de documentos de arquivo, relativos às atividades-fim dos Hospitais Federais, universitários, das Forças Armadas e dos Institutos Federais na destinação final e os desdobramentos nos arquivos permanentes e no recolhimento***

O debate em torno da descrição arquivística na área da saúde e seus instrumentos de gestão em arquivos hospitalares, código de classificação e tabela de temporalidade e destinação de documentos de arquivo, relativos às atividades-fim dos Hospitais Federais, Universitários, das Forças Armadas e dos Institutos Federais, que foi publicada em 2024, mudou boa parte da destinação final dos documentos médico-hospitalares que passaram a ser de guarda permanente, influenciando significativamente no recolhimento e nos arquivos permanentes.

Os documentos de guarda permanente são aqueles cujas informações são consideradas imprescindíveis ao órgão produtor e para a comunidade. Ramos (2018) disserta sobre o valor secundário em documentos médico-hospitalares:

Nos arquivos hospitalares, os documentos de valor secundário têm potencial para informar e produzir conhecimento sobre as práticas assistenciais, a organização administrativa das instituições de saúde, o contexto social das políticas de saúde, dados epidemiológicos, avanços científicos, agentes de saúde, enfim, sobre uma amplitude de aspectos e temas relacionados a informações no que concerne à gestão, promoção e assistência à saúde (RAMOS, 2018:5). A citação aborda sobre a atribuição de um valor secundário ou valor permanente aos documentos médico-hospitalares, ou seja, “os arquivos permanentes de organizações hospitalares preenchem os requisitos de instituições de memória em acervos de origem orgânica em saúde” (Ramos, 2018:6). O que é reafirmado na codificação de alguns assuntos que têm sua destinação final como guarda permanente. O recolhimento é um procedimento de entrada de documentos em arquivos permanentes, e uma “operação pela qual um conjunto de documentos passa do arquivo intermediário [...] para o arquivo permanente” (BRASIL. Arquivo..., 2005:143). Bellotto reforça que “a operação denominada recolhimento conduz os papéis a um local de preservação definitiva: os arquivos permanentes” (BELLOTTO, 2006:24). Então, o recolhimento de documentos médico-hospitalares se norteia por resoluções, legislações, instruções e normativas. Para o acervo dos arquivos permanentes, “a gestão e as medidas que objetivam manter a estabilidade física dos documentos compreendem processos intrinsecamente vinculados à preservação da memória” (RAMOS, 2018:10). Nisso, a atuação do arquivista em arquivos hospitalares deve procurar: [...] despertar da consciência frente à responsabilidade social dos gestores e profissionais que atuam em arquivos hospitalares, assim como dos profissionais diretamente contemplados com as ações de preservação da memória, os pesquisadores e a sociedade em geral com vistas à preservação da memória social na saúde (RAMOS, 2018: p.11).

Até o momento, as diretrizes de acesso e a guarda permanente são guiadas por resoluções, legislações, instruções, normativas e políticas de acesso, porém nada ainda específico para

arquivos hospitalares ou documentação médico-hospitalar. Com criação do código de classificação e tabela de temporalidade e destinação de documentos de arquivo, relativos às atividades-fim dos Hospitais Federais, Universitários, das Forças Armadas e dos Institutos Federais a destinação em alguns assuntos passou a ser de guarda permanente. Esse contexto terá alguns encargos, dentre eles:

- A necessidade de aumentar o espaço físico do arquivo permanente, pois o volume de documentos em arquivos hospitalares de cunho permanente irá aumentar;
- O aumento nos procedimentos de recolhimento;
- Planejar uma reavaliação dos documentos existentes no arquivo corrente e intermediário;
- Deve ser pensado em uma descrição retroativa no arquivo permanente. Para Yeo (2017), a descrição retrospectiva é realizada somente após os documentos serem considerados permanentes e recolhidos à instituição de guarda.

### **6. Considerações finais**

O intuito deste trabalho é reforçar o debate em torno da avaliação arquivística na área da saúde e seus instrumentos de gestão em arquivos hospitalares, além de apontar pontos positivos e negativos com a criação da tabela temporalidade, incluindo as inconsistências de códigos e de sua nomenclatura. Além disso, é destacado sobre os desdobramentos em torno dos documentos médico-hospitalares, que mudaram boa parte de seus documentos em sua destinação final, que passou a ser de guarda permanente, influenciando significativamente o recolhimento e nos arquivos permanentes.

Na codificação da tabela de temporalidade e destinação de documentos de arquivo relativos às atividades-fim dos Hospitais Federais, Universitários, das Forças Armadas e dos Institutos Federais foram encontradas inconsistências em vários pontos, dentre elas: alguns assuntos ou itens documentais que não possuem códigos que norteiam sobre o tempo de guarda ou destinação; algumas áreas e suas nomenclaturas se apresentam de forma repetitiva, se refletindo num problema para o trabalho dos profissionais em arquivos da saúde e/ou hospitalares. Além disso, com o aumento de assuntos codificados com destinação em guarda permanente, pode ser que cause transtornos ligados a espaço físico para alocar a documentação de forma definitiva nos arquivos permanentes.

Como a área da saúde possui um grande volume de informação, esta necessitará de tratamento, partindo da identificação e classificação para sua descrição. A partir disso, é necessário o debate em torno da gestão de documentos médicos e seus formatos de avaliação, descrição e reavaliação de conteúdos e organização arquivística.

## Referências bibliográficas

### **BELLOTTO, H. L.**

2002 *Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documentos de arquivo*. São Paulo: Arquivo do Estado; Imprensa Oficial do Estado, 2002.

### **BRASIL. Arquivo Nacional**

2005 *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

### **BRASIL. Conselho Federal de Medicina**

2002 *Resolução 1639/2002*. Aprova as normas técnicas para o uso de sistemas informatizados para a guarda e manuseio do prontuário médico, dispõe sobre tempo de guarda dos prontuários, estabelece critérios para certificação dos sistemas de informação e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, 2002.

### **BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos**

2023 *Resolução nº 54, de 18 de dezembro de 2023*. Dispõe sobre a custódia de documentos de arquivo permanentes. [Em linha]. Brasília: CONARQ, 2023. [Consult. 27 ago. 2025]. Disponível em: <https://www.gov.br/conarq/pt-br/legislacao-arquivistica/resolucoes-do-conarq/resolucao-no-54-de-18-de-dezembro-de-2023>.

### **BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos**

2005 *Resolução nº 22, de 30 de junho de 2005*. Dispõe sobre as diretrizes para a avaliação de documentos em instituições de saúde. Brasília: CONARQ, 2005.

### **BRASIL. Leis, decretos, etc.**

2024 *Portaria AN/MGI nº 164, de 2 de agosto de 2024*. Institui Grupo de Trabalho para elaboração da Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo relativos às atividades-fim dos hospitais federais, universitários, das Forças Armadas e dos institutos federais. [Em linha]. Brasília: MGI, 2024. [Consult. 27 ago. 2025]. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-an/mgi-n-164-de-2-de-agosto-de-2024>.

### **BRASIL. Leis, decretos, etc.**

2020 Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Brasília: Presidência da República, [2020]. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2020/lei/114020.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/114020.htm)>. Acesso em: 14 abr. 2025.

### **BRASIL. Leis, decretos, etc.**

2011 *Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011*. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal. *Diário Oficial da União. Seção 1*. [Em linha]. 18 nov. 2011. [Consult. 27 ago. 2025]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm).

### **BRASIL. Leis, decretos, etc.**

2002 *Lei nº 10.406: Código Civil Brasileiro*. Brasília, 2002.

### **CRUZ, Jorge Alberto**

2015 *Informações em saúde: um estudo da legislação brasileira. Ponto de Acesso*. 9:1 (abr. 2015) 111-121.

### **CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira**

2008 *Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia*. Brasília: Briquet de Lemos, 2008.

**ENCONTRO TÉCNICO DE ARQUIVOS HOSPITALARES, 1º, Rio de Janeiro, 2019**

2019 *Anais...* Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2019.

**GONÇALVES, Janice**

1998 *Como classificar e ordenar documentos de arquivo*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1998.

**INDOLFO, Ana Celeste**

2012 Avaliação de documentos de arquivo: atividade estratégica para a gestão de documentos. *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*. 6 (2012) 13-37.

**JORENTE, Maria José Vicentini; LANDIM, Lais Alpi**

2016 Curadoria digital no contexto arquivístico. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DADOS, TECNOLOGIA E INFORMAÇÃO, 3º, Marília, 2016 - *Anais...* Marília: UNESP, 2016, vol. 2.

**LOPEZ, André Porto Ancona**

2002 *Como descrever documentos de arquivo: elaboração de instrumentos de pesquisa*. São Paulo: Arquivo do Estado, 2002.

**MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M.**

2009 *Fundamentos da metodologia científica*. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

**RAMOS, Rosane Oliveira**

2018 A Preservação da memória da saúde na gestão documental dos arquivos hospitalares. *Revista Informação na Sociedade Contemporânea*.2:1 (jan./jun. 2018).

**SCHMIDT, Clarissa Moreira**

2024 *Classificação em arquivos: fundamentos e práticas*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2024.

**YEO, Geoffrey**

2017 Debates em torno da descrição. In EASTWOOD, T.; MACNEIL, H. - *Correntes atuais do pensamento arquivístico*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2017, p. 135-169.

**Melina de Brito dos Santos | melbrisan@yahoo.com.br**

Doutoranda em Ciência da Informação - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia/ Universidade Federal do Rio de Janeiro (IBICT/UFRJ), Brasil

**Raffaella Dayane Afonso | afonso.raffaella@gmail.com**

Universidade Federal do Rio Grande (FURG), Brasil

# A PERCEÇÃO DOS GESTORES DE ARQUIVOS UNIVERSITÁRIOS FEDERAIS ACERCA DA GESTÃO DE RISCOS

THE PERCEPTIONS OF FEDERAL UNIVERSITY ARCHIVE MANAGERS ON RISK MANAGEMENT

Priscila Lopes Menezes

<https://doi.org/10.21747/21836671/pag24a5>

**Resumo:** O artigo investiga as representações sociais sobre a Gestão de Riscos (GR) em arquivos de universidades federais brasileiras, destacando percepções de gestores sobre desafios e práticas institucionais. A pesquisa qualitativa, realizada entre 2021 e 2024, utilizou entrevistas semiestruturadas com gestores de universidades que possuem Plano de Gestão de Riscos. A análise foi conduzida pela metodologia do Discurso do Sujeito Coletivo, fundamentada na Teoria das Representações Sociais. Os resultados apontam problemas como ausência de orçamento próprio, carência de pessoal qualificado e prioridade de outras áreas em detrimento da arquivística. Revelaram-se dois eixos principais: avanços na organização arquivística e valorização do patrimônio documental, em contraste com fragilidades estruturais, limitações físicas, escassez de recursos humanos e falta de apoio institucional. Embora reconhecida como indispensável, a GR ainda ocorre de forma reativa e fragmentada. Conclui-se que a mudança cultural, sustentada por políticas, protocolos e integração de equipes, é fundamental para consolidar práticas preventivas de preservação.

**Palavras-chave:** Arquivos universitários; Discurso do Sujeito Coletivo; Gestão de riscos; Representações sociais.

**Abstract:** The article investigates social representations of Risk Management (RM) in archives of Brazilian federal universities, highlighting managers' perceptions of challenges and institutional practices. The qualitative research, carried out between 2021 and 2024, used semi-structured interviews with managers from universities that have a Risk Management Plan. The analysis was conducted through the Collective Subject Discourse methodology, based on Social Representations Theory. The results indicate problems such as the absence of a dedicated budget, shortage of qualified personnel, and the prioritization of other areas to the detriment of archival work. Two main axes were revealed: advances in archival organization and the appreciation of documentary heritage, contrasted with structural weaknesses, physical limitations, scarcity of human resources, and lack of institutional support. Although recognized as indispensable, RM is still carried out reactively and in a fragmented way. The study concludes that cultural change, supported by policies, protocols, and team integration, is essential to consolidate preventive preservation practices.

**Keywords:** University archives; Collective Subject Discourse; Risk management; Social Representations.

## Introdução

A Humanidade tem presenciado, constantemente, situações de sinistros que colocam em risco as unidades de informação. No Brasil, um exemplo que ocorreu em abril de 2024, foram as enchentes enfrentadas por diferentes instituições e pessoas no estado do Rio Grande do Sul, em que seus acervos ficaram debaixo de água. Fato que desencadeou forças-tarefas a fim de resgatar e salvaguardar as informações preservadas.

A fim de elucidar, a nível mundial, a Ucrânia vem perdendo arquivos significativos, desde a invasão russa, em fevereiro de 2022, eliminando parte do patrimônio cultural do país. Como alternativa de preservação, diferentes organizações como a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), a Aliança Internacional para a Proteção de Patrimônios em Áreas de Conflito (ALIPH), o Centro Internacional para o Estudo da Preservação e Restauração de Bens Culturais (ICCROM), entre outros, têm se mobilizado para documentar e estabilizar locais e acervos danificados, além de promover capacitação à população, permitindo que as pessoas auxiliem a cadastrar imagens e obras destruídas (SHAREAMERICA, 2023).

Em julho de 2025, Brand (pesquisador, especialista em arte e antiguidades) auxiliou na recuperação de documentos raros, datados do século XV e XVI, furtados do Arquivo Nacional da Holanda por um funcionário do local, há aproximadamente dez anos atrás. A documentação era tida como extraviada, sem a percepção do roubo ocorrido (GOMES, 2025).

Diante destas diferentes situações de risco aos acervos, que representam um desafio para os profissionais da informação e para a sociedade, e ciente da necessidade de proteger o patrimônio documental, garantindo sua acessibilidade e preservando a história, este artigo apresenta um recorte dos resultados de pesquisa de doutorado em Ciência da Informação a respeito da percepção de gestores de arquivos universitários federais quanto ao gerenciamento de riscos nos setores de guarda documental.

Para tanto, a fim de coletar dados, entre os anos de 2021 e 2023, foram identificadas quais universidades federais brasileiras elaboraram um Plano de Gestão de Riscos (PGR) para seus arquivos. Com essa delimitação, em maio de 2024, realizaram-se entrevistas semiestruturadas com os gestores. A metodologia utilizada para a interpretação e análise dos dados foi o Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), fundamentada na Teoria das Representações Sociais (TRS), com o objetivo de resgatar as representações sociais manifestadas nos discursos.

### ***O gerenciamento de riscos e o Plano de Gestão de Riscos***

O gerenciamento de riscos, quando aplicado aos arquivos, tem como pano de fundo a preservação da informação e a compreensão do patrimônio documental como um bem comum a todos, em que os documentos não corram o risco de se tornarem inacessíveis. Pois, a evidência que se tem é que “[...] o patrimônio é um bem intocável e um recurso não renovável. Insubstituível e de enorme valor simbólico” (INSTITUTO..., 2017:16).

O patrimônio só adquire relevância quando reconhecido socialmente como elemento de identidade coletiva, resultado de construções históricas que vinculam sujeitos, sociedade e espaço (JONES e PAPPAS, 2023). Esse reconhecimento mobiliza esforços para evitar sua destruição, seja em dimensão material ou imaterial.

Inseridos em uma “sociedade de risco” (BECK, 2011), os arquivos estão expostos a ameaças constantes, muitas vezes naturalizadas. Embora os riscos nunca sejam totalmente eliminados, é possível atuar de forma antecipatória, aprendendo com experiências passadas e evitando a postura de negação. Enquanto problemas demandam soluções imediatas, o risco resulta da combinação entre ameaças e vulnerabilidades, impactando

diretamente os objetivos institucionais (ÖZALP, 2022; PEDERSOLI JÚNIOR, 2023). Nesse sentido, o gerenciamento de riscos ultrapassa a lógica da redução de danos e passa a incluir a promoção de resiliência e adaptação, estimulando mudanças nas práticas organizacionais (GIULIANI, FALCO e CUTINI, 2021).

No campo normativo, destaca-se a ISO 31.000 (ASSOCIAÇÃO..., 2018), que estabelece princípios e diretrizes para coordenar atividades de identificação, controle e resposta a riscos em diferentes organizações.

No âmbito dos arquivos, recomenda-se a elaboração de planos específicos de gestão de riscos e desastres (SHEPARD, 2018), que contemplem desde a prevenção até a recuperação pós-evento. Esses planos devem detalhar fases, integrar equipes profissionais e adotar respostas rápidas, assegurando a continuidade das funções institucionais (BERNARD e CARROLL, 2022). A documentação das decisões é igualmente essencial, funcionando como prestação de contas e permitindo avaliar a efetividade das ações e propor melhorias (BEERENS, TEHLER e PELZER, 2020).

A proteção dos acervos envolve múltiplas dimensões: retardar a ação do tempo e das intempéries climáticas, resguardar a integridade física dos prédios que os abrigam e prevenir falhas de gestão, resistência de equipes ou práticas inadequadas de usuários. Também se estende à segurança contra roubos, tanto físicos quanto cibernéticos, que podem gerar lacunas irreversíveis nos fundos documentais. Além disso, é preciso combater a percepção de que os arquivos se restringem ao passado e são dispensáveis, reforçando sua relevância cotidiana como suporte de direitos, memória e identidade institucional.

### ***Os arquivos: características***

Ao tomar como objeto de estudo os arquivos, torna-se necessário abordar sua definição e características. Para Delmas (2010), há consenso internacional de que os arquivos consistem em documentos reunidos por pessoas ou instituições em razão de suas atividades, formando um fundo orgânico destinado a usos diversos e imprevisíveis. Além disso, o termo designa tanto as instituições responsáveis por sua preservação e acesso quanto os edifícios e serviços que os abrigam. Complementarmente, Lopes (2013) ressalta que podem ser públicos ou privados, contemplando registros do passado e do presente, produzidos ou recebidos no exercício de funções administrativas, técnicas, artísticas ou científicas.

Percebidos como bases de informação, os arquivos remontam ao surgimento da escrita, quando os signos registrados passaram a ser preservados para comunicar atos e conhecimentos (MORIGI e NERY, 2014). Sua relevância decorre de características próprias: unicidade, imparcialidade, autenticidade, originalidade, organicidade e naturalidade (RICHTER, GARCIA e PENNA, 2004). Por esse motivo, sua produção é inevitável nas instituições e acompanha todo o ciclo documental, desde a criação até a destinação final.

Nesse percurso, a gestão documental assegura a recuperação, preservação e tratamento adequado dos registros (MARIZ e VIEIRA, 2020), orientada por princípios arquivísticos como pertinência, proveniência, reversibilidade e respeito à ordem original. Ainda que os princípios sejam aplicáveis a qualquer tipologia documental, a natureza dos registros

permanece inalterada, cabendo à Arquivologia garantir sua validade e fidedignidade (BELLOTTO, 2017).

No contexto universitário, os arquivos públicos surgem em paralelo à consolidação das universidades brasileiras, a partir da década de 1920, quando a gestão administrativa exigiu espaços específicos para guarda e conservação (VENÂNCIO, 2012). Inicialmente com enfoque administrativo, esses arquivos só mais tarde passaram a reconhecer sua função de apoio ao ensino, à pesquisa, à extensão e à cultura (MENEZES, 2012).

O processo de institucionalização se fortaleceu a partir dos anos 1980, com a criação de centros de memória dedicados a documentos acadêmicos e técnico-científicos (SANTOS, 2018). A década seguinte marca um divisor de águas: em 1990, o I Seminário Nacional de Arquivos Universitários, promovido pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), consolidou a área como campo especializado da Arquivologia (BOTTINO, 2012). Internacionalmente, o Congresso do Conselho Internacional de Arquivos, realizado em Montreal (1992), criou a Seção de Arquivos de Universidades e Instituições de Pesquisa (ICA/ SUV), fomentando cooperação e intercâmbio acadêmico (COUTINHO, 2019).

Atualmente, reconhece-se que os arquivos universitários desempenham papel estratégico. Eles preservam a memória institucional, subsidiam a gestão administrativa e oferecem fontes de pesquisa para a comunidade acadêmica e sociedade em geral (CARPES e FLORES, 2013). Nas universidades públicas federais, além de atender às demandas administrativas, têm a função de apoiar a produção, organização, difusão e preservação do conhecimento científico, registrado nos documentos que compõem seu patrimônio arquivístico (MENEZES, 2012). Assim, constituem-se em espaços centrais para reconstruir o itinerário das instituições e compreender práticas de ensino e pesquisa em diferentes contextos políticos, sociais e culturais (SANTOS, 2018). Preservar esses registros significa garantir a memória coletiva e consolidar o patrimônio documental universitário.

### ***A metodologia do Discurso do Sujeito Coletivo***

A metodologia do DSC foi desenvolvida no final da década de 1990, na Universidade de São Paulo (USP), pelos professores Fernando Lefèvre e Ana Maria Cavalcanti Lefèvre. Inicialmente voltada às pesquisas qualitativas em saúde pública, seu objetivo era explorar opiniões, visões e representações emitidas pelos indivíduos de modo a captar o pensamento coletivo de determinado grupo (LEFÈVRE e LEFÈVRE, 2003).

Com o tempo, o método ultrapassou as fronteiras da saúde e passou a ser adotado em diferentes áreas do conhecimento, no Brasil e no exterior, sob a denominação *Collective Subject Discourse* (CSD), tornando-se uma alternativa para identificar o que os sujeitos efetivamente pensam (MELLIN e LEFÈVRE, 2017).

No ano 2000, os autores contaram com a colaboração de Luiz Salles para a criação do *software* Qualiquantisoft, concebido para apoiar a aplicação da metodologia. Posteriormente atualizado para o DSCsoft, o recurso computacional contribui apenas para operacionalizar as etapas, visto que a elaboração do discurso depende essencialmente da análise e das escolhas do pesquisador (LEFÈVRE, 2017).

Em março de 2015, o falecimento de Ana Maria Cavalcanti Lefèvre marcou a continuidade de sua contribuição ao campo social, especialmente na investigação de opiniões espontâneas de coletivos (ASSOCIAÇÃO..., 2015).

A proposta do DSC tem como fundamentos a Teoria das Representações Sociais (TRS), de Serge Moscovici, e a teoria sociológica de Pierre Bourdieu, ambas de origem francesa. Lefèvre (2021) explica que essas perspectivas permitem articular as experiências do mundo social às formas de pensar e agir dos indivíduos, construídas desde a infância até a vida adulta, sempre mediadas pela interação social (PINÇON e PINÇON-CHARLOT, 1999; ROCHA, 2014). A TRS, em particular, é resultado da comunicação e da influência social, cujo propósito é favorecer a interpretação de características, intenções e motivos subjacentes às ações humanas, servindo de base para a formação das opiniões (MOSCOVICI, 2009).

O DSC, portanto, estrutura-se como estratégia metodológica voltada a investigar representações sociais a partir da matéria-prima dos discursos verbais. Nesses discursos, circulam conteúdos comuns a um grupo social, que se consolidam nas condutas individuais e coletivas (BRITO, LAUER-LEITE e NOVAIS, 2021). Trata-se de um método descritivo: ele gera discursos que, para serem interpretados, precisam ser associados a uma teoria. Não busca esclarecer por que determinada opinião é produzida, mas possibilita, por meio da análise, reconhecer representações sociais compartilhadas (LEFÈVRE, 2021).

A construção do DSC ocorre a partir da seleção de trechos literais dos depoimentos que possuem sentidos semelhantes. Assim, os pensamentos individuais são transformados em discurso coletivo, ainda que possam ter origem em diferentes fontes: entrevistas, discussões em grupo, documentos legais, artigos de jornais, revistas etc. (LEFÈVRE e LEFÈVRE, 2012). O resultado não é invenção do pesquisador, mas reconstrução interpretativa das representações sociais. Nesse processo, o pesquisador desempenha papel ativo ao dar sentido àquilo que o ator social já atribui ao seu mundo (LEFÈVRE, 2017). Em termos metafóricos, Lefèvre e Lefèvre (2014) descrevem os pesquisadores como “parteiros” das representações sociais, trazendo à luz depoimentos coletivos que expressam a voz da sociedade.

Segundo Figueiredo (2021), a importância do DSC está em dar voz às pessoas, permitindo que experiências comuns se manifestem como um discurso coletivo. O método expressa um “eu ampliado”: as falas são apresentadas em primeira pessoa do singular, mas não representam indivíduos isolados e sim um coletivo que compartilha modos de pensar. Esse recurso possibilita que os respondentes se reconheçam no discurso final, mesmo quando não tenham expressado exatamente aquelas palavras (LEFÈVRE *et al.*, 2010).

A metodologia demanda a coleta de dados por meio de perguntas abertas, que propiciam ao entrevistado narrar livremente sua experiência. Nessa etapa, a entrevista semiestruturada constitui um instrumento privilegiado, pois estabelece um ambiente de diálogo que favorece a espontaneidade das respostas (LEFÈVRE, 2021).

Para sua operacionalização, o DSC é estruturado em quatro figuras metodológicas (LEFÈVRE e LEFÈVRE, 2003, 2012; LEFÈVRE, 2017):

- a) Expressões-Chave (ECH): trechos selecionados dos discursos, contínuos ou descontínuos, que preservam a forma como o entrevistado se expressou, destacando elementos afetivos e descritivos.

- b)** Ideias Centrais (IC): sínteses conceituais das ECH, que revelam o conteúdo essencial dos depoimentos.
- c)** Ancoragem (AC): manifestações de crenças e valores que sustentam os discursos, nem sempre explícitas, mas perceptíveis em afirmações generalizantes.
- d)** Discurso do Sujeito Coletivo (DSC): produto final, elaborado a partir da combinação de ECH, IC e AC, redigido em primeira pessoa do singular, com uso de conectivos que conferem coesão e configuram uma voz única.

O resultado é percebido como espelho do pensamento coletivo, possibilitando que os sujeitos se reconheçam nas falas, e permitindo ao leitor a sensação de ouvir uma única voz coletiva. Esse aspecto confere legitimidade e proximidade à análise, distinta das formas mais frias de apresentação de dados, como gráficos e tabelas (LEFÈVRE e LEFÈVRE, 2014; LEFÈVRE, 2017).

Em síntese, o DSC apresenta-se como uma metodologia capaz de captar a essência das opiniões dos grupos pesquisados, identificando representações sociais e favorecendo a construção de um discurso coletivo. Essa potencialidade o torna uma ferramenta particularmente útil para promover reflexões e despertar posturas em relação à preservação do patrimônio arquivístico.

### ***Procedimentos metodológicos***

A coleta de dados nesta pesquisa fundamenta-se nos relatos dos gestores de arquivos universitários federais, em suas experiências de vida profissional e na forma como observam a realidade que os cerca, articulando-se diretamente com os sujeitos e os objetos de pesquisa. A linguagem ocupa papel central nesse processo, pois, em diálogo com a Ciência da Informação e com o DSC, permite identificar os valores presentes no ambiente social e profissional dos participantes.

Segundo Bluhm *et al.* (2011), um dos principais méritos da pesquisa qualitativa consiste em dar voz aos sujeitos, favorecendo uma compreensão mais aprofundada de suas visões de mundo e das dinâmicas institucionais. Esses autores destacam que, ao articular o referencial teórico com as percepções dos entrevistados, o pesquisador consegue apreender fenômenos que emergem de modo espontâneo, justamente pela ausência de padronização quando o sujeito é estimulado a se expressar livremente.

Nesse sentido, a investigação enquadra-se como qualitativa, de natureza aplicada, com objetivos descritivos e exploratórios. O propósito é alcançar uma compreensão densa do objeto, inserindo-o em seu contexto social para analisá-lo a partir dos próprios termos de vivência dos participantes (GOLDENBERG, 2011).

Adota-se, assim, uma perspectiva construtivista, conforme defendido por Merriam (1998), para quem o conhecimento é socialmente construído, admitindo múltiplas interpretações da realidade. Para a autora, “[...] all types of qualitative research are based is the view that reality is constructed by individuals interacting with their social worlds” (MERRIAM,

1998:6). Nessa abordagem, o foco do pesquisador recai sobre a experiência vivida e subjetivamente significada pelos sujeitos.

### *Campo de estudo*

O presente estudo teve como campo empírico as universidades federais brasileiras. O critério de seleção estabelecido foi a existência de PGR que contemplasse especificamente as unidades informacionais arquivísticas. De acordo com consulta realizada em 12 de julho de 2022 no Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior (Cadastro e-MEC) do Ministério da Educação (BRASIL, 2022), identificou-se a existência de 68 universidades federais cadastradas.

Em uma etapa preliminar, buscou-se verificar a viabilidade da investigação, analisando se havia de fato Instituições de Ensino Superior (IES) que atendessem à delimitação proposta e quais poderiam compor o universo da pesquisa. Para tanto, procedeu-se ao levantamento de organogramas institucionais e dos PGR disponíveis, a fim de identificar a posição ocupada pelos arquivos e/ou centros de documentação na estrutura administrativa, bem como os riscos mapeados nesses setores.

No dia 22/07/2021, foram encaminhadas solicitações via Plataforma Fala.BR a 66 universidades federais, enquanto duas instituições, não localizadas no sistema, foram contatadas por e-mail. A escolha pela Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação justifica-se pelo amparo legal que garante atendimento em até 30 dias, prorrogáveis por igual período mediante justificativa.

Apesar de atrasos e recursos motivados por respostas incompletas, no dia 27/08/2021 obteve-se retorno integral das 66 IFES contatadas via Fala.BR, ao passo que apenas uma das universidades abordadas por e-mail respondeu. Esse resultado confirmou a pertinência da delimitação do campo de estudo.

Contudo, considerando que parte das respostas mencionava que o PGR ainda estava em elaboração – como evidenciam manifestações do tipo: “Estamos na fase de desenvolvimento do plano de riscos da Instituição”; “O Plano de Gestão de Riscos está em processo de elaboração”; ou “O setor responsável encontra-se em fase de estudos e elaboração do mapeamento” –, procedeu-se a uma nova rodada de questionamentos em 12/06/2023. Nessa ocasião, buscou-se atualizar os dados junto às 57 IFES que haviam informado não possuir PGR, novamente por meio da Plataforma Fala.BR, exceto duas instituições contatadas por *e-mail*. A pergunta encaminhada foi: “Há um Plano de Gestão de Riscos direcionado ao setor de arquivo e/ou centro de documentação da universidade? Em caso afirmativo, solicito o envio do mesmo”.

O ciclo de respostas foi concluído em 02/08/2023, revelando que 16 universidades federais dispunham de PGR aplicados aos arquivos. A distribuição por região foi a seguinte: Centro-Oeste (Universidade Federal de Goiás – UFG, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS e Universidade de Brasília – UnB), Nordeste (Universidade Federal da Paraíba – UFPB), Norte (Universidade Federal do Amazonas – UFAM e Universidade Federal do Pará – UFPA), Sudeste (Universidade Federal do Espírito Santo – UFES, Universidade Federal de Lavras – UFLA, Universidade Federal do Triângulo Mineiro – UFTM, Universidade Federal de Alfenas – UNIFAL, Universidade Federal do Estado do Rio de

Janeiro – UNIRIO, Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF e Universidade Federal de Uberlândia – UFU) e Sul (Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre – UFCSPA, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS e Universidade Federal do Paraná – UFPR).

De acordo com Marconi e Lakatos (2022:189), “nem sempre há possibilidade de pesquisar todos os indivíduos do grupo ou da comunidade que deseja estudar, devido à escassez de recursos ou à premência do tempo”. Lefèvre e Lefèvre (2012) acrescentam que a melhor pesquisa é aquela que apresenta condições concretas de realização, o que leva o pesquisador a fazer escolhas quando não é viável abranger todos os atores envolvidos. Assim, estabeleceu-se que seriam selecionadas para a etapa presencial as universidades da região Sudeste, por concentrarem o maior número de PGR direcionados aos arquivos e de riscos identificados nesses documentos. Além disso, definiu-se a aplicação de pré-teste em três IES pertencentes a outras regiões, realizado por videoconferência.

Conforme Marconi e Lakatos (2022), o pré-teste do roteiro de entrevistas é etapa fundamental para ajustes no enunciado das questões, avaliação da amostragem e detecção de falhas antes da coleta efetiva. Também contribui para a estimativa de resultados e para a experiência do pesquisador na aplicação, favorecendo maior segurança na condução da pesquisa.

No caso do DSC, o pré-teste torna-se ainda mais relevante, pois a técnica não admite roteiros flexíveis. Não é permitido incluir ou suprimir questões durante a coleta, sob pena de comprometer a reconstrução das representações sociais compartilhadas (LEFÈVRE e LEFÈVRE, 2012). Por isso, as perguntas precisam ser avaliadas previamente, garantindo clareza, compreensão pelos participantes e adequação aos objetivos propostos.

Na perspectiva de Flick (2008), a entrevista deve ocorrer de forma natural, semelhante a um diálogo, permitindo captar nuances como entonações e pausas reflexivas. Para tal, as entrevistas foram registradas em áudio por meio de aparelho celular, sem objeções dos participantes.

Por envolver seres humanos, a pesquisa seguiu rigorosamente as normas éticas estabelecidas pelas Resoluções nº 466/2012 (BRASIL, 2012) e nº 510/2016 (BRASIL, 2016), além da Norma Operacional do Conselho Nacional de Saúde nº 001/2013. Após os ajustes sugeridos pela banca de qualificação, o projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da instituição de vínculo da pesquisadora, via Plataforma Brasil, obtendo aprovação em 14/03/2024.

A participação dos entrevistados esteve condicionada ao consentimento informado, sendo respeitados princípios de confidencialidade, direito à desistência, acesso aos dados e resultados, bem como a garantia de não ocorrência de danos. Para tanto, foi solicitado que cada participante assinasse o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) em duas vias, uma entregue ao entrevistado e outra arquivada pela pesquisadora.

### *Coleta de dados*

As entrevistas presenciais tiveram início em 13/05/2024 e foram concluídas em 24/05/2024, sendo necessárias viagens realizadas por meio de avião, ônibus e veículo

alugado. O roteiro da coleta previa inicialmente a participação de sete universidades federais situadas na região Sudeste (Unifal, UFES, UNIRIO, UFJF, UFLA, UFTM e UFU). Entretanto, durante o processo de agendamento, dois gestores recusaram o convite para integrar a pesquisa.

Das cinco IES restantes, os dirigentes confirmaram participação, mesmo diante do contexto de greve. Em algumas situações, foi relatado que os setores de arquivo foram abertos unicamente para possibilitar a realização da pesquisa, destacando-se que, em função da paralisação, não havia usuários no local e o quadro de servidores estava reduzido. Na UFJF, além do(a) responsável pelo setor, um(a) arquivista também esteve presente na data marcada, contribuindo com as respostas às entrevistas e auxiliando no preenchimento dos formulários. Em todos os casos, foi autorizada a gravação em áudio e o registro fotográfico dos espaços arquivísticos.

### *Análise dos dados*

A Teoria das Representações Sociais (TRS) fundamenta a utilização do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), pois este permite resgatar ideias compartilhadas socialmente. Isso significa que, nos depoimentos, há recorrência de posicionamentos, já que os indivíduos estão submetidos a condições e pressões semelhantes. Tais influências decorrem da exposição às mesmas notícias, programas televisivos, campanhas publicitárias ou até da inserção em categorias profissionais que compartilham interesses comuns (LEFÈVRE e LEFÈVRE, 2012).

Ainda que existam diferentes formas de pensamento, a metodologia prevê a categorização dos discursos em tipos, identificados por “etiquetas” (A, B, C, ...), o que possibilita distinguir e individualizar os depoimentos, resgatando “todas as ideias existentes e não apenas as que são mais presentes em um campo” (LEFÈVRE e LEFÈVRE, 2012:47).

Com as entrevistas coletadas e transcritas, o processamento dos dados é realizado por meio dos operadores do DSC, seguindo uma sequência metodológica (DIAS, 2021; LEFÈVRE e LEFÈVRE, 2012):

- a)** leitura e releitura das respostas de cada questão;
- b)** identificação das Expressões-Chave (ECH) associadas ao tema central da pergunta;
- c)** extração das Ideias Centrais (IC) em cada resposta;
- d)** análise das IC e das Ancoragens (AC), quando houver, agrupando-as em conjuntos homogêneos;
- e)** nomeação das categorias formadas;
- f)** elaboração do DSC correspondente a cada categoria, redigido na primeira pessoa coletiva, com uso de conectivos que deem unidade ao texto. Nessa etapa, elimina-se a presença de particularismos (como gênero, idade ou eventos isolados), não havendo necessidade de manter a ordem original das ECH;

g) releitura e análise do conjunto dos DSC resultantes para cada pergunta.

Para apoiar a sistematização das etapas, emprega-se o Instrumento de Análise do Discurso (IAD), estruturado em quadro com colunas que organizam os operadores do DSC. O uso de cores e sublinhados também auxilia na identificação durante o processo analítico (WOHLGEMUTH, 2022).

Uma vez construídos, os DSC revelam-se autoexplicativos: os discursos falam por si, dispensando justificativas adicionais. Essa característica reforça a concepção de que a sociedade pensa por meio dos sujeitos, e que as representações sociais, reconstituídas pelos discursos, expressam modos de compreender determinado fenômeno em um contexto histórico e social específico (LEFÈVRE e LEFÈVRE, 2012).

A análise categorial evidenciou que a vulnerabilidade dos arquivos universitários federais está associada, em grande medida, à ausência de PGR específicos. O arquivamento de documentos, com frequência, é tratado de maneira inadequada, sob a percepção equivocada de que qualquer pessoa pode desempenhá-lo. Esse cenário favorece tanto a perda de documentos – pela dificuldade de localização ou por descartes realizados sem critérios técnicos – quanto a deterioração prematura de acervos, em virtude da ausência de medidas preventivas.

No campo político, identificou-se que, em alguns casos, a escolha de gestores arquivísticos para funções de chefia ocorre sem que estes possuam formação em Arquivologia ou áreas correlatas, o que reflete a pouca atenção destinada à preservação documental. Muitas vezes, prevalece apenas o interesse no recebimento da função gratificada.

Do ponto de vista social, torna-se essencial questionar se os arquivos estabelecem vínculos efetivos com a comunidade, observando os fatores que mobilizam técnicos, gestores, comunidade acadêmica e público externo a reconhecer o valor do patrimônio documental e engajar-se em sua preservação para as gerações futuras. Tais percepções foram resgatadas a partir das falas, que, ao serem reunidas e sistematizadas, permitiram reconstituir as representações sociais manifestadas.

### *O discurso dos gestores dos arquivos universitários*

A aplicação do DSC requer a transcrição integral das entrevistas, de modo a possibilitar a análise individualizada de cada questão, com a identificação das ECH, das IC e das AC. Nesse processo, optou-se por preservar a forma oral dos depoimentos e por suprimir elementos que pudessem revelar a identidade das instituições ou dos participantes.

Concluídas essas etapas, foi construído o DSC final, representando a coletividade dos gestores de arquivos universitários em relação à GR em seus setores. A partir da análise, evidenciaram-se dois grandes eixos de pensamento. O primeiro aponta para certo avanço nas funções arquivísticas, aliado a condições mais adequadas de guarda e preservação do acervo, o que contribui para maior reconhecimento, por parte da administração superior, acerca da relevância do patrimônio documental. O segundo eixo, por sua vez, evidencia os obstáculos enfrentados pelos profissionais dos arquivos universitários, entre os quais se destacam fragilidades na estrutura organizacional, carência de recursos humanos e a recorrente desvalorização do setor.

A elaboração do DSC e a identificação desses dois eixos permitiram resgatar as representações sociais manifestadas pelos gestores dos arquivos universitários federais. Embora se reconheça a existência de diferenças entre as instituições – mesmo tratando-se de IES –, bem como disparidades no nível de desenvolvimento das práticas arquivísticas, o consenso entre os participantes esteve na ênfase às dificuldades enfrentadas.

Para facilitar a exposição das ideias identificadas no DSC final, houve a categorização de quatro tópicos:

- O entendimento sobre a gestão de riscos;
- A cultura organizacional e a sua repercussão;
- Estrutura dos arquivos universitários; e,
- Gestão documental.

### *O entendimento sobre a gestão de riscos*

Os profissionais reconhecem a GR como indispensável e ressaltam a importância de sua efetiva implementação. Entretanto, destacam que o apoio institucional é decisivo para viabilizar o monitoramento. Nesse processo, o mapeamento de atividades é apontado como requisito fundamental, pois possibilita identificar recursos humanos e materiais necessários. Sem essa etapa, a GR carece de sustentação organizacional, comprometendo a eficácia do planejamento e dificultando tanto a prevenção quanto a mitigação de riscos.

A GR é também compreendida como elemento central para a preservação documental, uma vez que envolve registros que asseguram direitos trabalhistas – como comprovação de insalubridade e horas extras – e garantem evidências legais. Além disso, a perda de documentos permanentes compromete a memória institucional, atingindo a trajetória histórica, as decisões e a identidade das universidades. Nesse sentido, preservar documentos correntes, intermediários e permanentes é considerado imprescindível para salvaguardar tanto direitos individuais quanto a continuidade da instituição.

Contudo, observa-se que, em grande parte das instituições, a GR ocorre de forma reativa, motivada por normativas legais, mas sem internalização cultural que a torne prática proativa. Em diversos casos, o cumprimento de regras é percebido como simbólico, limitado a formalidades, sem resultados concretos. Soma-se a isso o fato de que a área de arquivos recebe menor atenção em comparação a outros setores, evidenciando uma hierarquia de prioridades que desconsidera a relevância da preservação documental. Entre as IES, essa desigualdade é marcante: enquanto algumas avançam em função de projetos prévios e acúmulo de experiência, outras enfrentam entraves estruturais que dificultam o progresso.

Considerando a escassez de recursos, somada a limitações físicas e políticas, a GR é concebida como um esforço permanente para minimizar danos, ainda que soluções definitivas sejam inviáveis. O planejamento, nesse cenário, é frequentemente percebido como exercício burocrático, pouco articulado às condições reais dos arquivos. Assim, medidas pragmáticas – como o monitoramento visual ou fotográfico de rachaduras – são empregadas como alternativas viáveis, embora não ideais, para acompanhar riscos.

A participação de profissionais especializados, como arquitetos, engenheiros e técnicos em segurança, é amplamente considerada indispensável. Avaliações técnicas são vistas como ferramentas essenciais para prevenir falhas estruturais que possam comprometer os acervos. Da mesma forma, o monitoramento contínuo e proativo é destacado como prática crucial para garantir a integridade documental.

Apesar do consenso sobre sua relevância, a GR ainda sofre com a ausência de valorização da prevenção. Predomina uma cultura organizacional reativa, baseada na improvisação e na boa vontade individual, em detrimento de ações sistemáticas. Essa lacuna é ampliada pela desconexão entre o planejamento estratégico formal e a ausência de iniciativas práticas que mitiguem os riscos diagnosticados, resultando em burocracia ineficaz e frustração dos profissionais.

Por fim, a percepção de insuficiência no suporte governamental e administrativo constitui um dos principais entraves. Embora haja exigências legais, faltam investimentos e retornos concretos que garantam a preservação documental. Nesse contexto, defende-se a necessidade de mudança cultural que valorize a prevenção, integrando a GR como prioridade institucional. A construção de protocolos e indicadores é apontada como etapa decisiva para consolidar uma abordagem proativa, capaz de superar a dependência de soluções improvisadas.

### *A cultura organizacional e a sua repercussão*

A cultura organizacional molda a identidade institucional e orienta práticas e comportamentos, ao mesmo tempo em que é influenciada por seus membros e pelo contexto social, político e econômico em que a organização está inserida. Nas universidades, essa cultura tem se manifestado principalmente por meio da improvisação e do esforço coletivo, que se tornam respostas recorrentes diante da ausência de planejamento estratégico. Tal postura, embora solidária, reflete uma prática amadora e reativa, baseada na lógica do “resolver com o que se tem”, evidenciada em expressões como “o sapo pula quando a situação vem”.

Essa predominância da reação sobre a prevenção traduz um despreparo estrutural e reforça a percepção de que os arquivos ocupam lugar secundário. Muitas vezes tratados como depósitos, esses setores sofrem com espaços inadequados, improvisação de atividades e soluções técnicas precárias, como a simples digitalização ou o armazenamento em dispositivos externos, práticas que desconsideram requisitos legais, técnicos e históricos da preservação documental. A ausência de políticas claras e integradas amplia a fragmentação e banaliza o patrimônio arquivístico.

A resistência cultural à GR resulta da priorização de soluções imediatistas, que ignoram a necessidade de estruturação de processos. O improviso como resposta institucional gera riscos futuros, ao mesmo tempo em que reforça a baixa valorização do setor. Essa negligência se insere em um ambiente acadêmico marcado por disputas de espaço físico, onde atividades administrativas e de conservação são consideradas menos produtivas, relegando a documentação a locais inapropriados.

Apesar das dificuldades, há sinais de mudança cultural. A conscientização sobre a relevância da GR e da gestão documental tem crescido, inicialmente de forma teórica, mas cada vez mais reconhecida como necessária. Projetos de extensão, capacitações técnicas e

ações de sensibilização da equipe vêm contribuindo para consolidar práticas mais estruturadas, substituindo gradualmente a lógica do improvisado.

Nesse processo, os arquivos começam a se reposicionar como setores estratégicos e agentes de transformação institucional. A colaboração coletiva, o reconhecimento interno e externo do trabalho arquivístico e a adoção de boas práticas demonstram que a mudança cultural é possível, ainda que dependa de esforço contínuo, apoio institucional e políticas públicas consistentes.

### *Estrutura dos arquivos universitários*

A estrutura administrativa dos arquivos universitários exerce papel estratégico na eficiência organizacional. O modelo de órgão suplementar mostra-se mais favorável por garantir maior autonomia e ampliar a irradiação das ações, enquanto a vinculação às pró-reitorias tende a limitar a comunicação com outras áreas. Nesse sentido, a normatização emerge como elemento fundamental, substituindo práticas informais e reforçando a profissionalização da gestão documental. Ainda assim, os arquivos enfrentam entraves administrativos e culturais que se manifestam nos espaços de guarda, na disponibilidade de materiais, na qualificação da equipe e nos recursos financeiros.

Do ponto de vista físico, as condições de armazenamento representam uma das maiores fragilidades. Documentos são frequentemente mantidos em subsolos, prédios históricos e locais improvisados, expostos à umidade, mofo, infiltrações e poeira, o que compromete sua conservação. O desastre climático ocorrido no Rio Grande do Sul, estado no sul do Brasil, é emblemático, pois evidenciou o descaso com a gestão dos espaços e os riscos de perdas irreparáveis para a memória institucional. Situações semelhantes se repetem em diferentes universidades, demonstrando que a inadequação dos locais de guarda não é pontual, mas um padrão. Apesar das reiteradas solicitações das equipes, a falta de investimento e o descaso administrativo agravam a vulnerabilidade dos acervos.

A escassez de recursos humanos constitui outro desafio crítico. As equipes são reduzidas, sobrecarregadas e frequentemente sem profissionais especializados, como arquivistas e restauradores, o que leva a improvisações e compromete tanto a gestão preventiva quanto a preservação a longo prazo. A sobrecarga de atividades, a ausência de protocolos de emergência e a exposição a riscos de saúde intensificam o desgaste físico e emocional dos servidores. A priorização de tarefas imediatas, como as demandas relacionadas ao Sistema Eletrônico de Informação e a digitalização, em detrimento da preservação e organização do acervo, reforça o caráter reativo da gestão. O cenário político, com cortes orçamentários, redução de cargos e impossibilidade de reposição de pessoal, limitou ainda mais a atuação dos arquivos.

No aspecto financeiro, os arquivos seguem marginalizados nas prioridades institucionais. As restrições orçamentárias forçam a realocação de recursos para demandas urgentes, deixando em segundo plano a preservação e a GR. A carência de investimentos compromete a contratação de especialistas, a manutenção dos serviços e a modernização das práticas, ao mesmo tempo em que exigências crescentes, como a digitalização, aumentam a carga de trabalho sem o devido suporte. Frases como “sem dinheiro, talvez ano que vem” ilustram a percepção coletiva de um setor que, embora reconhecido como essencial, permanece negligenciado pela administração universitária.

Assim, a combinação de limitações administrativas, físicas, humanas e financeiras compromete a eficiência da gestão documental e da preservação. Superar esse cenário exige investimento estruturado, valorização dos arquivos e políticas institucionais que reconheçam sua centralidade para a memória e para a própria sustentabilidade organizacional.

### *Gestão documental*

A gestão documental nas universidades ainda enfrenta entraves relacionados à ausência de padronização, métodos inadequados de arquivamento e dificuldades de localização de documentos. Esses fatores configuram riscos operacionais e administrativos que comprometem a eficiência institucional. Apesar dos esforços das equipes, geralmente reduzidas, o volume de acervos e a complexidade das atividades exigem ações que superam as possibilidades de execução integral. Nesse cenário, torna-se imprescindível uma abordagem interdisciplinar e colaborativa, pautada por princípios técnicos e éticos de preservação da informação, de modo a garantir sustentabilidade, segurança e valorização da memória coletiva.

A preservação constitui eixo central da GR, envolvendo tanto a conservação física quanto a digital. No campo físico, destacam-se práticas preventivas como controle ambiental, limpeza periódica e medidas contra sinistros. Já a preservação digital emerge como desafio estratégico, exigindo políticas de backup, interoperabilidade e armazenamento seguro em nuvem. A insuficiência de investimentos em infraestrutura tecnológica, entretanto, intensifica a vulnerabilidade dos acervos digitais, tornando urgente sua inclusão no planejamento estratégico institucional.

A digitalização, por sua vez, deve ser entendida como instrumento de ampliação do acesso e não como substituto da preservação física. Documentos originais possuem atributos únicos que não podem ser reproduzidos integralmente em formato digital. Além disso, digitalizar sem organização prévia apenas transfere a desordem para outro suporte, gerando ilusória sensação de eficiência. Por isso, a digitalização precisa estar vinculada a processos prévios de classificação, à definição de metadados e a sistemas confiáveis de busca e interoperabilidade.

A difusão dos acervos reforça o papel social dos arquivos ao ampliar o acesso à informação e aproximar a sociedade de seu patrimônio documental. Seja por meio de exposições, plataformas digitais ou redes sociais, a divulgação contribui para o uso acadêmico, cultural e educativo dos documentos, ao mesmo tempo em que sensibiliza os usuários quanto à importância da preservação. Esse movimento fortalece a construção de uma cultura coletiva de valorização da memória institucional e do patrimônio cultural.

Assim, os eixos de preservação, digitalização e difusão articulam-se como dimensões indissociáveis de uma gestão documental efetiva. O fortalecimento dessas práticas depende de investimentos, da capacitação profissional e da consolidação de políticas institucionais que reconheçam os arquivos como pilares da identidade social, acadêmica e democrática.

### *Considerações finais*

A análise dos dados evidenciou que a compreensão da realidade social exige considerar crenças, valores, preconceitos e a cultura que moldam comportamentos e práticas. Nesse sentido, os participantes identificaram a mudança cultural como o maior desafio, pois padrões enraizados ao longo do tempo reduzem a valorização da preservação documental e da profissão de arquivista.

De maneira recorrente, observou-se que documentos são arquivados sem critérios técnicos, manuseados inadequadamente e até descartados de forma imprópria. No ambiente digital, práticas como “salvar na nuvem” ou digitalizar apenas para liberar espaço físico também comprometem a preservação. Apesar disso, há reconhecimento quanto à relevância da GR, especialmente para evitar perdas que possam repercutir negativamente na imagem institucional. Contudo, a pesquisa mostrou que essa atenção raramente se estende aos setores arquivísticos: das 68 universidades federais brasileiras, apenas 16 possuem PGR específicos para arquivos, e mesmo nessas a equipe é reduzida e não há orçamento próprio.

O cenário político, marcado por restrições orçamentárias e ausência de concursos, agrava a carência de pessoal qualificado. A nomeação de chefias sem formação adequada reforça a fragilidade da gestão arquivística. No campo social, entretanto, destacam-se os esforços de aproximação com a comunidade, o impacto das ações de difusão e a necessidade de profissionais criativos e inovadores, capazes de reposicionar os arquivos perante a sociedade.

As falas revelaram ainda que o compromisso ético, o reconhecimento da riqueza informacional e o amor pela profissão são os principais motivadores dos gestores. Mesmo diante de limitações estruturais e da pouca valorização institucional, prevalece o empenho em atuar pelo bem público, em um trabalho comparado ao de “formiguinhas”, em que pequenas ações acumuladas podem gerar resultados significativos ao longo do tempo.

Com isso, a aplicação do DSC, fundamentado na TRS, mostrou-se eficaz para captar a visão coletiva dos gestores de arquivos universitários sobre a gestão de riscos, validando a contribuição teórico-metodológica da abordagem.

Os resultados obtidos apontam para a necessidade de novos estudos, entre eles: como se dá a preservação documental em instituições que não contam com arquivos ou profissionais da área; de que forma se discute a GR em universidades sem PGR específico; e quais medidas têm sido efetivamente implementadas pelos órgãos responsáveis por legislações e normativas, evitando que permaneçam apenas no papel.

Por fim, é reconhecido que a valorização dos acervos é essencial para o fortalecimento da consciência coletiva em torno da preservação documental. Mais do que medidas emergenciais, é necessário promover estratégias preventivas e proativas de gestão de riscos, de modo a assegurar que o patrimônio informacional seja transmitido às gerações futuras.

### Referências bibliográficas

**ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS**

2018 *NBR ISO 31000: gestão de riscos: diretrizes*. 2ª ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2018.

**ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE SAÚDE COLETIVA**

2015 *Saúde Coletiva perde três destacados pesquisadores*. [Em linha]. Rio de Janeiro, 12 mar. 2015. [Consult. 22 set. 2025]. Disponível em: <https://abrasco.org.br/tres-perdas-para-a-saude-coletiva-brasileira/>.

**BECK, U.**

2011 *Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade*. Trad. Sebastião Nascimento. 2ª ed. São Paulo: Editora 34, 2011.

**BEEERENS, R. J. J.; TEHLER, H.; PELZER, B.**

2020 How can we make disaster management evaluations more useful? : An empirical study of Dutch exercise evaluations. *International Journal of Disaster Risk Science*. [Em linha]. 11 (2020) 578-591. [Consult. 22 set. 2025]. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s13753-020-00286-7>.

**BELLOTTO, H. L.**

2017 *Arquivo: estudos e reflexões*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017.

**BERNARD, S.; CARROLL, R.**

2022 Disaster risk management: mitigating the effects of flooding at the University of Guyana. *Acceso: Revista Puertorriqueña de Bibliotecología y Documentación*. [Em linha]. 3:1 (2022) 1-12. [Consult. 22 set. 2025]. Disponível em: <https://revistas.upr.edu/index.php/acceso/article/view/20018>.

**BLUHM, D. J. [et al.]**

2011 Qualitative research in management: A decade of progress. *Journal of Management Studies*. [Em linha]. 48:8 (2011) 1.866-1.891. [Consult. 22 set. 2025]. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1467-6486.2010.00972.x>.

**BOTTINO, M.**

2012 Arquivo universitário: sonho ou realidade? In *Universidade & Arquivos: gestão, ensino e pesquisa*. Org. R. Venâncio, A. Nascimento. Belo Horizonte: Escola de Ciência da Informação da UFMG, 2012, p. 23-35.

**BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde**

2016 Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes ou de informações identificáveis ou que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Seção 1*. (24 maio 2016) 44-46.

**BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde**

2012 Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Seção 1*. (13 jun. 2013) 59.

**BRITO, J. M. S. de; LAUER-LEITE, I. D.; NOVAIS, J. S. de**

2021 *Discurso do Sujeito Coletivo na prática*. Porto Seguro: UFSB, 2021.

**CARPES, F. S.; FLORES, D.**

2013 O Arquivo universitário e a memória da universidade. *Informação & Sociedade: Estudos*. [Em linha]. 23:3 (set./dez. 2013) 13-22. [Consult. 22 set. 2025]. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/91174>.

**COUTINHO, S. de A.**

2019 *Políticas, programas e serviços arquivísticos: uma abordagem das Instituições Federais de Ensino Superior*. Rio de Janeiro, 2019.

Dissertação de Mestrado em Gestão de Documentos e Arquivos – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

**DELMAS, B.**

2010 *Arquivos para quê? : Textos escolhidos*. Trad. Danielle Ardaillon. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2010.

**DIAS, J. C. M.**

2021 *Análise da disseminação da informação midiática sobre a imagem do acusado e a dignidade da pessoa humana*. Forataleza, 2021.

Dissertação de Mestrado em Ciência da Informação – Universidade Federal do Ceará.

**FIGUEIREDO, T. D.**

2021 *Curso de metodologia FACA/UFPA: Pesquisa quali-quantitativa: Discurso do Sujeito Coletivo (DSC)*. [Em linha]. 2021. 1 vídeo (2h:54m) [Consult. 26 maio 2023].

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=krBbffTlevg>.

Transmitido ao vivo em 17 abr. 2021.

**FLICK, U.**

2008 *Introdução à pesquisa qualitativa*. 3ª ed. Porto Alegre: ArtMed, 2008.

**GIULIANI, F.; FALCO, A. de; CUTINI, V.**

2021 Unpacking seismic risk in Italian historic centres: A critical overview for disaster risk reduction. *International Journal of Disaster Risk Reduction*. [Em linha]. 59 (2021) 102260. [Consult. 22 set. 2025]. Disponível em:

<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S2212420921002260>.

**GOLDENBERG, M.**

2011 *A Arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais*. 12ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2011.

**GOMES, F. S.**

2025 Documentos raríssimos roubados há 10 anos são encontrados em sótão. *Aventuras na História*. [Em linha]. (21 jul. 2025). [Consult. 22 set. 2025]. Disponível em:

<https://aventurasnahistoria.com.br/noticias/historia-hoje/documentos-rarissimos-roubados-ha-10-anos-sao-encontrados-em-sotao.phtml>.

**INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS**

2017 *Programa para a gestão de riscos ao patrimônio musealizado brasileiro*. [Em linha]. Rio de Janeiro, 2017. [Consult. 22 set. 2025]. Disponível em:

<https://www.iber museos.org/wp-content/uploads/2017/09/gestao-patrimonio-brasileiro-pt.pdf>.

**JONES, Z. M.; PAPPAS, T.**

2023 Developing an identities-based approach to support more robust resilience and recovery in heritage planning and management. *Built Heritage*. [Em linha]. 7:2 (2023). [Consult. 22 set. 2025]. Disponível em: <https://built-heritage.springeropen.com/articles/10.1186/s43238-023-00082-4>.

**LEFÈVRE, F.**

2021 *Análise do discurso do sujeito coletivo: limites e possibilidades*. [Em linha]. Canal Enfermagem UFBA SSA, 2021. 1 vídeo (1h:33m). [Consult. 22 set. 2025]. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=4KB\\_j5R7WaY](https://www.youtube.com/watch?v=4KB_j5R7WaY).  
Palestra proferida em 1 out. 2021.

**LEFÈVRE, F.**

2017 *Discurso do sujeito coletivo: nossos modos de pensar, nosso eu coletivo*. São Paulo: Andreoli, 2017.

**LEFÈVRE, F.; LEFÈVRE, A. M. C.**

2023 *Discurso do sujeito coletivo: um novo enfoque em pesquisa qualitativa : desdobramentos*. Caxias do Sul: EDUCS, 2003.

**LEFÈVRE, F.; LEFÈVRE, A. M. C.**

2014 Discurso do sujeito coletivo: representações sociais e intervenções comunicativas. *Revista Texto & Contexto Enfermagem*. [Em linha]. 23:2 (abr./jun. 2014) 502-507. [Consult. 22 set. 2025]. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tce/a/wMKm98rhDgn7zsfvxnCqRvF/?format=pdf&lang=pt>.

**LEFÈVRE, F.; LEFÈVRE, A. M. C.**

2012 *Pesquisa de representação social: um enfoque qualiquantitativo: a metodologia do Discurso do Sujeito Coletivo*. 2ª ed. Brasília: Liber Livro Editora, 2012.

**LEFÈVRE, F. [et al.]**

2010. O Discurso do sujeito coletivo como eu ampliado: aplicando a proposta em pesquisa sobre a pílula do dia seguinte. *Revista brasileira de crescimento e desenvolvimento humano*. [Em linha]. 20:3 (2010) 798-808. [Consult. 22 set. 2025]. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbcdh/v20n3/15.pdf>.

**LOPES, L. C.**

2013 *A Nova arquivística na modernização administrativa*. 2ª ed. Brasília: Projecto Editorial - Annabel Lee, 2013.

**MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M.**

2022 *Fundamentos de metodologia científica*. 9ª ed. São Paulo: Atlas, 2022.

**MARIZ, A. C. A.; VIEIRA, T. de O.**

2020 Classificações dos arquivos e dos documentos de arquivo. In *Arquivologia: temas centrais em uma abordagem introdutória*. Org. A. C. A. Mariz, T. R. Rangel. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020.

**MELLIN, A. S.; LEFÈVRE, F.**

2017 DSC, produção bibliográfica. In LEFÈVRE, F. - *Discurso do sujeito coletivo: nossos modos de pensar, nosso eu coletivo*. São Paulo: Andreoli, 2017, p. 65-73.

**MENEZES, J. L.**

2012 A Segurança dos arquivos universitários e a missão institucional. *Ágora: Arquivologia em debate*. [Em linha]. 22:44 (2012) 61-87. [Consult. 22 set. 2025]. Disponível em: <https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/398>.

**MERRIAM, S. B.**

1998 *Qualitative research and case study applications in education*. San Francisco: Jossey-Bass, 1998.

**MORIGI, V. J.; NERY, C. H. A.**

2014 Reflexões acerca do pensamento complexo e sua relação com o conhecimento da Arquivologia. *Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação*. [Em linha]. 6:1 (2014) 1-31. [Consult. 22 set. 2025]. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/1752>.

**MOSCOVICI, S.**

2009 *Representações sociais: investigações em Psicologia Social*. 6<sup>a</sup> ed. Trad. Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis: Vozes, 2009.

**ÖZALP, D.**

2022 What is disaster risk management and what should it mean for cultural heritage. In AKYILDIZ, N. A; BEKTAŞ EKİC, B. - *Space in macro and micro scales*. Lyon: Livre de Lyon, 2022, p. 121-136.

**PEDERSOLI JÚNIOR, J. L.**

2023 *Gestão de Riscos: Método ABC*. [Em linha]. Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST, 2023. 1 vídeo (1h:32m). [Consult. 22 set. 2025]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=YlaoCehrmc>. Transmitido ao vivo em 30 mar. 2023.

**PINÇON, M.; PINÇON-CHARLOT, M.**

1999 A Teoria de Pierre Bourdieu aplicada as pesquisas sobre a grande burguesia: uma metodologia plural para uma abordagem pluridisciplinar. *Revista de Ciências Humanas*. [Em linha]. 25 (1999) 11-20. [Consult. 22 set. 2025]. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacf/article/view/23664/21259>.

**RICHTER, E. I. S.; GARCIA, O. M. C; PENNA, E. F.**

2004 *Introdução à Arquivologia*. 2<sup>a</sup> ed. Santa Maria: FACOS - UFSM, 2004.

**ROCHA, L. F.**

2014 Teoria das representações sociais: a ruptura de paradigmas das correntes clássicas das teorias psicológicas. *Revista Psicologia: ciência e profissão*. [Em linha]. 34:1 (2014) 46-65. [Consult. 22 set. 2025]. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/wrWbcH7fPm37DBzk6x4JmKK/?format=pdf&lang=pt>.

**SANTOS, S. A. S. dos**

2018 *Arquivos Universitários: a gestão eficaz e a preservação digital: Um estudo dos sistemas acadêmicos e de recursos humanos da Universidade Federal de Minas Gerais*. Belo Horizonte, 2018. Tese de Doutorado em Ciência da Informação – Universidade Federal de Minas Gerais.

**SHAREAMERICA**

2023 *Defendendo da destruição à arte e à cultura da Ucrânia*. [Em linha]. 2 mar. 2023. [Consult. 22 set. 2025]. Disponível em: <https://archive-share.america.gov/pt-br/defendendo-da-destruicao-a-arte-e-a-cultura-da-ucrania/index.html>.

**SHEPARD, E.**

2018 Compiling a disaster plan for collections for archival collections: Mid-Atlantic Regional Archives Conference - MARAC. *Technical Leaflet Series*. [Em linha]. 13 (apr. 2018). [Consult. 22 set. 2025]. Disponível em: [https://marac.memberclicks.net/assets/documents/marac\\_techincal\\_leaflet\\_13.pdf](https://marac.memberclicks.net/assets/documents/marac_techincal_leaflet_13.pdf).

**VENÂNCIO, R.**

2012 Arquivos universitários no Brasil: esboço de uma cronologia. In *Universidade & Arquivos: gestão, ensino e pesquisa*. Org. R. Venâncio, A. Nascimento. Belo Horizonte: Escola de Ciência da Informação da UFMG, 2012, p. 37-57.

**WOHLGEMUTH, V. C. L.**

2022 *Percepções de crianças sobre a mediação parental em suas práticas informacionais*. Brasília, 2022.  
Dissertação de Mestrado em Ciência da Informação - Universidade de Brasília, Faculdade de Ciência da Informação.

Priscila Lopes Menezes | [prisccalm@yahoo.com.br](mailto:prisccalm@yahoo.com.br)

Universidade Estadual de Londrina (UEL), Brasil

**Resumo:** O Decreto nº 12.599/2025 incluiu os arquivos comunitários na Lei nº 8.159/1991 (Lei de Arquivos). Tal inclusão desafia as concepções tradicionais a respeito de quem tem o poder de constituir arquivos e quais memórias são legitimadas pelo Estado. Este artigo tem como objetivo analisar de maneira crítica a inclusão dos arquivos comunitários na Lei de Arquivos, pela perspectiva dos efeitos sociopolíticos e epistemológicos para o campo. Adota-se como metodologia a análise documental e discursiva da legislação arquivística, em articulação com a literatura sobre arquivos comunitários e as relações entre arquivo e poder. O estudo argumenta que, embora a inclusão seja um avanço simbólico, ela confronta desafios estruturais, como a falta de mecanismos de financiamento e de formação especializada. O artigo conclui que o reconhecimento jurídico-normativo sinaliza uma mudança de uma gestão documental fundamentalmente estatal para uma perspectiva plural, social e decolonial dos arquivos.

**Palavras-chave:** Arquivos Comunitários; Decolonialidade; Lei de Arquivos; Política de Memória.

**Abstract:** Decree n. 12,599/2025 included community archives in Law n. 8,159/1991 (Archives Law). This inclusion challenges traditional conceptions about who has the power to create archives and which memories are legitimized by the state. This article aims to critically analyze the inclusion of community archives in the Archives Law from the perspective of its sociopolitical and epistemological effects on the field. The methodology adopted is a documentary and discursive analysis of archival legislation, in conjunction with the literature on community archives and the relationship between archives and power. The study argues that, although inclusion is a symbolic advance, it faces structural challenges, such as the lack of financing mechanisms and specialized training. The article concludes that legal-normative recognition signals a shift from fundamentally state-run document management to a plural, social, and decolonial perspective on archives.

**Keywords:** Community Archives; Decoloniality; Archives Law; Memory Policy.

## 1. Introdução

A Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, é conhecida como Lei de Arquivos do Brasil. Tal dispositivo legal dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Conforme assinala Jardim (2006) o fato de existir uma legislação arquivística não determina a existência de uma política arquivística, em que pese ser “compreensível tal expectativa já que uma legislação adequadamente concebida pode ser um poderoso instrumento a favor da gestão, uso e preservação dos arquivos” (JARDIM, 2006:10).

Nessa perspectiva, compreende-se que a inclusão dos arquivos comunitários na Lei de Arquivos, a partir da alteração do Decreto nº 4.073/2002 realizada pela publicação do Decreto nº 12.599, de 28 de agosto de 2025, evidencia o reconhecimento, por parte do Estado brasileiro, do potencial desses acervos nas dinâmicas de representação das memórias coletivas de grupos até então não abrangidos pelo escopo dessa legislação.

Os arquivos comunitários não surgem a partir da inclusão na legislação arquivística e seu reconhecimento na dimensão legal não está apartado de tensões e contradições inerentes à disputa de narrativas e ao direito à memória.

A concepção das instituições arquivísticas imbrica-se diretamente com a própria “expressão do Estado europeu do século XIX” (JARDIM, 1997:64). Nesse contexto, as instituições arquivísticas e, conseqüentemente, a legislação arquivística têm suas ações e transversalidades direcionadas ao atendimento das demandas estatais, as quais, via de regra, representam os interesses do grupo hegemônico e se mostram dissociadas da complexidade e diversidade de uma nação.

O presente artigo tem como objetivo analisar criticamente a inclusão dos arquivos comunitários na Lei de Arquivos do Brasil, a partir das alterações instituídas pelo Decreto nº 12.599/2025.

Para tanto, adotamos como metodologia a análise documental e discursiva da legislação arquivística brasileira e a revisão de literatura com base em um referencial teórico, tanto de autores que abordam o arquivo como dispositivo de poder e lugar de construção social da memória, quanto de estudiosos que refletem sobre os arquivos comunitários.

Em analogia ao texto de Bruno Delmas (2010) intitulado *Arquivos para quê?*, em que o autor busca evidenciar o papel dos arquivos na sociedade contemporânea e conclui que eles servem para: provar direitos (dimensão jurídica), lembrar do que foi realizado (dimensão administrativa), compreender (dimensão científica) e identificar (dimensão social), redirecionamos o instigante questionamento de Delmas (2010) para repensarmos para quem os arquivos servem, em especial, os arquivos comunitários.

## **2. Arquivos, poder e representatividade**

Os arquivos, tradicionalmente concebidos como espaços neutros de preservação de documentos, têm tido sua constituição revista nas últimas décadas a partir de uma leitura político-discursiva de sua própria formação. A constituição dos arquivos muitas vezes compreendida enquanto natural está inscrita em campos de disputas simbólicas, nos quais se escolhem as narrativas, experiências e identidades que serão lembradas ou silenciadas. Nesse sentido, “[...] o arquivo é fundamentalmente uma matéria de discriminação e seleção.” (MBEMBE, 2019:2).

A relação entre arquivo e poder é abordada por Michel Foucault (2008)<sup>1</sup> e posteriormente por Jacques Derrida (2001). Contudo, convém destacar que o termo “arquivo” é utilizado por Foucault para referir-se aos sistemas de regras que definem o que pode ser dito, registrado e reconhecido como saber em uma determinada época.

[...] temos na densidade das práticas discursivas sistemas que instauram os enunciados como acontecimentos (tendo suas condições e seu domínio de aparecimento) e coisas (compreendendo sua possibilidade e seu campo de

---

<sup>1</sup> Utilizamos a sétima edição do livro *Arqueologia do Saber*, por essa razão as datas indicadas para Foucault e para obra de Derrida não refletem a ordem original em que foram produzidas por seus autores.

utilização). São todos esses sistemas de enunciados (acontecimentos de um lado, coisas de outro) que proponho chamar de arquivo (FOUCAULT, 2008:146).

O arquivo, a partir da perspectiva foucaultiana, pode ser interpretado como o sistema que confere poder de legitimar ou silenciar enunciados. Enquanto Foucault nos apresenta essa perspectiva, Derrida (2001) compreende o arquivo não apenas como local de guarda, mas sob um viés de comando e seleção, de modo que não pode haver arquivo sem poder. Dessa forma, ao reunir, selecionar e conservar documentos, o arquivo institui uma narrativa, do que pertence à história e o que é relegado ao esquecimento, funcionando de maneira paradoxal, pois ao mesmo tempo que preserva, também opera a exclusão.

As reflexões sobre as relações de poder e arquivo, apesar de serem reconhecidamente tratadas por Foucault e Derrida, não estão dissociadas dos teóricos do campo da Arquivologia. Nessa perspectiva, a teoria arquivística passou a incorporar uma leitura crítica e social no que se refere a formação dos arquivos. No cenário brasileiro, no lastro das reflexões que envolvem arquivo e poder, Lacerda (2023), baseada nos estudos foucaultianos, elabora o conceito de dispositivo de arquivo, que exerce funções relacionadas a delimitação dos saberes à produção de verdades que culminam no apagamento de determinadas narrativas e legitimam outras. A literatura crítica do campo tem contribuído para a percepção de que os arquivos não gozam de neutralidade ou têm sua concepção desarticulada dos jogos de poder.

Schwartz e Cook (2002) reconhecem que arquivos, documentos e poder são termos que têm encontrado eco em diversas disciplinas e identificam que este poder atribuído aos arquivos reside no fato de que o passado é fundamentalmente controlado por meio dos documentos. A partir do poder de selecionar os documentos que serão arquivados há o poder de controlar narrativas, ou seja, “através dos arquivos certas histórias são privilegiadas e outras marginalizadas” (SCHWARTZ e COOK, 2002:1, *tradução nossa*). O acervo é, portanto, uma reflexão e, frequentemente, uma justificção para a sociedade que o cria.

No mesmo sentido, a partir da experiência sul africana no regime do apartheid, Harris (2002) reconhece que os arquivos são simultaneamente instrumento e também expressão do poder. As escolhas arquivísticas, portanto, não são neutras, e decorrem das estruturas sociais que naturalizam o que é “arquivável” (MBEMBE, 2019). O controle sobre os documentos, por intermédio das políticas arquivísticas, está atrelado ao controle sobre a narrativa histórica e a identidade nacional. Por reconhecer as relações de poder que atravessam a preservação dos arquivos, Harris (2002) assevera que o que denominamos de “arquivo” é apenas uma “lasca arquivística”<sup>2</sup>, cuja existência representa apenas um fragmento de uma realidade.

O artigo *Arquivos como fontes de poder, marginalização e silêncios em Portugal e no Brasil* (BORGES, SILVA e ESPÍRITO SANTO, 2023), situa o debate no campo luso-brasileiro ao realizar um estudo dos portais de arquivo de ambos os países, no qual reconhecem que “a linguagem inclusiva nas descrições arquivísticas ainda não fez seu caminho nesses países” (BORGES, SILVA e ESPÍRITO SANTO, 2023:5). As autoras

---

<sup>2</sup> *Archival Sliver* (HARRIS, 2002:64, *tradução nossa*).

também debatem o que intitulam de “silêncio arquivístico”, que seria não somente a ausência física de documentos, mas também a “má representação” ou a “distorção não intencional ou propositada de documentação”. O conceito de silêncio arquivístico se alinha a proposta de “lasca arquivística” proposta por Harris (2002), visto que compreende-se que o que está representado nos arquivos é apenas um recorte de uma dada realidade, que não produz documentos e os preserva de maneira natural e contextualizada em processos de escolha que refletem as estruturas de poder de uma sociedade.

No contexto brasileiro, o estudo realizado por Sousa *et al.* (2023) investigou a representatividade de pessoas negras em arquivos estaduais no Brasil. Ressalta-se que o estudo não teve como objetivo a representação, no sentido de verificar como a descrição arquivística é realizada para identificar pessoas negras, mas sim analisar a presença de arquivos de pessoas negras. Os resultados confirmam uma disparidade alarmante e indicam que a memória coletiva brasileira, institucionalizada nos arquivos estaduais é em sua maioria composta por acervos de grupos hegemônicos, que os autores identificam como pessoas brancas de origem europeia. O estudo também se coaduna com a teorização de outros autores do campo ao evidenciar que a política de aquisição, muito embora seja considerada como um instrumento de cunho técnico, contribui para refletir e perpetuar o racismo estrutural a medida que prioriza a chancela de valor histórico-social às elites brancas e relega o apagamento às coletividades e indivíduos negros, pois as mesmas seguem não representadas nesses espaços o que contribui para serem apartadas do imaginário e do acesso ao público. Também destacamos a pesquisa de Vitória Barros (2022:98) que analisou como as questões de gênero influenciam a invisibilidade de acervos “de e sobre mulheres” nas instituições arquivísticas brasileiras, tendo como objeto de estudo os acervos privados do Centro de Pesquisa e Documentação da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC).

Compreende-se, portanto, que a literatura crítica do campo ao retomar o pensamento de Foucault e Derrida e também a partir da análise da realidade brasileira (Barros, 2022; Sousa *et al.*, 2023) evidencia que os arquivos, em especial os de instituições arquivísticas, são inexoravelmente um dispositivo de poder. Seja no contorno da “lasca arquivística” de Harris (2002), no silêncio arquivístico mencionado por Borges, Silva e Espírito Santo (2023), ou ainda, na ação do dispositivo de arquivo (Lacerda, 2023) ao legitimar discursos específicos que constroem a narrativa histórica, o resultado é o mesmo: a sub-representação e até o apagamento de grupos subalternizados das narrativas oficiais.

A resistência na realização de uma leitura neutra e, conseqüentemente, natural, da concepção dos arquivos destaca não apenas o reflexo e influência das estruturas de poder dominantes, mas também abre espaço para a discussão ético-política do compromisso social dos arquivos junto a sociedade. Nesse contexto, os arquivos comunitários emergem como uma alternativa “a contrapelo” capaz de representar identidades, narrativas e memórias de coletividades fora dos grilhões das tecnologias de esquecimento.

### **3. Arquivos Comunitários: autonomia e o poder de falar de si**

Partimos da premissa que os arquivos comunitários podem ser interpretados como resposta à sub-representação e ao silêncio arquivístico abordados na seção anterior, pois os arquivos comunitários surgem,

[...] em grande parte como resposta aos movimentos sociais e políticos que ganharam destaque nas décadas de 1960 e 1970, incluindo os movimentos pelos direitos civis, pela libertação gay e pelos direitos das mulheres. Dentro de cada um desses movimentos, ativistas e grupos comunitários reconheceram a importância de registrar pessoas e comunidades cujas histórias e vidas haviam sido marginalizadas, apagadas ou deturpadas nos registros históricos. Esses indivíduos iniciaram projetos de arquivamento dentro, por e para suas comunidades como um meio crucial de autorrepresentação, construção de identidade e empoderamento (CIFOR *et al.*, 2018:71, *tradução nossa*).

Como afirmam Flinn, Stevens e Shepherd (2009:71, *tradução nossa*), os arquivos comunitários surgem a partir do desejo de “documentar, registrar e preservar a identidade e a história de sua própria localidade e comunidade” e podem ser entendidos como

“atividades populares que consistem em documentar, registrar e explorar o patrimônio comunitário, nas quais a participação, o controle e a apropriação da comunidade pelo projeto são essenciais” (FLINN, 2007:153, *tradução nossa*).

A respeito do conceito de arquivos comunitários, Flinn e Gilliland (2013) reconhecem que há uma certa fluidez em virtude de compreenderem que definir de maneira formal e única, além de ser complexo, pode até ser um ponto limitante para esse tipo de iniciativa. Nesse escopo, a pesquisa de Rodrigo Ávila (2020:156) indica que os grupos que impetram esse tipo de iniciativa, o fazem com a intenção de “(a) reconectar os princípios arquivísticos às alterações sociais emergentes do século XXI; (b) condenar a desassistência das autoridades formais para com suas demandas; e, (c) desvelar narrativas marginalizadas pelas estruturas hegemônicas”. Além disso, Ávila (2020) destaca que a constituição dos arquivos comunitários leva em consideração a reunião de materiais de acordo com a pertinência social - “essa característica torna problemático o termo “arquivo” para designar esse deslocamento”. Em que pese a dificuldade de apresentar definições, ou até possíveis resistências de ordem teórica quanto ao uso do termo e conceituação dos arquivos comunitários, Flinn e Gilliland (2013) compreendem que os arquivos comunitários são essencialmente iniciativas cuja participação e controle advém dos membros de um determinado grupo.

Flinn (2007) enfatiza que a sub-representação em arquivos formais é a principal motivação para a criação desses projetos. Esses acervos comunitários documentam as experiências de um determinado grupo e com isso são capazes de produzir contranarrativas (CASWELL, 2014) e de “reequilibrar o padrão de privilégio e marginalização” por meio de uma autonomia que desafia a centralidade das instituições arquivísticas (FLINN, STEVENS e SHEPHERD, 2009:74, *tradução nossa*).

Os arquivos comunitários desempenham um funcionamento dual com implicações políticas e epistemológicas profundas. Por um lado, eles atuam na crítica institucional ao apresentar uma alternativa de representação de determinados grupos e ao evidenciar lacunas e até representações não representativas – com base no “olhar do outro” – no panorama histórico nacional. Paralelamente, atuam na mobilização interna da comunidade objetivando uma soberania narrativa em relação a sua própria história.

Dessa maneira, percebe-se que os arquivos comunitários deslocam o foco da análise da constituição dos arquivos nas instituições arquivísticas (o olhar hegemônico e amplamente influenciado pelo Positivismo) para a perspectiva endógena do próprio grupo, oportunizando o poder de falar por si e definir os parâmetros de sua representação para memória coletiva. Cook (2013) compreende que os arquivos comunitários podem romper com o monopólio institucional da memória e contribuir para a justiça social.

É importante reconhecer que a contranarrativa apresentada pelos arquivos comunitários não está dissociada dos campos de disputa de narrativas. Caswell (2014:313, *tradução nossa*) identifica que “embora as comunidades se unam em torno de pontos em comum, os arquivos comunitários não documentam apenas esses pontos em comum, mas também as diferenças dentro das comunidades”. Em complemento, compreendemos que a disputa por narrativas também acontece no âmbito das comunidades que se mobilizam para constituir seus arquivos comunitários.

Dessa forma, a constituição de qualquer arquivo é sempre atravessada por jogos de poder, mesmo que seu objetivo seja o de colaborar com a justiça social. Reconhecer esses atravessamentos não implica no esvaziamento dessas iniciativas, mas sim na compreensão de que não há neutralidade de escolhas nas ações realizadas para decidir quais documentos são arquiváveis. O ganho do arquivo comunitário está em fornecer uma alternativa à representação de grupos dominantes que geralmente encontra expressão simbólica nas instituições arquivísticas.

No cenário brasileiro, conforme apontado por Alencar e Cervantes (2023:55) ainda é raro o debate a respeito dos arquivos comunitários. Contudo, nos últimos anos podemos destacar que os arquivos comunitários foram incluídos nos debates do campo arquivístico brasileiro, a partir da confluência de experiências promovidas por intermédio dos encontros científicos e especialmente a partir da inclusão do termo “arquivos comunitários” na legislação arquivística brasileira.

#### ***4. Arquivos para quem? Desafios epistemológicos e políticos da inclusão dos arquivos comunitários na Lei de Arquivos do Brasil***

Em razão do referencial teórico escolhido para desenvolvimento do presente artigo, escolhemos analisar a inclusão do termo “arquivos comunitários” na Lei de Arquivos do Brasil, inspirando-nos na análise de discurso foucaultiana<sup>3</sup>, de modo a identificar se a atualização da legislação pode:

- a) Estabelecer fronteiras entre a instituição arquivística e o arquivo comunitário;
- b) Definir a legitimidade conferida aos arquivos comunitários pela via de uma chancela legal; e

---

<sup>3</sup> O método de análise de discurso foucaultiano não será aplicado no escopo de sua dimensão arqueológica e genealógica. Porém, o mesmo serviu como inspiração para a leitura crítica da atualização legal para além do texto legal expresso no documento.

- c) Domesticar uma prática arquivística a contrapelo no âmbito da estrutura burocrática do Estado.

Compreender a inclusão dos arquivos comunitários na legislação, perpassa por entender em que contexto ela foi projetada, bem como sob quais aspectos essa inclusão pode sofrer ou exercer influência. Tal inclusão pode ser interpretada como evento enunciativo capaz de reconfigurar as regras do que pode ser considerado arquivo pelo governo brasileiro. No quadro a seguir, apresentam-se as alterações da regulamentação da Lei nº 8.159/1991, a partir da publicação do Decreto nº 12.599/2025, que alterou o Decreto nº 4.073/2002.

Quadro 1 – Análise discursiva das alterações promovidas pelo Decreto nº 12.599/2025

Decreto nº 4.073/2002	Decreto nº 12.599/2025	Observações críticas
II – promover o inter-relacionamento de arquivos públicos e privados com vistas ao intercâmbio e à integração sistêmica das atividades arquivísticas”.	II – promover o inter-relacionamento de arquivos públicos, privados e <b>comunitários</b> , com vistas ao intercâmbio e à integração sistêmica das atividades arquivísticas.	A inclusão do termo “comunitários” amplia formalmente e legitima o escopo das práticas reconhecidas como integráveis ao SINAR.
III – propor ao Chefe da Casa Civil da Presidência da República normas legais necessárias ao aperfeiçoamento e à implementação da política nacional de arquivos públicos e privados.	III – propor à Ministra de Estado da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos atos normativos necessários à implementação, ao <b>monitoramento</b> e ao aprimoramento da política nacional de arquivos, com vistas a ampliar o processo de <b>participação social</b> sobre a referida política.	A alteração de destinatário (do Chefe da Casa Civil para a Ministra de Gestão e Inovação) reflete as mudanças da estrutura organizacional do governo. Foram acrescentados o “monitoramento” e o foco na “participação social”.
V – estimular programas de gestão e de preservação de documentos públicos de âmbito federal, estadual, do Distrito Federal e municipal, produzidos ou recebidos em decorrência das funções executiva, legislativa e judiciária.	V – estimular programas de gestão, preservação, <b>acesso e difusão</b> de documentos públicos de âmbito federal, estadual, distrital e municipal, produzidos ou recebidos pelo Poder Público.	Inclusão dos termos “acesso e difusão”, com eliminação à referência direta aos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, enfatizando o uso público dos documentos.
IX – identificar os arquivos privados de interesse público e social, nos termos do art. 12º da Lei nº 8.159, de 1991	IX – <b>analisar e reconhecer</b> os arquivos privados e <b>comunitários</b> de interesse público e social.	Inclusão do termo “arquivos comunitários” e alteração do verbo “identificar” para “analisar e reconhecer”, o que evidencia a necessidade do cumprimento de critérios de avaliação institucional para validar a função pública desses acervos.

Decreto nº 4.073/2002	Decreto nº 12.599/2025	Observações críticas
X – propor ao Presidente da República, por intermédio do Chefe da Casa Civil da Presidência da República, a declaração de interesse público e social de arquivos privados.	“X – propor à <b>Ministra de Estado da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos</b> a declaração de interesse público e social de arquivos privados e <b>comunitários</b> .	Mudança na autoridade para a qual é realizada a proposição e inclusão do termo “comunitários” no pedido de declaração de interesse público/social.
-	II – <b>arquivos comunitários – os conjuntos de documentos produzidos, recebidos, acumulados e organizados por coletividades no exercício de suas atividades, e as instituições formadas por essas coletividades para custodiar, preservar e promover o acesso a esses acervos, com o objetivo de afirmar suas memórias, identidades e trajetórias sociais.</b>	Inclusão e definição do termo “arquivos comunitários”.

**Fonte:** Elaboração própria baseada Decreto nº 4.073/2002 e no Decreto nº 12.599/2025

Cumprido destacar que o Quadro 1 foi elaborado levando em consideração as mudanças que refletem o caráter de participação social na legislação arquivística, sem considerar os aspectos que ampliam o controle e a padronização técnica do Conselho Nacional de Arquivos junto aos integrantes do Sistema Nacional de Arquivos (SINAR).

A partir da sistematização do Quadro 1, é possível identificar que a alteração no texto legal realizada pelo Decreto nº 12.599/2025 sinaliza para uma orientação de participação cidadã na política arquivística, seja pela inclusão dos arquivos comunitários, bem como sua definição, seja pela ênfase dada ao uso público dos documentos.

Ainda no escopo da análise, ao considerarmos o estabelecimento de fronteiras entre a instituição arquivística e o arquivo comunitário, é possível, compreender que elas foram demarcadas através das definições expressas no texto legal. Contudo, há uma relação fronteiriça com os arquivos privados que não se evidencia. O referido Decreto cria, no âmbito do CONARQ, a Comissão de Avaliação de Acervos Privados e Comunitários, mas não especifica como os arquivos comunitários se diferenciam dos arquivos privados, cuja menção já existia no dispositivo legal anterior.

A definição de arquivos privados considera que eles são “os conjuntos de documentos produzidos ou recebidos por pessoas físicas ou jurídicas, em decorrência de suas atividades” (BRASIL, 1991) e a definição de arquivos comunitários expressa que eles podem ser tanto os conjuntos de documentos (acervo) quanto as instituições formadas por coletividades com a finalidade de, por meio das atividades relacionadas ao seu acervo, objetivamente considerar “esses acervos, com o objetivo de afirmar suas memórias, identidades e trajetórias sociais” (BRASIL, 2025).

A inclusão dos arquivos comunitários no SINAR também estabelece em alguma medida uma relação de subordinação técnica ao CONARQ, responsável por definir as normas e as diretrizes da política nacional de arquivos do Brasil. Nesse sentido, ao definir e incluir os arquivos comunitários no texto legal, o governo aplica uma chancela jurídica que reconhece a existência dessas iniciativas e as inclui como objeto da governamentalidade. Compreende-se que essa inclusão pode ser interpretada como uma tecnologia de governo que apesar de reconhecer as diferenças também pode normalizá-las e administrá-las. A depender do tipo de desbodramento e orientação advinda do CONARQ, a inclusão pode fornecer o reconhecimento dos arquivos comunitários como de interesse público e social, mas também pode padronizar práticas heterogêneas e insurgentes. Nesse sentido, é determinante que as iniciativas de orientação considerem a autonomia dos arquivos comunitários e o protagonismo dos grupos que os formam nas definições de parâmetros de organização e preservação do acervo. Isso é basilar para que o governo na figura desses atores políticos não reproduza aspectos que colonializem/domestiquem essas iniciativas ao adequá-las forçosamente a estrutura burocrática do Estado.

O decreto institui e estabiliza determinadas posições, de modo que, a “comunidade” é reconhecida como produtora legítima, o “Estado” como garantidor dessa legitimidade e o “pesquisador/usuário” como destinatário ampliado dessas posições.

Nesse primeiro momento, não podemos afirmar que a inclusão dos arquivos comunitários na legislação arquivística amplia, de maneira prática, as condições para que os grupos subalternizados ou, nos termos do dispositivo legal, as coletividades, falem de si e governem seus próprios regimes de memória. É interessante, porém, perceber que a iniciativa da inclusão ocorreu dentro de um contexto de debates que incluía os arquivos comunitários<sup>4</sup>.

Na teia dos dispositivos legais referentes aos arquivos comunitários, destacamos a publicação da Portaria AN/MGI nº 225, de 12 de agosto de 2025, que, dentre outros aspectos, estabelece critérios para entrada de arquivos privados e comunitários no Arquivo Nacional, pela via da doação. Os critérios são os seguintes:

- a)** Relevância histórica e cultural para o Brasil, com vistas a contribuir para a contextualização de processos e períodos históricos distintos;
- b)** Pertinência dos documentos ao conjunto nos quais estão inseridos;
- c)** Caráter original dos documentos ou suas cópias substitutivas;
- d)** Estado de conservação (legíveis ou passíveis de recuperação);
- e)** Capacidade de o Arquivo Nacional realizar a custódia, tratamento técnico, preservação e promover o acesso aos documentos.

Ao analisar a Portaria, sob a inspiração da análise foucaultiana, compreende-se que o critério apresentado na alínea a) expressa uma relação de poder, em que o arquivo

---

<sup>4</sup> Destacamos a iniciativa do “Encontro de Arquivo, Cultura e Justiça Social”, promovido, desde 2024, de forma anual, pela Fundação Casa de Rui Barbosa em parceria com o Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense (PPGCI/UFF).

comunitário, que tem como razão de existir a soberania dos grupos falarem por si no escopo das memórias coletivas, tem seu significado subordinado ao crivo da relevância nacional. A definição do que é relevante para o país estabelece que o arquivo comunitário só terá “existência plena” e salvaguarda institucional ao enquadrar-se em um sistema de valores legitimado por um panorama histórico. É preciso refletir e desenvolver cuidadosamente essas iniciativas para que a doação não se configure em ato de submissão avaliada.

Os critérios das alíneas c) e d) impõem aos grupos/coletividades que formam os arquivos comunitários um saber profissional que pode se sobrepor às condições materiais dessas iniciativas, visto que a preservação demanda o investimento de recursos. Compreende-se que a falta de um conhecimento legitimado sobre a gestão dos acervos e a ausência de recursos podem reafirmar que é necessário existir uma legitimação arquivística na atuação das coletividades em seus próprios acervos.

Apesar de a nossa análise, com inspiração foucaultiana, evidenciar que os critérios de entrada dos arquivos comunitários no Arquivo Nacional podem operar a partir da lógica de controle e da subordinação da memória, não podemos negligenciar o potencial da chancela legal e também da custódia institucional desses arquivos. Destaca-se que o reconhecimento dos arquivos comunitários na legislação é um passo fundamental para a construção da memória nacional com um caráter mais inclusivo.

## **5. Considerações finais**

O debate proposto neste artigo considerou os aspectos relacionados ao poder, silêncio arquivístico, sub-representações, a importância dos arquivos comunitários e sua inclusão na legislação brasileira nos defronta com a pergunta de partida “Arquivos para quem?”.

Delmas (2010) tece críticas a visão do arquivo enquanto ferramenta que tem utilidade apenas dentro do espectro jurídico-administrativo e defende que os arquivos também servem para identificar a própria existência humana e as relações sociais. Flinn (2007) reconhece que o Estado, representado pelas instituições arquivísticas de cunho positivista, falha pois não abrange a diversidade da experiência humana, o que incita a exclusão documental de grupos subalternizados. O direito de um grupo social ser dono de suas próprias memórias, a partir do advento do arquivo comunitário, é, em essência, o exercício de um ato político que reverte a lógica da exclusão imposta pelos grupos dominantes.

Nesse sentido, a inclusão dos arquivos comunitários na regulamentação da Lei de Arquivos do Brasil revela um avanço inegável para a construção de uma memória nacional com tons mais plural. Contudo, essa inclusão também carrega o risco, intrínseco ao contato com a norma estatal, de subordinação. Acredita-se que o maior desafio seja a realização de interações dialógicas entre as coletividades e o Estado, sempre orientadas à colaboração para que não se instaure uma nova forma de cooptação ou exclusão técnica e se efetive uma troca horizontal de saberes, capaz de integrar metodologias e critérios desenvolvidos pela própria comunidade. Ainda que o Decreto nº 12.599/2025 represente uma alteração simbólica, ele também carrega consigo novos desafios epistemológicos, políticos e operacionais para o campo. ia e poder.

A inclusão dos arquivos comunitários na legislação também convoca os arquivistas a repensarem teoria e a práxis do campo. É imperativo que o profissional conscientize-se do

ativismo arquivístico (CASWELL, 2014) enquanto agente de colaboração e não de reprodução de perspectivas coloniais e positivistas. Nesse cenário, o arquivista pode ser o elo para a construção de metodologias colaborativas que incorporem em seu cerne os valores e categorias de organização definidas pelos grupos que constituem os arquivos comunitários.

Por fim, conclui-se que os arquivos comunitários são a demonstração da luta pela memória, que se materializa em uma extensão da garantia do atendimento aos direitos humanos e a justiça social. O futuro da Arquivologia está na capacidade de acolher a multiplicidade de vozes e saberes a fim de contribuir para autonomia e o empoderamento dos arquivos comunitários.

### Referências bibliográficas

**ALENCAR, Máira Fernandes; CERVANTES, Brígida Maria Nogueira; BARITÉ, Mário**

2023 O Contexto de uso do termo Arquivos Comunitários a partir da vertente dos estudos críticos e decoloniais uma análise terminológica pontual. *Páginas a&b: arquivos e bibliotecas*. [Em linha]. 3ª série, 19 (2023) 55. [Consult. 10 out. 2025]. Disponível em: <https://www.youtube.com/shorts/Zbr5ltr4RnM>.

**ÁVILA, Rodrigo Fortes de**

2020 *Insurgências arquivísticas em busca da diversidade*. [Em linha]. Salvador da Bahia, 2020. [Consult. 10 out. 2025]. Disponível em: <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/32500>.  
Tese de Doutorado em Ciências da Informação - Universidade Federal da Bahia.

**BARROS, Vitória Regina de Luna Cavalcanti**

2022 *A Representatividade dos arquivos de mulheres: a experiência da FGV CPDOC*. [Em linha]. Rio de Janeiro, 2022. [Consult. 9 out. 2025]. Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/items/ea5cf49f-6553-4445-a2b6-7fo388d3671d>.  
Dissertação de Mestrado em História, Política e Bens Culturais – Escola de Ciências Sociais, Fundação Getúlio Vargas.

**BORGES, Leonor Calvão; SILVA, Ana Margarida Dias da; ESPÍRITO SANTO, Sílvia Maria do**

2023 Arquivos como fontes de poder, marginalização e silêncios em Portugal e no Brasil. In CONGRESSO NACIONAL BAD, 14º, Aveiro, 2023 – *Anais...* [Recurso eletrônico]. [Em linha]. [S. l.]: BAD, 2023, p. 1-10. [Consult. 10 out. 2025]. Disponível em: <https://publicacoes.bad.pt/revistas/index.php/congressosbad/article/view/2984/2606>.

**BRASIL. Leis, decretos, etc.**

2025 *Decreto nº 12.599, de 28 de agosto de 2025*. Altera o Decreto nº 4.073, de 3 de janeiro de 2002, que regulamenta a Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados. [Em linha]. Brasília: Presidência da República, 2025. [Consult. 6 out. 2025]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2023-2026/2025/Decreto/D12599.htm#art1](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2025/Decreto/D12599.htm#art1).

**BRASIL. Leis, decretos, etc.**

2002 *Decreto nº 4.073, de 3 de janeiro de 2002*. Regulamenta a Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados. [Em linha]. Brasília: Presidência da República, 2002. [Consult. 6 out. 2025]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2002/d4073.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4073.htm).

**BRASIL. Leis, decretos, etc.**

1991 *Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991*. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. [Em linha]. Brasília: Presidência da República, 1991. [Consult. 6 out. 2025]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18159.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18159.htm).

**CIFOR, Marika [et al.]**

2018 What we do crosses over to activism: the politics and practice of community archives. *The Public Historian*. 40:2 (2018) 69-95.

**CASWELL, Michelle**

2014 Toward a survivor-centered approach to records documenting human rights abuse: lessons from community archives. *Archival Science*. 14:3/4 (2014) 307-322. DOI: 10.1007/s10502-014-9220-6.

**DELMAS, Bruno**

2010 Arquivos servem para quê? In DELMAS, Bruno - *Arquivos para quê?* São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2010.

**DERRIDA, J.**

2001 *Mal de arquivo: uma impressão freudiana*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

**FLINN, Andrew**

2007 Community histories, community archives: Some opportunities and challenges. *Journal of the Society of Archivists*. 28:2 (2007) 151-176.

**FLINN, Andrew; STEVENS, Mary; SHEPHERD, Elizabeth**

2009 Whose memories, whose archives? Independent community archives, autonomy and the mainstream. *Archival Science*. 9:1 (2009) 71-86.

**FOUCAULT, Michel**

2008 *Arqueologia do Saber*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

**GILLILAND, Anne; FLINN, Andrew**

2013 Community archives: What are we really talking about. In *CIRN Prato Community Informatics Conference*. [Em linha]. 2013. [Consult. 10 out. 2025]. Disponível em: <https://www.youtube.com/shorts/Zbr5ltr4RnM>.

**HARRIS, Verne**

2002 The Archival sliver: a perspective on the construction of social memory in archives and the transition from apartheid to democracy. In *Refiguring the archive*. Dordrecht: Springer Netherlands, 2002, p. 135-160.

**JARDIM, José Maria**

2006 Políticas públicas arquivísticas: princípios, atores e processos. *Arquivo & Administração*. Rio de Janeiro. 5:2 (2006) 5-16.

**JARDIM, José Maria**

1997 Os Saberes informacionais do estado: a Arquivologia. In ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 3º, Rio de Janeiro, 1997 - *Anais* [...]. Rio de Janeiro, ENANCIB, 1997.

**LACERDA, Thays**

2023 Entre os poderes do arquivo e a violência arquivística: o lugar do arquivo no dispositivo de arquivo. *Acervo*. [Em linha]. 36:3 (2023) 1-26. [Consult. 10 out. 2025]. Disponível em:  
<https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/1986>.

**MBEMBE, Achille**

2022 *O Poder do arquivo e seus limites*. Trad. Camila Matos. [Em linha]. 2022. [Consult. 10 out. 2025]. Disponível em:  
<https://memoriayficcao.files.wordpress.com/2019/08/mbembe-achille.-o-poderdo-arquivo-e-seus-limites-1.pdf>.

**SCHWARTZ, Joan M.; COOK, Terry**

2002 Archives, records, and power: The making of modern memory. *Archival Science*. [Em linha]. 2:1 (2002) 1-19. [Consult. 6 out. 2025]. Disponível em:  
<https://www.metaglyfix.com/jbs/pprs/SchwartzCook-Archives.pdf>.

**SOUSA, Antonio Gouveia [et al.]**

2023 A Presença de pessoas negras nos arquivos estaduais do sudeste brasileiro: análise sobre a aquisição de arquivos pessoais. In ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 23º, Aracaju, 2023 – *Anais*. [Em linha]. 2023. [Consult 9 out. 2025]. Disponível em:  
[https://www.researchgate.net/publication/379407074\\_A\\_PRESENCA\\_DE\\_PESSOAS\\_NGRAS\\_NOS\\_ARQUIVOS\\_ESTADUAIS\\_DO\\_SUDESTE\\_BRASILEIRO\\_ANALISE SOBRE A AQUISICAO DE ARQUIVOS PESSOAIS](https://www.researchgate.net/publication/379407074_A_PRESENCA_DE_PESSOAS_NGRAS_NOS_ARQUIVOS_ESTADUAIS_DO_SUDESTE_BRASILEIRO_ANALISE SOBRE A AQUISICAO DE ARQUIVOS PESSOAIS).

Kissila Rangel | [rangel.kissila@gmail.com](mailto:rangel.kissila@gmail.com)

Doutoranda em Ciência da Informação - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia/ Universidade Federal do Rio de Janeiro (IBICT/UFRJ), Brasil

# ASSEGURAR E ACESSO: mergulhando na etimologia da meta 16.10 da Agenda 2030 - assegurar o acesso público à informação

ENSURE AND ACCESS: delving into the etymology of target 16.10 of the 2030 Agenda - ensuring public access to information

Suzana Queiroga da Costa Arcanjo | Virgínia Bentes Pinto

<https://doi.org/10.21747/21836671/pag24a7>

**Resumo:** Na agenda mundial, cujo título é *Transformando nosso Mundo: a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável*, popularmente conhecida como *Agenda 2030*, no objetivo 16, na primeira ação da meta 16.10 está escrito: 'assegurar o acesso público à informação'. Este estudo, por meio da pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa e com o objetivo explicativo e descritivo, buscou entender os conceitos dos termos 'assegurar' e 'acesso' como parte do discurso especializado da Agenda 2030, conforme os pressupostos da Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT) de Maria Teresa Cabré (2005) – o princípio da poliedricidade das unidades terminológicas. Entende-se então, que segundo a literalidade das palavras traduzidas, a interpretação mais adequada seria 'sem preocupação', para assegurar e 'aproximar-se' para acesso.

**Palavras-chave:** Agenda 2030; Assegurar o acesso público à informação; Meta 16.10.

**Abstract:** In the global agenda, whose title is *Transforming our World: the 2030 Agenda for Sustainable Development*, popularly known as *Agenda 2030*, in objective 16, in the first action of target 16.10, it is written: 'ensure public access to information'. This study, through bibliographic research, with a qualitative approach and with an explanatory and descriptive objective, sought to understand the concepts of the terms 'ensure' and 'access' as part of the specialized discourse of the 2030 Agenda, according to the assumptions of the Communicative Theory of Terminology (TCT) by Maria Teresa Cabré (2005) - the principle of polyhedricity of terminological units. It is understood then, that according to the literalness of the translated words, the most appropriate interpretation would be 'without concern', to ensure and 'approach' for access.

**Keywords:** Agenda 2030; Ensure public access to information; Target 16.10.

## 1. Introdução

Ao ouvir o termo 'acesso à informação' em nosso dia a dia, possivelmente, este soaria para nós como algo bem corriqueiro. Isso ocorre, provavelmente, devido ao ambiente digital em que estamos inseridos, e aqui é possível destacar o papel das redes sociais digitais, dos meios de comunicação tradicionais, e também, da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que regula o acesso à informação no Brasil.

Esta nova realidade de possibilidade de acesso à informação está bem distante dos tempos em que a informação estava materializada, majoritariamente, nos livros 'algemados' nas bibliotecas dos mosteiros no período da Idade Média, tempos em que não havia qualquer lei que garantisse ao cidadão acessar aos livros, conseqüentemente, ter acesso à informação era algo peculiar ao Clero e à nobreza; não fazia parte do cotidiano da população que, aliás, nem sabia ler ainda que tivesse acesso.

A Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, normaliza o direito de ter acesso à informação pelo cidadão brasileiro, direito esse garantido pela Constituição Federal de 1988, cabendo aos representantes do Estado Democrático de Direito, que constituem a nossa República Federativa, o dever de efetivar tal acesso. Nesse sentido, o Capítulo I, *Disposições gerais*, da referida Lei, enuncia no artigo 1.º que “esta Lei dispõe sobre os procedimentos a serem observados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com o fim de garantir o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal” (BRASIL, 1988:cap. I, art. 1º). Os tempos aparentemente são outros.

A preocupação em garantir o acesso à informação também foi registrada na agenda mundial no Objetivo 16, meta 16.10, cujo título é *Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável, popularmente conhecida como Agenda 2030*.

A Agenda 2030 foi proposta pela Organização das Nações Unidas (ONU) que se compromete a não deixar ninguém para trás. Para isso, estruturou um plano de ação transformadora para as Pessoas, o Planeta, a Prosperidade, a Paz e a Parceria, conhecidas como os 5Ps. É estruturada em 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas integradas e indivisíveis, que “mesclam, de forma equilibrada, as três dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ambiental. Os Objetivos e metas estimularão a ação em áreas de importância crucial para a humanidade e para o planeta nos próximos 15 anos” (ONU, 2015:1).

Especificamente, o Objetivo 16, “Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis” (ONU, 2015:20) está quantificado nas seguintes 16 metas:

16.1 reduzir, significativamente, todas as formas de violência e as taxas de mortalidade relacionadas, em todos os lugares.

16.2 acabar com o abuso, exploração, tráfico e todas as formas de violência e tortura contra crianças.

16.3 promover o Estado de Direito, em nível nacional e internacional, e garantir a igualdade de acesso à justiça, para todos.

16.4 até 2030, reduzir significativamente os fluxos financeiros e de armas ilegais, reforçar a recuperação e devolução de recursos roubados, e combater todas as formas de crime organizado.

16.5 reduzir substancialmente a corrupção e o suborno em todas as suas formas.

16.6 desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis.

16.7 garantir a tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis.

16.8 ampliar e fortalecer a participação dos países em desenvolvimento nas instituições de governança global.

16.9 até 2030, fornecer identidade legal para todos, incluindo o registro de nascimento.

16.10 assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais.

16.11 fortalecer as instituições nacionais relevantes, inclusive por meio da cooperação internacional, para a construção de capacidades em todos os níveis, em particular nos países em desenvolvimento, para a prevenção da violência e o combate ao terrorismo e ao crime.

16.12 promover e fazer cumprir leis e políticas não discriminatórias para o desenvolvimento sustentável (ORGANIZAÇÃO..., 2015:38-39).

A meta 16.10, como se pode observar, é constituída por duas ações: assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, conforme a legislação nacional e os acordos internacionais. Embora a meta 16.10 seja composta por duas ações relevantes para o progresso humano, a nossa pesquisa concentra-se na primeira, assegurar o acesso público à informação.

Ao se ler esse enunciado, o primeiro pensamento e pergunta que vem na nossa mente é: quais são os conceitos dos termos 'assegurar' e 'acesso' propostos na Agenda 2030?

Em busca dessa resposta, o objetivo da pesquisa é averiguar os conceitos das unidades terminológicas, assegurar e acesso da meta 16.10, assegurar o acesso público à informação, da Agenda 2030, pautada na Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT) de Maria Teresa Cabré.

Em busca dessa resposta, inicia-se a nossa caminhada pelo modo primitivo, a etimologia dos termos, uma vez que:

conhecer uma palavra, diz Court de Gébelin em seu *Monde Primitif*, é conhecer as causas que lhe fizeram atribuir o sentido de que se reveste, a língua donde é originária, a família a que pertence, as alterações que experimentou. Não são somente palavras que assim se aprendem; aprendem-se ao mesmo tempo, coisas (NASCENTES, 1955:12).

Por isso, decompomos o sintagma verbal "assegurar o acesso público à informação" em duas unidades terminológicas, as quais são: 'assegurar' e 'acesso', para poder descobrir 'as coisas', as origens da sua introdução na língua luso-brasileira, conhecer a evolução da forma gráfica e aprofundar os étimos dos termos para compreender o seu conceito, pois, "a história das palavras tem que ser explicada. Pela história dos objetos, conceitos e ideias que nelas estão expressas" (NASCENTES, 1966:8).

Embasados na Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT), da autora Maria Teresa Cabré, na qual as palavras do léxico geral, não são nem léxicas, nem terminológicas num primeiro momento, mas conforme as circunstâncias pragmáticas e a situação comunicativa são ativadas e, conseqüentemente, reconhecidas como unidades terminológicas, e, são, portanto, "unidades de significado, distintas [...], para se referir aos 'objetos' de uma realidade estruturada (CABRÉ, 1994:590, *tradução nossa*).

## 2. Princípio da poliedricidade do termo segundo os postulados teóricos de Maria Teresa Cabré

O termo ‘poliedricidade’ vem de poliedro, cujas faces formam um polígono. Então, trazendo para a terminologia, Cabré estruturou o princípio da poliedricidade em que:

de acordo com este princípio, as unidades terminológicas são inerentemente poliédricas, ou seja, unidades que integram ao mesmo tempo aspectos linguísticos, cognitivos e sociais, independentemente do fato de que uma pesquisa sobre os termos possa adotar uma posição integradora ou se limitar ao estudo de um único fenômeno dentro de uma única face do poliedro (CABRÉ, 2005:115, tradução nossa).

Com base no princípio da poliedricidade do termo, os principais agrupamentos das declarações presentes na Teoria Comunicativa da Terminologia, no que se refere às unidades terminológicas, estão definidos e sintetizados no Quadro 1, a seguir:

**Quadro 1 – Princípio da poliedricidade do termo**

O objeto de estudo desta teoria são as unidades terminológicas propriamente ditas, unidades que fazem parte da linguagem natural e da gramática que descreve cada língua.
O caráter do termo se ativa em função de seu uso em um contexto e situação adequados. Essa ativação consiste em uma seleção dos módulos de traços apropriados, que incluem os traços morfossintáticos gerais da unidade e uma série de traços semânticos e pragmáticos específicos que descrevem seu caráter de termo de um determinado âmbito.
Os termos são unidades léxicas, ativadas singularmente por suas condições pragmáticas de adequação a um tipo de comunicação. Eles se compõem de forma ou denominação e significado ou conteúdo.
Os termos são unidades de forma e conteúdo, nos quais o conteúdo é simultâneo à forma. Um conteúdo pode ser expresso com maior ou menor rigor por outras denominações do sistema linguístico — e constitui uma nova unidade linguística de conteúdo especializado, relacionado semanticamente com a primeira — ou por outros sistemas simbólicos — e conforme a uma unidade não linguística de conteúdo especializado. O conteúdo de um termo nunca é absoluto, mas relativo, de acordo com cada âmbito e situação de uso.
Os termos não pertencem a um âmbito, mas são usados em um âmbito com um valor singularmente específico.
Em todas elas [aplicações terminológicas], ativa-se a dupla função dos termos: a representação do conhecimento especializado e sua transferência.
As unidades terminológicas, podem existir em diferentes níveis de especialização e serem descritos em distintos níveis de representação. Só assim, os termos podem ser explicados em toda sua realidade comunicativa e representacional.
As unidades terminológicas, enquanto objeto da terminologia, são definidas, em decorrência do caráter interdisciplinar da matéria, como unidades multidimensionais, ao mesmo tempo linguísticas, cognitivas e comunicativas. A concentração desse conglomerado multidimensional em uma unidade determina seu caráter poliédrico.
A partir de uma teoria da linguagem que integre ao mesmo tempo as três dimensões da terminologia: linguística, cognitiva e comunicativa, é possível compreender a complexidade e a multifacetada natureza das unidades terminológicas.

Fonte: CABRÉ (2005).

A Teoria Comunicativa da Terminologia propõe o estudo das unidades terminológicas considerando sua complexidade, moldada pela interdisciplinaridade, além de seu papel na representação e na transferência de conhecimento especializado.

O princípio da poliedricidade, explicado nas declarações teóricas, reflete a natureza multidimensional do campo de estudo da terminologia, sendo, portanto, compostas integralmente por três faces: a linguística, a cognitiva e a comunicativa. Segundo esta abordagem, as unidades terminológicas podem ser analisadas de maneira a abranger todas as faces do poliedro, ou de forma mais específica, focando em somente uma delas. Esse posicionamento teve como modelo a Teoria das Portas, que foi desenvolvida com base nos fundamentos teóricos dos campos de conhecimento das Ciências Linguísticas, das Ciências Cognitivas e das Ciências da Comunicação.

Dessa forma, as unidades terminológicas, por estarem presentes em diversos campos de conhecimento, não têm um valor absoluto, mas sim um valor relativo, cuja situação comunicativa e a pragmática determinarão o seu significado real, de tal maneira que a poliedricidade das unidades terminológicas transcende os limites disciplinares e se estende aos contextos temáticos, socioculturais, ideológicos, políticos e econômicos, permitindo que acompanhem as necessidades sociolinguísticas.

Além disso, cabe destacar que as unidades terminológicas são parte integrante da língua natural. Conseqüentemente, elas são definidas, descritas e explicadas pelas normas gramaticais próprias de cada língua e, sendo assim, não são formadas fora do sistema linguístico de uma língua, mas sim dentro dele. Não se trata de elementos criados fora desse sistema, mas sim resultantes da interação com ele.

Ao desenvolver esses princípios, Cabré (2019) explica que as unidades terminológicas não são nem léxicas, nem terminológicas, num primeiro momento, mas de acordo com as circunstâncias pragmáticas e as situações comunicativas, estas são ativadas e, conseqüentemente, passam a ser reconhecidas como unidades terminológicas.

No que diz respeito ao processo de ativação das unidades terminológicas, Cabré destaca a importância da pragmática, pois,

*é a pragmática específica de cada situação de uso que abre um esquema de representação (esquemas situacionais) no que inclui os elementos pragmáticos próprios de cada caso que determinam a seleção de características semântico-sintáticas, projetadas em conjuntos de características que descrevem o sentido especializado que uma unidade adota e as características combinatórias com outras unidades do lexical, específico em uma determinada área (CABRÉ, 2019:14).*

A comunicação entre os especialistas, em especial a comunicação escrita, acontece em diferentes contextos discursivos e é influenciada por fatores como o nível de especialização, o grau de formalidade, o uso das denominações e das suas variações, público-alvo, entre outros.

Nesse contexto de situações comunicativas de uso real, a pragmática assume um papel fundamental, auxiliando o leitor na compreensão do texto e a reconhecer os termos específicos da área. Aliás, é por meio da pragmática que ocorre a conversão de unidades

léxicas em unidades terminológicas, atribuindo à terminologia a função de representar e transmitir o conhecimento especializado.

### 3. Procedimentos metodológicos

A investigação científica se caracteriza como um estudo bibliográfico, que segundo Gil (2002:4) "é desenvolvida com base em um material já elaborado". Nesse enquadramento, as fontes bibliográficas foram selecionadas para compor os *corpora* da pesquisa. Foram 12 (doze) dicionários gerais, sendo: 1 (um) Vocabulário histórico-cronológico; 1 (um) Dicionário histórico; 1 (um) Dicionário bilingue; 5 (cinco) Dicionários etimológicos; 3 (três) Dicionários de Latim e (1) um da língua brasileira, tendo como ponto de encontro, a língua-alvo, luso-brasileira. A pesquisa bibliográfica segue quatro etapas: a primeira, escolha das unidades terminológicas, objeto de estudo; a segunda, definição dos descritores para localização e a obtenção do material bibliográfico; a terceira, o levantamento bibliográfico preliminar (fase preparatória) que envolveu a identificação e a seleção do *corpus* da pesquisa; e, por fim, a quarta, redação do texto.

Na primeira etapa da pesquisa bibliográfica, que é a escolha das unidades terminológicas, foram selecionados os termos 'assegurar' e 'acesso' por serem as unidades terminológicas centrais da meta 16.10 e, em seguida, foi feita a elaboração do plano provisório da pesquisa, que consistiu em desenhar os tópicos para a análise do objeto de estudo: contextualizar historicamente a sua introdução na língua luso-brasileira, conhecer a evolução da forma gráfica e aprofundar os étimos dos termos para se compreender o seu conceito, bem como conhecer a origem dos termos que são do latim.

A segunda etapa da pesquisa bibliográfica, constitui-se pela definição dos descritores para localizar e obter o material bibliográfico, sendo definidos: "dicionários de latim" END "língua portuguesa"; "dicionários de etimologia" END "língua portuguesa", "Historia" END "Língua portuguesa" no Google.

A terceira etapa da pesquisa bibliográfica, o levantamento bibliográfico preliminar (fase preparatória), foi constituída de quatro fases para a identificação e seleção do *corpus* da pesquisa, a qual será detalhada a seguir.

A primeira fase foi caracterizada pela realização de uma pesquisa exploratória no Google, para conhecer os dicionários a serem utilizados na pesquisa. Ao examinar o prefácio e o vocábulo nos diversos dicionários recuperados pelo Google, optou-se como critério para compor o *corpus* da pesquisa os dicionários cuja obra de referência tivesse pelo menos uma das unidades terminológicas pesquisadas [assegurar ou acesso], de acesso gratuito, conteúdo completo e legível para uma melhor visualização dos verbetes e disponível para *download*, garantido assim, uma possível eventualidade na disponibilidade da *web*. Nestes termos, foram selecionados os dicionários: Joseph Marques - *Novo diccionario das linguas portugueza, e franceza, com os termos latinicos* (1764); Francisco Solano Constancio - *Novo diccionario critico e etymologico da lingua portugueza* (1836); Francisco Adolpho Coelho - *Diccionario manual etymologico da lingua portugueza* (1890); Francisco Rodrigues dos Santos Saraiva - *Novissimo diccionario latino-portuguez* 7<sup>a</sup> ed. (19--?); Antenor Nascentes - *Diccionario etimologico da lingua portuguesa* (1955); Ernesto Farias - *Diccionario escolar latino-portugues* (1962); Antenor Nascentes - *Diccionario etimologico resumido* (1966).

A segunda fase conteve um levantamento bibliográfico de dicionários da língua brasileira atual, que na sua cobertura incluísse as informações históricas, etimológicas e também os significados dos dois termos pesquisados [assegurar e acesso], e, nesse critério, temos o *Dicionário Houaiss*, versão 2024.

A terceira fase foi incorporada pelas referências bibliográficas dos dicionários selecionados, de modo a localizar os dicionários históricos, que no seu vocábulo contemplassem o léxico da língua luso-brasileira disponível para a consulta, e como resultado, temos o dicionário de Antônio Geraldo da Cunha - *Vocabulário histórico-cronológico do português medieval (séculos XIII, XIV e XV)* e o de Maria Tereza Camargo Biderman (*in memoriam*) e Clotilde de Almeida Azevedo Murakawa - *Dicionário histórico do português do Brasil (DHPB), séculos XVI, XVII e XVIII*, nas versões *online*.

Por fim, na quarta fase, foi feita uma pesquisa nas bibliotecas virtuais, *Minha Biblioteca* e *Biblioteca Pearson*, acessadas via instituição. Dicionários atuais tanto em latim, quanto de etimologia, disponibilizados no acervo digital também. As obras disponíveis foram na *Biblioteca Pearson*, o dicionário de Antônio Geraldo da Cunha - *Dicionário etimológico da língua portuguesa* (2010); na *Minha Biblioteca*, o de Antônio Martinez Rezende e Sandra Braga Bianchet - *Dicionário do latim essencial* (2014).

A quarta etapa da pesquisa bibliográfica, a redação do texto, é constituída por uma abordagem qualitativa, de natureza explicativa e descritiva, concernente à abordagem qualitativa, tratando-se de uma pesquisa com a intenção de analisar os dados "indutivamente construída a partir das particularidades para os temas gerais e as interpretações feitas pelo pesquisador acerca do significado dos dados" (RICHARDSON, 2017:64).

#### 4. O termo 'assegurar' e a sua etimologia

De acordo com o *Dicionário Houaiss* (2024), o termo 'assegurar' é oriundo, provavelmente, do latim vulgar medieval *\*assecurāre* (de *secūrus*, *a*, *um* no sentido de 'sossegado, calmo, tranquilo, seguro'), na acepção de 'proteger, pôr em segurança, originário do século XIV cuja grafia era 'asegurar'. A partir dessa descrição, inicia-se a nossa análise conforme o Quadro 2, abaixo:

Quadro 2 – Etimologia do termo 'assegurar'

Autor / Título da obra	Verbetes/Expressão
Antônio Geraldo da Cunha. <i>Vocabulário Histórico-Cronológico do Português Medieval (VHCPM), séculos XIII, XIV e XV</i>	ASSEGURAR, Medieval: asseguere   Verbo, Séc. XV.
Maria Tereza Camargo Biderman ( <i>in memoriam</i> ) e Clotilde de Almeida Azevedo Murakawa. <i>Dicionário Histórico do Português do Brasil (DHPB), séculos XVI, XVII e XVIII</i>	ASSEGURAR, v. variante: asegurar, 1ª datação [1585].
Joseph Marques.	AFFEGURAR, ou februar, afirmar como cousa certa [...].

Autor / Título da obra	Verbetes/Expressão
<i>Novo dictionario das linguas portugueza, e franceza, com os termos latinicos</i> (1764, p. 77).	
Francisco Solano Constancio. <i>Novo dictionario critico e etymologico da lingua portugueza</i> (1836, p. 125)	ASSEGURAR, v. a. [verbo activo] (a pref., [prefixo], segurar), segurar, fazer firme; fazer que não caia ou que não escape, que não deixe de verificar-se, pôr em segurança; inspirar confiança [...].
Francisco Adolpho Coelho. <i>Diccionario manual etymologico da lingua portugueza</i> (1890, p. 173)	ASSEGURAR, a-se-gu-rár, v. a. [verbo activo] Fazer julgar-se em segurança. Fazer certo de; tornar confiável, inspirar confiança, Affirmar, dar, fazer crer como certo. Prometter como certo. -se, v. refl. [verbo reflexo] Julgar-se em segurança. Confiar. Crer firmemente. Para outros sentidos em que a palavra foi usada mas não o é já, vid. [veja-se] simples Segurar. (A pref. [prefixo] e segurar).
Francisco Rodrigues dos Santos Saraiva. <i>Novissimo dictionario latino-portuguez</i> 7 <sup>a</sup> ed. (19--?)	Sēcūrus.
Antenor Nascentes. <i>Dicionário etimológico da língua portuguesa</i> (1955)	Sēcūrus.
Ernesto Farias. <i>Dicionário escolar latino-português</i> (1962)	Sēcūrus.
Antenor Nascentes. <i>Dicionário etimológico resumido</i> (1966, p. 69)	ASSEGURAR, Do lat. [latim]. Vulg. [vulgar] <i>assecurare</i> .
Antônio Geraldo da Cunha. <i>Dicionário etimológico da língua portuguesa</i> (2010, p. 63)	SEGURO
Antônio Martinez Rezende e Sandra Braga Bianchet. <i>Dicionário do latim essencial</i> (2014)	Sēcūrus.
<i>Dicionário Houaiss</i> (2024)	ASSEGURAR prov. lat. vulg. * <i>assecurāre</i> (de <i>secūrus</i> , a, um no sentido de 'sossegado, calmo, tranquilo, seguro'), atestado em lat. medieval (c. 1000) na acepção 'proteger, pôr em segurança'; ver. cur-; f. hist. s. XIV <i>assegurar</i> .

**Fonte:** Dados da pesquisa (2024). Nota: Verbetes transcritos conforme os dicionários.

O *Vocabulário Histórico-Cronológico do Português Medieval (VHCPM)*, séculos XIII, XIV e XV, do lexicógrafo Antônio Geraldo da Cunha, disponível na versão *online* pela Fundação Casa de Rui Barbosa, apresenta o termo grafado no período medieval, século 15, como [assegure]. O *Dicionário Houaiss* (2024), como citado acima, originário do século 14, cuja grafia era [asegurar].

Conforme os dicionários VHCPM e Houaiss (2024), o surgimento do termo 'assegurar', no reino de Portugal, pode ter surgido entre os séculos 14 e 15. No Brasil, o *Dicionário Histórico do Português do Brasil (DHPB)*, séculos XVI, XVII e XVIII, das autoras Maria Tereza Camargo Biderman (*in memoriam*) e Clotilde de Almeida Azevedo Murakawa, obra de referência disponível na versão *online*, o termo é abordado, morfológicamente, como

verbo, na sua forma variante [asegurar] em um texto apócrifo, no ano de 1585, século 16, apontando como sendo a data em que o termo 'assegurar' aparece pela primeira vez em documentos na língua brasileira.

Quanto aos séculos 14 a 16, são referentes ao período histórico compreendido como o fim da Baixa Idade Média e o início da Idade Moderna. No Brasil, no ano de 1580 tem-se a chamada União Ibérica (1580-1640), o período de domínio da Coroa espanhola sobre Portugal. Nesse contexto, "a grafia era 'asegurar', oriundo do latim vulgar ou popular" (NASCENTES, 1966:69).

Consoante ao *Novo diccionario das linguas portugueza, e franceza, com os termos latinos* (1764), a grafia do termo 'assegurar' é feita com →[ff]← [affegurar], possivelmente, conforme a ortografia de Portugal.

Dentre os dicionários consultados a saber, o VHCPM, o DHPB e o *Novo diccionario das linguas portugueza, e franceza, com os termos latinos*, a grafia do termo 'assegurar' passou pelas seguintes evoluções na língua luso-brasileira:

I. ASEGURAR → séculos 14 a 16.

II. AFFEGURAR → século 18.

No que se refere a grafia contemporânea, a partir do ano de 1836, *Novo diccionario critico e etymologico da lingua portugueza, século 19*, e em concordância com os demais dicionários estudados (Quadro 1), os verbetes se apresentam na sua grafia atual → assegurar.

Segundo os dicionários: *Novo diccionario critico e etymologico da lingua portugueza* (1836) e o *Diccionario manual etymologico da lingua portuguesa* (1890), o termo 'assegurar' é formado pela composição de um prefixo [a + segurar], isto é, "assegurar" decorre da combinação de [a] com [segurar], no sentido de dar como certo; assegurar, garantir, sustentar, afiançar, confirmar. Por sua vez, a expressão "segurar", é constituída pela junção de [seguro + ar], sendo que a palavra [seguro] tem sua origem etimológica no termo latino *secūrus*, articulando assim, que o termo 'assegurar' é formado por um processo de derivação, cuja palavra original é 'segurar'.

No *Dicionário etimológico da língua portuguesa* (2010) não é feito um estudo lexicográfico do termo 'assegurar', e sim uma remissiva para o verbo [seguro], no qual vai ao encontro da forma primitiva do latim *assecurāre*, de *secūrus*.


As obras de referência: *Novissimo diccionario latino-portuguez* (19--?); o *Dicionário etimológico da língua portuguêsã* (1955); o *Dicionário escolar latino-português* (1962); e o *Dicionário do latim essencial* (2014), não constam verbetes para o termo *assecurāre*, por outro lado, existem para o verbete *secūrus*, sendo assim, nessa direção caminharemos para o termo 'seguro'.

No *Novissimo diccionario latino-portuguez* (19--?:1.078) que explica o verbete como "Securus, ã, um, adj (de se = sine e cura). [...] Tranquillo, sossegado, calmo, placido, seguro, que não receia [...]".

No *Dicionário etimológico da língua portuguesa* (1955:463) significa “[...] sem cuidados, despreocupado [...]”.

O *Dicionário escolar latino-português* (1962:904), aborda [segurar] no: “Senti. próprio: 1) Livre de inquietações, tranqüilo, sossegado [...]. Daí: 2) Seguro, sem inquietações (tratando-se de coisas), livre de [...]. 3) isento de perigo, em segurança. [...]”.

O *Dicionário do latim essencial* (2014:378) descreve como “securus, -a, -um. (se-cura). Despreocupado, tranquilo, sereno, livre de problemas/temores. Descuidado, negligente, indiferente. Seguro, livre de perigos”.

Como foi visto, o termo (se - cura) é contextualizado tanto no *Dicionário do latim essencial* (2014:378) como pelo *Novissimo diccionario latino-portuguez* (19--?:1.078)  (de se = sine e cura). Essa expressão é o caminho para se entender a raiz etimológica do termo ‘assegurar’ e o seu significado primitivo, entendendo também, o seu conceito. Sendo assim, é importante buscar as acepções da expressão de [se = sine e cura].

Segundo o *Dicionário do latim essencial* (2014:91 e 377), elas são:

- I. I. cura, -ae, (f.). Cuidado, zelo, preocupação amorosa. Direção, administração, en-cargo. Tratamento (= atenção, cuidado). Guarda, vigia, protetor.
- II. II. se-. Sem. Em separado, à parte (securus = sine cura).

Segundo as expressões [se-cura], o termo *secūrus*, pode ser traduzido como [seguro], mas não necessariamente no sentido de ‘protegido’. De acordo com a literalidade das palavras traduzidas, a interpretação mais adequada, possivelmente, seria “sem preocupação”, [sine cura].

Nessa direção, o *Dicionário etimológico da língua portuguesa* (2010) registra o verbo [segurar] como sendo: “Seguro adj. ‘Livre de perigo’ ‘firme’ XIII. Do lat. Sēcūrus //AS. SegurAR / XVI, ase-XIV / Do lat. Vulg. \*assecurare [...]” (CUNHA, 2010:586).

Conforme o autor Cunha (2010), pode-se reforçar a primeira ocorrência do termo ‘assegurar’ na língua brasileira originária no século 16, entretanto o seu uso, provavelmente, remete ao século 14, em concordância com o *Dicionário Houaiss* (2024).

Além disso, o termo ‘assegurar’ é apresentado como do latim vulgar, no qual o autor coloca um asterisco (\*) na palavra *assecurāre*, para indicar que “o vocábulo precedido desse sinal não está documentado e é, portanto, uma forma hipotética, reconstituída” (CUNHA, 2010:30). Ou seja, possivelmente, a palavra “assegurar”, por um lado não existe no latim clássico, por outro lado, ele fazia parte do latim vulgar, ou popular, que alguns pesquisadores chamam ‘baixa latinidade’, conseqüentemente, por pertencer à oralidade, mas não foi oficialmente registrado.

À vista disso, seria então uma possível explicação a sua ausência nos dicionários latinos pesquisados, uma vez que a dicionarização ocorria por meio dos registros dos vocabulários clássicos. A partir desse ponto de vista, o termo ‘assegurar’ surgiu na língua luso-brasileira, em um contexto coloquial, e não pelo viés de uma simples tradução do latim para o português.

Segundo Cunha (2010:586), o termo ‘assegurar’ tem a sua construção por meio de um prefixo e sufixo, a saber: [AS. Segur. AR] de maneira que se pode com as descrições do *Novo dicionario critico e etymologico da lingua portugueza* (1836) e *Diccionario manual etymologico da lingua portugueza* (1890) decompor o termo, portanto, temos:

- I. as → prefixo: “forma que toma o pref. [prefixo] AD - diante de voc. [vocabulário]. Iniciando por s” Cunha (2010:61).
- II. segur → o radical: sem preocupação (sine cura).
- III. ar → o sufixo verbal: “ar<sup>1</sup>suf.verb. (desinência dos infinitivos dos verbos da primeira conjugação)” Cunha (2010:51).

Em vista disso, entende-se que a origem etimológica do termo ‘assegurar’, provém de [segur], *sēcūrus*, [sine e cura], que pode ser traduzido como, "sem preocupação". As terminações [as + ar], que fazem parte da constituição do termo, não possuem, por si só, um significado específico, mas integram o processo de formação por derivação parassintética.

Sendo assim, o percurso etimológico do termo ‘assegurar’ pode ser visualizado na Fig. 1, abaixo:

Fig. 1 - Etimologia do termo assegurar



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Em vista disso, o verbo assegurar reflete apropriadamente uma segurança de tal forma que o cidadão não tem nenhum tipo de preocupação, ou seja, está livre de qualquer cuidado, resultando assim, em uma pessoa 'sossegada, calma, tranquila'.

Vale ressaltar que o termo ‘seguro’, procedente do século 13, ‘livre de perigo’ ‘firme’, estava inserido em um contexto social-político e militar imergindo por inseguranças, devido aos perigos das evasões territoriais por inimigos, por consequência disso, a INCERTEZA NÃO PODERIA EXISTIR! Partindo desse ponto de vista, seria, então, uma possível interpretação para as acepções usadas nos documentos históricos brasileiros entre os séculos 16 e 17 consoante o dicionário DHPB no qual descrevemos:

- a) certificar-se → [1587].
- b) proporcionar → [1607].
- c) garantir-se; afirmar-se → [1625].
- d) garantir; tornar seguro → [1627].
- e) afirmar com certeza → [1648].
- f) dotar de garantia → [1751].

Sobre essas condições, as informações promoveriam proteção, segurança, um abrigo firme, estratégias para batalhas militares e defesas quanto às evasões territoriais, em contraste, a uma possível ameaça inimiga. Essas condições temporais e espaciais, concentram-se na expectativa de uma proteção permanente, contrapondo-se a uma temporária. Daí, talvez, as acepções: segurar, afirmar como certo, fazer firme, seguro, por segurança, inspirar confiança, crer como certo, tornar confiável, fazer certo, confiável, crer firmemente, entre outras para o termo ‘assegurar’ descritas nos verbetes dos dicionários consultados.

Os dicionários pesquisados proporcionaram um olhar mais aprofundado sobre o termo ‘assegurar’, que possivelmente teve a sua primeira ocorrência na língua portuguesa entre os séculos 14 e 15, e especificamente na língua brasileira no século 16, sendo o ano de 1585 uma referência aos registros históricos. A grafia no período medieval era [asegurar], razão pela qual naturalmente foi acompanhando a ortografia de Portugal e da língua brasileira. O termo é formado por um processo de derivação parassintética, cujo radical do termo ‘assegurar’ possui a mesma raiz etimológica de “seguro”, “sem preocupação” [sine e cura]. As acepções que se tem hoje, talvez façam referência ao século 13, ‘livre de perigo, firme’.

### 5. O termo ‘acesso’ e a sua etimologia

Os autores Murilo Bastos da Cunha e Cordélia Robalinho de Oliveira Cavalcanti (2008), no *Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia*, definiram o termo ‘acesso’ no campo da Biblioteconomia e da Arquivologia, além de outras áreas, como a informática, a comunicação, a cultura e a rede mundial de computadores, ou simplesmente, a Internet.

Em particular na Biblioteconomia, o estudo buscou contextualizar nas subáreas da Indexação e Recuperação da Informação. Na indexação, “métodos ou meios que tornam possível a pesquisa e o encontro de determinado item ou assunto” (CUNHA e CAVALCANTI, 2008:2). Nessa primeira definição, o acesso é o meio ou método que permite encontrar ou não documentos (CUNHA e CAVALCANTI, 2008).

Na Recuperação da Informação “método pelo qual a consulta (search question) pode ser comparada aos itens armazenados (wn, p. 138), acesso à informação” (CUNHA e CAVALCANTI, 2008:2). Nessa segunda definição, o acesso representa os itens armazenados por um Sistema de Recuperação da Informação (SRI), nesse sentido, o acesso possibilita uma comparação entre a pergunta do usuário e os “registros armazenados” (CUNHA e CAVALCANTI, 2008:3), o outro significado é o acesso à informação.

Em ambas as definições, o acesso é um método ou meio utilizado para recuperar a informação. Nesse ponto, os autores abrem o caminho para aprofundar a etimologia do termo 'acesso' conforme o Quadro 3:

Quadro 3 – Etimologia do termo 'acesso'

Autor / Título da obra	Verbetes/Expressão
Antônio Geraldo da Cunha. <i>Vocabulário Histórico-Cronológico do Português Medieval - (VHCP), séculos XIII, XIV e XV.</i>	Não recuperado
Maria Tereza Camargo Biderman ( <i>in memoriam</i> ) e Clotilde de Almeida Azevedo Murakawa. <i>Dicionário Histórico do Português do Brasil (DHPB), séculos XVI, XVII e XVIII</i>	ACESSO s.m. variantes: acéssio, accesso. Acesso - 1ª. datação [1627]. Acéssio - [1803].
Joseph Marques. Novo dicionario das linguas portugueza, e franceza, com os termos latinos (1764).	Inexistente.
Francisco Solano Constancio. <i>Novo dictionario critico e etymologico da lingua portugueza</i> (1836, p. 12).	ACESSO, s. m. [substantivo masculino]. (Lat. accessus) aproximação, alcance de cousa alta ou apartada; entrada, ingresso; paroxysmo de febre ou outra doença cujos ataques se renovão, crescimento febril; elevação a posto superior, v. g. Hum posto de acesso: - do mar (p. us / [pouco usado]) enchente; - ; com mulher (p. us) cópula; - de furor, de ira, de amor, ímpeto.
Francisco Adolpho Coelho. <i>Diccionario manual etymologico da lingua portugueza</i> (1890, p. 18)	ACESSO, a -sé-so, s. m. [substantivo masculino]. Chegado. Aproximação. Ataque. Tracto. (Lat. Accessus, de accedere; vid. [veja-se] acceder).
Francisco Rodrigues dos Santos Saraiva. <i>Novissimo dictionario latino-portuguez.</i> 7ª ed. (19--?, p. 12)	ACCESSUS, us, app. m. [Appellativo masculino] (de accedere). Aproximação, chegada, vinda. Accessus solis. CIC. Aproximação que o sol faz da terra, no estio. Dare accessum alicui. OV. Admitir, receber alguém. Mollire accessum. CEIS. Ataque, paroxismo, acesso d'uma enfermidade. § PLIN. Acesso de febre. § OV. Acesso, entrada, logar por onde se entra, o modo de entrar em alguma parte. & T. MAUR. Accrescimo [...]. *CIC (Marcus Tallius Cicero, orador e philosopho); OV (P. Ovidius Naso, poeta); CEIS (Celsus, medico); PLIN (Plinius, naturalista); T. MAUR (Terentianus Maurus, poeta didactico).
Antenor Nascentes. <i>Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa</i> (1955, p. 5)	Do lat. Accessu.
Ernesto Farias. <i>Dicionário escolar latino-português</i> (1962, p. 19)	2. ACCÊSSUS, -us, subs. m. I — Sent. próprio: 1) Chegada, aproximação (Cíc. Mil. 52). II - Daí: 2) Acesso (junto a alguém ou a um lugar), possibilidade de aproximação (Cíc. Q. Fr. 1, 1, 25).
Antenor Nascentes. <i>Dicionário etimológico resumido</i> (1966)	Inexistente.

Autor / Título da obra	Verbetes/Expressão
Antônio Geraldo da Cunha. <i>Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa</i> (2010, p. 7)	ACESSO sm. 'chegada, ingresso'/ acc-XVI // Do lat. Accessus [...]
Antônio Martinez Rezende e Sandra Braga Bianchet. <i>Dicionário do latim essencial</i> (2014, p. 25)	ACCESSUS,-us, (m.). (ad-cedo). Chegada, aproximação. Acesso.
<i>Dicionário Houaiss</i> (2024)	ACESSO at. accessus, us no sentido de 'aproximação, chegada, entrada; ataque de uma enfermidade; acesso de febre (Plínio)', do v. accedēre no sentido de 'aceder'; ver -ceder; a datação é para a acp. 'possibilidade de chegar a...'

**Fonte:** Dados da pesquisa (2024). Nota: Verbetes transcritos conforme os dicionários.

No *Vocabulário Histórico-Cronológico do Português Medieval (VHCPM)*, séculos XIII, XIV e XV foram recuperadas duas (02) variações linguísticas para o termo 'acesso': [acesso] e [açesso]. Contudo, os verbetes possuem acepções nos registros bibliográficos para [acesso], morfologicamente classificado como adjetivo, no sentido de "que se acendeu, que tem chama; inflamado, acendido" (*Dicionário...*, 2024).

No *Dicionário Histórico do Português do Brasil (DHPB)*, séculos XVI, XVII e XVIII, o termo 'acesso' é classificado como substantivo masculino e possui duas variantes linguísticas: [acéssu], [acesso]. Para o termo 'acesso', é datado o ano de 1627 como sendo sua primeira ocorrência na língua brasileira, já o termo [acéssu], o documento registrado foi no ano de 1803.

No *Dicionário Houaiss* (2024), acesso vem do latim *accessus, us*, no sentido de aproximação, chegada, entrada; ataque de uma enfermidade; acesso de febre (Plínio), do verbo *accedere* no sentido de 'aceder'; a datação de 1589 é para a acepção de possibilidade de chegar a. Esse verbete conduz a origem do termo que é a língua latina, *accessus*, que por sua vez vem do verbo *accedere*, sendo o ano de 1589, possivelmente, o registro do seu surgimento (século 16).

No *Dicionário etimológico da língua portuguesa* (2010:7), o autor Cunha, cita "[...] acc-XVI // Do lat. Accessus [...]"

De acordo com o *Dicionários Houaiss* (2024) e o *Dicionário etimológico da língua portuguesa* (2010), o surgimento do termo na língua luso-brasileira seria o século 16, Idade Moderna, e nos registros históricos do *Dicionário Histórico do Português do Brasil (DHPB)*, séculos XVI, XVII e XVIII, na língua brasileira, seria o século 17, sendo o ano de 1627. Na sua primeira datação, no Brasil, vivenciamos o período colonial.

As variações gráficas do termo 'acesso', de acordo com os verbetes dos dicionários estudados foram identificadas, sendo quatro variações gráficas, descritas a seguir:

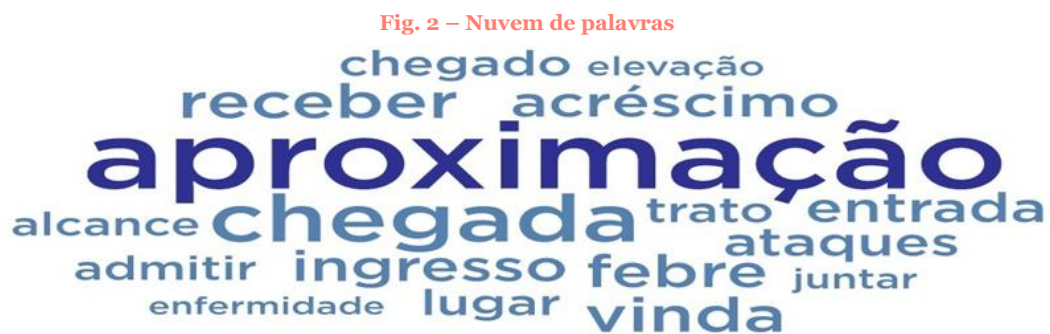
- I. Acesso [1627].
- II. Acéssu [1803].
- III. Acesso [1836].

IV. Acesso [1890].

Observe-se que se tem uma linha cronológica entre a escrita atual do termo ‘acesso’, datado em 1836, e [acesso], datado em 1890, forma do seu surgimento, possivelmente, no século 16. Nessa situação, tem-se a ocorrência da grafia atual conjuntamente com a forma usual de [acesso], como se pode atestar nas palavras do autor Coelho (1890:5) “segi portanto a orthographia usual, com todas as suas contradicções” indicando assim, uma transição de uma ortografia para acompanhar o sistema linguístico vivo e dinâmico do léxico da língua portuguesa.

- a) O *Novo diccionario critico e etymologico da lingua portugueza* (1836) define sendo: aproximação, alcance, entrada, ingresso, ataques, febre e elevação.
- b) O *Diccionario manual etymologico da língua portuguesa* (1890) escreve como: chegado, aproximação, trato e ataque.
- c) O *Novissimo diccionario latino-portuguez* (19--?) cita sendo: aproximação, chegada, vinda. A partir disso são mencionados alguns escritores e autores (representados por siglas) relacionados ao uso do termo ‘acesso’, que podem ser descritas como: aproximação; admitir, receber; ataque, febre, enfermidade, entrada e acréscimo.
- d) O *Dicionário escolar latino-português* (1962) usa no sentido próprio de: chegada, aproximação, juntar e lugar. Acesso [1890].
- e) O *Dicionário etimológico da língua portuguesa* (2010) apenas as palavras chegada, ingresso.
- f) f) O *Dicionário do latim essencial* (2014) descreve como chegada e aproximação.

Em concordância com as acepções dos autores, os termos mais citados sobre acesso estão representados na nuvem de palavras (Fig. 2), a abaixo:



**Fonte:** Dados da pesquisa (2025).

Ao se ver a palavra -aproximação- sobrepondo -chegada-, somos direcionados ao ano de 1589, século 16, no qual é a data possível da primeira ocorrência em documentos registrados na língua luso-brasileira, cuja acepção foi para a ‘possibilidade de chegar’. Além disso, as acepções ataque, enfermidade, febre, são definições, cujos enunciados não são cotidianamente relacionados ao significado do termo ‘acesso’. Essas expressões podem

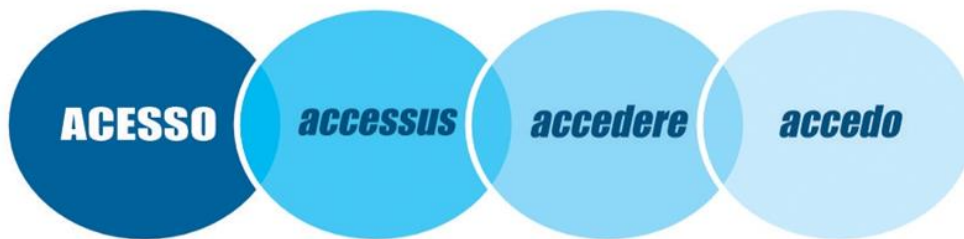
estar relacionadas as epidemias da época, das quais as pessoas eram vítimas após o contato físico [acesso] com outro corpo ou enfermidade.

O termo 'aproximação', nos oferece uma oportunidade para compreender a acepção do termo 'acesso' que é derivado do latim *Accessus*, originário de *accedere*. Sobre isso, os autores Rezende e Bianchet esclarecem que o verbo *accedere*, por sua vez, é derivado de *accedo*, sendo constituído por meio de um processo pospositivo, conforme os pesquisadores, os significados de *accessus* e *accedo* são:

- I. *accedo* → *accedo*, -is, -ěre, -cessi, -cessum. (ad-cedo). Caminhar para, aproximar-se. Marchar contra. Juntar-se a, aderir.
- II. *accessus* → *accessus*, -us, (m.) (ad-cedo). Chegada, aproximação. Acesso.

Dessa forma, a Fig. 3 ilustra as correlações etimológicas do termo 'acesso' com a finalidade de se entender a sua raiz etimológica, e conseqüentemente, o seu conceito.

Fig. 3- Correlações etimológicas do termo



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Nesta direção, o *Dicionário latino português* (1942) do autor Francisco Torrinha, explica *accedo*:

*Ac-cedo, cessi, cessum*, 1. Dirigir-se para; ir ou vir para; aproximar-se de. 2. Acrescentar-se; juntar-se; aumentar; crescer. 3. Acontecer; sobreviver. 4. Machar contra; atacar. 5. Seguir o partido ou a opinião de; dar o assentimento; aceder. 6. Parecer-se com. 7. Expor-se; dá-se a; tentar; empreender. (Constr.:) a) ac. regido de ad ou in; b) ac.; c) dat.; d) absol.) (TORRINHA, 1942:7).

O autor, aparentemente, não apenas define o conceito do termo 'acesso', mas também explica o procedimento de formação do termo [*accedo*]. Vejamos a nota "(Constr.:) a) ac. regido de ad ou in [...]" (TORRINHA, 1942:7). Esta explicação, nos permite compreender e decompor o termo 'acesso' a partir de [*ac-cedo*].

Em uma análise inicial, observamos que existe o prefixo [*ac*], que é, por sua vez, regido também pela preposição [*ad*], e por esse motivo, ganha maior relevância, especialmente nas definições apresentadas em *accessus* e *accedo*, conforme indicado pelo *Dicionário do latim essencial* (2014).

No segundo momento da análise, considerando a especificidade e o contexto de uso das locuções [ad-cedo], os autores Rezende e Bianchet (2014:27 e 61), as definem como sendo:

- I. ad → ad. prep/acus. Traduz a ideia de aproximação: a, para, até. Até perto, até junto de. Aproximadamente, por volta de.
- II. cedo → cedo, -is, -ěre, cessi, cessum. Ir, andar, dar um passo adiante. Tocar a, caber a. Retirar-se, ir-se embora. Ceder a, não resistir. Entrar em acordo. Passar, decorrer. Conceder, entregar.

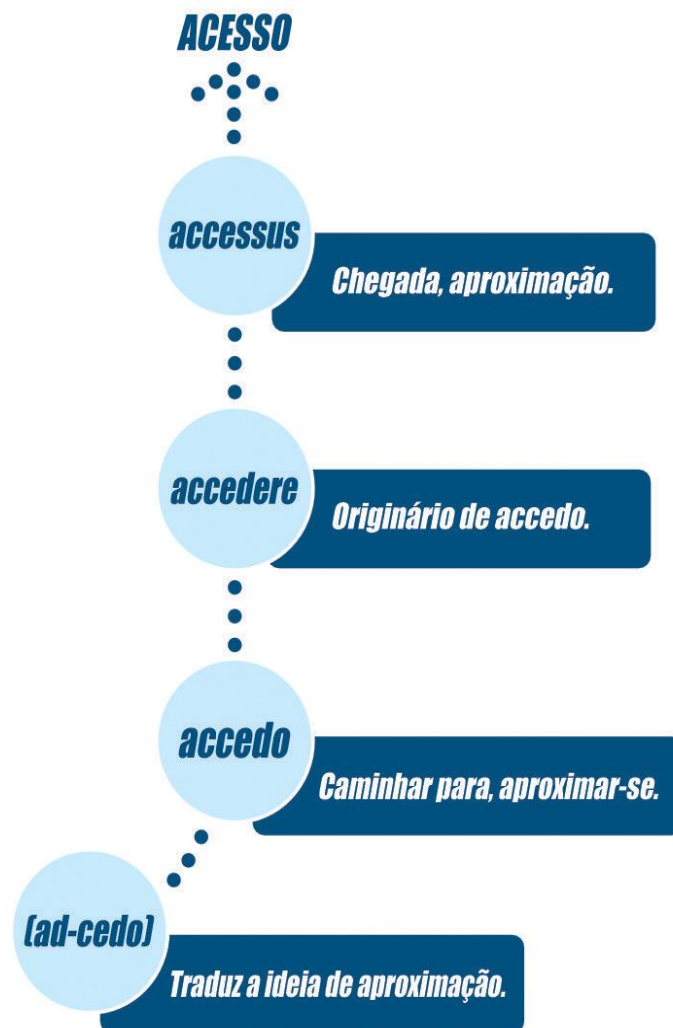
Com base do que já foi dito até agora, as expressões [ad] + [cedo], revelam como os elementos se interconectam e contribuem para se entender o conceito do termo 'acesso', isso se deve ao fato de que a interpretação dessas expressões revela a raiz etimológica do termo 'acesso', conforme é possível observar na Fig. 4.

As definições dos elementos [ad-cedo) direcionam para um movimento de locomoção, isto é, sair de um lugar para se aproximar de algo, a exemplo das expressões: Até perto, até junto de, ir, andar, dar um passo adiante. Essa ação não é estática, pelo contrário, é dinâmica, pois oferece não apenas uma ação para seguir em frente, como também a flexibilidade para voltar se algo der errado, a exemplo de: retirar-se, ir-se embora. Ela também oferece um acordo entre as partes, por exemplo: ceder a, não resistir. Entrar em acordo. Passar, decorrer. Conceder, entregar, manifestado na flexibilidade de tempo e quantidade, como a expressão, por vota de, e por fim, a possibilidade de tocar naquilo que se deseja, como por exemplo, tocar a, caber a.

Essas possibilidades de uso [ad-cedo] representam o papel do acesso, especificamente, com relação à informação, objeto de estudo da Ciência da Informação. O acesso permite que nos aproximemos da informação. Essa aproximação pode seguir em frente para obtenção da informação materializada em seus diversos suportes informacionais, como também, diante dos obstáculos legais e institucionais, pode-se retirar-se, ir-se embora e, caso seja possível, pode-se ainda negociá-la por meio de um acordo e, assim, obter a informação desejada. Sendo assim, a possível literalidade para o termo 'acesso', seria, "aproximar-se", portanto, define-se 'acesso', como sendo uma ação de "aproximar-se", cujo percurso terminológico pode ser visualizado na Fig. 4, a seguir.

Quando se fala em "acesso à informação", é importante saber que não é um processo simples, pois implica em várias etapas que se tem que percorrer para que efetivamente possamos ter esse acesso à informação. Este processo é dinâmico e multidimensional, pois passa por etapas que se têm que enfrentar para se ter a informação desejada. Isso, requer vencer as barreiras da disponibilidade da informação, que está materializada nos dispositivos legais. O fato é que o acesso vai abrindo as portas para que cheguemos até essa informação, assim, vamos obtendo-a e utilizando-a, resultando então, na efetividade do acesso à informação. E, aqui, é salutar lembrar, que o acesso vai além da informação, este é uma condição primordial para as pessoas viverem com dignidade, independência da nacionalidade, raça, cor de pele e contexto socioeconômico.

Fig. 4 - Percurso terminológico do termo 'acesso'



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

## 6. Considerações finais

Como dito por Cabré (2019), as unidades terminológicas de 'assegurar' e 'acesso' fazem parte da língua natural e, conseqüentemente, são definidas, descritas e explicadas pelas normas gramaticais de cada língua, nas quais os seus conceitos fazem parte de um contexto histórico e sociocultural, resultando assim, nas variações de sentido. O princípio da poliedricidade das unidades terminológicas, defendida por Cabré (2019), pode ser visualizado nos termos 'assegurar' e 'acesso', uma vez que essas unidades terminológicas integram um aspecto linguístico, cognitivo e comunicativo, pois fazem parte do léxico da língua e, de acordo com a pragmática e as situações do discurso especializado da Agenda 2030, torna-se em unidades terminológicas que descrevem os conceitos de "sem

preocupação", para o termo 'assegurar', e "aproximação", para 'acesso'. Sendo assim, de unidades linguísticas, tornam-se em unidades terminológicas.

Originárias do latim, estudos, por meio da etimologia, nos proporcionou responder à questão de pesquisa e atingir o objetivo de averiguar os conceitos das unidades terminológicas.

'Assegurar', entende-se que a matriz da palavra está basicamente ancorada no radical [Segur], sem preocupação, livre de perigo. A unidade terminológica 'assegurar' significa, em seu sentido original, que os cidadãos estariam protegidos dos riscos informacionais, ou seja, das barreiras ao acesso público à informação. Logo, por que inquietudes, desassossegos, preocupações ou ansiedades informacionais? Ter a segurança do acesso público à informação possibilita ao cidadão ter qualidade de vida, e em especial, a saúde mental.

Nesse sentido, não basta somente estar garantido na Carta Magna dos países, é necessário que sejam vivenciados no cotidiano por todos nós, de uma pergunta factual até aos serviços mais complexos. Estar seguro, é ir além dos direitos assegurados pela Constituição Federal, é saber que é possível ter acesso à informação (conforme a legalidade) nas mais diversas situações que a vida nos oferece, o que nos permite fazer as melhores escolhas e, assim, lidar com elas de forma menos dolorosa, uma vez que temos a segurança que a possuímos.

O acesso, conforme já mencionado, representado por vários sentidos, cujas algumas definições não são cotidianamente conhecidas, a exemplo de ataque de enfermidade, revela-se por meio da expressão [ad-cedo], no qual nos conduz para o seu étimo, a possibilidade de se aproximar de algo, ir para perto, sendo esse o seu conceito, nesse estudo. Nesse sentido, no âmbito da Ciência da Informação, temos as informações, que estão armazenadas nos sistemas de informação ou dispersas, que precisam de uma organização para viabilizar a sua recuperação por qualquer pessoa, em qualquer lugar, físico ou remoto e, nesse processo, tem-se uma questão central, o acesso é o meio que promove a aproximação entre a informação e o cidadão, resultando assim, em uma sociedade mais equitativa.

Quando não é possível, 'ir para perto, aproximar-se da informação', existem prejuízos para o cidadão comum, um deles é 'ir para perto, aproximar-se da desinformação', cujas consequências são as enfermidades sociocognitivas.

O étimo, [ad-cedo], representa severamente dois extremos, os que podem ou não ter a possibilidade de se aproximar da informação: por outro lado, temos a responsabilidade social da Ciência da Informação, em possibilitar que todos possam e tenham acesso à informação, como um direito humano e universal e, assim, assegurar o acesso público à informação.

A meta 16.10, da Agenda 2030, é um despertar para o acesso público à informação, em que todos podemos nos aproximar da informação para fazermos as escolhas certas em todas as circunstâncias ou situações em que estamos inseridos. Isso não é um mito, e sim, uma possibilidade dos direitos humanos.

### Referências bibliográficas

**BIDERMAN, Maria Tereza Camargo; MURAKAWA, Clotilde de Almeida Azevedo, org.**

2021 *Dicionário Histórico do Português do Brasil: séculos XVI, XVII e XVIII*. [Em linha]. Araraquara: FCL-UNESP, 2021. [Consult. 12 mar. 2024]. Disponível em: <http://dicionarios.fclar.unesp.br>.

**BRASIL. Constituição, 1988**

1988 *Constituição da República Federativa do Brasil*. [Em linha].1988. [Consult. 15 maio 2024]. Disponível em [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)

**CABRÉ, Maria Teresa**

2019 Teorias da terminologia: descrição, prescrição e explicação. Trad. Diego Napoleão Viana Azevedo. *Cadernos de Tradução*. [Em linha] 39:3 (2019) 507-558. [Consult. 25 set. 2024]. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/2175-7968.2019v39n3p507>.

**CABRÉ, Maria Teresa**

2005 *La Terminología: representación y comunicación : Elementos para una teoría de base comunicativa y otros artículos*. Barcelona: Institut Universitari de Lingüística Aplicada, Universitat Pompeu Fabra, 2005.

**CABRÉ, Maria Teresa**

1994 Terminologie et dictionnaires. *Meta*. [Em linha] 39:4 (1994) 589-597. [Consult. 24 set. 2024] . Disponível em: <https://doi.org/10.7202/002182ar>.

**COELHO, Francisco Adolfo**

1890 *Diccionario manual etymologico da lingua portuguesa, contendo a significação e prosodia*. 5ª ed. Lisboa: P. Plantier, 1890.

**CONSTÂNCIO, Francisco Solano**

1836 *Novo dictionario critico e etymologico da lingua portuguesa*. [Em linha]. 3ª ed. Paris: Officina Typographica de Casimir, 1836. [Consult. 1 jun. 2024]. Disponível em:<https://archive.org/details/novodictionariococons/page/n8/mode/1up?view=theater&q=acesso>.

**CUNHA, Antônio Geraldo**

[20--] *Vocabulário histórico-cronológico do português medieval*. [Em linha]. [Rio de Janeiro]: Fundação Casa de Rui Barbosa, [20--]. [Consult. 25 jul. 2024]. Disponível em: <https://www.gov.br/casaruibarbosa/pt-br#gsc.tab=0>.

**CUNHA, Antônio Geraldo**

2010 *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2010.

**CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira**

2008 *Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia*. Brasília: Briquet de Lemos, 2008.

**DICIONÁRIO HOUAISS**

2024 *Dicionário Houaiss*. [Em linha]. [Rio de Janeiro]: Instituto Antônio Houaiss, 2024. [Consult. 12 mar. 2024]. Disponível em: [https://houaiss.uol.com.br/houaillon/apps/uol\\_www/vopen/html/inicio.php//](https://houaiss.uol.com.br/houaillon/apps/uol_www/vopen/html/inicio.php//).

**FARIA, Ernesto Adolpho**

1962 *Dicionário escolar latino-português*. 3ª ed. [Brasília]: Ministério da Educação e Cultura, Departamento Nacional de Educação, Campanha Nacional de Material de Ensino, 1962.

**GIL, Antonio Carlos**

2002 *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4ª ed. São Paulo: Altas, 2002.

**MARQUES, Joseph**

1764 *Novo dicionario das linguas portugueza, e franceza, com os termos latinos*. 1ª ed. [Em linha]. Lisboa: Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1764, vol. 2 [Consult. 20 jul. 2024]. Disponível em: [https://books.google.com.br/books?id=Fwsk\\_oraZC4C&pg=PP5&hl=pt-BR&source=gbs\\_selected\\_pages&cad=1#v=onepage&q=publico&f=false](https://books.google.com.br/books?id=Fwsk_oraZC4C&pg=PP5&hl=pt-BR&source=gbs_selected_pages&cad=1#v=onepage&q=publico&f=false).

**ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS**

2015 *Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável*. Trad. Governo Federal do Brasil. Nova York: ONU, 2015.

**NASCENTES, Antenor**

1955 *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica; Livraria Francisco Alves, 1955.

**NASCENTES, Antenor**

1966 *Dicionário etimológico resumido*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, Instituto Nacional do Livro, 1966.

**REZENDE, Antônio Martinez; BIANCHET, Sandra Braga**

2014 *Dicionário do latim essencial*. [Em linha]. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2014. [Consult. 15 jul. 2024]. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788582173190/pageid/4>.

**RICHARDSON, Roberto Jarry**

2017 *Pesquisa social: Métodos e técnicas*. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2017.

**SARAIVA, Francisco Rodrigues dos Santos**

[19--?] *Novissimo dicionario latino-portuguez: etymologico, prosodico, historico, geographico, mythologico, biographico, etc.* [Em linha]. 7ª ed. Rio de Janeiro: Livraria Garnier [19--?]. [Consult. 1 jul. 2024]. Disponível em: <https://archive.org/details/NovissimoDicionarioLatinoPortuguezEtymologicoProsodico/page/n6/mode/1up>.

**TORRINHA, Francisco**

1942 *Dicionário latino português*. 2ª ed. Porto: Tip. da Editorial Domingos Barreira, 1942.

Suzana Queiroga da Costa Arcaño | [suzanaqueiroga@servidor.uepb.edu.br](mailto:suzanaqueiroga@servidor.uepb.edu.br)

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), Brasil

Virgínia Bentes Pinto | [vbentes@ufc.br](mailto:vbentes@ufc.br)

Universidade Federal do Ceará (UFC), Brasil

**Resumo:** O estudo discute coleções pessoais integradas às universidades como patrimônio documental, evidenciando seu valor para pesquisa, memória institucional e produção científica. Essas coleções refletem escolhas intelectuais de pesquisadores e professores, bem como os contextos sociais, culturais e políticos de suas trajetórias, funcionando como testemunhos materiais do saber. Disponibilizadas em instituições acadêmicas, oferecem perspectivas singulares sobre práticas de leitura, redes de sociabilidade e circulação de ideias e de conhecimento. O estudo empírico foca na Bibliothèque des livres rares et collections spéciales, da Université de Montréal, reconhecida por suas estratégias de preservação e acesso ao patrimônio bibliográfico. A pesquisa envolveu observação direta, análise documental e entrevistas com bibliotecários, revelando como a instituição enfrenta os desafios contemporâneos de preservação e acesso do público acadêmico e da sociedade. Os resultados fornecem subsídios para qualificar práticas de gestão de coleções pessoais e especiais no contexto universitário.

**Palavras-chave:** Coleções pessoais; Memória institucional; Patrimônio documental.

**Abstract:** The research discusses personal collections integrated into universities as documentary heritage, highlighting their value for research, institutional memory, and scientific production. These collections reflect the intellectual choices of researchers and professors, as well as the social, cultural, and political contexts of their trajectories, functioning as material testimonies of knowledge. When made available in academic institutions, they offer unique perspectives on reading practices, social networks, and the circulation of ideas and knowledge. The empirical study focuses on the Bibliothèque des livres rares et collections spéciales at the Université de Montréal, recognized for its strategies in preserving and providing access to bibliographic heritage. The research involved direct observation, document analysis, and interviews with librarians, revealing how the institution addresses contemporary challenges of preservation and access for both the academic public and society. The findings provide guidance for improving the management of personal and special collections in the university context.

**Keywords:** Personal collections; Institutional memory; Documentary heritage.

## 1. Introdução

*À memória que o livro transmite, por assim dizer, de propósito, acrescenta-se a memória da qual emana, enquanto coisa física, o perfume da história de que ele está impregnado.*

*Umberto Eco*

A relevância das coleções pessoais institucionalizadas por universidades, especialmente aquelas incorporadas ao patrimônio documental das instituições acadêmicas, tem-se afirmado como objeto de interesse crescente no âmbito da história cultural do livro e dos estudos sobre sua materialidade, no Brasil, notadamente a partir da década de 1970. Para além de seu valor mercadológico, tais acervos revelam-se fundamentais para a constituição, expansão e qualificação do patrimônio bibliográfico e documental universitário, consolidando-se como um campo de investigação promissor, cujas potencialidades epistemológicas e historiográficas têm sido amplamente reconhecidas.

É notório que pesquisadores, docentes e cientistas, ao longo de suas trajetórias profissionais e pessoais, adquirem obras que refletem não apenas suas escolhas intelectuais, áreas de interesse e gostos literários, mas também registram testemunhos dos contextos familiares, sociais, culturais e políticos nos quais estão ou estiveram inseridos. Afinal, os livros contam histórias, e “sua finalidade é entender como as idéias eram transmitidas por vias impressas e como o contato com a palavra impressa afetou o pensamento e comportamento da humanidade” (DARNTON, 1990:65). Suas coleções constituem-se como repositórios de conhecimento, muitas vezes únicos, revelando redes de sociabilidade acadêmica, práticas de leitura, hábitos e circulação de idéias (HEYMANN, 2014).

A disponibilização de coleções pessoais em instituições acadêmicas confere acesso a um vasto repositório de conhecimento, destacado por suas particularidades inerentes. Tais coleções não se restringem a meras manifestações de interesse individual pela leitura e pelo saber; oferecem, por outro lado, perspectivas singulares sobre o conhecimento, emergindo de uma compreensão aprofundada e única desenvolvida por seus proprietários.

No contexto universitário, esses acervos têm sido reconhecidos como elementos importantes para a constituição da memória institucional, dada sua capacidade de preservar trajetórias intelectuais, documentar práticas pedagógicas e delinear redes de produção e circulação do conhecimento científico. Desse modo, é possível reconstituir percursos biográficos, identificar padrões de colaboração e elucidar os processos pelos quais as idéias foram disseminadas, apropriadas e transformadas em distintos momentos históricos.

Reconhecendo a relevância desses acervos para a valorização do patrimônio documental e o fortalecimento das políticas de preservação da memória científica e literária, esta pesquisa foca na análise das práticas de preservação, gestão e acesso empregadas por bibliotecas universitárias com coleções pessoais de livros raros e especiais. Com o intuito de explorar diversas experiências e compreender as estratégias de salvaguarda aplicadas, este artigo apresenta algumas considerações sobre um estudo realizado em uma universidade canadense.

A investigação concentrou-se na pesquisa *in loco* realizada na Bibliothèque des livres rares et collections speciales (BLRCS) da Université de Montréal (UdeM) que custodia coleções de grande valor histórico, literário, cultural e acadêmico canadenses, com especial destaque para acervos em língua francesa. O estudo buscou compreender como essa instituição enfrenta os desafios contemporâneos relacionados à conservação, à gestão e ao acesso. Também procurou analisar as estratégias voltadas para a valorização da memória documental, a promoção do acesso e o estímulo ao interesse tanto da comunidade acadêmica quanto do público em geral.

A seleção dessa instituição se deu em razão da relevância de suas coleções patrimoniais para a memória institucional e história canadense, bem como do reconhecimento de suas práticas de gestão, preservação e mediação documental no contexto universitário da província do Québec. A pesquisa envolveu observação direta, análise documental e entrevistas com bibliotecários responsáveis pela curadoria e gestão das coleções. Esse conjunto de procedimentos permitiu uma leitura situada das práticas institucionais e favoreceu o levantamento de elementos que possam subsidiar ações em contextos institucionais diversos, por ocasião da atuação da pesquisadora como professora visitante na École de Bibliothéconomie et des Sciences de l'Information da Universidade de Montréal.

### **2. Coleções pessoais, conhecimento e produção do saber**

A formação de coleções pessoais não é uma atividade recente, tampouco rara. Desde a Antiguidade, já se praticava o colecionismo de livros e outros objetos relacionados ao conhecimento. Entretanto, é a partir do final do século XVIII, no chamado *siècle des Lumières*, que ocorre uma transformação significativa na maneira como os impressos são percebidos, utilizados e colecionados. Nesse contexto, a prática de colecionar livros e manter bibliotecas pessoais adquire novo significado, alinhando-se aos ideais iluministas de disseminação do saber e emancipação intelectual.

Entre os séculos XVIII e XIX, com os avanços tecnológicos impulsionados pela Revolução Industrial e a produção mecanizada de livros e de outras publicações impressas em larga escala, observou-se um crescimento efetivo da atividade editorial. Esse cenário contribuiu para outros fatores, como: o desenvolvimento das classes emergentes e a formação de uma elite urbana; o crescimento das universidades, que proporcionou maior consumo cultural, intelectual, técnico e científico; o impulsionamento de um comércio editorial mais dinâmico e com diversidade de gêneros; e, especialmente, um mercado leitor crescente, além de uma maior circulação de ideias e debates sociais, políticos e culturais.

Nessa perspectiva, as questões discutidas no âmbito da história cultural recente têm provocado várias possibilidades de estudos, renovando abordagens historiográficas e ampliando campos de investigação. Entre essas questões, a prática do colecionismo e os estudos sobre a materialidade dos registros do conhecimento e a história cultural dos objetos destacam-se como campos de pesquisa que ressignificam contextos, abordagens e narrativas da produção científica na atualidade.

Baudrillard (1992), ao tratar sobre a semiologia dos objetos, defende que as coleções se inserem em um sistema de signos que constrói identidades e significados. O autor destaca que nossos objetos cotidianos, especialmente aqueles que adquirimos e dedicamos maior atenção e posse, são frutos de paixões individuais.

Os objetos nesse sentido são, fora da prática que deles temos, num dado momento, algo diverso, profundamente relacionado com o indivíduo, não unicamente um corpo material que resiste, mas uma cerca mental onde reino, algo de que faz sentido, uma propriedade, uma paixão (BAUDRILLARD, 1992:94).

Além de sua função prática, o objeto colecionado adquire, para o colecionador, a função de ser possuído, assumindo um estatuto social. Ao ser abstraído de sua utilidade, o artefato passa a ocupar um lugar estritamente subjetivo: “torna-se objeto de coleção” (BAUDRILLARD, 1992:94).

Ainda no século XIX, no âmbito das coleções, proliferaram bibliotecas pessoais, fruto de paixões intelectuais e humanas, muitas delas luxuosas e privadas. O caráter material das obras, como encadernações, tipos de papel e ilustrações, é frequentemente detalhado em inventários de coleções pessoais destinadas à venda ou doadas a instituições de preservação da memória. Esses catálogos não apenas listam os volumes, mas também oferecem comentários e descrições que refletem a valorização estética e patrimonial dos acervos (CALDERONE, 2017), em sua singularidade absoluta. Nesse sentido, “A qualidade específica do objeto, seu valor de troca, depende do domínio cultural e social” conforme aponta Baudrillard (1992:98).

É possível observar, no que concerne ao colecionismo, uma certa devoção ao objeto livro por parte dos colecionadores, sobretudo em relação à sua materialidade, forma e marcas evidentes, muitas vezes mais valorizadas do que o conteúdo textual. O interesse recai sobre uma edição específica, a encadernação, a tipografia, as marcas de uso e de pertencimento, como *ex-libris*, anotações manuscritas, dedicatórias ou carimbos, elementos que conferem ao objeto um caráter de autenticidade e singularidade. Entretanto, quando nos referimos às coleções pessoais de cientistas e pesquisadores, o conteúdo adquire grande valor de conhecimento e sentidos.

McKenzie (2005) expande o conceito de bibliografia material ao incluir os aspectos sociológicos da produção textual, propondo que o estudo do objeto livro deve considerar não apenas suas características físicas e formais, mas também os contextos sociais, culturais e institucionais que influenciam sua produção, circulação e recepção. Para esse autor, os livros são artefatos sociais cujas formas carregam sentidos, e sua produção envolve múltiplos agentes, práticas e mediações. De fato, é difícil compreender a estética do livro sem levar em conta sua trajetória histórico-cultural, seus contextos, marcas, articulações e, sobretudo, a maneira como esse suporte comunica, ao longo do tempo, a trajetória intelectual daqueles que o possuíram. O sentido de um texto, portanto, está profundamente relacionado tanto aos sujeitos que o produzem e ao tempo em que é produzido, quanto àqueles que dele se apropriam – seus leitores.

As marcas de proveniência, em especial, reforçam a compreensão do livro como artefato resultante não apenas de uma trajetória intelectual, mas profundamente humana de seu colecionador. Elas revelam uma cartografia singular dos percursos trilhados, dos saberes apreendidos e partilhados e, sobretudo, das paixões literárias e profissionais que se concretizam em gestos como a aquisição de um livro em um sebo durante uma viagem, ou o recebimento de um exemplar autografado por um autor querido que representa gesto profundamente singular. Nesse sentido, as coleções pessoais oferecem aos pesquisadores vestígios da história das práticas de leitura e escrita, funcionando como fontes que revelam tanto trajetórias individuais quanto processos coletivos de circulação do conhecimento (CHARTIER, 1998).

No campo da história cultural, autores como Roger Chartier (1998) e Jean Hébrard (2004) destacam que o objeto livro, ao ser incorporado a uma coleção, carrega múltiplos sentidos que ultrapassam seu conteúdo textual. A materialidade, por exemplo, suas edições,

encadernações, marcas de uso, constitui uma forma de inscrição do saber em suportes que interagem com o tempo.

Ao discutirmos as coleções pessoais integradas ao patrimônio documental das instituições acadêmicas, identificamos quatro diferentes dimensões de significação que podem ser observadas e relacionadas, *tempo* e *materialidade*, *uso* e *intencionalidade*. Essas dimensões remetem a aspectos que coexistem sob diversas perspectivas, como os significados histórico, afetivo, estético, intelectual e profissional.

### 2.1. Tempo e materialidade

Vários são os autores que se dedicam a pensar acerca do *tempo* e suas manifestações na sociedade. Citemos, por exemplo, Certeau (1982), Elias (1998) e Ricoeur (2000). No âmbito das pesquisas metodológicas relativas à história cultural do livro e sua materialidade, o tempo tanto pode ser evidenciado como *categoria de análise* quanto como *dimensão de análise*. Ou seja, se tratado no que concerne a uma perspectiva transversal, que atravessa o objeto em contextos histórico, cultural, social ou informacional, por exemplo, é possível observar trajetórias, rupturas e continuidades que nos ajudam a compreender permanências ou transformações, especialmente relacionadas às práticas de leitura e de apropriação.

O tempo como categoria de análise, trata-se de um conceito operatório que, de acordo com Norbert Elias, ajuda-nos a classificar, organizar e interpretar um fenômeno. Elias (1998) compreende o tempo como uma construção social, uma síntese simbólica que relaciona práticas coletivas e ritmos sociais. Nesse sentido, o tempo é uma categoria de mediação entre o indivíduo e a sociedade. Dessa forma, podemos articular diferentes temporalidades: institucional, vivida, simbólica, histórica, etc. Assim, mediada pela materialidade dos objetos colecionados, identificamos várias camadas de tempo que nos permitem entrelaçar as transformações ocorridas na evolução do impresso, particularmente presentes nas coleções pessoais.

É interessante, portanto, compreender a dimensão social do tempo que atravessa a história do livro, sua construção material e seus processos de produção, pois esses elementos estão diretamente associados ao que Elias (1994) denomina “processo civilizador”. Nessa perspectiva, pensemos na produção em massa do livro impresso, que possibilitou uma ampla disseminação do conhecimento e inaugurou o que podemos compreender como um novo tempo histórico, marcado por uma crescente consciência coletiva acerca do papel desse instrumento na transmissão do saber. Tal consciência influenciou diretamente não apenas as estruturas de poder, mas também os movimentos sociais e lutas políticas que se evidenciaram ao longo dos últimos dois séculos.

Em *A Escrita da história*, Michel de Certeau (1982), ao analisar como o saber é produzido e reproduzido ao longo do tempo histórico, destaca uma construção narrativa que envolve relações de poder e linguagem entre o passado e o presente. O autor chama atenção para o fato de que,

Durante a movimentação que desloca os termos da relação inicial, esta própria relação é o lugar da operação científica. Mas é um lugar cujas mutações, como um flutuador no mar, seguem os movimentos mais amplos das sociedades, suas revoluções econômicas e políticas, as relações complexas entre gerações

ou entre classes etc. A relação científica reproduz o trabalho que assegura a certos grupos a dominação sobre os outros, a ponto de fazer deles objetos de sua posse; mas atesta, também, o trabalho dos mortos que, por uma espécie de energia cinética, se perpetua, silenciosamente, com as sobrevivências de estruturas antigas (CERTEAU, 1982:43).

Esse pensamento revela modos específicos de conceber e produzir história, ciência e cultura em contextos histórico e culturalmente situados, os quais, como afirma Certeau (1982:43), “definem a época ou a categoria social à qual pertence”. Assim, o autor argumenta que o historiador ocupa um lugar social e um tempo específico, dedicados ao registro e à interpretação do passado. Ao considerarmos o livro como testemunho material dos rastros e vestígios deixados pelos indivíduos, torna-se evidente que o tempo de sua produção nem sempre coincide com o tempo de sua leitura, de suas práticas sociais ou da análise historiográfica a que é submetido posteriormente. Nesse contexto, a análise da materialidade dos livros, ou de outros vestígios do passado encapsulados em artefatos documentais, permite reconhecer rupturas e continuidades nas formas como o conhecimento foi veiculado, apropriado e interpretado ao longo do tempo.

No que concerne à materialidade do livro, os leitores e seu tempo, Chartier (1998) destaca que a leitura está vinculada à forma material do objeto que a possibilita. Trata-se, portanto, não apenas de um suporte físico passivo, mas de um artefato que atua de forma dinâmica sobre as práticas de leitura em cada época. Pensemos, por exemplo, nos leitores de manuscritos medievais ou dos primeiros impressos, e em todo o esforço corporal envolvido no ato de ler. A leitura desses objetos exigia posturas corporais específicas, a exemplo da movimentação da cabeça para ler em grandes formatos. Também pode ser condicionada por fatores culturais ou religiosos como a leitura silenciosa ou mesmo em voz alta. Desse modo, o suporte condiciona as formas de leitura, os modos de apropriação do texto e até os gestos corporais do leitor. A experiência da leitura é também uma manifestação cultural, ou mesmo religiosa, assim, é sempre historicamente situada e materialmente mediada. Ou seja, o modo como o leitor interage com o texto é determinado não apenas por seu conteúdo, mas também por dispositivos materiais, sociais e simbólicos que envolvem o ato de ler em sua temporalidade.

## **2.2. *Uso e intencionalidade***

Ao discutirmos sobre tempo e materialidade do texto impresso, mais especificamente do objeto livro enquanto artefato que constitui uma coleção, é importante notar que a evolução física do livro não é um mero detalhe técnico, mas um elemento intrinsecamente ligado às transformações de longo prazo das sociedades, como o processo civilizador, à percepção e organização do tempo social (memória, passagem do tempo, etc.) e às redes de interdependência que conformam o campo cultural e intelectual. A materialidade do livro, nesse sentido, configura-se como um artefato que tanto reflete quanto molda as figuras sociais e os processos temporais amplamente analisados por Elias (1994).

A percepção de um objeto ao longo do tempo adquire diferentes dimensões de *uso e intencionalidade*. Cataldo e Loureiro (2019:4) salientam que “tais objetos deixam de cumprir finalidades práticas e passam a remeter uns aos outros e ao indivíduo, constituindo assim um sistema que busca reconstituir o mundo”. No caso de um documento pertencente a uma coleção pessoal, por exemplo, Darnton (1990:152) argumenta que “o estudo das

bibliotecas particulares tem a vantagem de ligar o ‘quê’ com o ‘quem’ da leitura”. Nesse sentido, historiadores do livro, da bibliografia material e da leitura têm concentrado esforços em investigar não apenas o conteúdo, mas também a estrutura, a forma, os modos de produção, circulação e apropriação dos impressos.

No que concerne à sociologia dos textos, McKenzie (2005) advoga que para além da materialidade do artefato e de seus signos, existe o agente humano e suas práticas simbólicas que, como destaca Landi (2021:46), a “historicidade imanente, às práticas técnicas e sociais de produção, de reprodução e de recepção que lhe deram sentido e o tornaram fruto daquele tempo”. Portanto, ao nos referirmos ao uso dado a um determinado artefato informacional, como um livro de coleção, entendemos que há também a intencionalidade do colecionador. Esta transcende a lógica da funcionalidade original ou mesmo as intenções do autor para adentrar no contexto das referências e das fontes de informação, adquirindo sentidos simbólico, afetivo, cultural ou científico – no caso das coleções organizadas por pesquisadores.

A criação de uma biblioteca pessoal ou de uma coleção particular parte de uma intencionalidade que ultrapassa a funcionalidade da obra em si e, além de expressar escolhas e afetos, constitui percursos intelectuais e visões de mundo. O colecionador, imerso em um contexto histórico-social, constrói uma narrativa de si e do contexto no qual habita de forma intencional, seja como leitor, escritor, pesquisador ou docente. Essa intencionalidade também se manifesta no modo como os livros são organizados, classificados, anotados, protegidos ou compartilhados. Nesse sentido, a biblioteca pessoal pode ser entendida como um espaço de inscrição simbólica, um campo de referência ativa e do campo social. Como salienta Chartier,

*As estruturas do mundo social não são um dado objetivo, tal como não são as categorias intelectuais e psicológicas: todas elas são historicamente produzidas pelas práticas articuladas (políticas, sociais, discursivas) que constroem as suas figuras. São estas demarcações e os esquemas que as modelam, que constituem o objeto de uma história cultural levada a repensar completamente a relação tradicionalmente postulada entre o social, identificado com um real bem real, existindo por si próprio, e as representações, supostas como refletindo-o ou dele se desviando (CHARTIER, 2002:27).*

As coleções, sejam pessoais, patrimoniais ou institucionais, operam sobretudo no campo da memória, da identidade e do valor cultural, à medida em que ressignificam trajetórias individuais ou coletivas em relação às práticas e saberes que as constituíram. Nesse contexto, estabelece-se uma relação que transcende a posse do objeto colecionado: ele deixa de ser apenas um artefato útil ou admirável e passa a assumir a função de documento, algo a ser preservado, estudado e compartilhado, por se configurar como referência para a pesquisa histórica sobre determinado acontecimento ou saber específico.

Fèbvre e Martin (1999) destacam que a história do livro é também a história de sua apropriação por diferentes públicos. As coleções pessoais, ao migrarem da esfera privada para a pública, reconfiguram-se como fontes de memória coletiva e ampliam o repertório de referências disponíveis para o ensino, a pesquisa e a extensão universitária. Além disso, passam a ter outras finalidades especialmente no que concerne tanto à sua materialidade quanto ao uso, pois conferem perspectivas singulares sobre um conteúdo específico e

delineiam redes de sociabilidade, produção e circulação do conhecimento de um determinado tempo histórico-cultural.

### ***3. Coleções pessoais patrimonializadas: gestão, preservação e acesso***

Conforme apresentado na introdução deste artigo, esta pesquisa desenvolve-se empiricamente no contexto da Bibliothèque des livres rares et collections spéciales (BLRCS) da Université de Montréal (UdeM). O objetivo do estudo é compreender os processos de gestão, preservação e acesso às coleções pessoais patrimonializadas por essa instituição. Interessa-nos, em especial, analisar de que modo as coleções pessoais passam a integrar o patrimônio documental universitário canadense e, sobretudo, o que representam enquanto referências e fontes de informação relevantes para a pesquisa científica, valorização patrimonial e divulgação para a comunidade acadêmica e sociedade civil.

De acordo com Bellotto (2004), uma coleção pessoal pode ser composta por diversos tipos de materiais, como os audiovisuais e iconográficos, assim como o conjunto de papéis resultantes da vida e das atividades de pessoas e personalidades cujo pensamento e atuação contribuíram para a construção da sociedade, da ciência, das artes, da literatura, da política, da educação, entre outras áreas. Ao ser integrada a um acervo institucional acadêmico, uma coleção pessoal adquire um novo estatuto, possibilitando a ressignificação do papel que suas obras desempenhavam enquanto artefatos de uso privado e expressão de interesses individuais. Nesse novo contexto, os livros deixam de ser objetos de pertencimento exclusivo para se tornarem elementos de circulação e troca de saberes, assumindo uma função institucional e coletiva. Assim, essas coleções passam por um processo de patrimonialização que lhes confere outro estatuto simbólico, administrativo e social, atribuindo-lhes uma nova finalidade: entrelaçar trajetórias pessoais à história coletiva de grupos de pesquisa e de produção do conhecimento.

Compreende-se a importância de que a coleção preserve traços identitários de seu criador, permanecendo como referência simbólica de sua trajetória intelectual, afetiva e memorial. Nesse sentido, impõem-se algumas reflexões sobre o destino dessas bibliotecas pessoais ao serem incorporadas por universidades ou outras instituições acadêmicas: que interesses se manifestam na aquisição de uma coleção pessoal? Trata-se de uma ruptura ou do desejo de continuidade, de referência e de permanência? A resposta a essas questões exige considerar os múltiplos fatores envolvidos nesse processo. Em muitos casos, a incorporação de uma biblioteca pessoal por uma instituição acadêmica resulta de um reconhecimento da relevância intelectual dos artefatos reunidos e das contribuições científicas e/ou literárias de seu proprietário. A doação ou aquisição por instrumentos diversos pode ser motivada tanto pela vontade do colecionador de perpetuar sua memória quanto pelo interesse da instituição em preservar testemunhos materiais de trajetórias científicas, culturais ou literárias singulares. Nesse ato, há simultaneamente um movimento de salvaguarda e de projeção, assim como o reconhecimento do valor intelectual e científico dos materiais colecionados.

O ingresso dessas coleções em espaços institucionais envolve decisões complexas de gestão, especialmente no que se refere ao espaço de guarda, curadoria, tratamento técnico, conservação e formas de acesso. Frequentemente, esse processo exige a reorganização

física e a redefinição da disposição da coleção, o que pode contrariar a lógica original de sua constituição desenhada por seu colecionador e, em certos casos, não conta com a anuência do proprietário, se doada em vida. A patrimonialização dessas bibliotecas implica transformações necessárias, visando assegurar sua continuidade e visibilidade ao integrá-las a uma nova ordem institucional. Reconhecer essa dinâmica é importante para formular políticas de gestão, preservação e mediação que respeitem a singularidade das coleções, ao mesmo tempo em que ampliem o acesso e integração ao patrimônio cultural. Nesse sentido, é imprescindível que as instituições que as acolhem elaborem políticas específicas, abrangendo tanto o plano técnico quanto o simbólico.

A gestão dessas coleções exige, inicialmente, um trabalho minucioso de identificação e descrição dos itens que as compõem, que podem estar integrados e reunidos em um termo de diagnóstico. A descrição deve levar em conta não apenas os dados bibliográficos tradicionais, mas também os elementos contextuais que revelam o percurso da obra e de seu colecionador: anotações manuscritas, dedicatórias, ex-libris, carimbos, fichas de leitura, entre outros. Esses indícios materiais, frequentemente não destacados nos processos tradicionais de catalogação, têm sido cada vez mais valorizados pelos estudos da história do livro e da leitura, pois permitem reconstruir práticas intelectuais e trajetórias pessoais.

A organização interna da coleção, os modos de arranjo, de classificação e de uso, também podem oferecer pistas relevantes sobre a lógica do colecionador e sobre os modos de leitura e de pesquisa que orientaram sua constituição. Preservar essa ordem original, sempre que possível, é uma estratégia recomendada para manter a integridade simbólica da coleção.

No que diz respeito à preservação, as coleções pessoais frequentemente apresentam desafios específicos. Muitas vezes, foram armazenadas em condições pouco adequadas, o que exige ações de conservação preventiva ou mesmo de restauro. A avaliação do estado físico dos itens é etapa necessária para a definição de prioridades e para o planejamento de intervenções técnicas. Por outro lado, a digitalização parcial ou integral das coleções tem sido uma estratégia cada vez mais adotada nas políticas de gestão, não apenas como recurso de salvaguarda, mas também como forma de ampliar o acesso, a divulgação e a visibilidade das obras e da própria biblioteca.

A dimensão do acesso é decisão estratégica a ser considerada no processo de patrimonialização. Ao tornarem-se públicas, essas coleções devem estar disponíveis para consulta e pesquisa. Contudo, o acesso não deve ser entendido apenas em termos de disponibilização física ou digital, mas também como a capacidade de contextualizar, interpretar e mediar o acervo junto aos diferentes públicos. Para isso, exposições, publicações, ações educativas e projetos colaborativos são instrumentos importantes de difusão e de valorização.

A importância das coleções pessoais institucionalizadas reside em múltiplos aspectos: como testemunhos materiais de tradições científicas, literárias e intelectuais; na articulação de saberes frequentemente pouco contemplados pelas estruturas curriculares dos projetos pedagógicos; e, ainda, na preservação de exemplares raros, únicos ou esgotados, permitindo o acesso público a documentos anteriormente restritos à esfera privada e, no caso das universidades, fundamentais para o desenvolvimento científico. Esse acesso pode ocorrer por meio do próprio documento físico, de fac-símiles ou, ainda, por

meio de repositórios e catálogos digitais, estes últimos cada vez mais utilizados por instituições públicas e privadas que detêm a posse dessas coleções e recursos tecnológicos.

Recorrendo ao pensamento de Nebbiai (2004), ao se referir às bibliotecas medievais, é possível inferir que as bibliotecas pessoais não são apenas espaços de conservação de livros, mas também lugares de cultura que contribuem para a difusão do conhecimento. Ao serem incorporadas aos acervos institucionais, seja através de doações ou outros meios de aquisições, essas coleções adquirem novos significados: passam a integrar a memória intelectual da universidade, simbolizando a contribuição individual de seus protagonistas para a formação de comunidades acadêmicas, a exemplo dos grupos de pesquisa constituídos ao longo de suas trajetórias, e para o desenvolvimento de campos disciplinares específicos.

Nessa perspectiva, por meio dessas coleções, torna-se possível reconstituir redes sociais e de conhecimento formadas no espaço acadêmico, revelando as complexidades do fazer científico, bem como práticas pessoais e colaborativas de leitura e pesquisa. Como observa McKenzie (2005), os livros, enquanto objetos materiais, registram não apenas textos, mas também as intenções dos autores, as intervenções dos editores e as práticas dos leitores, sendo, assim, documentos complexos cuja forma física está inteiramente ligada à sua função social.

### ***3.1. Bibliothèque des livres rares et collections spéciales (BLRCS) da Université de Montréal (UdeM)***

A Bibliothèque des livres rares et collections spéciales da Université de Montréal, inaugurada em 1987, consolidou-se como um espaço de preservação, valorização e acesso ao patrimônio bibliográfico raro, especial e precioso reunido pela universidade ao longo de sua trajetória. Sua base constituiu-se a partir da reunião de obras dispersas em diferentes setores da rede de bibliotecas da instituição, em particular documentos provenientes da *Collection Louis-François-Georges-Baby* e de cerca de trinta outras coleções, com ênfase na história e na cultura do Québec e do Canadá francês.

Aberta tanto à comunidade acadêmica quanto ao público em geral, a biblioteca reúne um acervo de cerca de 150 mil itens provenientes de diferentes épocas, incluindo manuscritos em pergaminho, incunábulos, edições especiais, gravuras, mapas, objetos e arquivos pessoais. Uma parte significativa desse acervo é composta por obras impressas entre os séculos XV ao XIX, muitas das quais pertenciam a coleções pessoais de professores, intelectuais, cientistas, pesquisadores, políticos e bibliófilos. O interesse dessas pessoas em preservar e compartilhar o conhecimento acumulado ao longo de suas trajetórias contribuiu decisivamente para a formação dos conjuntos bibliográficos e documentais que constituem o acervo da biblioteca.

A incorporação de documentos ao acervo da BLRCS está condicionada à observância de critérios específicos para a avaliação do conjunto, conforme detalhado no quadro a seguir:

**Quadro 1 – Critérios adotados pela BLRCS**

<b>1.</b> Data de publicação <b>a.</b> Obras que tratam de literatura, ciências humanas, direito e ciências religiosas: publicação anterior a 1900. <b>b.</b> Obras que tratam de ciências, incluindo medicina: publicação anterior a 1920. (Para documentos mais recentes, cada equipe poderá submeter qualquer título considerado relevante)
<b>2.</b> Presença de uma dedicatória, autógrafo, anotações manuscritas, ex-libris ou qualquer outra marca de proveniência particular.
<b>3.</b> Pertencimento a uma coleção histórica da UdeM, coberto, em princípio, pelo critério anterior.
<b>4.</b> Primeira edição de grandes autores ou grandes cientistas.
<b>5.</b> Valor de mercado.
<b>6.</b> Características materiais: formato, suporte especial (papel artesanal, seda etc.), edições de luxo (encadernação em couro, assinadas, com brasões etc.), álbuns com pranchas fora do texto.
<b>7.</b> Periódicos efêmeros (6 números publicados ou menos).
<b>8.</b> Tiragem limitada ou edições esgotadas.
<b>9.</b> Folhetos e cartazes com valor histórico.

**Fonte:** Traduzido e adaptado do documento: *Critères d'examen des documents avant transfert à la BLRCS, Adopté à la 406e réunion du Comité de régie, le 11 avril 2017.*

Além de seu papel patrimonial e custodial, a Bibliothèque des livres rares et collections spéciales desempenha funções pedagógicas e de pesquisa, atuando como um laboratório para cursos de graduação e pós-graduação, especialmente nas áreas de história do livro, arquivologia, biblioteconomia, estudos literários, direito, artes e humanidades. Durante o ano, diversas formações são ofertadas à comunidade acadêmica a exemplo dos ateliês de pesquisa em documentos antigos.

Como forma de incentivar a pesquisa científica acadêmica nas coleções especiais, criou-se, em 2019, a *Bourse Geneviève-Bazin*, concedida anualmente. O prêmio constitui uma iniciativa emblemática de estímulo à pesquisa sobre o patrimônio bibliográfico e documental da biblioteca. O nome homenageia a bibliotecária Geneviève Bazin, primeira bibliotecária chefe do Service des collections spéciales da UdeM. A bolsa tem como objetivo valorizar o estudo por meio da exploração das coleções especiais da universidade, incentivando estudantes de pós-graduação e jovens pesquisadores a aprofundarem seus trabalhos com base nos acervos documentais. A cerimônia de entrega é também um momento simbólico de reconhecimento do compromisso da BLRCS com a preservação, mediação e difusão do patrimônio. Ao promover esse prêmio, a biblioteca reafirma seu papel como espaço de convergência entre a conservação, a produção e a difusão do conhecimento, estimulando abordagens interdisciplinares e inovadoras.

Os projetos contemplados pela *Bourse Geneviève-Bazin* costumam abordar temas ligados à história do livro, práticas de leitura, história intelectual, bibliografia material, artes gráficas, literatura e ciências humanas, sempre com base em fontes primárias conservadas na biblioteca. Ao facilitar o acesso às coleções e oferecer apoio financeiro aos pesquisadores, a BLRCS contribui para a valorização do patrimônio documental como campo dinâmico de investigação e de ensino. Na edição 2024-2025, a bolsa foi concedida a um estudante de doutorado do Departamento de Literaturas de Língua Francesa, por sua pesquisa sobre o estoicismo nas obras de Blaise Pascal.

Como forma de integrar a comunidade acadêmica, os pesquisadores e a sociedade civil em torno da valorização do patrimônio documental, a BLRCS lançou a campanha *Adoptez un livre: un patrimoine à protéger*. A iniciativa tem como objetivo angariar recursos destinados à restauração de obras únicas e raras da biblioteca. Os valores das doações variam de acordo com a natureza da intervenção necessária, sendo fixados conforme os seguintes parâmetros: confecção de caixas de acondicionamento (entre 400 e 500 dólares); encadernação de livros raros (entre 800 e 1.500 dólares); restauração de encadernações de livros raros (entre 1.000 e 2.500 dólares); e restauração de cartazes antigos (entre 1.500 e 3.000 dólares). Em 2024, cinquenta livros foram restaurados graças à campanha, totalizando 55 mil dólares arrecadados por meio das doações. Entre os exemplares recuperados, destacam-se *Les Principales aventures de l'admirable Don Quichotte* (1776) e *Terre des hommes* (1939), de Antoine de Saint-Exupéry, dedicado a Jean Bruchési, então subsecretário da província do Québec.

No contexto das práticas de mediação, observa-se, por parte da equipe gestora da BLRCS, o empenho sistemático com o acesso e a difusão do acervo sob sua custódia. Tal compromisso se materializa por meio de iniciativas como as visitas guiadas abertas ao público, destacando a atividade intitulada *Les Mardis des livres rares*, realizada na primeira terça-feira de cada mês, bem como por meio da organização de exposições temáticas que evidenciam as singularidades e os conteúdos das coleções preservadas. Dentre essas iniciativas, citamos a exposição promovida em julho de 2025, intitulada *Le Canada de Jules Verne*, concebida para marcar os 120 anos do falecimento do escritor. A mostra buscou também ressaltar a relação simbólica de Verne com o Canadá, país que ele não chegou a visitar, mas que constituiu cenário e inspiração para diversas de suas obras, como *Le Pays des fourrures*, *Famille-Sans-Nom* e *Le Volcan d'or*, cujos exemplares originais integram o acervo da biblioteca.

Cabe destacar que a digitalização das coleções integra o plano estratégico de gestão e as políticas de inovação em andamento da BLRCS. Essa iniciativa vem sendo executada na própria biblioteca, que dispõe de equipamentos adequados para esse fim. Entre os principais objetivos da digitalização destacam-se: a preservação das coleções, a valorização da memória patrimonial e a ampliação do acesso, tanto para a comunidade acadêmica quanto para a sociedade civil.

#### **4. Considerações finais**

Ao concluirmos este estudo, cabe ainda trazer algumas reflexões sobre a temática das coleções pessoais patrimonializadas por instituições acadêmicas. A literatura especializada consultada indica que a valorização desses conjuntos documentais depende da adoção de políticas integradas de gestão da informação, que articulem ações de preservação, representação simbólica, tratamento técnico, acesso e difusão, como destacam Cavalcante, Sales e Guerra (2024). Além disso, é fundamental que as instituições responsáveis pela custódia dessas coleções assumam o compromisso de manter viva a memória e a trajetória de seus antigos proprietários, reconhecendo sua relevância para a transmissão do saber e a pesquisa científica.

Contudo, a incorporação dessas coleções aos acervos institucionais impõe desafios significativos. A gestão adequada requer o desenvolvimento de políticas específicas de

curadoria, conservação e tratamento técnico. A digitalização, a catalogação especializada e, em muitos casos, o restauro físico dos materiais são ações fundamentais para garantir a longevidade das obras, a acessibilidade e o uso pedagógico e científico desses acervos. A ausência de protocolos institucionais estruturados pode, por sua vez, comprometer a integridade das coleções enquanto testemunhos pessoais, históricos e científicos, daí a importância da definição de critérios para a composição dos acervos.

As coleções pessoais podem ser compreendidas como formas de resistência de seus proprietários, nas quais se observam o desejo de permanência na história e o esforço, muitas vezes solitário, de construir significado em torno de uma temática de estudo pioneira. O olhar persistente, silencioso e individual ressoa nas evidências materiais que permanecem simbolicamente em cada artefato, assinatura, anotação ou comentário, elementos que reconstituem práticas de leitura e evidenciam aspectos da história da cultura escrita em diferentes tempos, lugares e contextos.

Por fim, a gestão de coleções pessoais patrimonializadas demanda uma abordagem técnica, científica e profissional de caráter interdisciplinar, articulando saberes da biblioteconomia, da arquivologia, da museologia, da história e da ciência da informação. Mais do que conservar livros ou documentos, trata-se de custodiar memórias, saberes, conhecimentos e sentidos. Dessa forma, essas coleções constituem um campo privilegiado para reflexões sobre o valor do conhecimento acumulado, sobre os modos de transmissão cultural e sobre os desafios contemporâneos da preservação, acesso e difusão do patrimônio intelectual.

### *Referências bibliográficas*

**AZEVEDO, F. C.; LOUREIRO, M. L. N. M.**

2019 Afinal, os objetos falam?: Reflexões sobre objetos, coleções e memória. In ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 20º, Porto Alegre, 2019 - *Anais* [...]. Porto Alegre: ENANCIB, 2019. Disponível em: <https://brapci.inf.br/v/123799>.

**BAUDRILLARD, J.**

1992 *O Sistema dos objetos*. São Paulo: Perspectiva, 1992.

**BELLOTTO, H. L.**

2004 *Arquivos permanentes: tratamento documental*. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

**CALDERONE, A.**

2017 Les Bibliothèques d'amateurs au XIX<sup>e</sup> siècle: œuvres transitoires cherchent mémoire. *Romantisme*. [Em linha]. 177 (2017) 54-63. Disponível em: <https://shs.cairn.info/revue-romantisme-2017-3-page-54?lang=fr>.

**CAVALCANTE, L. E.; SALES, O. M. M.; GUERRA, M. A. M. A.**

2024 Interseções entre memória institucional, representação da informação e gestão do conhecimento. *Em Questão*. [Em linha]. 30 (2024). Disponível em: <https://cip.brapci.inf.br//download/299070>.

**CERTEAU, M. de**

1982 *A Escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

**CHARTIER, R.**

2002 *A história cultural: entre práticas e representações*. Trad. Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

**CHARTIER, R.**

1998 *A Aventura do livro: do leitor ao navegador*. São Paulo: UNESP, 1998.

**DARNTON, Robert**

1990 *O Beijo de Lamourette*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

**ELIAS, N.**

1994 *O Processo civilizador: formação do Estado e civilização*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994, vol. 2.

**ELIAS, N.**

1998 *Sobre o tempo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

**FÈBVRE, L.; MARTIN, H.-J.**

1999 *L'Apparition du livre*. Paris: Albin Michel, 1999.

**HEYMANN, L.**

2014 Coleções pessoais: entre a memória e a história. *Cadernos do Centro de Pesquisa e Formação*. 1 (2014) 89-108.

**LANDI, T.**

2021 Literatura e edição à luz da sociologia dos textos, de D. F. McKenzie. *Manuscrita: Revista de Crítica Genética*. [Em linha]. 43 (26 jul. 2021) 44-53. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2596-2477.i43p44-53>.

**MCKENZIE, D. F.**

2005 *Bibliography and the sociology of texts*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

**NEBBIAI, D.**

2004 *Le Discours des livres: les bibliothèques médiévales, entre imaginaire et réalité*. Turnhout: Brepols, 2004.

Lidia Lima | [lidia@ufc.br](mailto:lidia@ufc.br)

Universidade Federal do Ceará (UFC), Brasil

**Resumo:** O Arquivo, enquanto instituição política, cultural e social, tem o poder de legitimar, restringir ou conceder o acesso à informação. Este artigo científico analisa os conceitos de Arquivo, Poder e Memória a partir de dimensões políticas, sociais e institucionais, com base em Foucault e Althusser. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica de natureza qualitativa. Os materiais foram coletados em bases de dados, dicionários especializados, periódicos, revistas especializadas, Google Scholar e eventos científicos. Com base nesta discussão, entende-se que o Arquivo não desempenha a função de reprimir, pelo contrário, dentre suas inúmeras atividades, é uma instituição que procura manter a preservação da memória e a disseminação do conhecimento para a sociedade. Sendo ainda responsável por franquear o acesso à informação, portanto, ele provê a condição para o desenvolvimento da cidadania, sendo este o requisito básico para os direitos civis, políticos e sociais para formação de uma nação mais justa, livre e democrática.

**Palavras-chave:** Arquivo; Memória; Poder; Política institucional.

**Abstract:** As a political, cultural, and social institution, archives have the power to legitimize, restrict, or grant access to information. This article scientifically analyzes the concepts of archives, power, and memory from political, social, and institutional perspectives, based on Foucault and Althusser. It is a qualitative bibliographic study. The materials were collected from databases, specialized dictionaries, journals, specialized magazines, Google Scholar, and scientific events. Based on this discussion, it is understood that the Archive does not perform the function of repression; on the contrary, among its numerous activities, it is an institution that seeks to preserve memory and disseminate knowledge to society. It is also responsible for providing access to information, thus providing the conditions for the development of citizenship, which is the basic requirement for civil, political, and social rights for the formation of a more just, free, and democratic nation.

**Keywords:** Archive; Memory; Power; Institutional policy.

## Introdução

Este artigo procura apresentar, analisar e debater os conceitos de Arquivo, Poder e Memória em três aspectos – político, social e institucional – e verificar como essas influências acarretam nas principais funções arquivísticas, ou seja, produção documental, tratamento, classificação, organização, disseminação e no acesso à informação produzida em decorrência de atividades administrativas e jurídicas.

Para estabelecer a ordem social e disciplinar, pensadores como Michel Foucault (1979) entende que o Estado utiliza de inúmeras instituições políticas. Nessa continuidade, Chomsky e Foucault (2014) concordam em teoria e ação que é comum, considerar que o poder está localizado nas mãos do governo e que ele é exercido por meio de certo número de instituições específicas, como a Administração Pública, a Polícia, as Forças Armadas, os Hospitais, Instituições Psiquiátricas e outras que são aparelhadas pelo Estado. É do

conhecimento da sociedade de que todos esses aparatos institucionais são feitos para elaborar e transmitir certo número de decisões em nome da nação ou do Estado, para fazer com que elas sejam aplicadas e para punir aqueles que não obedecem.

Nessa discussão, Althusser (1985), prefere denominar essas instituições políticas de aparelhos ideológicos de Estado e, além desses, insere os tribunais, escolas, sistema político, meios de comunicação (rádio, TV e jornais) e as penitenciárias como instituições repressoras e ideológicas, e alerta que a repressão não é somente física, mas também ideológica e cultural. No entendimento do autor, existem dois aparelhos de Estado: o primeiro é o repressivo, e o segundo é o ideológico. O repressivo funciona pela violência e o ideológico pela ideologia. Em que também, o Estado pode se valer de ambos para estabelecer o *status quo* e a manutenção da ordem social (ALTHUSSER, 1985).

Consoante a isso, Costa (1997), lembra que num determinado período, foi possível criar instituições com o objetivo de vigiar, punir, tratar, curar, corrigir, educar, governar e monitorar. Desse modo, as instituições são integradoras e formalizadoras de práticas e comportamentos. Ao longo da história, a docilização dos corpos foi uma prática adotada pelo Estado, não apenas como punição, mas também para a doutrinação e manutenção de seu poder, seja ele ideológico ou cultural.

Dentro dessa dinâmica Dardot e Laval (2016) já no contexto da atualidade (2025), afirmaram que o poder da classe dominante expresso atualmente na práxis neoliberal pode ele mesmo ser compreendido como uma infusão ideológica nos próprios trabalhadores com essa ideologia, que se imbricam na formação subjetiva dos sujeitos, conseguindo influenciar ele mesmo os horizontes, interesses e maneira de se relacionar interpessoalmente da classe trabalhadora, sendo este pensando e tendo como perspectiva os interesses da fração dominante da sociedade, a neoliberal, indo em última instância para além e assumindo o caráter de uma política econômica.

De tal maneira, compreende-se que

O neoliberalismo tem uma história e uma coerência. Combatê-lo exige não se deixar iludir, fazer uma análise lúcida dele. O conhecimento e a crítica do neoliberalismo são indispensáveis. A esquerda radical e alternativa não pode contentar-se com denúncias e slogans, muitas vezes confusos, parciais ou atemporais. Assim, é errado dizer que estamos lidando com o “capitalismo”, sempre igual a ele mesmo, e com suas contradições, que inevitavelmente levariam à ruína final. Eficácia política pressupõe uma análise precisa, documentada, circunstanciada e atualizada da situação. O capitalismo é indissociável da história de suas metamorfoses, de seus descarrilhamentos, das lutas que o transformam, das estratégias que o renovam. O neoliberalismo transformou profundamente o capitalismo, transformando profundamente as sociedades. Nesse sentido, o neoliberalismo não é apenas uma ideologia, um tipo de política econômica. É um sistema normativo que ampliou sua influência ao mundo inteiro, estendendo a lógica do capital a todas as relações sociais e a todas as esferas da vida (DARDOT e LAVAL, 2016:7).

Levando em consideração que inúmeras instituições de natureza política estão conectadas ao Estado, podemos compreender que determinadas instituições culturais ou unidades de informação, entre elas, Arquivos, Bibliotecas, Museus e os Centros de Documentação e

Memória estão ligadas ao Poder de Estado. Nora (1993), entende que essas instituições são denominadas de “lugares de memória”, em que elas tornaram-se personagens do discurso político. O autor lembra que é preciso criar arquivos, unidades informacionais e instituições culturais, datas comemorativas, organizar celebrações, cerimônias fúnebres e notariar e registrar atas documentais com o fim de manter o registro da ação.

Nesse sentido, Dodebei e Gouveia (2011) chamam de lugares de memória, os arquivos, bibliotecas e museus de centros culturais. Por sua vez, Thiesen (2013) defende a nomenclatura ‘instituições de memória’, bem como memória-acontecimento, memória-caos e memória-hábito. Britto, Mokarzel e Corradi (2016) lembram que essas instituições são criadas a partir da necessidade de sanar as lacunas que a memória não é capaz de preencher.

Diante disso, o presente artigo terá como foco o Arquivo em sua dimensão política, social e institucional para elucidar e esclarecer questões relacionadas à produção documental e como esse processo se dá no acesso à informação por parte dos sujeitos informacionais. Contudo, este artigo não tem por objetivo apresentar uma solução, tampouco realizar um esgotamento do tema no escopo da Ciência da Informação, Arquivologia e das Ciências Sociais Aplicadas, visto que seria necessário um tempo maior de investigação para chegarmos a uma conclusão mais consistente sobre o assunto.

Logo, as questões que se colocam podem ser assim resumidas: O Arquivo enquanto instituição cultural ligada ao Estado, pode ser considerada uma instituição de Poder? Em que medida podemos relacionar com base em dimensões políticas, sociais e institucionais Arquivo, Poder e Memória? A partir de suas funções arquivísticas, qual o grau de influência que o Arquivo exerce na produção documental e no acesso à informação?

O objetivo geral é apresentar uma discussão acerca da noção de Arquivo como instituição de poder e as principais influências que são exercidas pelo Estado na produção documental e como esse processo se manifesta no acesso à informação.

No que tange aos objetivos específicos, é necessário:

- Realizar uma síntese acerca dos conceitos de Arquivo, Poder e Memória e Memória Institucional;
- Situar o Arquivo como uma instituição ligada ao poder de Estado;
- Analisar a noção de Poder como fator determinante e que pode influenciar nas atividades administrativas realizadas nos arquivos, análise da produção documental e no acesso à informação;
- Analisar a relação entre Arquivo, Poder e Memória Institucional.

A justificativa para a elaboração e desenvolvimento deste artigo científico tem por necessidade retomar discussões acerca da noção de Arquivo enquanto uma instituição ligada ao Poder Político. E também, retomar discussões sobre a noção de poder político que permeia as atividades jurídico-institucionais com base nas principais funções arquivísticas, sobretudo aquelas relacionadas à produção, descrição, classificação, representação, organização, gestão documental em instituições arquivísticas e que estabelecem os níveis de sigilosidade no acesso à informação. Frente a isso, há necessidade de discussão sobre a

vinculação institucional entre Arquivo e Memória como instituições culturais que disseminam o saber para a sociedade. Além de situar e apresentar os principais agentes culturais que atuam em instituições arquivísticas e de memória no processo de produção documental.

### **Metodologia científica**

Este artigo foi desenvolvido com base na pesquisa bibliográfica, que para Salvador (1977), se trata de um estudo recapitulativo de revisão da literatura existente em arquivos, bibliotecas, museus, entre outras fontes informacionais. Embora os trabalhos recapitulativos devam seguir a mesma metodologia no processo de sua elaboração, visam a objetivos diferentes de acordo com os objetivos dos diversos níveis de ensino e aprendizagem. No que diz respeito à abordagem trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, na medida em que busca analisar os principais aspectos elementares acerca do Arquivo, Poder e Memória do ponto de vista histórico, social e político.

Os materiais que deram sustentação teórica e argumentativa para o desenvolvimento desta discussão foram coletados em bases de dados, dicionários especializados sobre Arquivologia, Ciência da Informação, Sociologia, Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Políticas, Filosofia e Memória. Somado a isso, foram realizadas análises de artigos, livros, dissertações e teses, em que esses trabalhos foram recuperados em repositórios digitais, periódicos, revistas especializadas, como a *Knowledge Organization*, bases de dados como Scielo, Web of Science, Scopus, assim como congressos e eventos científicos a nível nacional e internacional, com destaque para o Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação (ENANCIB), com foco no Grupo de Trabalho nº 10 “Informação e Memória”, a International Society for Knowledge Organization (ISKO) em seus capítulos brasileiros e ibéricos, a Asociación de Educación e Investigación en Ciencia de la Información de Iberoamérica y el Caribe (EDICIC) e os Encuentros Internacionales sobre Sistemas de Información y Documentación (IBERSID).

Os termos pesquisados foram em português, espanhol e em inglês, respectivamente: a) Arquivo, Poder, Sociedade, Memória, Memória Institucional, Política e Institucionalidade, Política-institucional; b) *Archivo, Poder, Sociedad, Memoria, Memoria Institucional, Política e Institucionalidad*; Política-institucional; c) *Archive, Power, Society, Memory, Institutional Memory, Politics and Institutionalality, Institutionalality-politics*. Não houve delimitação de um período específico para a localização dos materiais nas plataformas digitais, bem como não houve um processo de quantificação de materiais recuperados nas referidas fontes informacionais.

O desenvolvimento do artigo, bem como o processo de coleta, leituras, fichamentos, análises, discussões dos materiais, redação do texto e submissão a revista *Páginas a&b: arquivos e bibliotecas*, foram realizados entre os meses de julho a outubro de 2025.

### **O arquivo como instituição ligada ao Estado**

Nesta seção, com base na revisão de literatura e na recuperação e análise de materiais sobre o tema proposto, serão apresentadas as definições de Arquivo enquanto instituição ligada

ao Estado. De modo geral, o Arquivo é visto como uma instituição cultural que tem por função armazenar, preservar, disseminar, restringir ou conceder o acesso à informação e o conhecimento produzido ao longo de um determinado período, independentemente de seu contexto, e que esse conhecimento é registrado e materializado em um suporte para ser difundido socialmente. O Arquivo, a partir de seu aspecto institucional, tem a prerrogativa de restringir ou de conceder o acesso à informação<sup>1</sup>.

Para fins de padronização, neste artigo, o termo Arquivo (letra maiúscula) será entendido como instituição, em contrapartida, o conceito arquivo (letra minúscula), refere-se a um conjunto documental que é de vital importância para a Administração Pública e no acesso à informação por parte da sociedade.

Britto, Mokarzel e Corradi (2016) mencionam que os Arquivos estão presentes na história da humanidade desde que o homem se fixou numa localidade e necessitou de um Estado que centralizasse as decisões a serem tomadas dentro de uma comunidade.

Dessa maneira, cumpre lembrar que o Arquivo em seu caráter institucional se trata de um repositório que contém registros criados ou recebidos por um arquivo central. O gerenciamento dos arquivos inclui estabelecer um conjunto, como a missão, objetivos, estratégias e as metas do programa, assegurar os recursos humanos e financeiros necessários para apoiar essas atividades e avaliar o desempenho do programa.

Cunha e Cavalcanti (2008) definem que o Arquivo por natureza é uma instituição que contribui com o bom andamento da administração pública ou privada, em que os documentos produzidos por ele devem estar conservados, preservados e acondicionados em locais de fácil acesso, é comum nos depararmos com o arquivo público ou arquivo administrativo.

Rodrigues (2004) defende que o arquivo seria o lugar de guarda da *arché*, do princípio supremo, o lugar onde se guarda o poder, a decisão e a vontade do soberano ou a materialização da palavra do poder, isto é, os documentos produzidos por ele no período de seu governo ou reinado.

Para Kurtz,

O arquivo, além de cumprir as funções precípua de recolher, tratar, conservar, difundir e tornar acessível a consulta tem ainda a função de servir ao cidadão comum e aos futuros cidadãos, no sentido de conhecer sua herança cultural e sua identidade, preservar o patrimônio histórico como também acessar o conhecimento de maneira lúdica, por meio de atividades culturais e educativas que se constituem na chamada função cultural ou social (KURTZ, (2004:6).

Rodrigues (2004) salienta que o Arquivo sempre assumiu um significado de lugar de guarda da palavra e dos atos do poder corporificados em forma de documento, ou melhor dizendo, documento arquivístico. Mas, além da instituição arquivística, um conjunto de

---

<sup>1</sup> Em muitos casos, o acesso à informação só é possível por meio de determinados instrumentos jurídicos, como as Leis de Acesso à Informação (LAI). No Brasil, existe a Lei de Acesso à Informação nº 12.527/2011, sancionada pela ex-presidente Dilma Rousseff.

documentos que é resultado de atividades institucionais passaria a ser designado pelo termo arquivo. E, contemporaneamente, o termo arquivo designa todo conjunto documental originário de atividades desempenhadas em prol de uma missão, seja pública ou privada, de uma entidade coletiva, pessoa ou família, sem se restringir ao caráter institucional.

Assmann (2011), ao mencionar Jacques Derrida (2001), entende que não há poder político sem controle do arquivo, mas sem arquivo também não existe espaço público nem crítica. Sem o arquivo não existe *res publica*, ou seja, não existe coisa pública. A autora ainda explana que, os regimes ditatoriais eliminam a memória de armazenamento em favor da memória funcional, enquanto os regimes democráticos tendem a expandir a memória de armazenamento às custas da memória funcional. No qual o arquivo representa um bem comum público, como faz o museu, ele estará sob a proteção oficial de departamentos públicos que tomam deliberações especiais para garantir sua preservação e difusão social.

Kurtz (2004) entende que o Arquivo, além de conservar a documentação produzida pelas instituições democráticas no cumprimento de suas atribuições jurídicas, representa uma fonte de poder do Estado, visto que este disponibiliza a informação de acordo com as políticas públicas arquivísticas estabelecidas.

Simioni (2016:178) entende que o Arquivo se constitui como um sistema de discursividade que estabelece um vínculo de certos discursos com outros certos discursos, excluindo todos os restantes, ou seja, só é levando em consideração aquilo que merece ser registrado e reproduzido. É um sistema de discursividade que seleciona o que vai ser associado à história e o que vai ser dela eliminada. Entretanto, é importante realçar que, embora o discurso oficial ou governamental sobre os arquivos seja atrelado à democracia e a transparência pública, a verdade é que o posicionamento do Estado perante os arquivos sempre foi de controle, reprodução de discursos e legitimação do poder. Portanto, trata-se da articulação do poder na sua dimensão simbólica, onde o Estado através das instituições e por meio de um conjunto de práticas adstritas à legislação arquivística vigente, como a classificação, avaliação e eliminação de documentos, determina o que é passível de ser conhecido e acessado pela sociedade. E como tal, para além de acumular informações para a sua capacidade reflexiva, o Estado define assim os mecanismos de subjetivação do espaço social.

Este entendimento se articula na visão foucaultiana sobre o poder e o saber, afinal, o Arquivo é parte integrante do sistema de formação e transformação dos enunciados que, por sua vez, possibilitam o saber. Portanto, para Foucault (1999:31), “não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder”. Nesse sentido, ainda que se reconheça o papel social do Arquivo, é preciso não perder de vista o caráter de instrumentalização política que por vezes o mesmo é sujeito.

Em síntese, foi possível verificar nesta seção que o Arquivo enquanto instituição política tem a função de disseminar o saber produzido pela humanidade e facilitar o acesso à informação para a sociedade, ainda mais quando se trata de arquivos públicos. Porém, quando se trata de uma instituição cultural ligada ao poder político, é preciso levar em consideração que existirão inúmeras formas e meios que influenciarão no processo de produção documental, classificação, organização e os meios de acesso ao documento, sendo este o meio em que a informação é registrada, materializada e institucionalizada.

A seguir, será apresentada a noção de poder e como a utilização desse elemento por parte do Estado pode influenciar de maneira positiva ou negativa as ações, funções, processos e atividades que permeiam o cotidiano das instituições arquivísticas.

### *Relações dialógicas sobre o conceito de poder*

A presente seção tem por objetivo principal apresentar do ponto de vista teórico o conceito de Poder, a partir do levantamento e da definição dos conceitos. A ideia é realizar uma relação dialógica entre os pensadores que tratam do tema nos mais diversos campos do conhecimento.

É preciso, antes de qualquer coisa, segundo Ferreirinha e Raitz (2010), conhecer a etimologia da palavra poder, que vem do latim vulgar *potere*, substituído ao latim clássico posse, que vem a ser a contração de *potis esse*, “ser capaz”; “autoridade”. Dessa forma, a origem da palavra ‘poder’ torna-se sempre uma expressão ou ação que exprime força, persuasão, controle, coação, intimidação, regulação.

Foucault (1979), um dos maiores estudiosos sobre o tema, ao comentar sobre o poder, diz que cada sociedade tem seu regime de verdade, ou seja, sua política geral de verdade, que se traduz como os tipos de discursos que ela acolhe e faz funcionar como legítimos; os dispositivos e as instâncias que permitem reconhecer os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se legaliza uns e outros; as técnicas, métodos e os procedimentos que são valorizados para a aquisição da verdade; a regulamentação daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro.

Althusser (1985), sobre a questão dos meios de execução do poder da classe dominante via Estado, considera que se dão em grande medida seus aparelhos ideológicos, sendo estes em síntese, escola, igreja, família, meios de comunicação e de reprodução cultural, sendo este o meio por onde correm as via de reproduções ideológicas do Estado. O que compreendemos nos influencia direta ou indiretamente o que e como uma sociedade lida com os arquivos e o que é colocado neles em sua produção em relação ao fato concreto, e como são geridos após sua produção.

Quando se pensa em poder, imagina-se automaticamente quem o detém, ou exerce, o mantém e a quem ele é transferido. Ele é atribuído a um indivíduo ou a um grupo de indivíduos que exercem uma determinada influência sobre outros. Pensa-se também em força física, ideológica, psicológica ou moral, domínio, posse, o que geralmente remete a ideia de poder político. Contudo, para Brígido (2013), o poder não se limita somente ao âmbito político, pelo contrário, sempre esteve presente nas relações humanas, sociais e contratuais. Onde existem indivíduos, aí está uma relação de poder.

Rosa (2017) defende que o poder é comumente compreendido como a capacidade de um determinado indivíduo impor sua vontade a outros. No que tange à história do pensamento social, filosófico, cultural e político muito se fundamentou, e se fundamenta, acerca da noção e dos limites do poder.

Desse modo, o poder para Bourdieu (1989) é, fundamentalmente, um poder de construção da realidade. Tal poder detém os meios de afirmar o sentido imediato do universo, instituindo valores morais e sociais, classificações e conceitos que se apresentam aos

indivíduos como verdadeiros, naturais e desinteressados. Para o autor, a noção de poder é algo que está relacionado aos sistemas simbólicos. Nesse sentido, poder simbólico, segundo Bourdieu (1989:9), é “a construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem gnoseológica: o sentido imediato do mundo (e, em particular, do mundo social) supõe aquilo a que Durkheim chama o conformismo lógico [...]”.

Para Brígido (2013), quando analisamos a partir da visão política, encontramos a definição de poder como a capacidade de impor algo para ser obedecido e sem alternativa para a desobediência. Ou seja, é um poder que foi reconhecido como legítimo e instituído para executar a ordem estabelecida por uma determinada classe.

Michel Foucault entende que o poder pode ser localizado e observado numa instituição determinada ou no Estado. O poder é considerado como algo que o indivíduo cede a um governante, como vemos na compreensão política clássica dos contratualistas. Para o pensador francês, o poder acontece como uma relação de forças, ou seja, o poder adquire uma forma de sombra ou de invisibilidade que não pode ser visualizado (BRÍGIDO, 2013). Rosa (2017), ao citar Foucault, entende que o poder não existe enquanto coisa materializada, ele é um funcionamento, um mecanismo; a partir dos “regimes de verdade” estabelecidos, o “poder mais se exerce do que se possui”. Santos (2016) indica que o poder em Foucault é pensado como relação, lembrando que o filósofo francês raramente utilizava a palavra poder em suas produções científicas, mas sim a expressão “relações de poder”, e quando usa a primeira é sempre no sentido da segunda.

A concepção de poder como relação pressupõe que toda relação social é permeada por relações de poder. Ou seja, toda relação social implica, de forma intrínseca, relações de poder. Tanto é que, considera-se que relações humanas como as relações familiares, afetivas, profissionais, religiosas, pedagógicas dentre outras, são igualmente relações de poder.

Com base nas definições acerca do Poder apresentadas pelos autores ao longo desta seção, observa-se que o Arquivo não é uma instituição considerada do ponto de vista repressivo, pelo contrário, é uma instituição cultural que visa registrar o conhecimento, preservar produtos intelectuais e disseminar o saber, assim como as Bibliotecas, Centros de Informação e Documentação, Museus e os Memoriais. Embora esteja ligado às ações do Estado, ele não age como uma instituição repressiva no sentido delineado por Althusser e Foucault, que destacam e analisam os aparelhos repressivos e ideológicos de Estado como instrumentos de manipulação social e docilização dos corpos. Embora o Arquivo seja reconhecido como uma instituição cultural, entende-se que o mesmo alinha-se a determinadas diretrizes estabelecidas pelos governantes, mas que muitas vezes não está delineada pelo poder político.

Na próxima seção, será apresentado o conceito de Memória e Memória Institucional, visto que se trata de um tópico comumente relacionado aos Arquivos, embora possuam algumas semelhanças, apresentam algumas diferenças também. O objetivo é verificar se esse conceito está relacionado aos objetivos institucionais, informacionais e políticos dos arquivos.

### *Aspectos conceituais sobre memória e memória institucional*

Antes de definirmos o que é Memória Institucional, é preciso apresentarmos o que é Memória, que para Araújo e Gomes (2011:39), se constitui em um dos elementos de investigação do profissional da informação, sobretudo o arquivista, visto que a necessidade de preservação da memória e da disseminação da experiência coletiva, na sociedade, visa à preservação do patrimônio documental para permitir que gerações futuras tenham conhecimento do passado, e a partir disso, possam reconstruir a sua história com base nos fatos ocorridos.

No entendimento de Araújo e Gomes (2011), a memória se processa com o acúmulo das recordações, as rememorações das informações obtidas por intermédio de experiências. O que corresponde a ideia de recordação, lembrança, resgate, recuperação, relembração.

Nas palavras de Costa (1997:145), “é através da memória que as instituições se reproduzem no seio da sociedade, retendo apenas as informações que interessam ao seu funcionamento”. Mendonça (2015:55), diz que “as imagens são os materiais da memória, traz à memória enraizada, na sua concretude elas sugerem a recordação, a lembrança, o simbolismo, a constituição de uma narrativa ou de narrativas”. Assim, entende-se que a memória, quando associada às imagens, traz à tona a necessidade de análise sobre a representação da informação e de seu conteúdo.

Segundo Mendonça (2015), a memória é o que foi vivido, é a forma de entender, compreender e representar o passado, sendo a perpetuação de um tempo, capaz de transmitir ritos, revelar mais sobre uma sociedade, um povo, uma cultura, relacionando-se com lugares, costumes, práticas e construindo uma história em virtude dos seus vestígios.

A memória é, para Mendonça e Pinho (2016), informação que circula, que está presente, que é rejeitada e/ou armazenada; em termos mais complexos ela está envolvida em questões cognitivas, fisiológicas, sociológicas, pessoais, políticas, culturais e institucionais.

Para Marcondes e Japiassu (1996, não paginado), a memória é a

*Capacidade de reter um dado da experiência ou um conhecimento adquirido e de trazê-lo à mente; considerada essencial para a constituição das experiências e do conhecimento científico. A memória pode ser entendida como a capacidade de relacionar um evento atual com um evento passado do mesmo tipo, portanto como uma capacidade de evocar o passado através do presente. Segundo Aristóteles, "E da memória que os homens derivam a experiência, pois as recordações repetidas da mesma coisa produzem o efeito de uma única experiência" (Metafísica, I, I).*

Nas palavras de Cunha e Cavalcanti (2008:243), memória é o “dispositivo que permite o registro, a conservação e a restituição de dados, p. ex.: fichas, arquivos e recuperação automática da informação”. Com base nos autores, compreende-se que a memória, em seu sentido mais estrito, pode ser relacionada aos arquivos, melhor dizendo, aos registros documentais que são preservados pelos arquivos.

Dodebei (2005) define a memória como o fato de ligação psíquica coletiva em uma sucessão que visa neutralizar os efeitos da irrupção de um impacto; só quando a memória se torna instrumento de uma gestão cultural é que pode produzir a aparência de norma.

Para Nora (2003:9), a memória é a vida, sempre carregada por grupos existentes e, nesse sentido, ela está em constante modificação, propensa à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas transformações sucessivas, exposta a todos os usos e manipulações, suscetível de longas latências e de repentinas renovações e transformações sociais.

Sobre a Memória Institucional, termo comumente denominado de Memória Organizacional e Memória Empresarial, Parrela e Nascimento (2019) destacam que ela começou a ser tratada de forma aprofundada no início da década de 1970, como reflexo dos estudos advindos das áreas de Sociologia, Antropologia, Psicologia e História voltados à questão da memória. Nesse momento, principalmente nas instituições, percebeu-se que para sua evolução era importante registrar e preservar sua memória, ou seja, criar fundamento e base para seus produtos e serviços. Neste ponto, Ribeiro, Lima e Silva (2018) lembram que as instituições começam a ter ainda que de forma superficial, a compreensão da importância da preservação da memória da instituição e a sua importância para as gerações futuras, ou seja, a ideia de continuidade.

A memória institucional, para Silva, Papali e Zanetti (2019:273), “constitui um patrimônio imaterial preservado, muitas vezes, graças às iniciativas de pessoas leigas interessadas em assumir o papel de guardiãs dos legados institucionais”.

Segundo Araújo e Gomes (2011), o profissional da informação, principalmente o arquivista pode e deve contribuir para o resgate e preservação da memória institucional coletiva, visando ao processo de construção social, e ainda se desejar manter-se na profissão no próximo século necessitará ampliar seus conhecimentos no uso das tecnologias de informação e comunicação, reconhecendo-a como mais um instrumento de trabalho, ainda mais em um contexto em que os documentos são criados ou estão sendo armazenados em dispositivos e acessados em plataformas digitais.

Para Parrela e Nascimento (2019), levando em consideração a experiência dos indivíduos que colaboram com a instituição, infere-se que memória institucional, diferentemente da memória organizacional, não quer simplesmente se restringir a organizar processos, procedimentos ou atividades burocráticas e administrativas, mas sim apreender seu significado e sua personalidade, evidenciando sua posição e seu papel na sociedade, especialmente quando se trata de instituições arquivísticas.

Segundo Rueda, Freitas e Valls (2011), na mesma época, no Brasil, a Memória Institucional vinha sendo tratada de forma mais acentuada em Centros de Informação e Memória, mais comumente nos órgãos públicos, em algumas instituições privadas e com maior preponderância em instituições universitárias-acadêmicas. Motivos como o fim da Ditadura Civil-Militar (1964-1985), o processo de redemocratização, a promulgação da Constituição Federal de 1988, as lutas pelos direitos humanos, o fortalecimento das esferas públicas da sociedade civil e o início do acesso às revoluções tecnológicas abriram a possibilidade de resgatar a memória e informações, para se conhecer a história do país e disponibilizar essas informações de forma organizada e transparente à sociedade. Anos mais tarde, foram criadas comissões, como a Comissão Nacional da Verdade em 2014, voltadas a reparações históricas em virtude de violências cometidas pelo Estado brasileiro.

No entendimento de Rueda, Freitas e Valls,

O que normalmente ocorria nas instituições era a criação de locais específicos para a preservação desta memória, mas por motivos financeiros, de gestão ou falta de planejamento esses setores acabavam sendo desativados e em consequência a Memória Institucional era depositada em galpões ou locais de difícil acesso, inacessível ao público interno e externo, porém com a conscientização da importância estratégica da preservação da Memória Institucional as instituições perceberam que era preciso promover as mudanças organizacionais necessárias sem perder a sua identidade, e isto se reflete até hoje nos Centros de Memória (RUEDA, FREITAS e VALLS, 201q:86).

Com base nos autores supracitados, essa realidade é muito parecida e apresenta uma relação com a dos arquivos, visto que é comum em algumas instituições públicas ou privadas, principalmente aquelas que não têm um profissional arquivista em seu quadro de trabalho, organizarem e classificarem os documentos de forma desordenada, sem consulta a manuais e materiais especializados, e o mais preocupante, que é a eliminação da documentação de valor probatório, sem a avaliação de uma equipe de profissionais competentes, além do próprio arquivista que é o responsável pela produção, tramitação e gestão documental da instituição. Em alguns casos, instituições de natureza pública e privada não contam com a consultoria de um arquivista, em contrapartida, recorrem à análise de manuais técnicos para o desenvolvimento de funções arquivísticas.

A Memória Institucional, para Lima, Oliveira e Moura (2017), também se caracteriza como uma construção que traz em si as contribuições dos indivíduos que dela fazem parte, de tal maneira que seus colaboradores cooperam para constituir a história que a instituição pretende preservar para o futuro. Todavia, para preservar a Memória Institucional não basta resgatar o passado, mas compreender e apreender a relevância social deste passado para as futuras gerações.

Em síntese, a memória institucional é comumente associada ao arquivo, sendo fato que existem algumas similaridades, principalmente no que concerne ao armazenamento de documentos, resgate e preservação da identidade e da memória. Porém, é preciso ressaltar que a memória institucional é criada pelos próprios colaboradores de uma determinada instituição; já no caso do arquivo, o documento é criado a partir de uma necessidade institucional, ou seja, com base em uma atividade administrativa ou jurídica, assim, o resultado dessa ação é a informação orgânica materializada em um documento de arquivo que passará por um processo de gestão documental, bem como de ciclo vital ou a teoria das três idades, que compreende as fases corrente, intermediária e permanente. É importante que os produtores e os sujeitos informacionais reconheçam a importância dos arquivos, nos documentos de trabalho e na instituição.

### *Análise dos resultados preliminares*

Com base nas definições teóricas e nos argumentos dos autores apresentados sobre Arquivo, Poder e Memória Institucional, é preciso trazermos uma nova interpretação de como esses conceitos se relacionam. Nesse sentido, foi possível verificar que o Arquivo é uma instituição cultural que está ligada ao poder político, mas que não procura agir de

forma repressora, como as forças armadas, polícia, manicômios, bem como outras instituições ligadas a Administração Pública, conforme defendido por Chomsky e Foucault (2014), Foucault (1979) e Althusser (1985). Todavia, mesmo não atuando como uma força repressora e punitiva, o Arquivo pode ser analisado sob a perspectiva ideológica, em outras palavras, no que tange a sua relação direta com o Estado, recebe influências no processo de produção documental e no estabelecimento de critérios para o acesso à informação. O acesso à informação é franqueado mediante diretrizes impostas pelo poder político, nas quais podem ser denominadas de níveis de sigilosidade<sup>2</sup>, na medida em que um conjunto de pessoas autorizadas poderão ter o acesso a esses acervos.

Verificou-se que a concepção de poder está relacionada ao conjunto de ações políticas que está restrito a um grupo social, mas que de certa maneira não pode ser visualizado, mas sim exercido sobre outros indivíduos a fim de se conseguir o que se deseja, e que contribui na manutenção de uma determinada classe social e política no poder, como a burguesia e as elites militares, religiosas e econômicas. Dessa forma, entende-se que o poder é algo exercido, mas também intangível e invisível.

No caso da Memória Institucional, é possível identificar algumas similaridades com o Arquivo, porém, ela não produz documentos com base em uma necessidade administrativa ou jurídica, como é o caso dos arquivos. Por outro lado, a memória institucional tem a preocupação de fazer uso dos principais fatos históricos que contribuirão para com que a informação e a memória da instituição sejam preservadas para os próximos anos.

Assmann, ao retomar a concepção de arquivo, com base em Michel Foucault, diz que

para ele, não é um depósito de dados descolado da vida em sociedade; é, na verdade, um instrumento de repressão, limitador do escopo dos pensamentos e das articulações sociais e políticas em prol de uma sociedade mais justa e igualitária. O arquivo é reinterpretado como a “lei do que pode ser dito”, passando de uma memória inerte da cultura para uma programação das afirmações culturais. Ao mesmo tempo, essa definição não é muito específica, pois o próprio “discurso” pode ser definido como a “lei do que pode ser dito”. Com seu conceito de discurso transmidiático e desmaterializado, Foucault pode desafiar a materialidade do arquivo (ASSMANN, 2022:371).

Nessa linha de pensamento, Nora (1993) diz que nos tempos clássicos, os três grandes produtores de arquivos reduziam-se às grandes famílias, à Igreja e ao Estado. Nessa perspectiva, os arquivos sempre foram criados com base em algum tipo de instituição social, patriarcal, política, religiosa, militar ou administrativa. Há também os arquivos pessoais que concentram uma determinada influência de poder.

Ao longo do tempo, o Arquivo enquanto instituição esteve ligado às ações da Administração, seja ela pública ou privada. Desse modo, se faz necessário analisar quais influências impactam nas atividades arquivísticas, sobretudo no que tange a produção, organização e acesso à informação. Por mais que o Arquivo seja vinculado ao Estado, ele possui um grau de autonomia, ou seja, tem a capacidade de criar políticas públicas e específicas sobre os processos arquivísticos, como descrição, classificação, organização,

---

<sup>2</sup> Ostensivo, reservado, secreto e ultrassecreto.

estabelecimento de mecanismos de linguagens de acesso, entre outras ações de ordem técnica que não estão vinculadas de maneira direta ao poder político, embora seja emanado por uma autoridade que representa o poder do Estado, ou seja, um agente público, supervisor, coordenador, diretor, gestor.

Nessa discussão, essencialmente no âmbito público, o arquivista na condição de agente de estado, ou seja, o representante do poder estatal, possui e exerce a prerrogativa de quem deve acessar ou não a informação contida nos arquivos. Essa afirmação vai ao encontro das premissas apresentadas por Foucault na questão de atribuir ao arquivo a nomenclatura de um instrumento de repressão, no sentido de limitador do escopo dos pensamentos e das articulações sociais, restringir o acesso à informação por parte da população, tornando assim inviáveis políticas públicas em prol de uma sociedade mais justa e igualitária.

A partir das análises de Foucault (1979), Chomsky e Foucault (2014), Althusser (1985) e Bourdieu (1989), pensadores que de maneira bastante particular se dispuseram a estudar o tema acerca dos aparelhos repressivos e ideológicos utilizados pelo Estado para manter a ordem social, pelo menos em aparência, o Arquivo não se encaixa nesse aspecto disciplinar, por mais que ele esteja vinculado aos interesses e atividades do Estado; é uma instituição que visa difundir o conhecimento para a sociedade, e que em alguns aspectos, esse conhecimento é produzido sem a influência direta do poder político. Por outro lado, Foucault entende que mesmo não se tratando de uma instituição repressora, em determinados aspectos, o Arquivo pode adotar de forma simbólica comportamentos repressivos.

O Arquivo se encaixa em uma categoria de instituição que de certa forma exerce uma espécie de poder, melhor dizendo, influência cultural na sociedade, ou seja, procura dispor, preservar e organizar o conhecimento produzido pela Humanidade, e obviamente que esse conhecimento está condicionado às relações de poder de uma determinada época e visa representar e traduzir as ações que foram estabelecidas naquele contexto histórico em forma de documento. Este conhecimento, uma vez registrado e materializado em um suporte informacional, procura representar discursos e realidades que muitas vezes podem estar mascarados de verdade, mas que efetivamente não são.

No contexto brasileiro, temas como Ciência, Informação, Política, Sociedade, Cultura e Conhecimento são debatidos de forma sistemática e contribuem no desenvolvimento da sociedade, principalmente em um momento que emergem questões voltadas para o negacionismo, o anticientificismo, movimentos antivacina, desinformação, *fake news*, bem como outros assuntos que demonstram o atraso de uma sociedade em desenvolvimento. Nesse sentido, vale recordar que no governo anterior (2018-2022), liderado por Jair Messias Bolsonaro (Partido Liberal), as instituições culturais como Arquivos, Bibliotecas e Museus sofreram com essas consequências, visto que estávamos sob a égide de um governo de extrema-direita, que representou todo um atraso e que trabalhou intensamente para erradicar todos os direitos conquistados por gerações do passado, principalmente aqueles relacionados à saúde, educação, justiça social e cultura.

Ainda no caso do Brasil, as políticas públicas arquivísticas são estabelecidas pelo Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) e pelo Sistema Nacional de Arquivos (SINAR). Enquanto o primeiro tem por objetivo definir a política nacional dos arquivos públicos e privados, o segundo, visa implementar a política nacional de arquivos, e ambos são subordinados ao Arquivo Nacional (AN). Indubitavelmente, reforça a vinculação institucional do Arquivo ao

poder político do Estado. Legislações específicas como a lei nº 8.159/1991 (Lei Nacional de Arquivos) e a lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), norteiam as principais diretrizes sobre atividades, produção, classificação e acesso à informação em instituições arquivísticas (COSTA, 2017).

Para elucidar as questões que foram propostas para este artigo científico, sobre as dimensões políticas, sociais e institucionais do Arquivo, cumpre destacar que, no primeiro caso, de forma indireta, o aspecto político é fator presente nas atividades e no estabelecimento de legislações e políticas públicas arquivísticas, como no caso do AN e do CONARQ. No segundo caso, o Arquivo representa uma função social que merece atenção especial por parte da sociedade e do Estado, visto que essa instituição, assim como as Bibliotecas, Museus, Centros de Informação, Documentação e Memória, atua como difusora e ajuda no fomento de atividades culturais, resgate à memória e a contextualização de fatos ocorridos no passado, além de dar voz a comunidades periféricas e que são marginalizadas pela sociedade. No terceiro aspecto, o Arquivo recebe um caráter institucional, sobretudo quando se trata de arquivos públicos de valor permanente, dotado de poder e que estabelece as principais formas e meios de sigilo, classificação, organização, estudos de usuários, disseminação e o grau de acesso à informação produzida pela Gestão Pública, seja em âmbito municipal, distrital, estadual ou federal.

No que diz respeito à relação Arquivo, Poder e Memória em seus aspectos políticos, sociais e institucionais, há uma correlação no que concerne na produção de informação, na qual o Arquivo possui autonomia para gerenciar recursos e desenvolver políticas que visam a produção, organização e preservação da memória. No caso da Memória Institucional, é aparente a manutenção da memória coletiva, conforme aludido por Maurice Halbwachs (2003), como fator preponderante de fatos históricos e que tiveram relações naquela determinada instituição.

A memória institucional tem como tarefa prover informação estratégica para o planejamento organizacional e tomada de decisão. Nesse sentido, Matos (2004:60), entende que a memória institucional possui um peso decisório, responsabilidade das mais importantes, uma vez que profundamente qualitativo, pois expande o horizonte das autoridades decisórias, não com quantidade de dados, mas oferecendo uma densa descrição dos problemas imediatos de uma instituição, seja revelando implicações de caráter histórico, seja apontando probabilidades e soluções coerentes os projetos históricos da organização. Segundo Araújo e Gomes (2011), essa atividade pode ser realizada por um arquivista ou outros agentes públicos, visto que não existe até então a figura específica de um profissional de uma instituição de memória, pois a memória institucional pode ser elaborada por todos os colaboradores que a compõem.

Contudo, de acordo com Simioni (2016:179), o Arquivo não é Memória no sentido de um registro que torna presente um fato ausente, um fato já perdido no passado distante. Tampouco é uma instituição de conservação daquilo que merece ser conservado para as gerações futuras. Para Foucault (1979), Arquivo é aquilo que define o que merece ser memorizado, e o que merece ser esquecido. É aquilo que determina o que deve ser conservado, e o que deve ser excluído. É o sistema de discursividade que separa o que merece ser arquivado como história e o que deve ser esquecido. O arquivo influencia o que deve ser considerado tradição e o que deve cair no esquecimento, melhor dizendo, aquilo que não deve ser lembrado para a posteridade.

Em síntese, Arquivo e Memória são instituições que estão vinculadas ao poder político, no entanto, essa relação de poder é um pouco menos eficiente na elaboração da memória institucional, visto que ela não recebe influências diretas do poder público, ou seja, pode ser estabelecida pelos próprios agentes políticos que entendem a necessidade de se manter e preservar a memória institucional de uma determinada organização, destacando o papel social que ele representa na sociedade.

### *Considerações parciais*

Longe de apresentar um resultado absoluto sobre o tema proposto para esta discussão, com base na revisão de literatura e em autores consagrados da História, Sociologia, Ciências Políticas, Antropologia e Ciência da Informação, foi possível retomar os conceitos de Arquivo, Poder e Memória, em que esses foram analisados e discutidos do ponto de vista político, social e institucional.

Ainda que se reconheça alguns casos de instrumentalização política sobre os arquivos, muitas vezes motivados por interesses de dominação simbólica da sociedade, contudo, foi constatado que o Arquivo não desempenha a função de reprimir, pelo contrário, é uma instituição que procura manter a preservação da memória e a disseminação do conhecimento. É responsável por fornecer o acesso à informação, portanto, ele provê a condição para o desenvolvimento da cidadania, sendo este o requisito básico para os direitos civis, políticos e sociais para formação de uma nação mais justa, equânime, livre e democrática (ARAÚJO e GOMES, 2011).

Segundo Ribeiro, Lima e Silva (2018), para os estudos de memória, este processo de entrelaçamento da memória institucional com a memória social pode gerar boas relações, uma vez que a partir do exame dos materiais preservados pelas instituições e que formam sua memória, pode-se entender também a memória coletiva/social, uma vez que tais documentos que trazem representações de ações, produtos e serviços adotados pelas organizações, refletem as preferências sociais de uma determinada época na sociedade.

Arquivo e Memória Institucional são exemplos de instituições que de maneira determinante contribuem para o desenvolvimento cultural da sociedade, embora não sejam muito bem valorizados pelo Estado, principalmente no Brasil. O Arquivo na situação de "guardião da memória" não possui apenas a função de preservar a informação documental para conceder o acesso à sociedade. Ele vai além disso, ou seja, tem o papel de contribuir na construção, defesa e refutação de memórias e identidades culturais (BRITTO, MOKARZEL e CORRADI, 2016).

Na continuidade deste artigo, propõe-se analisar a classificação da informação arquivística e, a partir disso, apresentar os principais fatores que influenciam esse processo arquivístico e verificar se a informação arquivística é classificada com base em relações de poder ou simplesmente por sua natureza orgânica, e, além disso, quem é o agente responsável por essa classificação. Sabe-se que o arquivista é o principal agente responsável pela classificação da informação arquivística, porém, revela-se que muitas vezes, o processo de classificação não é realizado com base em critérios puramente técnicos, mas sim por fatores políticos e ideológicos.

### *Referências bibliográficas*

**ALTHUSSER, L.**

1985 *Aparelhos ideológicos de Estado*. Rio de Janeiro: Graal 2, 1985.

**ARAÚJO, N. C. D.; GOMES, S. M.**

2011 A Memória institucional e a produção científica do arquivista no cenário nacional. *Ágora: Arquivologia em debate*. 21:43 (2011) 39-57.

**ASSMANN, A.**

2011 *Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural*. Trad. P. Soethe. Campinas: Editora da UNICAMP, 2011.

**BOURDIEU, P.**

1989 *O Poder simbólico*. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

**BRÍGIDO, E.**

2013 Michel Foucault: uma análise do poder. *Revista de Direito Econômico e Socioambiental*. 4:1 (2013) 56-75.

**BRITTO, A. C. L.; MOKARZEL, M. de O.; CORRADI, A.**

2017 O Arquivo enquanto lugar de memória e sua relação com a identidade. *Ágora: Arquivologia em debate*. 27:54 (2017) 158-182.

**CHOMSKY, N.: FOUCAULT, M.**

2014 *Natureza humana: justiça vs poder: o debate entre Chomsky e Foucault*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2014.

**COSTA, I. T. M.**

1997 Memória Institucional: um conceito híbrido. In *Memória Institucional: a construção conceitual numa abordagem teórico-metodológica*. Rio de Janeiro, 1997. Tese de Doutorado em Ciência da Informação - Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT).

**COSTA, D. D. da**

2017 O CONARQ e a gestão de documentos públicos no Brasil. Niterói, 2017. Monografia da Graduação em Arquivologia - Universidade Federal Fluminense.

**CUNHA, M. B. D.; CAVALCANTI, C. R. D. O.**

2008 *Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia*. Brasília: Briquet de Lemos, 2008

**DERRIDA, J.**

2001 *Mal de Arquivo: uma impressão freudiana*. Trad. Cláudia de Moraes Rego. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

**DODEBEI, V.**

2005 *Memória, circunstância e movimento*. In GONDAR, J.; DODEBEI, V. - *O Que é memória social?* Rio de Janeiro: UNIRIO, 2005, p. 43-54.

**DODEBEI, V.; GOUVEIA, I. C.**

2011 Cultura digital: novo sentido e significado de documento para a memória social. *Datagramazero: Revista de Ciência da Informação*. 12:2 (2011).

**DURKHEIM, É.**

2012 *As Regras do método sociológico*. Lisboa: Presença, 2012.

**FERREIRINHA, I. M. N.; RAITZ, T. R.**

2010 As Relações de poder em Michel Foucault: reflexões teóricas. *Revista de Administração Pública*. 44 (2010) 367-383.

**FOUCAULT, M.**

1999 Vigiar e punir: Nascimento da prisão. [S. l.]: Editora Vozes, 1999.

**FOUCAULT, M.**

1979 Verdade e poder. *Microfísica do poder*. 23 (1979) 1-14.

**GIL, A. C.**

2002 *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 2002, vol. 4, p. 175.

**HALBWACHS, M.**

2003 *A Memória coletiva*. Trad. Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2003.

**KURTZ, C. M.**

2004 As Instituições arquivísticas e as práticas de difusão. In CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA, 1º, BRASÍLIA, 2004 – *Os Arquivos no século XXI: políticas e práticas de acesso à informação*. Brasília, 2004, vol. 1.

**LIMA, I. F.; OLIVEIRA, A. L. T. de; MOURA, R. K. G.**

2017 Memória institucional na Ciência da Informação: análise das produções científicas apresentadas no GT de Informação e Memória do Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação. In ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 18º, Marília, 2017 - *Anais*. Marília: ENANCIB, 2017.

**LAVAL, C; DARDOT, P.**

2016 *A Nova Razão do Mundo: Ensaio sobre a sociedade neoliberal*. Trad. Mariana Echalar. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

**MARCONDES, D.; JAPIASSU, H.**

1996 *Dicionário básico de Filosofia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

**MATOS, M. T. N. D. B.**

2004 *Memória institucional e gestão universitária no Brasil: o caso da Universidade Federal da Bahia*. Salvador da Bahia, 2004.  
Tese de Doutorado em Educação - Universidade Federal da Bahia.

**MENDONÇA, R. S. de**

2015 Memória institucional: uma construção coletiva. In *A Organização documental das fotografias do CAV-UFPE e sua contribuição para a memória institucional*. Recife, 2015.  
Dissertação de Mestrado em Ciência da Informação - Universidade Federal de Pernambuco.

**MENDONÇA, R. S. de; PINHO, F. A.**

2016 Memória institucional por meio da organização documental de fotografias. *InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação*. 7:1 (2016) 90-110.

**NORA, P.**

1993 Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*. 10 (1993).

**PARRELA, I.; NASCIMENTO, A.**

2019 Memória institucional e Arquivologia: uma discussão teórico-metodológica. *Perspectivas em Ciência da Informação*. 24 (2019) 176-188.

**RIBEIRO, J. de C.; LIMA, I. F.; SILVA, L. K. R.**

2018 Memória institucional e preservação da informação: a preservação digital da Revista do Fisco. *Biblios*. 73 (2018) 1-19.

**RODRIGUES, A. M. L.**

2004 Uma Análise da teoria dos Arquivos. Belo Horizonte, 2004.  
Dissertação de Mestrado em Ciência da Informação - Universidade Federal de Minas Gerais.

**ROSA, T. B.**

2017 O Poder em Bourdieu e Foucault: considerações sobre o poder simbólico e o poder disciplinar. *Revista Sem Aspas*. (2017) 3-12.

**RUEDA, V. M. D. S.; FREITAS, A. D.; VALLS, V. M.**

2011 Memória institucional: uma revisão de literatura. *Crb-8 Digital*. 4:1 (2011).

**SALVADOR, Â. D.**

1977 *Métodos y técnicas de pesquisa bibliográfica: elaboração de trabalhos científicos*.  
Porto Alegre: Livraria Sulina Editora, 1977.

**SANTOS, P.**

2016 A Concepção de poder em Michel Foucault. *Especiaria: Cadernos de Ciências Humanas*. 16:28 (2016) 261-280.

**SILVA, M. H. A.; PAPALI, M. A. C.; ZANETTI, V. R.**

2019 Memória institucional e história pública: o acervo do centro de história e memória da Universidade do Vale do Paraíba em São José dos Campos (Cehvap). *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*. 11:21 (2019) 270-289.

**SIMIONI, R. L.**

2016 Arquivo, história e memória: Possibilidades de diálogo entre Luhmann e Foucault. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*. 97 (2016) 173-190.

**THIESEN, I.**

2013 *Memória institucional*. João Pessoa: Ed. da UFPB, 2013.

Wilson Roberto Veronez Júnior | [wilson.veronez@unesp.br](mailto:wilson.veronez@unesp.br)

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Brasil

Pascoal Alberto Lichucha | [pascoal.lichucha@unesp.br](mailto:pascoal.lichucha@unesp.br)

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Brasil

Elias Guilherme Soares Teixeira | [soares.teixeira@unesp.br](mailto:soares.teixeira@unesp.br)

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Brasil

# BIBLIOTECONOMIA CONTRA O EPISTEMICÍDIO: um olhar para movimentos emancipatórios do povo Palestino

LIBRARY SCIENCE AGAINST EPISTEMICIDE: a look at the emancipatory movements of the Palestine people

Carlos Eduardo da Cunha de Souza | Ana Julia Artali Maramarque | Paula Regina Dal'Evedove | Cintia Almeida da Silva Santos

<https://doi.org/10.21747/21836671/pag24a10>

**Resumo:** Em tempos de guerra, as instituições culturais assumem novas funções sociais. Nessa perspectiva, o presente artigo reflete sobre o papel das bibliotecas e das pessoas bibliotecárias no enfrentamento do epistemicídio, por meio de pesquisa bibliográfica e da análise de fatos históricos recentes. Busca-se compreender como a Biblioteconomia e a Ciência da Informação discutem o papel das bibliotecas e das pessoas bibliotecárias na preservação da memória coletiva e no combate do apagamento histórico, aqui entendido como um dos instrumentos do genocídio, com foco para a preservação das memórias do povo palestino, especialmente após a ofensiva lançada por Israel a partir de outubro de 2023. De modo complementar, apresentam-se algumas ações práticas que visam mobilizar a sociedade civil e a comunidade profissional em defesa da Palestina e contra a violência do conflito em curso na região.

**Palavras-chave:** Biblioteconomia Crítica e Progressista; Epistemicídio; Palestina; Preservação da Memória.

**Abstract:** In times of war, cultural institutions take on new social functions. From this perspective, this article reflects on the role of libraries and librarians in confronting epistemicide, through bibliographic research and the analysis of recent historical events. The article seeks to understand how Library Science and Information Science discuss the role of libraries and librarians in preserving collective memory and combating historical erasure, understood here as one of the instruments of genocide, with a focus on preserving the memories of the Palestinian people, especially after the offensive launched by Israel in October 2023. Additionally, we present some practical actions aimed at mobilizing civil society and the professional community in defence of Palestine and against the violence of the ongoing conflict in the region.

**Keywords:** Critical and progressive librarianship; Epistemicide; Palestine; Memory preservation.

“Toda a vez que a cortina cai sobre uma vida esquecida é porque todos nós ficamos parados em silêncio e indiferentes”.

Roger Waters - *Is this the life we really want?*

## Introdução

Existem possibilidades de atuação do profissional da informação como agente na importante missão de preservação da bagagem cultural de um povo? Em tempos de conflito, as instituições culturais GLAM (Galerias, Bibliotecas, Arquivos e Museus) podem ser visadas como alvos de ataques partidários mal-intencionados (PROCHASKA, 2023),

que acabam por se tornar ataques à cultura e à população local. Sendo as bibliotecas constituídas como “lugares de memória” (SILVEIRA, 2010), evidencia-se que as pessoas bibliotecárias têm responsabilidade direta na salvaguarda e disseminação dessa memória.

Preservar a memória de povos marginalizados e minorizados é fundamental para evitar que situações semelhantes se repitam e para que o sofrimento dos envolvidos não seja desconsiderado. Nessa perspectiva, o pensamento de Adchie (2019) se mostra oportuno: a intelectual destaca que as histórias importam, pois estão diretamente vinculadas ao poder. Quem detém o poder de impor a narrativa? A quem interessa silenciar ou apagar outras histórias?

Ao tentar compreender o apagamento da memória pelo olhar da Biblioteconomia, considerando as definições de epistemicídio, aqui entendido como a aniquilação de saberes, conforme apresentado pelo sociólogo português Boaventura de Sousa Santos (2018), é possível vincular o papel das bibliotecas, enquanto lugares de memória, ao processo de perda cultural ocorrido em meio a guerras e genocídios, bem como analisar historicamente a atuação de pessoas bibliotecárias nesse contexto.

Atualmente, estima-se que existam no mundo onze grandes guerras e mais de cem zonas de conflito armado, com a Ucrânia e a região de Gaza sendo considerados os principais focos de conflito (CARVALHO e BARTLO, 2025). Para Giroux (2024), o conflito que se desenrola na Faixa de Gaza se trata de uma batalha contra a própria história e a memória, ao passo que “a guerra promovida por Israel e travada na Faixa de Gaza ataca mais do que apenas corpos, “mas também ataca a preservação da história, do conhecimento e do pensamento crítico”. Na perspectiva do teórico, trata-se de uma guerra que destrói instituições educacionais e tem como objetivo apagar as narrativas dos crimes que foram conduzidos naquela região e os movimentos de resistência do povo palestino, o ideal daqueles que conduzem a guerra é minar as “memórias, legados de resistência e as instituições que salvaguardam a identidade coletiva de um povo para as gerações futuras” (GIROUX, 2024). Como ações práticas, tem-se os ataques à memória e à cultura dessa região com a recente destruição de bibliotecas, museus, escolas, centros culturais e universidades.

Considerando que, em tempos de guerra, as instituições culturais assumem papéis sociais essenciais, este artigo analisa, a partir de pesquisa bibliográfica e de fatos históricos recentes, comprovados por meio de registros jornalísticos, o papel das bibliotecas e das pessoas bibliotecárias no enfrentamento do epistemicídio e na preservação da memória coletiva. Diante do conflito que perdura desde 1948 na Faixa de Gaza, são apresentadas ações práticas que buscam mobilizar a sociedade e a comunidade profissional em defesa da Palestina e contra a violência do conflito. Para tanto, destacam-se iniciativas realizadas por profissionais e instituições culturais para minimizar os efeitos do epistemicídio, considerando tratar-se de vidas humanas, e não “vidas precárias” que “não demandam luto” (BUTLER, 2004; 2009).

### ***Bibliotecas e a preservação da memória***

É preciso, primeiramente, compreender o papel e a influência das bibliotecas na preservação da memória e na construção da identidade de um povo. Seu papel não se limita à disseminação de informações e conhecimento, mas inclui também a proteção da

produção cultural e científica de sua comunidade, criando espaços de identificação. Silveira (2010) define as bibliotecas como “lugares de memória” e defende a ideia de que a construção da identidade não é meramente individual, mas coletiva; para tanto, resgatamos experiências históricas e sociais passadas, alinhando-as com experiências do presente, a fim de definir nossa identidade cultural. Segundo o autor:

[...] a memória, por mais vigorosa que seja, é frágil demais para reter voluntariamente a totalidade das experiências humanas, sendo necessário, pois, criar arquivos; museus; monumentos; organizar celebrações públicas e pronunciar elogios funerários como recurso para se manter viva a história e a cultura de todo um tecido social (SILVEIRA, 2010:98).

O registro, seja oral ou escrito, é fundamental para a preservação e perpetuação de seu sentido a longo prazo. Pollak (1992) destaca que a memória é, entre outras definições, um fenômeno coletivo e social, construído coletivamente e sujeito a flutuações, transformações e mudanças constantes. A memória de um povo está intrinsecamente ligada à sua coletividade. Um indivíduo sente-se pertencente a uma sociedade e a uma cultura devido às heranças coletivas transmitidas por seu povo. Ainda segundo Pollak:

Se podemos dizer que, em todos os níveis, a memória é um fenômeno construído social e individualmente, quando se trata da memória herdada, podemos também dizer que há uma ligação fenomenológica muito estreita entre a memória e o sentimento de identidade (POLLAK, 1992:5)

Sendo a memória mutável, seletiva e construída a partir das perspectivas e vivências em determinado contexto, são também seletivos os registros, fontes e documentações. Na atuação do profissional da informação, não há espaço para neutralidade, assim como na própria memória. Preservar a memória de um povo em um ambiente informacional significa selecionar materiais relevantes para essa comunidade, produzidos por ela mesma. A factualidade e o eruditismo não devem ser critérios excludentes ao tratar da preservação de uma memória cultural. Devem ser estudadas as percepções e perspectivas da comunidade acerca de sua própria história, a forma como produz conhecimento e cultura, as interações entre os indivíduos e com o ambiente, suas celebrações, tradições e modos de vida. A base da memória de um povo é a coletividade, e cabe ao bibliotecário identificar suas nuances na construção do acervo, atuando como agente dessa teia de saberes construídos e que precisam ser preservados.

Para a escritora nigeriana Adichie (2019), é possível refletir sobre como a memória e o discurso podem influenciar a forma como compreendemos as histórias de um povo. Nesse sentido, ela cita a frase do poeta palestino Mourid Barghouti, que certa vez escreveu sobre como a narrativa de um evento histórico e os povos envolvidos nele podem moldar a percepção que temos desses acontecimentos. Segundo Barghouti, a forma mais simples de contar a história de um povo é começar com “em segundo lugar”.

As instituições culturais GLAM se mostram essenciais como espaços de preservação de registros relacionados à memória e à cultura em recortes específicos, promovendo identificação e sensação de pertencimento à comunidade. Segundo Silveira, as bibliotecas podem ser entendidas como “o espaço onde o homem, sua herança cultural, seu patrimônio simbólico, sua tradição e sua memória coletiva se mesclam na tentativa de superar o esquecimento e se preservar no futuro” (SILVEIRA, 2010:79). Os lugares de memória

transcendem as barreiras do tempo, mantendo vivas memórias e histórias que, caso não registradas, se perderiam parcial ou totalmente ao longo das décadas. Portanto, quando essas instituições são alvo de ataques, destruição ou censura, compreende-se que também estão sendo atingidas a cultura e a identidade, tanto individual quanto coletiva, daqueles que se relacionam com esses espaços.

### *Pessoas bibliotecárias: esforços contra o epistemicídio*

Para discutir o apagamento informacional no contexto da Biblioteconomia e da Ciência da Informação, é necessário compreender, primeiramente, o conceito de epistemicídio. Ramón Grosfoguel (2013) define como “epistemicídio” o movimento de descredibilizar grupos e suas produções intelectuais por parte da classe dominante, visando construir um “monopólio do conhecimento”. Esse fenômeno pode ser observado nas relações entre países colonizadores e colonizados, entre dominantes e dominados. A visão de mundo, as memórias, os registros e as criações dos grupos dominantes são priorizados em detrimento daqueles dos grupos dominados ou em processo de dominação, resultando no apagamento intencional das tradições dos povos marginalizados.

O incentivo à produção, proteção e disseminação de uma cultura em detrimento de outra, geralmente em desfavor das culturas de nações afetadas pelas heranças negativas da colonização, configura uma forma de apagamento cultural, que pode influenciar a maneira como as bibliotecas são constituídas e como seus povos se relacionam com elas. Cabe ao profissional bibliotecário identificar esse processo e mediar ações que minimizem suas consequências, promovendo a construção de um acervo culturalmente diverso e inclusivo.

Para além da preocupação com a produção e disseminação, em tempos de conflitos ativos surge também a preocupação com a perda do patrimônio material. Boaventura de Sousa Santos define, em nota, o epistemicídio como:

[...] Um processo político-cultural pelo qual o conhecimento produzido por grupos sociais subordinados é morto ou destruído, como forma de manter ou aprofundar essa subordinação. Historicamente, o genocídio tem sido frequentemente associado ao epistemicídio (SANTOS, 2009:208, *tradução nossa*).

Carneiro (2023) destaca que o epistemicídio não apenas desumaniza pessoas, ao negar-lhes o direito de serem conhecidas, como também se constitui em um instrumento de dominação. O processo de genocídio, além do extermínio literal de um grupo ou comunidade específica, busca apagar as histórias e memórias construídas por esses grupos. Prochaska (2023) reflete sobre os ataques intencionais a bibliotecas e centros de memória e conhecimento, historicamente recorrentes em tempos de guerra. A autora ainda cita como exemplo as perdas inestimáveis e irreversíveis de obras artísticas e literárias durante a Segunda Guerra Mundial, especialmente no contexto do Holocausto, destacando que o processo de localização e restauração dessas obras jamais será totalmente completo.

Os povos marginalizados, vítimas de conflitos armados e guerras, sofrem não apenas com a destruição material de suas produções e registros culturais, mas também ao se depararem com realidades fora de seus países de origem, onde suas memórias e vivências nem sempre são valorizadas ou acolhidas. Impõe-se, então, a supremacia identitária dos países

dominantes em diversos aspectos, desde a priorização de suas próprias obras, memórias e registros até a ocorrência de ataques físicos e verbais direcionados a culturas consideradas contrárias. Segundo Gonçalves e Mucheroni:

O espectro de ação da naturalização de um pensamento dominante não se limita às colônias ou ex-colônias: se reproduzem no mundo globalizado, de imigrantes que aprendem o modo de pensar o mundo europeu ou norte-americano em sua terra natal, perpetuando-o quando migram para o norte do mapa geográfico - que também foi desenhado por europeus (GONÇALVES e MUCHERONI, 2021:5).

É fundamental compreender que o papel do bibliotecário no combate ao epistemicídio se manifesta tanto na rotina diária de manutenção, gestão e composição das bibliotecas quanto na necessidade de atualização constante e atenção às questões sociais inerentes à profissão. O profissional deve estar atento às demandas dos povos marginalizados, refletindo criticamente sobre seu papel e sobre o papel das bibliotecas na construção da identificação coletiva. Além disso, essa atuação se estende a situações extremas e indesejáveis, nas quais ataques ao patrimônio cultural se tornam realidade.

Prochaska (2023) observa que os esforços de bibliotecários, professores e da comunidade em tempos de conflito são pouco divulgados e raramente reconhecidos, destacando que “em tempos de conflito, a determinação dos bibliotecários, arquivistas e curadores em preservar o poder da leitura é uma força insubstituível para o bem” (p. 8, *tradução nossa*). Em matéria do Literary Hub (2022), é relatado o caso de Aida Buturovic, bibliotecária assassinada em 1992, junto a parceiros, enquanto tentavam resgatar livros da Biblioteca de Sarajevo, na Bósnia e Herzegovina, que se encontrava em chamas após ataques das forças armadas durante a Guerra da Bósnia.

Entre os exemplos de ações brasileiras, destacam-se os esforços voltados à preservação da memória e da cultura negra e indígena. A Biblioteca Comunitária Assata Shakur, em São Paulo, promove a disseminação de obras de autoria de pessoas negras, oferecendo à população um espaço seguro de identificação e de troca. São realizadas atividades para todas as faixas etárias, valorizando a cultura negra, como, por exemplo, o *hip-hop*. Em uma matéria recente sobre o projeto, afirma-se que:

Professor e cofundador do espaço, Kairu Kijani conta que a biblioteca se tornou um local de combate ao epistemicídio, contra o apagamento de criações e conhecimentos produzidos pela população negra (LIMA, 2024).

Destaca-se também a Biblioteca Curt Nimuendaju, em Brasília, cuja missão é: “Promover o acesso e a disseminação de informações sobre os indígenas e a política indigenista brasileira, contribuindo para a promoção e a proteção dos direitos indígenas”. Iniciativas como essa são fundamentais para a preservação da memória de povos marginalizados. No contexto brasileiro, considerando a história de apagamento e genocídio indígena, uma biblioteca especializada nessa temática torna-se de extrema importância. Embora não seja possível apagar o passado nem reverter integralmente o apagamento, é viável amenizar os danos e impedir que se agravem.

Cabe à classe bibliotecária estar atenta aos processos e sinais de epistemicídio e biblioclastia, não medindo esforços para impedir sua concretização e atuando, quando necessário, na redução dos danos decorrentes de sua efetivação.

No contexto atual, é possível estabelecer relação entre as ideias aqui discutidas e os recentes bombardeios, saques, ataques e destruição de bibliotecas palestinas, tema que será abordado com mais detalhes na seção seguinte. Frente a essa realidade, existem esforços voltados à preservação e disseminação digital do acervo. Entre os ambientes com acervo digital encontrados destaca-se a Library of the Institute for Palestine Studies<sup>1</sup> e a sessão especial Biblioteca Palestina, do *Le Monde Diplomatique Brasil*<sup>2</sup>.

### *A situação das bibliotecas na Palestina*

A Faixa de Gaza é uma região do mundo que enfrenta um conflito quase secular, no qual, desde 1948, o povo palestino tem lidado com a ocupação, a segregação e a violência impostas pelo Estado de Israel. Recentemente, o conflito ganhou um novo capítulo após os ataques do grupo Hamas em 7 de outubro de 2023 e a subsequente reação do Estado de Israel, que tem causando grandes danos humanos e materiais à Palestina.

Os danos, tanto humanos quanto materiais, decorrentes do conflito, vão além dos dados apresentados aqui. No entanto, citamos o levantamento realizado pelo coletivo Librarians and Archivists with Palestine, um grupo internacional que reúne pessoas bibliotecárias e arquivistas favoráveis à causa palestina. De acordo com esse levantamento, finalizado em fevereiro de 2024, constatou-se que o Estado de Israel foi responsável pela destruição de dois arquivos raros, oito bibliotecas públicas, quatro bibliotecas universitárias, incluindo os campus em que se situavam, e oito museus. O estudo também menciona o falecimento de seis profissionais da informação em ataques lançados pelo exército israelense.

A magnitude dos danos culturais causados por Israel é incalculável, uma vez que museus foram saqueados, bibliotecas destruídas e manuscritos raros, datados desde a Antiguidade, destruídos. O relatório ainda destaca a destruição da Biblioteca e Museu Nacional da Universidade Al-Israa, que abrigava mais de três mil artefatos arqueológicos, alguns remontando aos primórdios da história humana, inclusive à região da Mesopotâmia.

Parte da motivação para a destruição de locais como bibliotecas e museus pode ser compreendida ao considerarmos que esses espaços surgem enquanto “lugares de memória e de reafirmação do saber” (SILVEIRA, 2010). Dessa forma, tais locais acabam por manter viva a memória de um povo que ali viveu e foi massacrado por um projeto imperialista, com o objetivo de promover uma limpeza étnica no Oriente Médio, realizado por Israel. Conforme destaca Naim (2024): “A guerra de Israel em Gaza tem de forma sistemática e deliberada atacado a educação, com a intenção de deslocar e marginalizar [a população]” (*tradução nossa*). Com efeito, torna-se evidente que seria relativamente fácil para esse projeto compactuar com um apagamento histórico, uma vez que a destruição de fontes da informação e de locais de memória impede que se mantenha viva a lembrança do povo que ali viveu. Nesse sentido, podem ser lembradas as palavras presentes na tese de Bárbara Júlia Menezello Leitão, que afirma:

O exercício do poder está na origem do ser humano que busca encontrar modos de dominação. Muitas vezes, a expressão dessa luta assume formas

---

<sup>1</sup> Disponível em: <https://www.palestine-studies.org/en/library/about#>.

<sup>2</sup> Disponível em: <https://diplomatique.org.br/especial/biblioteca-palestina/>.

cruéis: tortura, morte, censura, fogueira, silêncio, esquecimento” (LEITÃO, 2010:17).

Esses fatos e suas motivações podem ser refletidos a partir de um olhar conceitual, aplicando a perspectiva do epistemicídio, no qual um pensamento torna-se alvo de um projeto aniquilador que ataca as diferentes formas de conhecimento de um povo em situação de vulnerabilidade. É importante considerar, também, que esses povos frequentemente vivem regimes de dominação, nos quais a relação de poder não se manifesta de forma passiva, mas, ao contrário, se expressa por meio de diferentes formas de violência e opressão (GONÇALVES e MUCHERONI, 2021).

Segundo o portal de notícias Al Jazeera, desde o dia 6 de novembro de 2023, nenhum estudante da Palestina conseguiu participar de suas aulas. De acordo com a reportagem, o ministro da Educação suspendeu o ano escolar de 2023/2024 devido ao fato de os ataques de Israel terem como alvo, zonas residenciais, incluindo escolas e escritórios; portanto, a simples ida até uma escola tornava-se um desafio letal para os estudantes<sup>3</sup>. Novamente, recorre-se a Adchie (2019): a quem interessa manter uma história única? O poder fala mais alto que a dignidade humana.

Um caso extremo que ilustra a ideia discutida até aqui foi a imagem (Fig. 1) que começou a circular na Internet a partir do dia 23 de maio de 2024, período em que este artigo já estava em desenvolvimento, na qual um soldado israelense aparenta se orgulhar do incêndio e da destruição que ele e seu batalhão causaram à biblioteca da Universidade de Al-Aqsa, localizada na cidade de Gaza<sup>4</sup>.

Esse não é o primeiro caso na história que um grupo no poder opta por queimar livros e bibliotecas, seja para censurar conteúdos, seja para oprimir populações sob seu controle. Talvez o exemplo mais conhecido desse tipo de ato tenha sido as fogueiras de livros realizadas na Alemanha nazista e Itália facista, nas décadas de 1930 e 1940. A memória coletiva e a Educação tendem a ser alvos desses ataques, pois constituem vias fundamentais para a construção de cidadania e participação popular.

---

<sup>3</sup> <https://www.aljazeera.com/news/2024/1/24/how-israel-has-destroyed-gazas-schools-and-universities>.

<sup>4</sup> <https://www.theguardian-com.translate.goog/commentisfree/article/2024/jun/08/israel-destroying-schools-scholasticide? x tr sl=en& x tr tl=pt& x tr hl=pt& x tr pto=tc>.

Fig. 1 - Soldados israelenses ateam fogo na biblioteca da Universidade de Al-Aqsa, Gaza, e se fotografam entre as chamas



Fonte: FEPAL: Federação Árabe Palestina do Brasil.

Outra forma de evidenciar como os ataques promovidos por Israel visam não apenas a conquista territorial, mas também o apagamento de um povo e de sua história é o vídeo gerado por Inteligência Artificial e publicado por Donald Trump, atual presidente dos Estados Unidos da América e aliado influente do Estado de Israel. O político já havia sinalizado anteriormente seu interesse em reconstruir a região da Faixa de Gaza após a retirada do povo palestino que a habita. Em reportagem da CNN, o vídeo é descrito como um plano de Trump e seus aliados para o futuro de Gaza, no qual o local é transformado em um *resort* de luxo, onde Donald Trump, Elon Musk e Benjamin Netanyahu (atual primeiro-ministro de Israel) celebram a vida em meio a uma chuva de dinheiro (LIMA, 2025)<sup>5</sup>. O vídeo demonstra de forma macabra e leviana o genocídio em curso, apresentando políticos e bilionários comemorando suas vidas em uma área de lazer construída sobre a morte e o sofrimento daqueles que foram perseguidos e oprimidos.

<sup>5</sup> <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/video-de-trump-sobre-empreendimentos-de-luxo-em-gaza-causa-polemica/>.

Ao abordar a identidade palestina, podemos recorrer a Neto (2010), que conceitua que tanto a identidade israelense quanto a palestina são tópicos delicados e polêmicos dentro da história desse longo conflito, uma vez que ser judeu, palestino, árabe ou israelense é uma característica construída a partir da história e do contexto social, não se tratando de um atributo biológico transmitido pelo sangue ou pela reprodução. Como explica o autor: “Tais construções identitárias não são um fenômeno da natureza”, mas sim marcadores socioculturais. Nesse sentido, a preservação da memória é fundamental para a manutenção dessas características.

Para Rayan (2024), o que observamos hoje é uma diáspora multigeracional do povo palestino. A autora utiliza o termo “diáspora” para se referir originalmente ao exílio histórico sofrido pelo povo judeu e à forma como buscou se estabelecer em diferentes lugares fora de sua terra natal, especialmente devido à perseguição sofrida durante o Holocausto no século XX. Entretanto, a diferença entre uma diáspora e uma migração reside no fato de que, na diáspora, os povos são recebidos de forma hostil e não receptiva fora de suas terras natais. Segundo Rayan (2024), atualmente observa-se que o povo judeu busca recuperar sua terra natal, que também é a terra natal do povo palestino, recorrendo a métodos violentos que resultam na expulsão dos palestinos de suas terras.

Voltando a refletir sobre as bibliotecas, observa-se que elas passaram por séculos de mudanças desde seus surgimentos; contudo, mantiveram-se como espaços de conservação da memória e da herança cultural da humanidade (SILVEIRA, 2010). Por essa razão, tornam-se alvos de quem busca prejudicar as futuras gerações de uma região, uma vez que as bibliotecas são utilizadas para educar os que ainda estão por vir. Considerando as bibliotecas como espaços de memória, é também interessante refletir sobre a memória em si, entendida como um movimento de reinterpretação dos atos humanos do passado, de seu reconhecimento e da geração de lembranças e reflexões sobre esses acontecimentos (SILVEIRA, 2010).

No processo protocolado na Corte Internacional pela África do Sul contra o Estado de Israel por crimes de guerra, no final de 2023, uma das acusações refere-se à tentativa de destruição da bagagem cultural pertencente ao povo palestino. O processo também destaca que Israel não apenas danificou, mas destruiu diversos centros de aprendizado e cultura na Palestina, atacando desde bibliotecas até monumentos históricos e religiosos. Segundo o relatório da Organização das Nações Unidas (ONU), até agosto de 2024, 90% das escolas públicas da Faixa de Gaza haviam sido destruídas, e as doze universidades da região sofreram danos intensos, gerando enormes perdas para a ciência e o conhecimento, uma vez que até mesmo campus universitários foram reduzidos a pilhas de escombros, impedindo qualquer produção de pesquisa ou ensino naquela área. Para Moreira (2024):

*A perda de tais instituições resulta não apenas na interrupção imediata da educação, mas também no prolongamento do trauma e na dificuldade de recuperação no longo prazo.*

Ziegler (2008) afirma que os direitos internacionais proíbem a punição coletiva de uma população; entretanto é isso que se observa ocorrer na Faixa de Gaza, em resposta aos ataques lançados pelo grupo Hamas em 7 de outubro de 2023. O autor destaca, ainda, que a região já foi palco de outras incursões e ataques do Estado de Israel, chegando a servir, inclusive, como um campo de testes para armas que, mais tarde, seriam comercializadas com outras potências ocidentais, em 2006.

Outro aspecto problemático relacionado à destruição das bibliotecas, que pode ser entendido como uma tática daqueles que buscam a aniquilação de um povo, refere-se ao letramento literário e o bem-estar dos usuários desses espaços; nesse caso, ambos seriam comprometidos e prejudicados pela destruição das bibliotecas. De acordo com Silva *et al.* (2017), parte do objetivo de um leitor é tornar-se um aprendiz capaz de alcançar autonomia e transcendência, permitindo assim assimilar o objeto de estudo de forma crítica e reflexiva. Dessa forma, reforça-se o argumento de que, ao destruir uma biblioteca e seu conteúdo, um grupo é privado do acesso a uma fonte de educação capaz de fomentar não apenas o crescimento pessoal e o pensamento crítico, mas também possíveis movimentos emancipatórios que poderiam surgir para lidar de diferentes formas com a ocupação, as investidas, a segregação e os ataques realizados pelo Estado de Israel.

### *Exemplos de ações práticas*

Antes de relatar ações que evidenciam o engajamento de instituições culturais e da comunidade profissional em defesa da Palestina, considera-se oportuno apresentar outras formas de enfrentamento, a fim de demonstrar que se trata de uma luta que mobiliza diferentes vozes, reafirmando o direito de cada história ser lembrada e cada vida ser preservada.

No campo das artes, mais especificamente na música, há diversas manifestações, tanto dentro quanto fora de palcos, que buscam conscientizar ou demonstrar apoio ao povo palestino. Um exemplo recente é a banda de *punk* Green Day, que, em uma apresentação realizada em abril de 2025, alterou a letra de uma de suas músicas ao cantar: “Fugindo da dor, como as crianças na Palestina. Contos de uma outra casa em ruínas”, quando os versos originais seriam: “Fugindo da dor quando você se tornou uma vítima”<sup>6</sup>. Entretanto, ações desse tipo não são exclusivas da atualidade, embora tenham ganhado maior visibilidade devido aos eventos recentes.

Um exemplo histórico é o do músico britânico Roger Waters, baixista, vocalista e um dos principais compositores da banda britânica de *rock* Pink Floyd entre 1964 e 1983, que demonstrou apoio à causa palestina ao longo de décadas. Foi em sua turnê *This is not a Drill*, realizada entre 2022 e 2023, que, durante a música *The powers that be*, o *slogan* *Stop the Genocide* (“Parem o genocídio”, em tradução livre) foi projetado nos telões do espetáculo, conforme a Fig. 2. Posteriormente, durante a canção *Déjà vu*, o telão exibiu pedidos de direitos iguais para diferentes grupos minoritários, incluindo refugiados e palestinos, encerrando com a mensagem “direitos humanos”.

---

<sup>6</sup> Uma matéria sobre a banda e o protesto em questão pode ser vista em: <https://www.omelete.com.br/green-day/coachella-2025-green-day-muda-letra-palestina>. [Consult. 30 maio 2025].

Fig. 2 - Telão exibindo a mensagem *Stop the Genocide* durante *show* do músico britânico Roger Waters em São Paulo - novembro de 2023



Fonte: Arquivo pessoal

Para além desses esforços, é possível encontrar registros digitais da arte, da literatura e dos protestos do próprio povo afetado pelo conflito. Um exemplo é o canal no YouTube *Rap Shar3*, que reúne diversas produções de *rappers* e compositores, incluindo vítimas que abordam o conflito e suas histórias em suas composições. Há também a organização Literary Hub, que, em seus artigos sobre a Palestina, disponibiliza informações e dados sobre o conflito, além de divulgar trabalhos literários e artísticos palestinos, como na matéria *These are the poets and writers who have been killed in Gaza*.

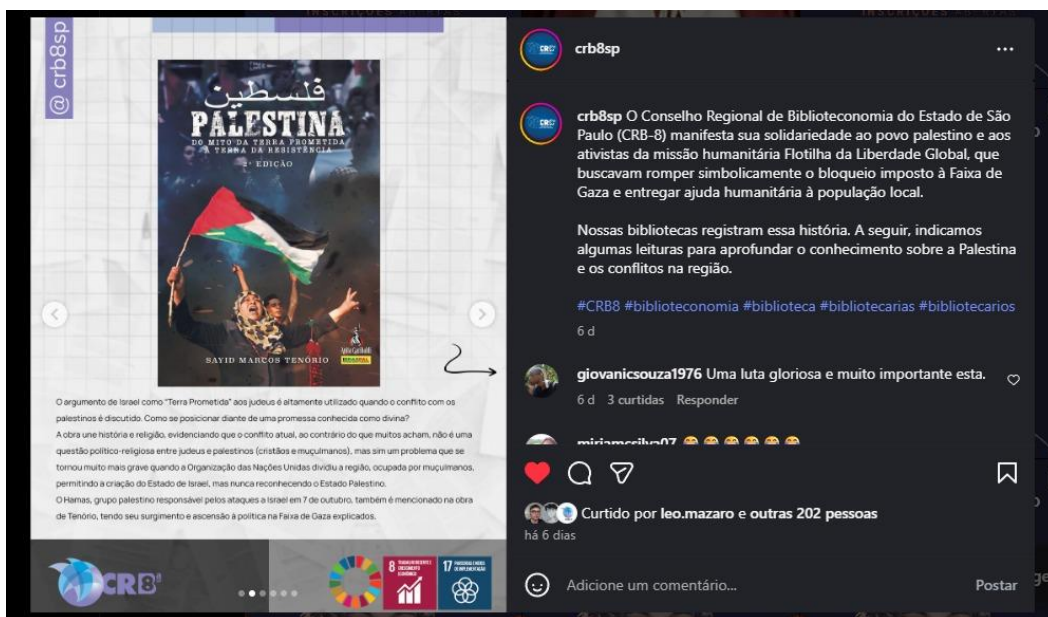
No contexto das instituições culturais, há diversas ações ao redor do mundo realizadas para demonstrar apoio ao povo palestino, incluindo debates e mesas de conversas promovidos em bibliotecas, bem como manifestações de apoio público à causa palestina por parte de instituições informacionais e educacionais. Entre essas ações, destaca-se a palestra sobre direitos humanos e sobre o povo palestino promovida pela Biblioteca da Faculdade Comunitária de Mesa, no Arizona, Estados Unidos, em 24 de janeiro de 2025. Instituições como o Museu Memorial da Guerra, na Nova Zelândia, também demonstram apoio à causa palestina ao acolher manifestantes e iluminar a fachada do museu com as cores da bandeira da Palestina, em 8 de novembro de 2023.

Em um episódio mais recente, um barco de ativistas que pretendiam entregar ajuda humanitária ao povo segregado em Gaza, denominado *Flotilha da Liberdade Global*, foi interceptado por forças do Estado de Israel. Diante desse acontecimento, o Conselho

Regional de Biblioteconomia do Estado de São Paulo (CRB-8) publicou uma nota de repúdio.

Na nota, reproduzida abaixo, o CRB-8 reafirma os valores de justiça, solidariedade, liberdade e acesso à informação como pilares da atuação da pessoa bibliotecária e da construção de uma sociedade justa. Além disso, a publicação indica cinco livros que podem ser utilizados para compreender a questão palestina, com foco nos conflitos e nas guerras vivenciadas na região.

Fig. 3 - Nota publicada pelo Conselho Regional de Biblioteconomia do Estado de São Paulo em 3 de outubro de 2025



Fonte: Instagram @crb8sp.

Também observamos que não apenas as bibliotecas, mas o próprio conteúdo nelas abrigado foi afetado pelo desenrolar do conflito. Desde a década de 1940, a arte e a literatura produzidas não apenas pelo povo palestino, mas também por aqueles que acompanhavam o confronto, começaram a refletir os acontecimentos vivenciados. Um exemplo disso é a obra em quadrinhos do autor Joe Sacco, *Notas sobre Gaza* (1996), que recentemente voltou a ser tema de debate. O que torna essa *graphic novel* especialmente relevante é o fato de o autor adotar um olhar investigativo e jornalístico, realizando uma representação gráfica do jornalismo investigativo próxima à linguagem documental. A narrativa baseia-se nos relatos de palestinos que viveram (e sobreviveram) aos massacres nas cidades de Khan Younis e de Rafah, em 1956 (VERAS, 2015).

As ações ora relatadas reforçam o compromisso crescente e cada vez mais necessário da Biblioteconomia no enfrentamento de qualquer forma de opressão ou silenciamento. No caso do conflito em Gaza, toda ação voltada ao combate da aniquilação de formas de conhecimento e à promoção da paz é urgente e, sobretudo, configura uma forma concreta de resistência.

Nesta direção, cabe destacar que “a articulação entre lembrança e esquecimento impregna, em qualquer contexto, a dinâmica da instituição social da memória, que não se afirma passivamente sobre as contradições e conflitos existentes” (TAVARES, 2012:12). Portanto, é fundamental que continue havendo um posicionamento ativo da classe bibliotecária no combate ao epistemicídio e à perda identitária, bem como na proteção das bibliotecas, universidades, museus e centros de informação como espaços de memória, conhecimento e cultura. Que nossas práticas profissionais reflitam o compromisso com a preservação da história e da diversidade epistemológica, honrando os esforços e a memória de todos aqueles que resistiram e resistem ao apagamento de suas narrativas e saberes.

### *Conclusões*

Quando as instituições culturais e seus profissionais realizam ações explícitas em defesa da Palestina, seu papel no combate ao epistemicídio e à opressão se torna ainda mais evidente e concreto. Essas ações podem assumir diferentes formas, que vão desde manifestos e notas públicas até a realização de eventos educativos e culturais.

Apesar de se reconhecer a importância dos esforços contemplados nesse estudo, é preciso ressaltar que a perda cultural, humana e histórica ocorrida na Faixa de Gaza é imensurável, e infelizmente, não pode ser remediada. Entende-se que a pessoa bibliotecária e demais profissionais da informação não devem poupar esforços para construir, preservar e disponibilizar o acervo ao público, considerando que a biblioteca não é um espaço neutro, mas um ambiente de construção de memória. Em um cenário ideal, todas as técnicas, métodos e tecnologias mais avançadas devem ser aplicadas, de modo que, caso surja um contexto indesejado, como situações de conflitos, a recuperação do trabalho e do acervo seja menos prejudicada.

Apesar de, até o início de outubro de 2025, não se terem encontrado muitas ações conduzidas em bibliotecas, além das já listadas, mesmo após dois anos de agressões por parte do Estado de Israel e às vésperas de um cessar-fogo, o estudo aproxima-se de seu desfecho recorrendo às palavras de esperança da escritora palestina Shahd Alnaami (2024):

*Em meio à devastação, tenho esperança de que, quando o genocídio terminar, as bibliotecas de Gaza renascerão das cinzas. Esses santuários de conhecimento e cultura podem ser reconstruídos e se erguer novamente como faróis de resiliência (ALNAAMI, 2024).*

Espera-se que este trabalho contribua para engajar novas ações práticas por parte da comunidade acadêmica e profissional da Biblioteconomia no combate ao epistemicídio na Faixa de Gaza. Nesta luta, que deve ser de todos, é importante ressaltar que vidas estão sendo ceifadas e, com elas, heranças socioculturais e históricas que não poderão ser reestabelecidas. Portanto, cabe às pessoas bibliotecárias assumir o compromisso com a busca por justiça informacional, sendo o exposto aqui um posicionamento argumentativo-reflexivo, destinado a sensibilizar a comunidade leitora quanto à importância das histórias diversas e igualmente relevantes.

### Referências bibliográficas

**ADICHIE, Chimamanda Ngozi**

2019 *O Perigo de uma história única*. Trad. Júlia Romeu. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

**ALJAZEERA**

2024 *How Israel has destroyed Gaza's schools and universities*. [Em linha]. 2024. [Consult. 22 jan. 2025]. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2024/1/24/how-israel-has-destroyed-gazas-schools-and-universities>.

**ALNAAMI, Shahd**

2024 *As Bibliotecas de Gaza ressurgirão das cinzas*. [Em linha]. FEPAL - Federação Árabe Palestina do Brasil, dez. 2024. [Consult. 9 out. 2025]. Disponível em: <https://fepal.com.br/as-bibliotecas-de-gaza-ressurgirao-das-cinzas>.

**BUTLER, Judith**

2009 *Frames of war: When is life grievable?* London; New York: Verso, [2009].

**BUTLER, Judith**

2004 *Precarious life: The powers of mourning and violence*. London; New York: Verso, [2004].

**CARNEIRO, Sueli**

2023 *Dispositivo de racialidade : a construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

**CARVALHO, Guilherme; BARTOLO, Ana Beatriz**

2025 *As 11 guerras que acontecem no mundo em 2025, incluindo aquelas que quase ninguém fala*. [Em linha]. 2025. [Consult. 10 out. 2025]. Disponível em: <https://valor.globo.com/mundo/noticia/2025/10/04/as-11-guerras-que-acontecem-no-mundo-em-2025-incluindo-aquelas-que-quase-ninguem-fala.ghtml>.

**GIROUX, Henry Armand**

2024 Escolasticídio: silenciamento da dissidência e apagamento da memória na guerra contra a educação e a cultura palestina. *Le monde diplomatique Brasil*. [Em linha]. (Ago. 2024). [Consult. 26 jan. 2025]. Disponível em: <https://diplomatie.org.br/escolasticidio-silenciamento-da-dissidencia-e-apagamento-da-memoria-na-guerra-contra-a-educacao-e-a-cultura-palestina/>.

**GONÇALVES, Robson de Andrade; MUCHERONI, Marcos L.**

2021 O Que é epistemicídio?: Uma introdução ao conceito para a área da Ciência da Informação. *Liinc em Revista*. [Em linha]. 17:2 (nov. 2021) e5759. [Consult. 12 dez. 2024]. Disponível em: <https://revista.ibict.br/liinc/article/view/5759/5385>.

**GROSFUGUEL, Ramón**

2013 The Structure of knowledge in westernized universities epistemic racism/sexism and the four genocides/epistemicides of the long 16th century. *Human Architecture: Journal of the Sociology of Self-Knowledge*. 11:1 ([2013]) 73-90.

**LEITÃO, Bárbara Júlia Menezello**

2010 *A Relação entre biblioteca públicas, bibliotecários e censura na Era Vargas e Regime Militar: uma reflexão*. [Em linha]. São Paulo, 2010. [Consult. 5 dez. 2024]. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27152/tde-18102010-164858/pt-br.php>.

**LIBRARIANS AND ARCHIVISTS WITH PALESTINE**

2024 *Israeli Damage to Archives, Libraries, and Museums in Gaza, October 2023-January 2024*. Em linha]. 2024. [Consult. 28 jan. 2025]. Disponível em: <https://librarianswithpalestine.org/wp-content/uploads/2024/02/LAP-Gaza-Report-2024.pdf>.

**LIMA, Viviane**

2024 *Biblioteca comunitária Assata Shakur disponibiliza acervo com obras de escritores negros*. [Em linha]. 2024. [Consult. 9 out. 2025]. Disponível em: <https://desenrolaenaomenrola.com.br/contextos-perifericos/biblioteca-comunitaria-assata-shakur-disponibiliza-acervo-com-obras-de-escritores-negros/>.

**MOREIRA, Júlio da Silveira**

2024 *Palestina: Universidades e escolas destruídas. A Terra é redonda*. [Em linha]. (7 maio 2024). [Consult. 21 dez. 2024]. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/palestina-universidades-e-escolas-destruidas/>.

**NAIM, Nour**

2024 *Israel's war on the education sector in the Gaza strip*. [Em linha]. Washington: Arab Center Washington DC, 2024. [Consult. 13 nov. 2024] Disponível em: <https://arabcenterdc.org/resource/israels-war-on-the-education-sector-in-the-gaza-strip/>.

**NETO, Luiz Salgado**

2010 *Construção e afirmação da identidade nacional palestina: da consciência de nação à luta pelo Estado*. *Revista do corpo discente do PPG-História da UFRGS*. [Em linha]. 6:3 (jan.-jun. 2010). [Consult. 22 jan. 2025]. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/aedos/article/view/12672/9169>.

**POLLAK, Michael**

1992 *Memória e identidade social*. *Revista Estudos Históricos*. 5:10 (1992) 200-215. [Consult. 16 dez. 2024] Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/1941/1080>.

**PROCHASKA, Alice**

2023 *Librarianship in times of conflict*. *Insights*. [Em linha]. 36:1 (2023) 22. [Consult. 16 dez. 2024]. Disponível em: <https://doi.org/10.1629/uksg.639>.

**RAYAN, Tamara**

2024 *Transformative provenance: memory work in the Palestinian diaspora*. *Springer Nature Link*. [Em linha]. 24 (2024) 739-759. [Consult. 20 out. 2024]. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10502-024-09455-9>.

**SANTOS, Boaventura de Sousa**

2018 *Pelas mãos de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez, 2018.

**SANTOS, Boaventura de Sousa**

1998 *La Globalización del derecho: Los nuevos caminos de la regulación y la emancipación*. [Em linha]. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, Instituto de Servicios Legales Alternativos, 1998. [Consult. 12 dez. 2024]. Disponível em: [https://www.boaventuradesousasantos.pt/media/La\\_globalizacion\\_del\\_derecho\\_Los\\_nuevos\\_caminos\\_de\\_la\\_regulacion\\_y\\_la\\_emancipacion.pdf](https://www.boaventuradesousasantos.pt/media/La_globalizacion_del_derecho_Los_nuevos_caminos_de_la_regulacion_y_la_emancipacion.pdf).

**SHEEHAN, Dan**

2023 These are the poets and writers who have been killed in Gaza. *Literary Hub*. [Em linha]. (21 dez. 2023). [Consult. 20 jan. 2025]. Disponível em: <https://lithub.com/these-are-the-poets-and-writers-who-have-been-killed-in-gaza/>.

**SHEEHAN, Dan**

2022 30 years ago tonight, Sarajevo's National Library was burned to the ground. *Literary Hub*. [Em linha]. (25 ago. 2022). [Consult. 14 dez. 2024]. Disponível em: <https://lithub.com/30-years-ago-tonight-sarajevos-national-library-was-burned-to-the-ground/>.

**SILVA, Antonio Adailton; MELO, Márcio Araújo de; ALMEIDA, Núbia Regina de**

2017 As Leituras da bibliotecária de Auschwitz. *Revell*. [Em linha]. 3:17 (2017). [Consult. 12 jan. 2025]. Disponível em: [https://www.academia.edu/84053946/As\\_leituras\\_da\\_bibliotecária\\_de\\_Auschwitz](https://www.academia.edu/84053946/As_leituras_da_bibliotecária_de_Auschwitz).

**SILVEIRA, Fabrício José Nascimento da**

2010 Biblioteca, memória e identidade social. *Perspectivas em Ciência da Informação*. [Em linha]. 15:3 (2010) 67-86. [Consult. 16 dez. 2024] Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/22695/18279>.

**VERAS, Laurene**

2015 Literatura e Guerra: Notas sobre Gaza de Joe Sacco. *Nau Literária*. [Em linha]. 11:2 (2015). [Consult. 28 jan. 2025]. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/NauLiteraria/article/view/73217>.

**ZIEGLER, Jean**

2008 *Ódio ao ocidente*. São Paulo: Cortez Editora, 2008.

**Carlos Eduardo da Cunha de Souza** | [carlos.souza@estudante.ufscar.br](mailto:carlos.souza@estudante.ufscar.br)

Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Brasil

**Ana Julia Artali Maramarque** | [anajulia.maramarque@gmail.com](mailto:anajulia.maramarque@gmail.com)

Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Brasil

**Paula Regina Dal'Evedove** | [dalevedove@ufscar.br](mailto:dalevedove@ufscar.br)

Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Brasil

**Cintia Almeida da Silva Santos** | [cintiasantos@ufscar.br](mailto:cintiasantos@ufscar.br)

Instituto Federal de São Paulo (IFSP), Brasil

# REPRESENTAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE HISTÓRIAS EM QUADRINHOS POR MEIO DE *LINKED OPEN DATA*: um mapeamento sistemático

REPRESENTATION AND RETRIEVAL OF COMICS THROUGH LINKED OPEN DATA: a systematic mapping

Fernanda Lacerda Santana Bim | Jessica Beatriz Tolare

<https://doi.org/10.21747/21836671/pag24a11>

**Resumo:** A crescente complexidade dos acervos informacionais e o grande volume de dados disponíveis na *Web* exigem novas estratégias de organização e recuperação da informação. Nesse contexto, o *Linked Open Data* (LOD) surge como tecnologia promissora, sobretudo para materiais não convencionais, como as histórias em quadrinhos. Esta pesquisa examina como autores internacionais têm abordado a aplicação do LOD nesse tipo de material, com foco em sua representação e vinculação em ambientes digitais. De natureza qualitativa, com caráter exploratório e bibliográfico, a investigação baseou-se no mapeamento sistemático da literatura. Foram analisadas publicações indexadas nas bases SCOPUS e Portal de Periódicos da CAPES, entre 2003 e 2023, utilizando os descritores “Comics AND Linked Data” e “Linked Data AND Histórias em Quadrinhos”. Identificaram-se cinco estudos relevantes que propõem modelos de agregação, controle de autoridade e descrição temática. Os principais desafios concentram-se na padronização de metadados e na criação de datasets especializados para aplicação do LOD em gibitecas e mangatecas.

**Palavras-chave:** Histórias em quadrinhos; Linked Data; Mapeamento Sistemático.

**Abstract:** The growing complexity of information collections and the vast amount of data available on the Web demand new strategies for organizing and retrieving information. In this context, Linked Open Data (LOD) emerges as a promising technology, especially for non-conventional materials such as comic books. This research examines how international authors have addressed the application of LOD to this type of material, focusing on its representation and linkage in digital environments. Qualitative in nature, with an exploratory and bibliographic character, the study was based on a systematic mapping of the literature. Publications indexed in SCOPUS and the CAPES Journals Portal, between 2003 and 2023, were analyzed using the descriptors “Comics AND Linked Data” and “Linked Data AND Comic Books.” Five relevant studies were identified, proposing models for aggregation, authority control, and thematic description. The main challenges involve metadata standardization and the creation of specialized datasets for the effective application of LOD in comic book libraries and manga collections.

**Keywords:** Comics Books; Linked Data; Systematic Mapping.

## Introdução

Vivencia-se uma era caracterizada por um intenso e contínuo fluxo de informações, disseminadas em ambientes digitais – como *sites* de notícias especializados e redes sociais – e em suportes físicos, como livros e revistas. Nesse cenário, um dos principais desafios enfrentados pelos profissionais da informação consiste na organização, validação e disponibilização de dados pertinentes e confiáveis, de forma a possibilitar aos usuários a recuperação eficaz da informação de que necessitam.

Segundo Le Coadic (2004), a informação pode ser compreendida como “um conhecimento inscrito em forma escrita (impresso ou digital), oral ou audiovisual, em um suporte”. Tal

definição abrange uma ampla gama de registros, incluindo livros, textos, filmes, vídeos e histórias em quadrinhos, sem distinção quanto ao conteúdo. Capurro e Hjørland (2007) complementam essa concepção ao afirmar que a informação não se restringe a fatos isolados, pois depende do contexto no qual está inserida e das limitações impostas pelas estruturas sociais. Dessa forma, a informação configura-se como um constructo social e cultural.

Diante do crescente volume de informações disponíveis na *Web*, torna-se imprescindível a adoção de práticas que assegurem seu adequado tratamento, de modo a garantir acessibilidade e utilidade para os usuários. Nesse contexto, destaca-se o conceito de *Linked Data*, proposto por Berners-Lee (2006), como alternativa promissora para a organização e conexão de dados na *Web*. O *Linked Data* possibilita a criação de relações entre diferentes conjuntos de dados e contribui para o aprimoramento dos mecanismos de busca, ampliando as possibilidades de recuperação informacional a partir de dados interligados.

O profissional da informação, portanto, deve atuar ativamente no sentido de compreender as necessidades informacionais dos usuários. Conforme argumenta Belkin (1978), diferentes usuários podem interpretar e utilizar o mesmo conjunto de dados de maneiras diversas, dependendo do contexto, do momento e da forma como tais dados são apresentados. Assim, evidencia-se que a informação adquire significado apenas quando relacionada ao sujeito que dela faz uso, o que reforça a centralidade do usuário nos processos de organização e disponibilização da informação.

Nessa perspectiva, o *Linked Data* apresenta-se como tecnologia capaz de contribuir para a disseminação de informações confiáveis, ao permitir a interconexão entre bases de dados institucionais e fontes externas. Como destacam Simionato *et al.* (2018), “o linking open data tem sua importância porque permite a disponibilização de fontes de informação completas e de alta qualidade”. Entretanto, para que isso ocorra de forma eficaz, é necessário um trabalho prévio de organização e tratamento dos dados, tanto os já existentes nas unidades informacionais quanto os presentes no ambiente digital.

Entre os diversos tipos de materiais informacionais que podem se beneficiar do *Linked Data*, as histórias em quadrinhos ocupam um lugar de destaque. Com sua estrutura narrativa complexa e interconectada, elas vêm conquistando crescente reconhecimento por parte das instituições de memória e dos usuários. No Brasil, iniciativas como as gibitecas têm se dedicado à preservação e ao acesso a esses materiais. Segundo Ramos (2023), o país é pioneiro no reconhecimento das histórias em quadrinhos como itens legítimos a serem integrados aos acervos de unidades informacionais.

Vergueiro (2005) reforça essa ideia ao relatar que:

Bibliotecas públicas especialmente dedicadas à coleta, armazenamento e disseminação de histórias em quadrinhos são instituições genuinamente brasileiras, existindo desde o início da década de 1980, quando uma instituição pública na capital do Estado do Paraná decidiu fundar a primeira unidade desse tipo, que batizou com o nome de gibiteca, um neologismo que mescla a forma como as revistas de histórias em quadrinhos são tradicional e carinhosamente referidas no país – **gibis** –, com as unidades de informação – bibliotecas.

Outras instituições, como bibliotecas universitárias, também têm investido na formação de acervos significativos de quadrinhos. É o caso da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), que possui entre 900 e 1.000 HQs em exposição, além de cerca de 2.000 arquivos digitais (PAJEÚ *et al.*, 2007). No cenário internacional, destaca-se a Universidade Estadual de Michigan, que mantém um acervo com aproximadamente 300 mil histórias em quadrinhos e artefatos relacionados (TOPHAM *et al.*, 2022), demonstrando a relevância desse tipo de material no âmbito da pesquisa e da preservação cultural.

As histórias em quadrinhos não apenas possuem inúmeros subgêneros – como terror, super-heróis, infantis, faroeste, entre outros – como também constituem narrativas complexas que integram elementos verbais e visuais, com linguagem própria (RAMOS, 2009). Além disso, podem apresentar conteúdos únicos, vinculados a experiências pessoais e a eventos históricos. Um exemplo marcante é *Maus*, obra em que o autor relata a trajetória de seu pai durante a Segunda Guerra Mundial. Outro exemplo é a primeira edição do *Capitão América*, que retrata o personagem enfrentando Hitler, refletindo a visão estadunidense sobre o conflito à época.

Diante disso, evidencia-se o valor informacional e histórico das histórias em quadrinhos. Quando interligadas por meio de tecnologias como o *Linked Data*, essas narrativas podem proporcionar uma experiência de busca mais rica, ao permitir a associação entre personagens, eventos e publicações. Assim, o uso do *Linked Data* na organização e recuperação de HQs apresenta-se como estratégia eficaz para atender às demandas dos usuários e valorizar esse importante patrimônio cultural.

### Objetivos

#### Objetivo geral

Investigar como autores internacionais têm abordado a temática do *Linked Data* em relação às histórias em quadrinhos, com ênfase na identificação de modelos de representação e relacionamento específicos para esse tipo de material.

#### Objetivos específicos

- Analisar de que forma o *Linked Data* pode contribuir para a construção de redes de relacionamento entre histórias em quadrinhos, especialmente no contexto das gibitecas.
- Verificar a aplicabilidade e a funcionalidade dos modelos existentes em bibliotecas especializadas em histórias em quadrinhos.
- Evidenciar o potencial de utilização do *Linked Data* na organização e na recuperação de diferentes tipos de materiais informacionais.

## Referencial teórico

### *Linked Data*

O *Linked Data*, também denominado dados vinculados, é um método proposto por Tim Berners-Lee (2006), que tem por finalidade estruturar e publicar dados conectados na *Web* por meio de *hyperlinks* e anotações semânticas, possibilitando buscas mais precisas e significativas na *Web Semântica*.

Rasmussen-Pennington (2016) destaca que a aproximação entre o *Linked Data* e a *Web Semântica* no contexto das unidades de informação evidencia a ampliação da capacidade das máquinas em compreender o conteúdo dos recursos disponíveis na *Web*. Esse processo relaciona-se à chamada "materialização" da *Web Semântica* (SANTARÉM SEGUNDO e CONEGLIAN, 2016), momento em que conceitos antes teóricos passam a ser implementados na prática, tendo como principal expressão o uso do *Linked Data*.

A *Web Semântica*, por meio de suas tecnologias, estrutura e potencializa a publicação e a disponibilização de dados, orientando-se por princípios como reuso, compartilhamento, organização e descrição das informações (SIMIONATO *et al.*, 2018). Berners-Lee (2006) afirma que “a *Web Semântica* não é apenas colocar dados na *Web*; trata-se de estabelecer conexões, para que uma pessoa ou máquina possa explorar essa rede de dados”. Essa perspectiva reforça a importância de tratar os dados de forma a torná-los compreensíveis tanto para seres humanos quanto para sistemas automatizados.

A origem do *Linked Data* associa-se às limitações da estrutura semântica do HTML em representar relações entre objetos informacionais, bem como às incompatibilidades entre métodos de descrição e exposição de recursos (BIZER, HEATH e BERNERS-LEE, 2009; NHACUONGUE, ROZSA e DUTRA, 2018).

De acordo com Nhacuongue, Rozsa e Dutra (2018), o *Linked Data* constitui uma extensão da *Web* que possibilita a interconexão de dados globais sobre pessoas, organizações, obras e outros elementos. Trata-se de dados publicados em formatos compreensíveis por máquinas, com estruturas semânticas bem definidas, capazes de se conectar a dados externos. Os autores definem o *Linked Data* como “uma maneira de compartilhar, reutilizar e conectar recursos e usuários”, permitindo a criação de redes informacionais que facilitam a busca e o acesso.

Simionato *et al.* (2018) apontam quatro princípios fundamentais do *Linked Data*:

1. Utilização de URIs (Identificadores Uniformes de Recursos) como nomes para os itens;
2. Uso de URIs HTTP para permitir que esses nomes sejam acessados por pessoas e sistemas;
3. Disponibilização de informações úteis em formato RDF ao se acessar uma URI;
4. Inclusão de sentenças em RDF que contenham links para outras URIs, de modo a permitir a descoberta de itens relacionados.

Arakaki (2016) ressalta que o *Linked Data* se refere às melhores práticas para estruturar e interligar dados, facilitando a busca tanto por agentes humanos quanto por sistemas automatizados, conduzindo-os a diferentes bases a partir de dados interconectados. Essa

concepção reforça a relevância do tratamento criterioso dos dados e da correta construção de relações entre eles.

O *Linked Data* está, portanto, intrinsecamente relacionado aos metadados descritivos dos materiais informacionais, abrangendo descrições físicas e temáticas. A qualidade desses metadados é essencial, pois é a partir deles que se estabelecem os vínculos entre os dados, formando redes relacionais que podem, por exemplo, ligar uma obra ao seu autor e a outras produções associadas.

Dessa forma, o *Linked Data* revela-se relevante não apenas para a área da Computação – ao permitir a interligação entre objetos por meio de estruturas computacionais –, mas também para a Ciência da Informação, ao possibilitar a integração entre dados e catálogos, promovendo acesso qualificado à informação e contribuindo para que usuários encontrem obras, autores e demais elementos com maior precisão.

Entre os materiais que mais se beneficiam dessa abordagem estão as histórias em quadrinhos, pois, em grande parte, apresentam narrativas interconectadas e autores recorrentes, o que favorece a construção de redes semânticas. Contudo, para compreender plenamente essa possibilidade, é necessário discutir o conceito de história em quadrinhos.

### *História em quadrinhos*

As histórias em quadrinhos, tradicionalmente denominadas a “nona arte”, caracterizam-se pela combinação de imagem, sequência narrativa e linguagem escrita, com o objetivo de transmitir informação. Seu diferencial em relação a outras formas de arte gráfica reside no uso de balões de fala, legendas e recursos sonoros gráficos, como as onomatopeias.

A origem das histórias em quadrinhos modernas vincula-se à imprensa. A partir da inclusão de desenhos satíricos em jornais, surgiram as primeiras charges – imagens isoladas, sem personagens fixos ou falas, com interpretações frequentemente subjetivas. Esses elementos evoluíram ao longo do tempo, resultando no desenvolvimento de narrativas visuais mais complexas.

As histórias em quadrinhos, no formato próximo ao atual, surgiram em 5 de maio de 1895, com a publicação de *The Yellow Kid*, criado por Richard Outcault no suplemento semanal *Down Hoga’s Alley*, do jornal *New York World*. Nessa narrativa, o autor satirizou o cotidiano de imigrantes nos cortiços nova-iorquinos. Essa obra é considerada pioneira por apresentar uma sequência de quadros acompanhados de balões de fala, estabelecendo os fundamentos da linguagem dos quadrinhos.

Posteriormente, os jornais passaram a publicar modalidades distintas de *comics*, ainda incipientes em relação ao formato contemporâneo: as *daily strips* (tirinhas diárias, em preto e branco) e as *sunday pages* (páginas dominicais, coloridas), conforme apontam Goida e Kleinert (2011).

Em 1896, ao transferir-se para o *New York Journal*, de William R. Hearst, Outcault passou a empregar recursos narrativos hoje característicos das HQs, como a continuidade sequencial e o uso sistemático de balões de fala, consolidando a linguagem dos quadrinhos (MOYA, 1993).

Luyten (1985) define as histórias em quadrinhos como compostas por dois códigos gráficos fundamentais: imagem e linguagem escrita. A autora rejeita críticas que classificam os quadrinhos como subliteratura ou “subarte”, defendendo-os como manifestação artística autônoma, comparável ao cinema, que igualmente se apropria de elementos literários para transformá-los em linguagem visual.

Ramos (2009) amplia essa definição ao identificar características centrais dos quadrinhos:

uso de uma linguagem própria, com elementos como balões, legendas e onomatopeias; predominância do texto narrativo, com ênfase nos diálogos; presença variável de personagens fixos, com possibilidade de inspiração em figuras reais, como políticos; estrutura narrativa que pode variar entre um único quadrinho ou múltiplos, dependendo do formato; influência do formato e do meio de publicação na percepção do gênero pelo leitor; predominância de imagens desenhadas, embora também haja exemplos com uso de fotografias.

Compreendido o conceito geral das histórias em quadrinhos, torna-se possível classificá-las em diferentes subgêneros de tiras (*strips*), tais como: **a)** *family strip* – sátira ou representação do cotidiano familiar; **b)** *girl strip* – protagonizadas por mulheres sensuais; **c)** *kid strip* – centradas em personagens infantis, frequentemente com atitudes adultas; **d)** *animal strip* – protagonizadas por animais antropomorfizados, com temáticas infantis ou adultas.

A expressão *comic book* passou a ser utilizada para designar essas publicações, sendo ainda hoje o termo mais comum no mercado internacional (VERGUEIRO, 2005). Esse formato originou-se da prática de dobrar suplementos em forma de tablóide e grampeá-los, gerando um número maior de páginas. Posteriormente, adicionou-se capa em papel especial, conferindo distinção ao produto (JÚNIOR, 2004).

Em outros países, as histórias em quadrinhos receberam diferentes denominações: *historietas*, na Espanha; *bandes dessinées*, na França; e *mangás*, no Japão. No Brasil, a designação popular “gibi” deriva da revista homônima publicada na década de 1940. O sucesso foi tamanho que o termo passou a ser usado para nomear genericamente qualquer revista em quadrinhos (RABAÇA e BARBOSA, 2001).

Embora temáticas políticas já estivessem presentes desde a década de 1930, até os anos 1980 os quadrinhos mantiveram forte apelo infantojuvenil, com enredos fantasiosos e universos paralelos. A transformação estética e temática mais significativa ocorreu com o surgimento das *graphic novels*, inauguradas simbolicamente por *A Contract with God (Um Contrato com Deus)*, de Will Eisner. Nessa narrativa, o autor abandona o tom satírico e apresenta crítica social incisiva ao retratar a dura realidade dos cortiços nova-iorquinos da década de 1930.

A partir desse marco, autores como Art Spiegelman (*Maus*), Alan Moore (*V de Vingança*) e Frank Miller (*Batman: O Cavaleiro das Trevas*) consolidaram uma abordagem mais adulta, crítica e politizada nos quadrinhos.

Esse desenvolvimento impacta diretamente a forma como os quadrinhos podem ser analisados e organizados como objetos informacionais. Muitos artistas participam de múltiplas obras, franquias e editoras. Um exemplo notável é Jack Kirby, criador de

personagens icônicos na Marvel (*Quarteto Fantástico*, *Capitão América*) e na DC Comics (*Quarto Mundo*, *Darkseid*).

Esse caráter interconectado evidencia o potencial dos quadrinhos para a construção de redes relacionais entre obras, personagens e autores. Assim, um sistema informacional robusto deveria recuperar, por exemplo, todas as contribuições de Jack Kirby em diferentes editoras. Tal capacidade de interligação reforça a pertinência do uso do *Linked Data* na representação e recuperação desses materiais em acervos informacionais.

### Procedimentos metodológicos

Para alcançar os objetivos propostos, a pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório, em virtude da investigação ainda incipiente sobre a intersecção entre *Linked Open Data* (LOD) e histórias em quadrinhos. A pesquisa configurou-se como um estudo bibliográfico, fundamentado na técnica de mapeamento sistemático da literatura, conforme demonstrado nas estratégias apresentadas no Quadro 1.

Quadro 1 – Estratégias do mapeamento sistemático

Elemento	Instância	Objetivo
<b>Recursos pesquisados</b>	Artigos científicos, livros, capítulos de livros, trabalhos publicados em anais de eventos	Identificar a produção científica de autores que abordam, de forma conjunta, os temas <i>Linked Data</i> e histórias em quadrinhos.
<b>Ambientes de investigação</b>	Portal de Periódicos da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior); Base de dados SCOPUS (plataforma de resumos e citações revisadas por pares)	Localizar publicações acadêmicas sobre <i>Linked Data</i> e histórias em quadrinhos em duas bases de dados de ampla relevância internacional.
<b>Delimitação temporal</b>	Período entre 2003 e 2023	Analisar a evolução da produção científica sobre os temas nos últimos vinte anos.
<b>Delimitação geográfica</b>	Países de língua inglesa e de língua portuguesa (com ênfase no Brasil)	Identificar publicações internacionais escritas em inglês, bem como possíveis iniciativas desenvolvidas em países lusófonos.
<b>Descritores utilizados</b>	<i>Comics AND Linked Data</i> ; <i>Linked Data AND Histórias em Quadrinhos</i>	Definir os parâmetros de busca a partir de descritores que representam os temas centrais da pesquisa.

Elemento	Instância	Objetivo
<b>Estratégias de análise</b>	Leitura dos títulos e resumos dos documentos recuperados	Identificar as iniciativas, abordagens metodológicas e desafios no uso de <i>Linked Data</i> aplicados a histórias em quadrinhos.
<b>Instrumentos de apresentação dos resultados</b>	Elaboração e apresentação de quadros sintéticos	Organizar e tornar mais visíveis os dados obtidos por meio do mapeamento sistemático.

**Fonte:** Elaborado pelas autoras (2025).

## Resultados

Após a realização das buscas na base de dados SCOPUS, utilizando os descritores estabelecidos, foram identificados 18 documentos como resultados preliminares. Contudo, após a análise dos títulos, constatou-se que apenas quatro estavam alinhados à temática proposta.

No Portal de Periódicos da CAPES, os resultados iniciais totalizaram 51 documentos. Entretanto, após a leitura dos títulos e a exclusão de duplicidades já identificadas na SCOPUS, apenas um artigo foi selecionado para compor o *corpus* da pesquisa.

Com base nesses resultados, aplicaram-se as estratégias definidas no protocolo de mapeamento sistemático, a fim de identificar iniciativas relacionadas ao uso de *Linked Data* em histórias em quadrinhos. Os principais documentos analisados e seus respectivos conteúdos foram sintetizados no Quadro 2.

**Quadro 2 – Título do quadro/tabela**

Título do artigo	Autores	Ano	Iniciativa	Dificuldades
<i>Identification of Works of Manga Using LOD Resources – An Experimental FRBRization of Bibliographic Data of Comic Books</i>	Wenling He; Tetsuya Mihara; Mitsuharu Nagamori; Shigeo Sugimoto	2013	O estudo utiliza a DBpedia, derivada da Wikipédia, como recurso de <i>Linked Open Data</i> para identificar entidades FRBR em registros bibliográficos de mangás. A iniciativa demonstra o potencial do LOD na identificação de obras por meio de dados bibliográficos.	O artigo aponta a necessidade de estudos aprofundados sobre controle de autoridade para obras em quadrinhos japoneses.

<b>Título do artigo</b>	<b>Autores</b>	<b>Ano</b>	<b>Iniciativa</b>	<b>Dificuldades</b>
<i>A Linked Data Model to Aggregate Serialized Manga from Multiple Data Providers</i>	Senan Kiryakos; Shigeo Sugimoto	2015	Os autores propõem um modelo de <i>Linked Data</i> para a agregação de dados bibliográficos de mangás, a partir de múltiplas fontes: a JSC Manga Library da Universidade Monash, o Media Arts Database da Agência Japonesa de Assuntos Culturais e outros recursos da <i>Web</i> .	A principal dificuldade enfrentada refere-se à inconsistência na descrição de um mesmo material entre diferentes fontes, evidenciando a necessidade de padronização na catalogação desse tipo de acervo.
<i>COO: Comic Onomatopoeia Dataset for Recognizing Arbitrary or Truncated Texts</i>	Jeonghun Baek; Yusuk Matsui; Kiyoharu Aizawa	2022	Este estudo apresenta a criação de um <i>dataset</i> voltado à coleta e organização de onomatopeias encontradas em quadrinhos japoneses, com vistas à análise automatizada desses elementos gráficos.	A compreensão das onomatopeias depende diretamente do contexto narrativo em que estão inseridas, representando um desafio para sua interpretação isolada.
<i>Days of Future Past: Why Race Matters in Metadata</i>	Julian Carlos Chambliss; Nicole Huff; Kate Topham; Justin Wigard	2022	A pesquisa, com base em <i>dataset</i> da Universidade Estadual de Michigan, analisa metadados de quadrinhos publicados entre 1890 e 2018 para identificar padrões de representação racial. O estudo propõe uma abordagem que vai além da descrição documental, incorporando elementos temáticos e de representação social.	O artigo não explicita as dificuldades enfrentadas na pesquisa.

Título do artigo	Autores	Ano	Iniciativa	Dificuldades
<i>The Marmaduke Problem: A Case Study of Comics as Linked Open (Meta)data</i>	Kate Topham; Julian Chambliss; Justin Wigard; Nicole Huff	2022	O laboratório de biblioteca digital da Universidade Estadual de Michigan, que possui uma das maiores coleções de HQs, desenvolveu um <i>dataset</i> de quadrinhos com apoio de bibliotecários, estudiosos, fãs e da Wikidata.	A dificuldade central refere-se ao controle de autoridade. O caso do quadrinho <i>Marmaduke</i> , de autoria de Brad Anderson, exemplifica o problema, pois há outro artista com o mesmo nome atuando na DC Comics. Tal cenário evidencia a necessidade de um sistema específico de controle de autoridade para HQs.

**Fonte:** Elaborado pelas autoras (2025).

A análise dos artigos selecionados permite observar que as iniciativas envolvendo *Linked Open Data* (LOD) e histórias em quadrinhos remontam a, pelo menos, uma década. Ainda que os estudos acadêmicos sobre o tema tenham se intensificado apenas recentemente, constata-se que unidades informacionais já haviam identificado, anteriormente, a necessidade de criação de *datasets* voltados para esse tipo de material. Tal constatação evidencia que a prática bibliotecária e documental antecipou-se à academia ao reconhecer o potencial e os desafios da aplicação de LOD em acervos de histórias em quadrinhos.

Outro aspecto relevante é a escassez de publicações sobre o tema, apesar da existência de múltiplas iniciativas de LOD no âmbito da Ciência da Informação. Quando aplicado aos quadrinhos, o uso de LOD ainda encontra um campo pouco explorado, configurando-se como um “limbo” de investigação. Essa lacuna é particularmente significativa, pois evidencia a urgência de desenvolver metodologias eficazes de mediação da informação também para acervos não convencionais, como os de gibitecas e mangatecas.

Além disso, embora algumas iniciativas de *datasets* estejam em curso, persistem obstáculos relacionados à exportação de metadados oriundos de histórias em quadrinhos. Entre esses desafios, destaca-se a ausência de padronização no controle de autoridades. Conforme evidenciado por Topham *et al.* (2022), a existência de homônimos pode comprometer a vinculação correta de informações. Quando os responsáveis pela curadoria dos dados desconhecem o conteúdo em profundidade, há risco de associar obras a entidades equivocadas, o que compromete a integridade do *dataset* e pode gerar inconsistências nos sistemas de recuperação da informação.

Esse cenário revela uma importante oportunidade de atuação para a Ciência da Informação: o desenvolvimento de *datasets* especializados em histórias em quadrinhos.

Esses conjuntos de dados podem contemplar tanto coleções completas quanto acervos específicos de uma única biblioteca, ampliando as possibilidades de descrição, recuperação e reuso dos dados, inclusive para além da criação de estruturas de *Linked Data*.

A questão da padronização dos dados catalográficos também se impõe como um ponto crítico. Quando diferentes bibliotecas descrevem um mesmo material de formas divergentes, a integração desses dados em ambientes de LOD torna-se problemática, resultando em perdas de informação e fragilização das redes de dados interligados.

É importante destacar a complexidade inerente à catalogação de histórias em quadrinhos. Diferentemente dos livros tradicionais — que geralmente envolvem autor, tradutor, editor e, eventualmente, coautores ou ilustradores —, os quadrinhos apresentam uma multiplicidade de agentes envolvidos na criação. Nos quadrinhos americanos, por exemplo, é comum a participação de roteiristas, ilustradores, capistas, coloristas, tradutores e editores. Já os mangás japoneses envolvem autores, assistentes, revisores, editores e editoras. Essas diferenças reforçam a necessidade de estabelecer padrões de metadados específicos para cada tipo de quadrinho, a fim de viabilizar a aplicação de projetos informacionais adequados e eficazes.

Portanto, apesar de existirem iniciativas relevantes nos Estados Unidos, é imperativo ampliar os esforços para incluir outras tipologias de quadrinhos, como as charges e os gibis, especialmente no contexto brasileiro. As charges, por exemplo, não seguem uma narrativa linear e geralmente são compostas por quadros únicos, com legendas, veiculadas principalmente em jornais. Já os gibis podem conter histórias seriadas em vários volumes ou narrativas breves reunidas em uma única publicação. Essas especificidades reforçam a necessidade de abordagens diferenciadas na descrição e tratamento da informação.

Cabe também destacar a emergência de unidades informacionais especializadas, como as gibitecas — instituições genuinamente brasileiras — e, mais recentemente, as chamadas mangatecas, voltadas especificamente para acervos de mangás. Tais unidades demandam estudos e iniciativas próprias que considerem suas peculiaridades documentais e de uso. Isso evidencia a urgência de novas pesquisas na área, de modo a garantir que os sistemas e tecnologias desenvolvidos no âmbito da Ciência da Informação sejam efetivamente aplicados nesses contextos especializados.

Caso tais lacunas não sejam endereçadas com a devida atenção, corre-se o risco de que outras áreas do conhecimento se apropriem dessas temáticas, o que pode resultar na perda de protagonismo científico e técnico da Ciência da Informação nesse campo emergente.

Dessa forma, é fundamental que se parta das iniciativas já consolidadas de *Linked Data* em outras unidades informacionais para adaptá-las às realidades das bibliotecas especializadas em histórias em quadrinhos. Com isso, será possível proporcionar aos usuários uma experiência informacional mais rica, como a possibilidade de localizar quadrinhos de seus autores preferidos ou identificar a primeira aparição de determinado personagem, entre outros exemplos. Esse esforço representa uma ampliação do papel mediador da biblioteca, promovendo o acesso qualificado à informação e fortalecendo a relevância social dessas unidades especializadas.

### *Considerações finais*

Este estudo teve como principal objetivo investigar de que maneira as tecnologias de *Linked Open Data* (LOD) podem contribuir para a recuperação e a vinculação de dados relativos a histórias em quadrinhos, promovendo a confiabilidade da informação e evitando a disseminação de dados imprecisos ou falsos. Essa finalidade foi contemplada ao longo da análise dos artigos selecionados, cujos resultados evidenciaram diferentes iniciativas de aplicação do LOD aos quadrinhos, bem como os desafios enfrentados nesse processo (Quadro 2).

A partir dos dados coletados, também foi possível responder ao objetivo específico de identificar as principais iniciativas existentes que envolvem a aplicação de LOD a materiais como gibis, mangás e outros tipos de quadrinhos. Os estudos analisados demonstraram esforços diversos, como a criação de *datasets* temáticos, modelos de agregação de dados bibliográficos e investigações sobre representação temática e controle de autoridade.

No entanto, conforme apontado na discussão, para que tais tecnologias sejam efetivamente aplicadas aos quadrinhos de forma robusta e confiável, é necessário delimitar e compreender as especificidades dos diferentes tipos de quadrinhos — suas estruturas narrativas, elementos de autoria e formas editoriais. Essa demanda foi identificada como crucial para a criação de padrões de metadados apropriados, capazes de garantir a integridade dos dados durante sua exportação e interligação. Casos como o do personagem Marmaduke, apresentado por Topham *et al.* (2022), evidenciam os riscos da ausência de um controle de autoridade bem estruturado, ressaltando a complexidade documental dos quadrinhos enquanto objetos informacionais.

Outro ponto que emergiu da análise foi a necessidade de desenvolvimento de modelos padronizados de catalogação específicos para esse tipo de material. Essa padronização não apenas facilita a recuperação da informação por parte dos usuários nos catálogos das bibliotecas, mas também possibilita a interoperabilidade entre sistemas e plataformas, favorecendo a migração eficiente de dados para estruturas de LOD.

Conclui-se, portanto, que, apesar de já existirem iniciativas relevantes que integram LOD e histórias em quadrinhos, ainda há uma lacuna significativa de estudos e práticas voltadas à construção de um *dataset* consolidado para esses materiais. A superação dessa lacuna implica, necessariamente, a criação de padrões de descrição, controle de autoridade e catalogação adequados à especificidade dos quadrinhos. Somente a partir dessa base sólida será possível explorar plenamente o potencial do LOD, promovendo a disseminação qualificada da informação e seu uso efetivo pelos usuários finais das unidades informacionais especializadas.

### Referências bibliográficas

**ARAKAKI, F. A.**

2016 *Linked data: ligação de dados bibliográficos*. Marília, 2016.  
Dissertação de mestrado - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências.

**BAEK, J.; MATSUI, Y.; AIZAMA, K.**

2022 COO: Comic onomatopoeia dataset for recognizing arbitrary or truncated texts. In EUROPEAN CONFERENCE ON COMPUTER VISION (ECCV), 17<sup>th</sup>, Tel Aviv, 2022 - *Proceedings...* [Em linha]. 2022, p. 1-25. Disponível em: <https://arxiv.org/abs/2207.04675>.

**BELKIN, N. J.**

1978 Information concepts to information science. *Journal of Documentation*, 34:1 (1978) 55-85.

**BERNERS-LEE, T.**

2006 *Linked data*. [Em linha]. 2006. Disponível em: <https://www.w3.org/DesignIssues/LinkedData.html>.

**BIZER, C.; HEATH, T.; BERNERS-LEE, T.**

2009 *Linked data: The story so far*. [Em linha]. 2009. Disponível em: <http://tomheath.com/papers/bizer-heath-berners-lee-ijswis-linked-data.pdf>.

**CAPURRO, R. [et al.]**

2007 O Conceito de informação. *Perspectivas em Ciência da Informação*. [Em linha]. 12:1 (2007). Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/33134>.

**CHAMBLISS, J. C. [et al.]**

2022 Days of future past: Why race matters in metadata. *Genealogy*. [Em linha]. 6:2 (2022) 47-58. DOI: <https://doi.org/10.3390/genealogy6020047>.

**GOIDA; KLEINERT, A**

2011 *Enciclopédia dos quadrinhos*. Porto Alegre: L&PM.

**JÚNIOR, G.**

2004 *A Guerra dos gibis: A formação do mercado editorial brasileiro e a censura aos quadrinhos, 1933-64*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

**KIRYAKOS, S.; SUGIMOTO, S.**

2015 A Linked data model to aggregate serialized manga from multiple data providers. In INTERNATIONAL CONFERENCE ON ASIAN DIGITAL LIBRARIES, 17<sup>th</sup>, Seoul, 2015 - *Proceedings...* Ed. by Robert Allen, Jane Hunter, Marcia Zeng. Berlin; Heidelberg: Springer, 2015, p. 120-131. Disponível em: [https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-3-319-27974-9\\_12](https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-3-319-27974-9_12).

**LUYTEN, S. M. B.**

1985 *O Que é história em quadrinhos*. 2<sup>a</sup> ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

**MELO, N. L. C. de; LOURENÇO, C. D. A.**

2023 IFLA LRM: Caracterização e mapeamento sistemático da produção científica. *Múltiplos Olhares em Ciência da Informação*. [Em linha]. 13 (2023). Disponível em: <https://doi.org/10.35699/2237-6658.2023.41967>.

**MOYA, Á. De**

1993 *História da história em quadrinhos*. São Paulo: Brasiliense, 1993.

**NHACUONGUE, J. A.; ROZSA, V.; DUTRA, M. L.**

2018 *Linked data e Ciência da Informação: Diretrizes para a publicação de datasets institucionais abertos. Biblios*. [Em linha]. 73 (2018) 20-34. Disponível em: <https://doi.org/10.5195/biblios.2018.429>.

**PAJEÚ, H. M. [et al.]**

2007 Uma Nova proposta de classificação de histórias em quadrinhos. *Biblionline*. 3:2 (2007) 1-10.

**RABAÇA, C. A.; BARBOSA, G.**

2001 *Dicionário de comunicação*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

**RAMOS, P.**

2009 Histórias em quadrinhos: Gênero ou hipergênero? *Estudos Linguísticos*. 38:3 (2009) 355-367.

**RAMOS, R. B. T.**

2023 Gibiteca: Unidade de informação para a mediação da leitura de histórias em quadrinhos. *Liinc em Revista*. [Em linha]. 19:1 (2023) e6312. Disponível em: <https://doi.org/10.18617/liinc.v19i1.6312>.

**RASMUSSEN PENNINGTON, D.**

2016 Demystifying linked data: Are you ready for what's next? *CILIP Update*. [Em linha]. (Jul./Aug. 2016) 34-36. Disponível em: <https://strathprints.strath.ac.uk/65085/>.

**SANTAREM SEGUNDO, J. E.; CONEGLIAN, C. S.**

2016 Web semântica e ontologias: Um estudo sobre construção de axiomas e uso de inferências. *Informação & Informação*. [Em linha]. 21:2 (2016) 217-244. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/26417>.

**SIMIONATO, A. C. [et al.]**

2018 Audiovisuais e linked data: Um estudo das bases DBpedia e LMDb. *Em Questão*. [Em linha]. 24:3 (2018) 297-315. Disponível em: <https://doi.org/10.19132/1808-5245243.297-315>.

**TOPHAM, K. [et al.]**

2022 The Marmaduke problem: A case study of comics as linked open (meta)data. *KULA*. [Em linha]. 6:3 (2022) 1-8. Disponível em: <https://doi.org/10.18357/kula.225>.

**VERGUEIRO, W.**

2005 Histórias em quadrinhos e serviços de informação: Um relacionamento em fase de definição. *Datagramazero: Revista da Ciência da Informação*. 6:2 (2005) 1-13.

**VERGUEIRO, W.**

1994 Comic book collections in Brazilian public libraries: The gibitecas. *New Library World*. [Em linha]. 95:1.117 (1994) 14-18. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/03074809410070511>.

**WENLING, H. [et al.]**

2013 Identification of works of manga using LOD resources: An experimental FRBRization of bibliographic data of comic books. In *ACM/IEEE-CS JOINT CONFERENCE ON DIGITAL LIBRARIES, 13<sup>th</sup>, Indianapolis, 2013 - Proceedings...* [Em linha]. New York: Association for Computing Machinery, 2013, p. 253-256. Disponível em: <https://dl.acm.org/doi/10.1145/2467696.2467731>.

**Fernanda Lacerda Santana Bim | f.santana@unesp.br**

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Brasil

**Jessica Beatriz Tolare | jessica.tolare@unesp.br**

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Brasil

**Resumo:** O presente trabalho analisa as partituras impressas disponíveis no catálogo da Biblioteca da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP) e da Biblioteca da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Com relação à problemática da pesquisa, tem o intuito de responder a seguinte questão: como são indexadas as partituras de flauta nos catálogos de bibliotecas universitárias? Para o desenvolvimento da pesquisa, foi traçado o objetivo geral, que visa analisar como é efetuada a indexação de partituras de flauta nos catálogos das bibliotecas universitárias da ECA/USP e da Biblioteca da UFMG. Os objetivos específicos apontados para o estudo são: (i) verificar na literatura a temática de indexação de partituras da flauta; (ii) comparar a representação informacional realizada pela indexação das partituras nos catálogos das bibliotecas da USP e UFMG. Sob esse cenário, este estudo justifica-se pela contribuição para a Organização do Conhecimento, uma vez que aborda uma lacuna entre a música e a Ciência da Informação, permite que os bibliotecários tenham um aprimoramento técnico e compreendam os elementos que compõem as partituras, visto que este é um item documental complexo e pouco estudado na área supracitada. Além disso, a pesquisa contribuirá com os músicos e interessados na temática das partituras de flauta, visto que a eficiência na recuperação do item musical impacta na sua produção e/ou pesquisa, garante maior acessibilidade e eficiência e visibilidade em acervos bem representados. Como também, a pesquisa viabiliza a preservação do patrimônio cultural e sua difusão, pois a indexação da partitura é uma ferramenta que garante que o material cultural seja recuperado, uma vez que a partitura constitui elementos da memória ou “lugares de memória”, como destaca Pierre Nora (1997). Em síntese, o artigo possui como seções os procedimentos metodológicos, que definiram a pesquisa como exploratória e descritiva, de abordagem qualitativa e com método da pesquisa por análise comparativa. O referencial teórico disserta sobre o processo de indexação de partituras; os elementos que compõem uma partitura; e partituras de flauta. Assim como, são abordados os resultados e discussões, bem como as considerações finais referentes a esse estudo.

**Palavras-chave:** Biblioteca Universitária; Indexação; Partituras.

**Abstract:** This paper analyses printed sheet music available in the catalogues of the Library of the School of Communication and Arts of the University of São Paulo (ECA/USP) and the Library of the Federal University of Minas Gerais (UFMG). The research aims to answer the following question: how are flute scores indexed in university library catalogues? The general objective of this research was to analyse how flute scores are indexed in the catalogues of the university libraries of ECA/USP and the UFMG library. The specific objectives of this study are: (i) to review the literature on the topic of indexing flute scores; (ii) to compare the informational representation achieved by indexing scores in the catalogues of the USP and UFMG libraries. In this context, this study is justified by its contribution to Knowledge Organization, as it addresses a gap between music and Information Science, allowing librarians to improve their technical skills, and understanding the elements that make up scores, given that scores are complex and little-studied documents in the aforementioned field. Furthermore, the research will contribute to musicians and those interested in the topic of flute scores, as efficient retrieval of musical items impacts their production and/or research, ensuring greater accessibility, efficiency, and visibility in well-represented collections. Furthermore, the research will enable the preservation of cultural heritage and its dissemination, as score indexing is a tool that ensures the retrieval of cultural material, given that scores constitute elements of memory or "sites of memory," as Pierre Nora (1997) points out. In summary, the article's methodological procedures are presented in sections, which defined the research as exploratory and descriptive, with a qualitative approach and a comparative analysis research method. The theoretical framework discusses the score indexing process; the elements that make up a score; and flute scores. The results and discussions, as well as the final considerations regarding this study, are also addressed.

**Keywords:** University library; Indexing; Sheet music.

## *Introdução*

A partitura musical “pode ser considerada como um tipo de documento não-textual e textual ao mesmo tempo” (TOLARE, 2025:11). Para descrevê-la, não é necessário ser musicista, mas é imprescindível conhecer e reconhecer os principais elementos que a compõem, decifrando esse elemento não-textual em itens descritivos para posterior recuperação. Nesse sentido, este estudo apresentará um aprofundamento no tema evolução da notação musical, bem como serão apontados os principais elementos que compõem uma partitura de flauta impressa indicando os itens essenciais para descrevê-la.

No âmbito da Organização da Informação e do Conhecimento, Cardoso Filho e Santos (2012) discorrem que uma das maneiras de organizar a informação é a partir da indexação, que visa a que tradução da informação contida em um documento por meio de termos selecionados da linguagem natural, e que intermedeia a comunicação entre o usuário e o documento, promovendo um tipo de representação do conhecimento registrado.

Ainda nessa perspectiva, Vieira (2014) complementa que o ato de indexar inclui o registro de um documento em um índice ou repositório de informações que auxiliam na formação do catálogo de uma biblioteca. Nesse contexto, a indexação promove a representação de documentos para que sejam recuperados a partir de seu assunto, utilizando termos de um vocabulário controlado, tornando-os padronizados nos sistemas de informação das bibliotecas de uma tipologia específica.

A biblioteca universitária, por exemplo, é uma unidade informacional que fornece suporte bibliográfico e documental aos cursos, às pesquisas, e aos serviços mantidos pela universidade (FONSECA, 2007). Dessa forma, visa atender às necessidades informacionais da comunidade acadêmica de uma Instituição de Ensino Superior (IES), seja pública ou particular, na qual é constituída pelos discentes, docentes, técnicos administrativos, observando a missão e aos objetivos da instituição de ensino superior, com o intuito de contribuir com as atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Por esse ângulo, o seu acervo deve assistir às demandas dos cursos que são ofertados por essas universidades. Em uma IES que possui o curso de música, um dos materiais que são requisitados pelos usuários é a partitura, que é uma representação escrita de uma música. Com isso, essa comunidade particular, formada principalmente pelos discentes, docentes e pesquisadores da área da música, realiza a consulta de partituras, as quais devem estar indexadas com informações essenciais nos catálogos das bibliotecas universitárias para devida recuperação.

Sob esse aspecto, descrever uma partitura para sua representação informacional é um desafio, devido a especificidade desse material, uma vez que a partitura apresenta elementos textuais e visuais, e para descrevê-la de forma eficiente, é necessário ter um conhecimento prévio da partitura e reconhecer os elementos que a compõem.

Assim sendo, este trabalho analisará as partituras impressas, disponíveis no catálogo da Biblioteca da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP) e da Biblioteca da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Sob essa conjuntura, o intuito dessa pesquisa é responder a seguinte questão: como são indexadas as partituras de flauta nos catálogos de bibliotecas universitárias?

Para o desenvolvimento da pesquisa, foi traçado o objetivo geral, que visa analisar como é efetuada a indexação de partituras de flauta nos catálogos das bibliotecas universitárias da ECA/USP e da Biblioteca da UFMG. Os objetivos específicos apontados para o estudo são: **(i)** verificar na literatura a temática de indexação de partituras da flauta; **(ii)** comparar a representação informacional realizada pela indexação das partituras nos catálogos das bibliotecas da USP e UFMG.

Sob esse cenário, este estudo justifica-se pela contribuição para a Organização do Conhecimento, uma vez que aborda uma lacuna entre a música e a Ciência da Informação, permitindo que os bibliotecários tenham um aprimoramento técnico e compreendam os elementos que compõem as partituras, visto que este é um item documental complexo e pouco estudado na área supracitada.

Além disso, a pesquisa contribuirá com os músicos e interessados na temática das partituras de flauta, visto que eficiência na recuperação do item musical impacta na sua produção e/ou pesquisa, garante maior acessibilidade, eficiência e visibilidade em acervos bem representados. Como também, a pesquisa viabiliza a preservação do patrimônio cultural e sua difusão, pois a indexação da partitura é uma ferramenta que garante que o material cultural seja recuperado, uma vez que a partitura constitui elementos da memória ou “lugares de memória”, como destaca Pierre Nora (1997).

Em síntese, o artigo possui como seções os procedimentos metodológicos, o referencial teórico que disserta sobre o processo de indexação de partituras; os elementos que compõem uma partitura; e partituras de flauta. Assim como, são abordados os resultados e discussões, bem como as considerações finais referentes à presente pesquisa.

### *Procedimentos metodológicos*

No que se refere aos procedimentos metodológicos delimitados para esse estudo, é uma pesquisa exploratória, uma vez que esse tema indexação de partituras é pouco explorado e estudado e possibilita maior familiaridade com o problema, assim como a pesquisa é descritiva, já que a proposta é observar nos catálogos de duas universidades brasileiras (USP e UFMG) como é realizada a indexação de suas partituras oferecendo um panorama detalhado dessas realidades, o que nos permite identificar os padrões e formular hipóteses sobre o tema.

Nesse contexto, a pesquisa exploratória propiciou o levantamento bibliográfico de materiais, como livros, artigos, teses e dissertações que tratassem como temática o processo de indexação, bem como a indexação de partituras, e as especificidades da partitura de flauta, cujos materiais supracitados subsidiaram o desenvolvimento deste estudo.

Visto que a pesquisa é exploratória e descritiva, o estudo é considerado qualitativo, pois o propósito da pesquisa qualitativa é fazer a compreensão e o aprofundamento dos fenômenos (HERNÁNDEZ SAMPIERI, FERNÁNDEZ COLLADO e BAPTISTA LUCIO, 2013). Nesse caso, a pesquisa é considerada qualitativa por compreender o universo das partituras musicais, explorando seus detalhes, encontrando nos próprios materiais dados para posterior interpretação dos significados.

Sendo assim, buscou-se compreender como é constituída a indexação de partituras de flauta nos catálogos da Biblioteca da ECA/USP e da Biblioteca da UFMG, e analisar como é efetuada a indexação de partituras de flauta nesses catálogos.

Ademais, na pesquisa descritiva faz-se a utilização da pesquisa documental, que segundo Cervo, Bervian e Silva (2007:62) “são investigados documentos com o propósito de descrever e comparar usos e costumes, tendências, diferenças e outras características”. Nesse sentido, a pesquisa documental desenvolvida para esse estudo, foi realizada mediante a escolha das partituras de flauta comuns e disponíveis em ambos os catálogos da Biblioteca da ECA/USP e da Biblioteca da UFMG, posterior a isso foram analisados os manuais de catalogação de partituras de cada instituição e verificado como é realizada a indexação das partituras selecionadas e se os manuais disponibilizados apresentam as diretrizes para essa atividade.

A partir dessa perspectiva, o método de abordagem foi a análise comparativa, já que o intuito é comparar o processo de indexação de partituras nos catálogos da USP e da UFMG, buscando partituras iguais em ambos os catálogos. Assim sendo, essa técnica permite fazer comparações entre dois ou mais objetos, a fim de observar aspectos que envolvem a indexação de partitura de flauta, por exemplo, que são semelhantes ou que se diferenciam nos catálogos das Bibliotecas da USP e da UFMG.

No que tange à coleta dos dados, realizou-se a busca no catálogo da Biblioteca da ECA/USP e no catálogo da Biblioteca da UFMG apenas pelo termo flauta para verificar os materiais disponíveis e comuns em ambos os catálogos e depois selecionou-se para análise de partituras de flauta do repertório erudito e impresso.

Foi observado que a Biblioteca da ECA/USP possui seu próprio manual de catalogação, sua última atualização foi em 2023 e nele as autoras Recine e Macambira (2023) destacam que a Biblioteca segue normas próprias de catalogação que ao longo dos anos vão sendo definidas e aperfeiçoadas pelos profissionais responsáveis pelo processo.

Ademais, no manual consta que a Biblioteca da ECA trabalha com categorias de informação pré determinadas, como: **(i)** Autor (compositor) **(ii)** Autor de texto **(iii)** Arranjador **(iv)** Autor de transcrição **(v)** Editor **(vi)** Título **(vii)** Título original **(viii)** Meio de expressão **(ix)** Assunto **(x)** Conteúdo **(xi)** Local de publicação **(xii)** Editora **(xiii)** Ano de publicação **(xiv)** Notas **(xv)** Descrição física **(xvi)** Série. A partir do manual apresentado, buscou-se verificar se as instituições realmente seguiram as instruções determinadas e como essa instrução impacta na representação das partituras.

A Biblioteca da UFMG também possui seu manual de catalogação de música apresentando instruções para entrada de dados nos campos fixos para música; o manual apresenta um quadro com modelos de instrução de entrada de dados nas páginas 4 a 9.

Por fim, os dados foram coletados através da busca no catálogo e as partituras foram escolhidas a partir do que é comum em ambos os catálogos. Para isso, foram selecionadas 3 partituras comuns de cada instituição, totalizando 6 partituras.

Os materiais selecionados para análise foram: *Sonata em Lá menor* de Carl Philipp Emanuel Bach; *Método Taffanel* e *Syrinx* de Debussy.

No que concerne à análise dos resultados, os materiais foram analisados e colocados em quadros para melhor visualização e elucidação da comparação. Os catálogos estudados apresentaram a partitura com os seguintes elementos: tipo de material, entrada principal, título, imprensa, descrição, meio de expressão, assunto, etc. Assim, buscando identificar os elementos das partituras em sua completude, definiram-se as categorias em comum nos dois catálogos: autor, título, publicação, descrição e/ou meio de expressão e assunto.

### *Processo de indexação de partituras*

A indexação consiste em identificar o conteúdo temático de um documento para fins de representação e acesso ao material pelos usuários. Lancaster (2004:9) afirma que a indexação envolve duas etapas: “**1.** Análise conceitual: implica decidir o que trata o documento – isto é, qual o seu assunto”; “**2.** Tradução: conversão da análise conceitual de um documento num determinado conjunto de termos de indexação” (LANCASTER, 2004:18).

Nesse sentido, a análise conceitual permite que o indexador assimile qual é o assunto principal de um documento e, a partir da tradução, atribuir termos controlados para representar o conteúdo desse material. Quanto à Norma 12.676, da Associação Brasileira de Normas Técnicas (1992), determina que há três estágios de indexação, a saber: “a) exame do documento e estabelecimento do assunto de seu conteúdo; b) identificação dos conceitos presentes no assunto; c) tradução desses conceitos nos termos de uma linguagem de indexação”.

É visto que os estágios A e B estipulados pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (1992) constituem a primeira etapa de indexação definida por Lancaster (2004), a análise conceitual, e o estágio C é a segunda etapa de indexação, a tradução. Além disso, a Associação Brasileira de Normas Técnicas (1992) recomenda que a etapa final tenha suporte dos instrumentos de indexação, como esquemas de classificação: Classificação Decimal de Dewey (CDD) e Classificação Decimal Universal (CDU); lista de cabeçalhos de assuntos, tesouros, e demais linguagens de indexação.

Para Fujita (2003), o processo de indexação é composto por: 1) analítico – é a compreensão do texto de modo completo, que envolve a identificação e seleção de conceitos relevantes para a indexação; 2) tradução – conceitos representados por meios de termos controlados. Fujita (2003) inclui a determinação do assunto, que diz respeito à atribuição de conceitos tratados em um documento e a representação de conceitos em linguagem de indexação, acerca da tradução dos conceitos em linguagem de indexação.

O processo de indexação é essencial para a recuperação de documentos, especialmente de partituras musicais, as quais são materiais impressos ou manuscritos no formato físico ou digital que representam uma música específica por meio das notas musicais, com o intuito de indicar o som que ela possui.

Caldas (2007) afirma que as partituras musicais podem ser constituídas de diversas informações que as individualizam, além do seu título e autor, como os instrumentos que compõem a formação, tipo de composição, a época, copista, arranjador e demais características referentes a esse material. Ademais, Caldas (2007) salienta que há uma complexidade de se interpretar uma partitura musical para fins de tratamento

informativo, visto que os metadados não estão evidentes, o que torna o tratamento e organização limitados.

Faria (2009) acrescenta que, geralmente, bibliotecários e arquivistas não possuem conhecimento musical de forma suficiente para atender as necessidades informacionais dos músicos, regentes, e demais profissionais da música. Desse modo, sob a concepção de Faria (2009), é explícito que esse impasse dificulta a indexação de partituras musicais, uma vez que o desconhecimento de informações significativas por parte do indexador acerca desse material propiciará dificuldades na sua recuperação, devido aos metadados omitidos no momento da atividade de indexação.

Sob o ponto de vista de Barbosa (2021), concernente à indexação de partitura musical, a autora aborda que a partitura é um documento, como também um objeto de estudo, que possui traços altamente subjetivos, e que o profissional da informação está sujeito a interpretar a música de diversas formas, dado que “a música tem uma carga abstrata que aciona uma emotividade, fator esse que muitas vezes afeta o processo e o resultado da representação temática do objeto” (BARBOSA, 2021:22), como a indexação de partituras musicais.

Tolare (2025:24) salienta que há estudos que comprovam falhas na indexação de partituras musicais, “como sistemas que não conseguem recuperar adequadamente e falta de conhecimento especializado [...]”. Nessa conjuntura, a inexistência de uma indexação adequada para representar esses materiais, bem como a falta de conhecimento na área da música pelo indexador, acarretam a não recuperação de uma partitura de um instrumento musical específico, a flauta por exemplo.

### *Elementos que compõem uma partitura*

Para representar o conteúdo de uma partitura é necessário conhecer alguns elementos que a compõem, como pauta, notas, claves e acidentes. Uma pauta ou pentagrama é onde as notas são escritas: são 5 linhas e 4 espaços horizontais lidas de baixo para cima, como visto na Fig. 1. Na pauta também se escrevem as claves, um sinal gráfico que determina onde as notas serão escritas e as claves conhecidas são clave de Sol, clave de Fá e clave de Dó (PILHOFER e DAY, 2018).

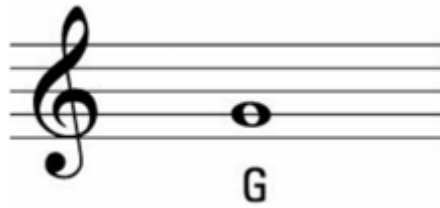
**Fig. 1 – Pauta ou pentagrama**



**Fonte:** PILHOFER e DAY (2018).

A clave, de acordo com a Fig. 2, serve para indicar a altura das notas. A clave de Sol é escrita na segunda linha, o que determina que a nota da segunda linha se chama Sol, quando as notas estão escritas na clave de Sol sabemos que as notas são altas, “a maior parte dos instrumentos de sopro feitos de madeira se mantêm somente na clave de Sol, assim como os metais agudos e os violinos” (PILHOFER e DAY, 2018:65).

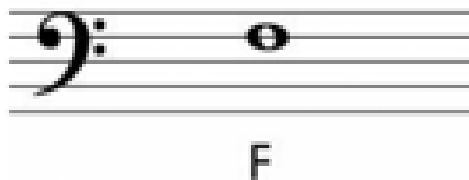
Fig. 2 – Clave de sol



Fonte: PILHOFER e DAY (2018).

A clave de Fá, apresentada na Fig. 3, pode ser escrita na quarta linha, o que significa que a nota Fá estará na quarta linha e indica que as notas possuem altura mais baixa. “A música escrita na clave de Fá, geralmente, é alvo de instrumentos de sopro graves como o fagote; dos metais mais graves, como a tuba; e dos instrumentos de corda graves, como o contrabaixo” (PILHOFER e DAY, 2018:66).

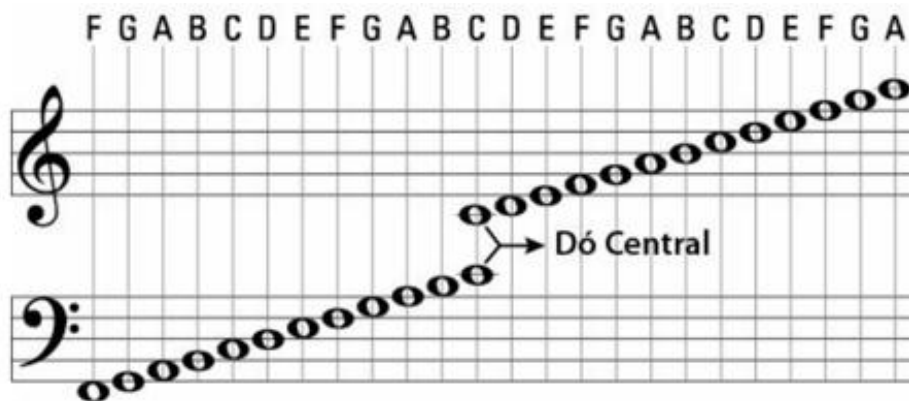
Fig. 3 – Clave de Fá



Fonte: Pilhofer e Day (2018).

“Junte as claves de Sol e de Fá [como apresentado na Fig. 4] e você obterá o sistema, que contém ambas as claves, de Sol e de Fá, conectadas por linhas auxiliares e o elo, o Dó Central” (PILHOFER e DAY, 2018:67).

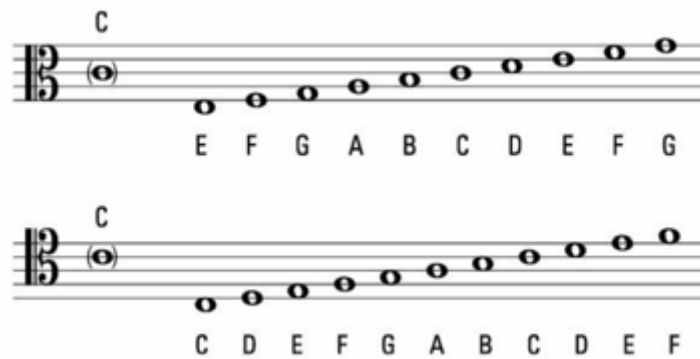
Fig. 4 – Sistema e o Dó Central



Fonte: PILHOFER e DAY (2018).

É possível encontrarmos a clave de Dó, apontado na imagem 5, “uma clave móvel que pode ser localizada em qualquer linha da partitura” (PILHOFER e DAY, 2018:68). Essa clave é utilizada quando se escreve música para viola, violoncelo, trombone.

Fig. 5 – Clave de Dó



Fonte: PILHOFER e DAY (2018).

Quando falamos em notas nos referimos a sete elementos: Dó, Ré, Mi, Fá, Sol, Lá, Si que também podem ser indicados por letras C, D, E, F, G, A, B.

É importante conhecer os acidentes musicais, expostos na Fig. 6, pois essas “notações são utilizadas para aumentar ou diminuir o tom da nota” (PILHOFER e DAY, 2018:74). Os acidentes musicais são: sustenido, bemol, dobrado sustenido, dobrado bemol, enquadro.

Fig. 6 – Acidentes musicais



Fonte: Adaptado de PILHOFER e DAY (2018).

Além desses elementos, é necessário identificar outros elementos descritivos, como título, autor, arranjador, editora, coleção e outros detalhes físicos da música que são importantes para sua representação, como mostra a Fig. 7.

Esses elementos apresentados na Fig. 7 (elementos de uma partitura e a representação da partitura de violino), são os mesmos utilizados na identificação dos elementos que representam uma partitura de Flauta, pois esse instrumento lê as notas na clave de Sol.

À vista disso, fica clara a importância de conhecer e reconhecer os elementos essenciais que compõem uma partitura, como as partituras de flauta, uma vez que esses elementos são importantes para músicos e interessados na temática e são indispensáveis para uma representação eficaz e eficiente.

Fig. 7 – Elementos de uma partitura

**Violino I** — **Suíte Sinfônica "Minas Gerais"**  
**II - Toccata** — **Silvio Baccarelli 1957**

4 — Calmo e espressivo  $\text{♩} = 72$  — 5

7 — *pp* — 8 — 9

114 — 10 — *rit.* — *a tempo* — 11

122 — *p* — 13 — 14

129 — 12 — 15 — 16 — *f* — 17 — *B* — *Poco più mosso*  $\text{♩} = 100$  — 18

136 — 19 — 20 — 21 — 22

142 — 23 — 24 — 25 — 26

157 — 27 — 28 — *animando poco a poco* — 29 — *rit.* — 30 — *dim.*

**LEGENDA**

1 Título	11 Barra de Compasso	21 Barra Dupla
2 Instrumento (parte)	12 Número de Compasso	22 Sustenido
3 Compositor	13 Dinâmica (piano)	23 Bequadro
4 Andamento	14 Apogiatura	24 Dinâmica Crescendo
5 Tempo de Andamento	15 Dobrado Sustenido	25 Dinâmica decrescendo
6 Ano da Composição	16 Dinâmica (forte)	26 Pausa de Colcheia
7 Clave (Sol)	17 Marca de Ensaio	27 Bemol
8 Fórmula de Compasso	18 Andamento	28 Andamento
9 Ligadura	19 Pausa de Semicolcheia	29 Fermata
10 Pausa de Semínima	20 pausa de Semibreve	30 Barra de Finalização

Fonte: CORREA e SILVA (2019).

### Partitura de flauta

A partitura é a representação escrita da música, através de símbolos e signos. De acordo com Borges (2006:4 *apud* SILVA, CASTRO e LEMES, 2022:84) “a partitura musical é uma forma de registro que possui características particulares em sua produção, circulação e uso e que colabora para a permanência da memória da música através do tempo e de sua projeção futura”. Dessa forma, Silva, Castro e Lemes (2022:84) apontam que “as partituras musicais são materiais compostos por signos, geralmente não habituais para o catalogador, o que pode dificultar a qualidade da representação, em seus aspectos descritivos e temáticos”.

Para representar as informações contidas em uma partitura não é necessário ser músico, mas é imprescindível conhecer os elementos que a compõem e assim “entender as necessidades de buscas dos musicistas, coralistas e pesquisadores para a representação das partituras” (SILVA, CASTRO e LEMES, 2022:84).

No Brasil, é necessário muito esforço para incentivar o bibliotecário a se interessar pela área musical, pois há poucos profissionais com experiência com o tratamento do documento musical. Vale ressaltar que em países como Canadá, Estados Unidos e alguns países europeus, há uma estrutura organizada para o bibliotecário habilitado para trabalhar em ambientes informacionais musicais (SILVA, CASTRO e LEMES, 2022:84).

As partituras possuem vários formatos devido a especificidade do instrumento; há vários tipos de partituras, como: partitura de piano-condutor, partitura de bolso, partitura de orquestra, partitura adaptada, transcrições, arranjos (BORDONAU, 2011 *apud* SILVA, CASTRO e LEMES, 2022). Abaixo, na Fig. 8, um exemplo de partitura de Flauta e Piano, que corresponde a obra *Romance para Flauta e Piano Op. 37*, de Camille Saint-Saëns.

Fig. 8 – Exemplo de partitura de Flauta e Piano

2

**Romance**  
À Monsieur A. de Vroye  
Komponiert 1871 · Erschienen 1874

Moderato assai Opus 37

Flöte

Klavier

Fonte: SAINT-SAËNS (c. 2019).

Abaixo, na Fig. 9, um exemplo de partitura de Flauta. Essa partitura corresponde ao *Romance para Flauta e Piano Op. 37*, de Camille Saint-Saëns, parte da Flauta.

Fig. 9 – Exemplo de partitura de Flauta

2

**Konzert**

Flöte

Allegro maestoso KV 313 (285c)

Tutti

Fonte: MOZART (c. 2000).

A seguir, outro exemplo de partitura: a Fig. 10 apresenta a obra *Minueto em Sol Maior n° 2*, de Johann Sebastian Bach, para Flauta Doce Soprano e Flauta Doce Contralto (partitura de Duo de Flautas).

Fig. 10 – Exemplo de partitura de Duo de Flauta Doce

**Minuet in G Major n<sup>o</sup> 2**

J. S. Bach  
(1685-1750)

The image shows a musical score for a duo of recorders. The title is 'Minuet in G Major n.º 2' by J.S. Bach (1685-1750). The score is in G major and 3/4 time. It features two parts: Soprano Recorder and Alto Recorder. The Soprano Recorder part is written in a treble clef with a key signature of one sharp (F#) and a tempo marking of 'Allegro'. The Alto Recorder part is written in a treble clef with a key signature of one sharp (F#). The score consists of two systems of music, each with two staves. The first system has a tempo marking of 'Allegro' and a time signature of 3/4. The second system has a time signature of 3/4. The music is written in a simple, elegant style characteristic of the Baroque period.

Fonte: BACH [18--?].

Com relação à indexação de partitura como documento musical, segundo Assunção (2005 *apud* FARIA, 2009:87),

[...] lá documentación musical no es dotada de um conteúdo facilmente expreso por palavras. En verdad, siendo una arte eminentemente abstracta, la posibilidad de expresar un contenido musical por palabras no puede ir más allá de la forma, del género y de la función. Esta constituye la razón principal por la cual hay sido tan difícil llegar a un buen sistema de clasificación (quedando la CDU, la CDD y la LCC muy acá de lo deseable) y, más difícil aún, un buen lenguaje de indexación. Las peculiaridades de la terminología musical, las sutilezas de Las clasificaciones por forma y género, su variabilidad en el tiempo y en el espacio han impedido que se constituyan buenos sistemas de análisis y descripción de contenido para Los documentos musicales.

Mey (1995:7) determina alguns critérios importantes que não podem ser ignorados na representação descritiva, são eles “integridade, clareza, precisão, lógica e consistência”.

### **Resultados e discussões**

Quanto à coleta dos dados, realizou-se a busca no catálogo da Biblioteca da ECA/USP e da Biblioteca da UFMG pelo termo Flauta para verificar os materiais disponíveis que fossem comuns nos dois catálogos.

Ao todo foram selecionadas 6 partituras comuns, 3 de cada instituição, destaca-se que os materiais selecionados possuem relevância e conversam com a proposta do estudo e, após a busca e escolha dos materiais a serem analisados, foi possível observar a representação de cada uma das partituras de flauta apresentadas nos Quadros 1, 2 e 3; as categorias apresentadas são as mesmas presentes em ambos os catálogos: **(i)** autor **(ii)** título **(iii)** publicação **(iv)** descrição e/ou meio de expressão **(v)** assunto.

Como mencionado anteriormente, cada instituição apresenta seu próprio manual de catalogação de partituras. O manual da Biblioteca da ECA/USP apresenta como termo para indexação o meio de expressão, que se caracteriza pelos “instrumentos, vozes, grupos vocais e instrumentais para qual a obra foi escrita” (RECINE e MACAMBYRA, 2023:17).

De acordo com o manual da USP, “as partituras são indexadas por gênero e forma, e não por assunto tópico” (RECINE e MACAMBYRA, 2023:24). No instrumento, o campo conteúdo “é preenchido nos casos em que uma coletânea que contenha diversas obras musicais” (RECINE e MACAMBYRA, 2023:25); já o campo das notas contém “informações adicionais que o catalogador considera relevantes para a boa [representação] do conteúdo do documento” (RECINE e MACAMBYRA, 2023:26), por exemplo, edições URTEXT.

Os títulos das músicas são normalizados e o manual apresenta uma regra para isso: “traduzir para o português os títulos compostos e manter no original os títulos significativos, inclusive os de obras didáticas” (RECINE e MACAMBYRA, 2023:34) O manual apresenta também outras regras, como a forma de escrever a quantidade das peças, as formas de pontuação, etc.

O catálogo da USP é o Dedalus, e direciona o usuário para uma busca assertiva, ensinando-o por meio dos campos no próprio catálogo a buscar por título, autor, meio de expressão ou gênero e forma (como aponta a catalogação no manual). A USP disponibiliza 10 exemplos de termos mais buscados como meio de expressão, gênero e forma, compositores na base de dados.

A Biblioteca da UFMG também possui seu próprio manual de catalogação de música que apresenta designações para cada tipo de registro encontrado no acervo da instituição, como música impressa (partitura), música manuscrita, registro sonoro não musical e registro sonoro musical. Há instruções para entrada de dados nos campos fixos para música e o manual apresenta um quadro com modelos de instrução de entrada de dados nas páginas 4 a 9. Percebe-se no manual que a Biblioteca da UFMG também observa as características das partituras como: grade, parte, redução, acompanhamento; além disso, meio de expressão também é importante.

O catálogo da Biblioteca da UFMG é o Pergamum e ao abrir a página o catálogo apresenta ao usuário uma caixa de busca tradicional, que compreende: os tipos de pesquisa (pesquisa geral, pesquisa avançada, autoridades, *e-books*, arquivo, acessibilidade, novas aquisições, ir para busca e acessível); campos de busca (apresenta termo livre; título: palavra em qualquer posição, título, série; autor: palavra em qualquer posição, autor; assunto: palavra em qualquer posição, assunto; editora; CDU, CDD; número de chamada, CCN, ISBN, ISSN, BIREME, CAPES; Título: variações; código acervo, código exemplar, proc. aquisição, número de patrimônio, número de patrimônio exatamente área de conhecimento, acervo indexado e tipo de obra); tipo e base (base local, pesquisa rede Pergamum, pesquisa ABNT, rede Pergamum OAI e Pesquisa EBSCO Discovery Service).

O manual da Biblioteca da UFMG, que orienta a catalogação das partituras, apresenta uma seção para auxiliar na entrada de dados dos campos fixos da música, que são: na área de conteúdo: campo da forma de composição (se é cantata, *jazz*, marcha, missa, etc.), campo de formato da música (se a partitura é de bolso, completa, redução para piano). Possui também as entradas variáveis (informações acrescentadas de acordo com o tipo de material) e na área de assunto encontramos: nome pessoal, entrada coletiva, título

uniforme. Este manual não deixa explícitas as orientações de como e em qual campo se descrevem os termos que caracterizam o meio de expressão da partitura, o modo como as partituras são indexadas e instruções sobre os campos de conteúdo e notas.

Abaixo, no Quadro 1, apresenta-se a análise comparativa entre a representação da indexação da partitura *Sonata em Lá menor* de Bach, presente nos catálogos da USP e da UFMG.

**Quadro 1 – Estrutura comparativa da *Sonata em Lá menor* de Bach**

<b>Categorias apresentadas na partitura</b>	<b>Catálogo USP</b>	<b>Catálogo UFMG</b>
<b>Autor</b>	Bach, Carl Phillip Emanuel (ambas apresentam os autores como sobrenome, nome)	Bach, Carl Phillip Emanuel (ambas apresentam os autores como sobrenome, nome)
<b>Título</b>	Sonata em Lá Menor (título da obra “traduzido”)	Sonata in A Minor: for flute solo (título na língua da obra)
<b>Publicação</b>	Local de publicação: editora, ano	Local de publicação: editora, ano
<b>Descrição</b>	Não apresenta descrição, apresenta meio de expressão: nesse caso flauta solo	Descrição: 1 partitura (7 p.)
<b>Assunto</b>	Música instrumental Sonata	Sonatas (Flauta) Partituras

**Fonte:** elaborado pelas autoras (2025).

O Quadro 1 compara e apresenta a indexação da partitura *Sonata em Lá menor* de Bach, no catálogo da USP é priorizada a recuperação, já que apresenta o título traduzido, gênero e meio de expressão. No catálogo da UFMG percebe-se uma maior precisão, isso se demonstra quando apresenta o título original da obra e fornece detalhes físicos.

Abaixo, no Quadro 2, apresenta-se a análise comparativa entre a representação da indexação do Método Taffanel-Gaubert de flauta presente nos catálogos da USP e da UFMG.

**Quadro 2 – Estrutura comparativa do Método de Flauta Taffanel**

<b>Categorias apresentadas na partitura</b>	<b>Catálogo USP</b>	<b>Catálogo UFMG</b>
<b>Autor</b>	Taffanel, Claude Paul (apresenta o autor principal: sobrenome, nome) não apresenta o autor secundário	Taffanel, Claude Paul (apresenta o autor principal: sobrenome, nome) e autor secundário

<b>Categorias apresentadas na partitura</b>	<b>Catálogo USP</b>	<b>Catálogo UFMG</b>
<b>Título</b>	Método Completo de flauta Taffanel-Gaubert (título principal apresentado somente em português)	Método Completo de flauta (título principal apresentado em 3 línguas: português, inglês e alemão)
<b>Publicação</b>	Local de publicação: editora, ano	Local de publicação: editora, ano
<b>Descrição e/ou meio de expressão</b>	Não apresenta descrição, apresenta meio de expressão: nesse caso flauta solo	Descrição: 2 v em 1 música
<b>Assunto</b>	Material didático	Flauta - Métodos

**Fonte:** elaborado pelas autoras (2025).

O Quadro 2 apresenta o “Método Taffanel para Flauta” (transversal) que é um método de estudo do instrumento, aborda exercícios e técnicas de estudos diários para iniciantes e/ou alunos com estudos avançados, percebe-se inicialmente que no catálogo da UFMG a representação desse material apresenta-se de forma mais consistente, apresentando autor secundário, variações de língua e representação de elementos do material. Não há um padrão quanto a quantidade de assuntos a serem colocados nem quanto aos termos a serem utilizados no assunto.

Abaixo, no Quadro 3, apresenta-se a análise comparativa entre a representação da indexação da partitura *Syrinx* de Debussy nos catálogos da USP e da UFMG.

**Quadro 3 – Estrutura comparativa de *Syrinx* de Debussy**

<b>Categorias apresentadas na partitura</b>	<b>Catálogo USP</b>	<b>Catálogo UFMG</b>
<b>Autor</b>	Debussy, Achille-Claude (apresenta o autor principal: sobrenome, nome)	Debussy, Claude (apresenta o autor principal: sobrenome, nome) e autor secundário
<b>Título</b>	<i>Syrinx</i> para flauta (título principal apresentado somente em português)	<i>Syrinx</i> [música] = Flote solo = <i>Syrinx for flute solo</i> / Claude Debussy; herausgegeben von / Edited by Ernst - Guinter Heinemann) (título principal apresentado em 2 línguas: inglês e alemão)
<b>Publicação</b>	Local de publicação: editora, ano	Local de publicação: editora, ano

<b>Categorias apresentadas na partitura</b>	<b>Catálogo USP</b>	<b>Catálogo UFMG</b>
<b>Descrição e/ou meio de expressão</b>	Não apresenta descrição, apresenta meio de expressão: nesse caso flauta solo	Descrição: 1 partitura (3 p.)
<b>Assunto</b>	Música instrumental	Música para flauta - Partituras

**Fonte:** elaborado pelas autoras (2025).

O Quadro 3 permite verificar que no catálogo da UFMG é adotado um padrão de representação mais detalhado na partitura *Syrinx* de Debussy, já que prioriza o título em outras línguas, apresenta o editor e a representação de assunto mais específico, enquanto o catálogo da USP apresenta uma representação mais simplificada da mesma partitura.

O campo assunto não é tão explorado nas partituras encontradas no catálogo da USP, pois, de acordo com o próprio manual, as partituras são indexadas por gênero e forma. Já no catálogo da UFMG o campo assunto é mais utilizado, pois atende as necessidades dos usuários, no entanto, o campo assunto poderia ser melhor explorado, com informações sobre a tonalidade da obra, o período ou época em que a obra foi escrita e até mesmo a nacionalidade do autor e da música.

Ao mesmo tempo que as instituições apresentam semelhanças, apresentam também as diferenças, mas é importante ressaltar que essa diferença fica evidente para quem não é familiarizado com a temática, com catálogo e com partituras.

Os termos indexados, de acordo com o material recuperado, são controlados, mas cada instituição adota os seus termos, já que não há um vocabulário controlado para área da música universalmente aceito e utilizado, as instituições sempre colocam os termos respeitando as especificidades e necessidades de seus usuários. Outro fator importante e que não pode ser descartado, é a natureza do catálogo: Dedalus e Pergamum são diferentes, mesmo sendo baseados em AACR2 e MARC. Como demonstra o Quadro 4, na síntese interpretativa dos resultados, concluímos que:

**Quadro 4 – Síntese comparativa dos resultados**

<b>Instruções para representação de partituras USP</b>	<b>Instruções para representação de partituras UFMG</b>
Possui manual que orienta a catalogação. Segue as instruções do manual, onde declara que as partituras são indexadas por gênero e forma. O escopo deste manual são partituras com música impressa ou manuscrita. Utiliza extensivamente o formato MARC (campos 100, 245, 246, 382, 655)	Possui manual que orienta a catalogação de música e gravação de som (música impressa, manuscrita e registros sonoros musicais). Fornece instruções de entrada de dados (campos fixos e variáveis da música) baseadas no formato MARC (mencionado como USMARC) para música e gravações sonoras, detalhando os campos fixos (008) e variáveis (0XX e 7XX) para música e gravação de som.

Instruções para representação de partituras USP	Instruções para representação de partituras UFMG
Adota vocabulário controlado próprio para gênero e formas (ver Anexo B, lista de gêneros e formas, p. 48 do manual)	Adota vocabulário controlado (lista de autoridades da rede Bibliodata) para cabeçalhos de assunto, mas permite termos livres (o que oferece como hipótese, uma vez que também adotam vocabulário próprio devido a especificidade dos materiais).
Descrição mais simples (focada no usuário), limitando-se a descrição física da partitura em si. Uma vez que com foco no usuário a catalogação e indexação de suas partituras são realizadas para descrever a necessidade de seu público específico.	Descrição mais técnica, pois foca no formato de dados do MARC. Os gêneros musicais são apresentados no campo 008/18-19 (forma de composição) A forma de composição é sinônimo de meio de expressão (muito diferente da apresentada pela USP)
O foco da descrição não é o assunto, como apontado no manual; a partitura não possui assunto, mas sim forma, gênero e instrumentação	Trata os campos de assunto, nome pessoal e entidade coletiva e título uniforme. O foco da indexação contempla o assunto, já que como demonstrado em quadros anteriores os assuntos foram bem explorados nas partituras analisadas.

**Fonte:** elaborado pelas autoras (2025).

A análise demonstra que, embora haja um manual que direciona a catalogação e a indexação de partituras em ambas as instituições, cada partitura é única, o que demanda conhecimento dos elementos essenciais que descrevem e representam esse material. As partituras são indexadas nos catálogos utilizando vocabulário controlado e contam também com um direcionamento que identifica os termos utilizados nos assuntos.

Tais medidas são essenciais, pois caracterizam que as instituições mencionadas nesse estudo se preocupam com a qualidade de seu serviço e com a posterior recuperação desses materiais pelos usuários e pelas pessoas interessadas nesta temática.

### **Considerações finais**

A indexação de partitura musical deve abranger elementos essenciais, de modo a possibilitar a recuperação das partituras musicais pelos usuários, como as de flauta, que foi o instrumento musical retratado neste artigo.

Logo, mediante a análise dos dados percebe-se que as instituições têm seus próprios critérios de catalogação definidos; o manual da Biblioteca da ECA/USP contempla diversas situações com informações dos possíveis materiais que podem surgir no acervo. Acredita-se que tal situação ocorre devido às especificações de seus materiais e as necessidades de seus usuários.

Os catálogos de bibliotecas, em sua maioria, utilizam o padrão MARC e AACR2, assim os elementos a serem observados nas partituras são: título, indicação de responsabilidade,

edição, descrição física (se a partitura é de bolso, se é uma redução, se a partitura é de orquestra, o tipo de instrumento, se é para instrumento solo, duo, trio, etc.) se no campo das notas foram contempladas informações importantes relativas a partitura, série.

Vale destacar que os catálogos das instituições são diferentes, a Biblioteca da ECA/USP utiliza a base de dados Dedalus enquanto a Biblioteca da UFMG utiliza a base de dados Pergamum, ambas baseados em MARC, mas devido a diferença e a especificidade na estrutura, a forma como os materiais são recuperados e os materiais encontrados no catálogo no momento da busca são apresentados de forma diferente e essa diferença na apresentação da busca pode comprometer a interpretação do usuário, uma vez que essa interpretação varia de acordo com o conhecimento e familiaridade deste com o catálogo (o usuário pode sentir dificuldade em compreender a recuperação do catálogo).

Portanto, embora os catálogos sejam diferentes, a representação das partituras atingiu o objetivo de representar o material em sua completude. Visto que cada instituição possui sua especificidade assim como um público também específico, percebe-se que os responsáveis pela indexação e catalogação aliam o conhecimento musical com o conhecimento biblioteconômico em prol de seu usuário.

### *Agradecimentos*

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES).

### *Referências bibliográficas*

#### **ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS**

1992 *ABNT NBR 12.676: métodos para análise de documentos, determinação de seus assuntos e seleção de termos de indexação*. Rio de Janeiro: ABNT, 1992.

#### **BACH, Johann Sebastian**

2025 *Minuet in G Major n<sup>o</sup> 2: Flautas doces soprano e contralto*. [Em linha]. 2025. [Consult. 8 out. 2025]. Disponível em: <https://partiturasflautadoce.com.br/categoria/eruditas/page/4/>.

#### **BARBOSA, Aretusa Marques**

2021 *A Representação temática de partituras de música sacra católica*. Londrina, 2021. Dissertação de Mestrado em Ciência da Informação – Universidade Estadual de Londrina.

#### **CALDAS, Sérgio Eduardo Silva de**

2007 *Elementos necessários à representação descritiva de partituras: um estudo com as Bachianas Brasileiras n<sup>os</sup> 1, 2 e 4 de Heitor Villa-Lobos*. Campinas, 2007. Trabalho de Conclusão de Curso - Bacharel em Ciência da Informação - Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

**CARDOSO FILHO, Jair Cunha; SANTOS, Márcia Mazo**

2012 Processos e temas selecionados: processos selecionados de organização da informação. In *Organização da informação e do conhecimento: conceitos, subsídios interdisciplinares e aplicações*. Org. Lillian Alvares. São Paulo: B4Editores, 2012.

**CERVO, Amado L; BERVIAN, Pedro A.; SILVA, Roberto da**

2007 *Metodologia científica*. 6ª ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

**CORREIA, Daniela de Oliveira; SILVA, José Fernando Modesto da**

2019 Catalogação de partituras: aspectos da linguagem documental e representação descritiva. In ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 20º, Florianópolis, 2019 - *Anais [...]*. [Em linha]. Florianópolis: UFSC, 2019. [Consult. 8 out. 2025]. Disponível em: <https://cip.brapci.inf.br/download/122996>.

**FARIA, Maurício Marques de**

2009 O Tratamento documental dos arquivos musicais e a busca de práticas comuns no tratamento da música brasileira para orquestra. *Opus*. [Em linha]. 15:1 (jun. 2009) 85-90. [Consult. 22 set. 2025]. Disponível em: <https://www.anppom.com.br/revista/index.php/opus/article/view/267/247>.

**FONSECA, Edson Nery da**

2007 *Introdução à Biblioteconomia*. 2ª ed. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2007.

**FUJITA, Mariângela Spotti Lopes**

2003 A Identificação de conceitos no processo de análise de assunto para indexação. *Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação*. 1:1 (jul./dez. 2003) 60-90.

**HERNÁNDEZ SAMPIERI, Roberto; FERNÁNDEZ COLLADO, Carlos; BAPTISTA LUCIO, Maria del Pilar**

2013 *Metodologia de pesquisa*. Trad. Daisy Vaz de Moraes. Porto Alegre: Penso, 2013.

**LANCASTER, F. W.**

2004 *Indexação e resumos: teoria e prática*. 2ª ed. rev. atual. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2004.

**MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria**

2022 *Metodologia científica*. 8ª ed. Barueri: Atlas, 2022.

**MEY, Eliane Serrão Alves**

1995 *Introdução à catalogação*. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 1995.

**MOZART, Wolfgang Amadeus**

c. 2000 *konzert KV313. Flute*. [Em linha]. Munchen: G. Henle-Verlag, [c. 2000]. [Consult. 8 out. 2025]. Disponível em: <https://www.ficksmusic.com/products/mozart-flute-concerto-no-1-in-g-major-k-313-285c-henle>.

**NORA, Pierre**

1997 *Les Lieux de mémoire*. Paris: Éditions Gallimard, 1997, v. 1.

**PILHOFER, Michael; DAY, Holly**

2018 *Teoria musical para leigos*. Trad. Alexandre Callari. Rio de Janeiro: Alta Books, 2018.

**RECINE, Analúcia; MACAMBYRA, Marina**

2023 *Manual de catalogação de partituras*. 3ª ed. [Em linha]. São Paulo: Serviço de Biblioteca e Documentação ECA-USP, 2023. [Consult. 8 out. 2025]. Disponível em: <https://www.eca.usp.br/sites/default/files/2023-08/Manual%20de%20cataloga%C3%A7%C3%A3o%20de%20partituras%202023.pdf>.

**SAINT-SAËNS, Camille**

c. 2019 *Romance Des-dur opus 37 für flöte und klavier*. [Em linha]. Munchen: G. Henle-Verlag, c. 2019. [Consult. 8 out. 2025]. Disponível em: [https://www.sheetmusicdirect.com/se/ID\\_No/450258/Product.aspx?srsId=AfmBOoo4DZW2d4JpbFCrR1bnwWJ1XomCoKL7WrSEsT4YMZtBBolPffyh](https://www.sheetmusicdirect.com/se/ID_No/450258/Product.aspx?srsId=AfmBOoo4DZW2d4JpbFCrR1bnwWJ1XomCoKL7WrSEsT4YMZtBBolPffyh).

**SILVA, Márcia Regina da; CASTRO, Fabiano Ferreira de; LEMES, Gabriella**

2022 Catalogação de partituras musicais: reflexões e aplicações em acervos institucionais. *Documentación de Las Ciencias de la Información*. [Em linha]. 45:1 (2022) 83-93. [Consult. 22 set. 2025]. Disponível em: <https://revistas.ucm.es/index.php/DCIN/article/view/77100>. DOI: <https://doi.org/10.509/dcin.77100>.

**TOLARE, Jéssica Beatriz**

2025 *Indexação de partitura musical: uma proposta de modelo de leitura documentária*. Marília, 2025. Tese de Doutorado em Ciência da Informação – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**

1997 *Manual de catalogação de música (música e gravação de som): versão preliminar*. [Em linha]. Belo Horizonte: UFMG, 1997. [Consult. 22 set. 2025]. Disponível em: <https://www.bu.ufmg.br/catalogacao/manuais/>.

**VIEIRA, Ronaldo da Mota**

2014 *Introdução à teoria geral da biblioteconomia*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Interciência, 2014.

**Monica Aranha | [m.aranha@unesp.br](mailto:m.aranha@unesp.br)**

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Brasil

**Karolina Sardinha Souza Costa | [karolina.costa@unesp.br](mailto:karolina.costa@unesp.br)**

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Brasil

**Franciele Marques Redigolo | [marques.redigolo@unesp.br](mailto:marques.redigolo@unesp.br)**

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Brasil

**Resumo:** O artigo investiga o *graffiti* como um documento e registro de memória. O estudo descreve a capacidade do *graffiti* de capturar a memória coletiva e intervir na produção de conhecimento individual e social. Trata-se de uma pesquisa descritiva, com coleta de dados em fonte bibliográfica, documental e de campo. Considera como *corpus* da análise dois *graffiti* com o tema “pernambucanidades”, feitos entre os anos de 2019 e 2022, na cidade de Recife, em Pernambuco, Brasil. Para análise dos *graffiti* utilizou-se o método iconológico de Erwin Panofsky. Considera o *graffiti* urbano como um documento visual, passível de guarda e recuperação, capaz de representar alegorias, símbolos e costumes de um grupo social em uma determinada época.

**Palavras-chave:** Arte urbana; Ciência da Informação; Documento visual; *Graffiti*.

**Abstract:** This article investigates *graffiti* as a document and a record of memory. The study describes *graffiti*'s capacity to capture collective memory and intervene in the production of individual and social knowledge. This is a descriptive research study, with data collected from bibliographic, documentary, and field sources. The *corpus* for analysis consists of two *graffiti* pieces on the theme of "Pernambucan identities," created between 2019 and 2022 in the city of Recife, Pernambuco, Brazil. Erwin Panofsky's iconological method was used to analyse the *graffiti*. It considers urban *graffiti* a visual document that can be preserved and retrieved, capable of representing the allegories, symbols, and customs of a social group during a specific period.

**Keywords:** Urban art; Information Science; Visual document; *Graffiti*.

## Introdução

O *graffiti*, como inscrição parietal humana intrinsecamente ligada à livre manifestação das ideias, pode transcender a função estética para se tornar um registro dinâmico da memória coletiva. Em diversos momentos da história, em diferentes territórios, essa arte urbana se mostrou como um registro de memória, capaz de ajudar pesquisadores a entenderem contextos culturais, sociais e políticos, por meio da análise de suas formas, cores e narrativas visuais.

Segundo Gitahy (1999), o *graffiti* é uma forma de manifestação artística e humana que não se separa do princípio de liberdade de expressão. Destarte, apropriou-se de espaços da cidade e herdou traços de diferentes estilos e movimentos artísticos. Para o indivíduo que transita em espaços públicos é no processo de observação e contemplação de um *graffiti* que a percepção de elementos estéticos — formas, cores, desenhos, pinturas, caligrafias e frases —, transformam-se em experiência memorialística. A leitura da informação estética está também ligada à relação da leitura de signos com a sensibilidade de quem o observa, em intersubjetividade com a cidade e com o mundo da cultura.

Isso quer dizer que a sensibilidade também faz parte da construção do conhecimento individual. A leitura de uma pintura, por exemplo, se dá a partir da percepção de elementos que afetam o indivíduo, que pode ser por meio de sensações de entusiasmo ou desinteresse, de concordância ou discordância, de excitação ou incômodo.

Para além da subjetividade, o *graffiti* reflete aspectos memorialísticos de um grupo social em um recorte espacio-temporal, representa indivíduos nas suas diversas formas de pensar e de estar no mundo e o estado mental de uma sociedade.

Nesta perspectiva, a memória assume, segundo a sua construção dinâmica de significações, uma série de especificidades, estas que, por sua vez, apontam diferentes observações sobre os documentos e os fatos contidos nestes.

A análise da informação estética pode ser feita sob o foco de fontes diversas, e não somente de documentos impressos, mas também de objetos e suportes materiais, como afirma Sampaio (2014:108), “os objetos devem ser vistos como documentos que retratam a história, resultado do esforço das sociedades históricas”.

Os estudos memorialísticos investigam e refletem sobre aspectos sociais, culturais e históricos, na perspectiva temporal, e podem se apropriar de inúmeras direções quanto ao foco observacional desses aspectos.

Ao longo deste artigo, o termo conteúdo informacional está intimamente relacionado não à forma física, e sim, ao seu significado, sendo este tipo de informação que se pretende elucidar por meio das relações da Ciência da Informação com outras disciplinas.

Exposto isso, justifica-se trabalhar com *graffiti* feitos por grafiteiros pernambucanos, que têm na contemporaneidade de sua produção artística, a representação de modos, costumes, paisagens, personagens e elementos referentes à memória coletiva do estado brasileiro de Pernambuco.

Propõe-se como *corpus* de análise, dois *graffiti* urbanos, feitos nos anos de 2019 e 2022, na cidade do Recife, capital de Pernambuco, Brasil. Deste modo, configura-se como objetivo deste artigo, descrever o *graffiti* urbano como um documento visual e registro de memória.

### **Metodologia**

Para investigação dos aspectos memorialísticos dos *graffiti* por meio da análise da informação estética, entende-se que o artigo tem um objetivo exploratório. Em relação às fontes dos dados, se caracteriza como bibliográfico e documental (GIL, 2002). As representações imagéticas dos *graffiti* configuraram as fontes documentais da pesquisa por serem dados não trabalhados.

Com a finalidade de conhecer melhor os *graffiti* e os espaços em que foram feitos, foi utilizada, como instrumento de pesquisa, a observação *in loco*. Entende-se que a observação é um recurso importante que permite ao pesquisador contato direto com o objeto de estudo, ajudando assim no entendimento de questões implícitas ou não-ditas.

A observação foi sistemática, estruturada, individual e não participante, pois foi criado um roteiro com os locais físicos que seriam visitados, um planejamento com dias e horários para as observações e uma lista com as informações que precisavam ser analisadas nos *grafitti*, como: autoria, ano de criação e elementos temáticos. As observações foram registradas por meio de fotografias, nos espaços físicos e ocorreram entre os anos de 2019 e 2025.

Para a análise temática dos *grafitti* foi utilizado o método iconológico definido e estruturado por Erwin Panofsky (1991), que define três momentos inseparáveis do ato interpretativo de obras de arte em sua globalidade: a leitura no sentido fenomênico da imagem, a interpretação de seu significado iconográfico e a penetração de seu conteúdo essencial como expressão de valores.

Panofsky (1991) afirma que para analisar a arte na perspectiva científica é necessário não partir de processos completamente irracionais e subjetivos. A ideia é que, para que haja a interpretação de uma obra ou imagem, a fundamentação não se inicie na experiência, mas sim no saber sistemático. A leitura de uma obra só se aproxima da completude se a ela forem agregadas observações interpretativas críticas. Sendo assim, a iconologia descrita por Panofsky (1991) é um método de interpretação que também identifica os motivos de criação, e analisa histórias e alegorias relacionadas à obra.

Para proceder a análise com o método iconológico de Panofsky (1991), utilizaram-se os seguintes três níveis de observação nos *grafitti*:

**1º nível** (primário ou natural): configura o nível mais básico de entendimento dos temas. Esta camada consiste na percepção arte em sua forma global, sendo uma das bases para a boa compreensão simbólica contextual.

**2º nível** (secundário ou convencional): se preocupa com a equação cultural e o conhecimento iconográfico, se baseando na identificação de elementos visuais, histórias e alegorias que permeiam os costumes e as tradições de determinadas épocas e civilizações. Sendo apreendido por iconografia, este exame permite reconhecer a personificação de conceitos e símbolos.

**3º nível** (terciário ou intrínseco): configura o nível no qual a arte tem o valor de documento histórico. Conhecida como iconologia, esta análise é feita por meio do condicionamento da arte a época e a sociedade na qual ela foi concebida. É a interpretação de imagens por meio dos princípios que norteiam a escolha, a produção e a apresentação das histórias e das alegorias presentes na arte.

O método iconológico foi escolhido porque apresenta especificidades e preocupações, que seguem uma linha de pensamento convergente ao objetivo do artigo. No entanto, pontua-se que o entendimento de um *grafiti* não é unilateral, pois este não apresenta uma mensagem direcionada a um sentido único e restrito, há em sua leitura ambiguidades, e estas também podem ser utilizadas na compreensão de momentos e conjunturas históricas por quem os analisa.

## *Graffiti no Brasil*

No Brasil, entre o fim da década de 1960 e início da década de 1970, algumas capitais brasileiras já tinham uma notável presença de intervenções urbanas, seja na linguagem do pixo ou do *graffiti*. Essa diferenciação é muito comum no Brasil e a adotaremos para análise deste artigo. Embora não haja consenso sobre os limites e definições entre pixo e *graffiti* - nem entre grafiteiros, nem entre acadêmicos das artes - o artigo se deteve na observação do *graffiti* contemporâneo, considerando expressões artísticas que retratam nos muros, por meio de cores e formas, temas diversos e que podem ser identificados por qualquer pessoa que os observa.

Aqui aponta-se o *graffiti* como um dispositivo simbólico utilizado para representar imagetivamente temas, códigos e relações do imaginário social, produzido por indivíduos que fazem parte de diferentes grupos sociais.

As expressões parietais são antigas marcas da ligação estética possível entre cidadãos e cidade. E, dessa forma, paredes e muros, públicos e privados foram e são usados como suporte para dizer algo ou documentar a própria presença do indivíduo em um tempo e espaço determinado (STAHL, 2009). Para Kozak (2004), o muro surge como elemento essencial do *graffiti* na medida em que simboliza paralelamente a proibição e a vontade de quebrar as regras e de se expressar.

Definir o *graffiti* é uma tarefa complexa, visto que esse tipo de expressão artística não tem apenas um elemento ou dois atributos principais. Segundo Campos (2010) o *graffiti* contemporâneo é um fenômeno segmentado, entendido como uma linguagem urbana que deriva de uma combinação de técnicas e de elementos que evocam o universo da publicidade e da arte oficial, bem como os diferentes nichos que compõem a cultura de massa, de tendência mais comercial ou alternativa.

Um ponto constitutivo e importante no estudo sobre o sistema do *graffiti* é a efemeridade. A efemeridade está relacionada ao *graffiti* e as demais expressões urbanas, embora se perceba que com o aumento do acesso a aparelhos que fotografam e do uso da Internet como meio de guarda das representações imagéticas dessas artes, a efemeridade tem sido ressignificada.

A efemeridade elucida algumas questões que estão relacionadas a prática do *graffiti*, como a disputa por paredes e fachadas, a dificuldade de preservação e a ilegalidade. Trata-se de uma característica ainda importante, mas que se encontra no centro de muitas indagações.

Segundo Campos (2012) com a facilidade de circulação de fotografias houve uma mudança no público que tem acesso ao *graffiti*. O público que, anteriormente, era formado por transeuntes da cidade, alargou-se para um público que está também nos espaços virtuais. Isso implica em uma interação para além das ruas, que desmaterializa a arte urbana e constrói um novo tipo de relação com o observador.

Sobre esta perspectiva, Campos (2012:559) afirma que a facilidade de circulação da imagem comporta alterações fundamentais na relação entre quem produz a imagem e seu público. O público observador que antes era formado por transeuntes na cidade, alarga-se, para um público também virtual.

Com o uso da Internet e das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), incluindo o universo da Inteligência Artificial, torna-se mais fácil observar os *grafitti* e seus respectivos autores, sem que haja a necessidade de visitar o espaço físico em que eles foram feitos. Essa facilidade de acesso contribui com a difusão das artes urbanas e suscita o questionamento de que o *grafitti* não é mais uma expressão artística que está condenada a desaparecer rapidamente.

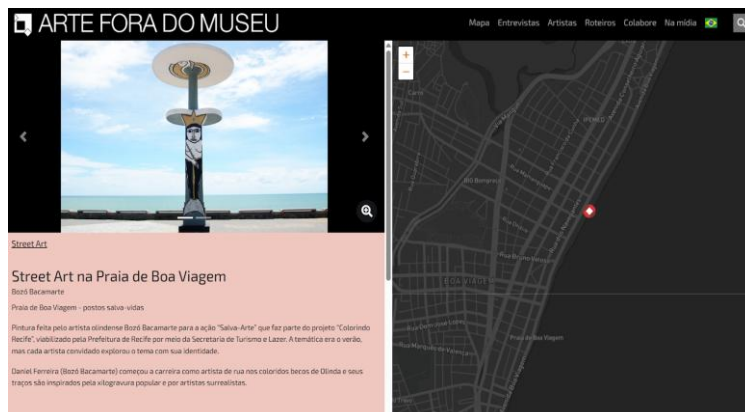
A utilização da fotografia como registro das artes urbanas aponta para a “deslocalização” do *grafitti*, a partir do momento em que ele não se encontra unicamente em paredes e fachadas locais, mas também em uma grande rede virtual de interlocutores, produtores e receptores de informação, espalhados pelo mundo. A exemplo disto, a Fig. 1 mostra o *site Google Street Art* e a Fig. 2 o *site Arte Fora do Museu*. Ambos, guardam e organizam representações imagéticas de *grafitti* feitos em diferentes estados e países, preservando algumas informações destes e tornando-as acessíveis.

**Fig. 1 - Mural em homenagem a Arthur Rubinstein, de Eduardo Kobra, feito em 2014, em Łódź, Polônia**



**Fonte:** Print da seção do site *Google Street Art*.

**Fig. 2 - Graffiti de Bozô Bacamarte, feito em 2015, em Recife, Pernambuco**



**Fonte:** Print da seção do site *Arte fora do Museu*.

## Ciência da informação e graffiti

Na Ciência da Informação discute-se com maior frequência a informação semântica, que segundo Werneck (2000), é aquela que se apresenta de maneira lógica e estruturada, pode ser enunciada, traduzida e prepara indivíduos para ações. Ao contrário desta, observa-se a informação estética, observada na arte e que não pode ser traduzida completamente.

A leitura da informação estética desencadeia emoções e seu estudo deve ser observado também no âmbito subjetivo. De acordo com Werneck (2000:65) "o ponto de vista estético não tem o intuito de preparar decisões, melhor dizendo, não tem nenhum objetivo a não ser causar emoções estéticas".

Com base na concepção kantiana, Teixeira Coelho (1973) descreve a estética como um estado intermediário entre as ordens: ergásticas (razão e prática) e semântica (razão pura). O autor afirma a necessidade e a possibilidade de distinguir a informação estética da semântica, mostrando que esta não é linear, mas dialética, considerando que a operação do conhecer não é exclusivista.

Segundo Teixeira Coelho Netto (1973) quase toda informação estética apresenta elementos semânticos que, entretanto, não perturbam sua natureza "sensível". No entanto, o que aumenta o rendimento informativo de uma mensagem é a codificação. Os códigos que organizam a informação semântica se estruturam de forma rígida e fechada, isso para reduzir a incidência de ruídos na mensagem. Já os códigos vistos na informação estética "são essencialmente pessoais, têm suas leis de estruturação baseados nas características e nos desejos particulares de cada fonte, de cada criador [...]" (COELHO NETTO, 1973:27).

Teixeira Coelho Netto (1973) desenvolveu seis possíveis categorias que distinguem a informação estética da semântica. A primeira está relacionada à forma de apreensão da informação. Nesse ponto, a estética não se relaciona com processos puramente racionais, pois a percepção ou a faculdade do sentir são predominantes.

A segunda é a tradutibilidade, que indica a informação estética como algo que nem sempre pode ser descrita completamente, pois preserva as peculiaridades do conjunto de símbolos, do código e do canal (COELHO NETTO, 1973). A informação estética fica reduzida aos indivíduos aptos a decifrar seus símbolos. Quando um *graffiti* tem em sua composição elementos desconhecidos, símbolos e/ou abreviaturas, um observador pode ter a leitura limitada, devido à falta de conhecimento das simbologias e seus respectivos significados.

A terceira se refere ao esgotamento da mensagem. Nesse sentido, a informação estética não se esgota na primeira vez que é lida, pois nela há a possibilidade de mais de uma leitura, dependendo de seus receptores e mesmo de diferentes leituras por parte de um mesmo receptor (COELHO NETTO, 1973).

A quarta categoria diz respeito a quantidade de canais simultâneos. A informação estética é capaz de transmitir múltiplas mensagens que se relacionam com o receptor por meio de vários canais simultaneamente. Nas artes existe uma mensagem principal, mas também outras atreladas a ela.

A quinta característica é a possibilidade de criação de estados interiores, visto que a informação estética, apesar dos esquemas de codificação prévia, é adaptável o suficiente para despertar no receptor uma espontaneidade imaginativa (COELHO NETTO, 1973).

A sexta categoria está relacionada ao poder de persuasão, visto que a informação estética deseja seduzir o receptor, na medida em que requer do sujeito o exercício de suas capacidades sensíveis.

A interpretação da informação estética, embora com forte apelo subjetivo, dialoga com a ciência. Segundo Teixeira Coelho Netto (1973:68) “a estética é uma disciplina do conhecimento que se organiza ‘desorganizadamente’, ‘caoticamente’ (e é nisto exatamente que está sua força), a partir da experiência da sensível”.

Essa percepção subjetiva é alicerçada pelo coletivo, no qual o indivíduo está inserido, e que lhe atribui condições de se representar objetos e situações e de identificar, no tempo e na história, os valores dessa representatividade. Nesse sentido, nota-se que no *graffiti* há traços de memória individual e coletiva.

Gondar (2008) define memória diante da possibilidade de que a partir de uma nova situação ou um novo encontro o passado pode ser ressignificado, pois a história de um indivíduo, seja ela individual ou coletiva, pode ser a história dos diferentes sentidos que surgem em suas relações.

De acordo com Le Goff (2003), a memória como propriedade de conservar certas informações, remete a funções psíquicas, pelas quais a humanidade pode atualizar impressões ou informações passadas. O contato com a história por meio de intervenções urbanas como o *graffiti* resulta na apropriação da memória, de modo que a identidade de um grupo ou indivíduo se firma e se reafirma em um processo de autoconhecimento e reconhecimento enquanto sociedade.

O *graffiti* traz as percepções de informações e valores culturais que moldam a memória coletiva de um povo, e que advém dos processos de subjetividade e da memória individual do artista. Assim, memória e percepção são elementos fundamentais para a criação, pois a lembrança é constituída de sensações adquiridas pela descoberta e apropriação de elementos culturais (SALLES, 2008).

A partir destas considerações, a preservação dos registros que defronta a história social dos indivíduos junto aos espaços urbanos e sociais confiados à palavra, aos artefatos culturais, as manifestações visuais e a tantas outras expressões, demonstra as diferentes maneiras de compreender o significado de memória.

O *graffiti* como intervenção artística direciona a reflexão para o papel que a informação estética pode assumir na construção do conhecimento, e conseqüente transformação do meio social, pela potencialidade que a arte tem de ligar os indivíduos entre si e o ambiente em que vivem ou transitam.

A informação oriunda de objetos artísticos é uma forma de representatividade social, e quando vista na perspectiva de documento é composta por um conjunto de linguagens e técnicas que constituem sentidos distintos para a obra. Segundo Karamuftuoglu (2006), os objetos artísticos são blocos de sensações, percepções e afetos que circundam determinado conhecimento, e oportunizam novas dimensões de sentidos e/ou compreensões.

Oliveira e Rodrigues (2009:219) traçam uma definição de memória que está relacionada à “capacidade de reter fatos e experiências do passado e retransmiti-los às novas gerações através de diferentes registros (sonoros, imagéticos, textuais etc.)”. Por sua vez, esses

registros são (ou deveriam ser) guardados em instituições de memória, que são espaços com compromisso social, não somente com a guarda de documentos memorialísticos, mas também porque realizam atividades de tratamento e acesso de informações.

Um ponto a ser ressaltado na investigação do *graffiti* é a sua materialidade, já que este quando feito em paredes e fachadas não é passível de guarda em uma instituição de memória no suporte original em que foi feito. Porém, a representação imagética do *graffiti* parece um simulacro eficiente a partir do qual podem ser analisados os aspectos memorialísticos que o *graffiti* possui.

Todavia, a fotografia que representa imageticamente um *graffiti* necessita de tratamento como documento iconográfico e de uma leitura com as informações necessárias para compreensão do momento da história, para o qual o objeto faz-se como representação social.

A preservação da memória, no entanto, não se restringe apenas à manutenção do suporte físico dos documentos. As representações temáticas de conteúdo, têm a função de acesso e disseminação da informação. Logo, preservar o *graffiti* por meio de representações imagéticas requer mais que procedimentos e métodos específicos para os acervos iconográficos. Tornam-se necessários procedimentos conscientes quanto ao conteúdo simbólico deste tipo de intervenção.

A análise do *graffiti* como fonte informacional e memorialística se apropria da interpretação e decodificação de seus elementos construtores e o representa em uma ação de transformação de linguagem estética para verbal, tendo, dentro destas transcrições, o registro de elementos estéticos, históricos e físicos.

Sabe-se que as imagens assumem diversos formatos e muito embora sejam comuns os estudos sobre os conteúdos imagéticos referentes à fotografia, na Ciência da Informação, outros suportes imagéticos também podem ser analisados com base em seu teor informativo, como é o caso do *graffiti*.

Os *graffiti* são manifestações visuais que retratam recortes referentes à percepção do grafiteiro acerca de algum objeto ou situação e, dessa maneira, constroem um conjunto de representações simbólicas que se codificam em mensagem não verbal. Maimone (2007) descreve a inquietação existente em relação a um tipo de representação que estabeleça o sentido necessário do conteúdo de representações imagéticas em sistemas de recuperação da informação. De acordo com Maimone (2007) a linguagem utilizada na composição da imagem artística é a imagética e a recepção do observador ocorre pela decodificação, em que o conteúdo gerado pelos signos é absorvido e refletido com base em conhecimentos prévios do observador.

O *graffiti* quando retrata modos, costumes, objetos, cenários e/ou personagens referentes a um momento histórico de uma sociedade tem seu caráter apreciativo, incorporado à relevância documental pelo seu teor comprovativo do real, em um registro pictórico produzido por um ser social.

Sendo assim, pode trazer em sua narrativa imagética de cenas e acontecimentos que se baseiam na realidade social, representando o tempo histórico e reproduzindo a história das sociedades, afirmando-se assim como documento — nesse caso a representação imagética — de valor (PONTES e OLIVEIRA, 2012:1).

Do ponto de vista da análise da pintura histórica, Lucena *et al.* (2008) mencionam possíveis questionamentos sobre a veracidade atribuída à imagem artística enquanto documento memorialístico e histórico. Em sua grande maioria, os *graffiti* não apresentam a estética da cena registrada ou da reprodução do real, no entanto, a questão da veracidade do conteúdo da pintura abre portas à reflexão sobre a subjetividade e sobre a intencionalidade do grafiteiro em cada composição.

A análise e leitura de uma imagem acontece em conjunto a outros elementos atrelados a ela, como por exemplo, localidade, contexto, motivação, e ainda, a subjetividade e relação que o observador tem com os elementos que compõem a pintura e sua história.

Por fim, compreende-se que características da composição imagética dos *graffiti* e das representações imagéticas (fotografias) são distintas em sua apresentação, sendo necessária cautela no estabelecimento de posições de interpretação que contemplem tais características mediante a realidade de cada um destes tipos de imagem e ambiente que esteja, tal como, suas finalidades.

### *Análise dos graffiti*

Os *graffiti* analisados foram escolhidos com base na localização (bairros centrais da cidade brasileira, Recife), feitos em paredes de grandes dimensões, de grande visibilidade por transeuntes, criados por artistas locais, com pinturas que representam personagens, objetos e códigos decifráveis aos observadores comuns.

Apesar da importância dada na pesquisa ao *graffiti* como objeto informacional e fonte memorialística, não há como isolá-lo de um conjunto de questões a que ele remete, como, quem o produz, como produz e onde o produz. Neste contexto de criação e experiência, que envolve espaço e tempo, o *graffiti* urbano têm particular suscetibilidade ao desaparecimento uma vez que está envolvido na construção de representações e artefatos espaciais a partir do fluxo da experiência humana. O processo urbano está relacionado a tudo, porque reflete algo incontrolável e descontínuo, propício às fugacidades, tanto na espacialidade quanto na temporalidade.

Os valores a que estão submetidos os *graffiti* estão distantes dos modelos que servem como referência a algumas artes visuais. E, certamente, estão mais próximos dos sentidos de efemeridade e desmaterialização. No lugar da unicidade, o *graffiti* urbano põe em discussão a fragmentação, a reterritorialização e o esquecimento. Para ilustrar algumas dessas questões, os *graffiti* utilizados no artigo, foram re-fotografados no ano de 2025, de modo que a efemeridade e a relevância destes nos espaços em que foram feitos possa ser discutida.

### *Análise do graffiti 1*

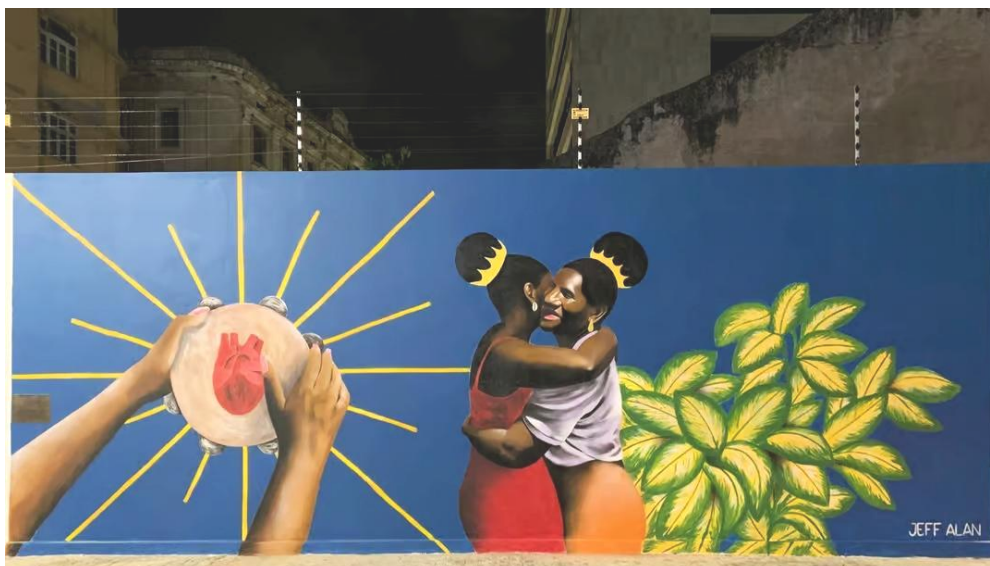
Pintado na parede de um imóvel no bairro do Recife, no ano de 2022, pelo artista Jeff Alan, o *Grffiti* <sup>1</sup> faz parte de um projeto patrocinado pela empresa “o Boticário” em parceria

---

<sup>1</sup> Descrições de localização do *graffiti*: O muro (do lado direito, em relação a entrada da casa) pertence ao imóvel endereçado na Rua do Apolo, 44. O *graffiti* pode ser visualizado na Av. Barbosa Lima, Recife, Pernambuco, Brasil. Coordenadas: -8.06190538720982, -34.872803184868665.

com a Prefeitura do Recife, que juntou vários artistas (Joana Lira, Jade Matos, Manoel Quitério, Paula de Aguiar, Bozó e Coletivo Aurora de Estrelas) para criarem uma galeria de arte urbana em uma rua do Recife.

Fig. 3 - Graffiti de Jeff Alan, feito em 2022, em Recife, Pernambuco



Fonte: os autores, 2022.

Batizada de R.U.A. dos Amores, o antigo Espaço R.U.A, na Av. Barbosa Lima, no Recife Antigo, utilizou a arte urbana para reinventar a utilização desse trecho na rua e torná-lo um espaço de descanso e atrativo turístico. O espaço “Rua dos Amores” foi inaugurado oficialmente no dia 11 de março de 2022, na véspera do 485º aniversário da cidade.

Ao todo, foram feitos sete painéis para compor a galeria com pinturas que representam o amor pelo Recife, pelas águas, pela diversidade, pelo Carnaval, pela sustentabilidade, pelo cordel e pela música. A R.U.A. dos Amores é uma área de convivência, que na época contava com cinco bancos e um varal com 10 metros de comprimento coberto por sombrinhas de frevo e um barquinho de madeira para as pessoas se sentarem e descansarem.

### *Leitura do graffiti 1 com o Método de Panofsky*

**1º nível de leitura (Pré-iconográfica)** - Um coração no meio de um pandeiro que está sendo tocado por mãos femininas, com duas mulheres pretas se abraçando ao lado da planta “comigo-ninguém pode”.

**2º nível de leitura (Iconográfico)** - As mãos negras com unhas pintadas de esmalte rosa que tocam o pandeiro, representam as mãos da companheira (da época) do artista Alan, enquanto que as duas mulheres que se abraçam representam a mãe e uma tia do artista. Uma mulher usa um vestido vermelho, a outra uma blusa branca caída sobre um ombro e saia laranja. São roupas simples, porém coloridas e expressivas. O cabelo de ambas tem penteados com coques altos em forma de coroa amarela, o que remete a representações de nobreza africana ou à estética *black is beautiful*, que celebra os traços e estilos afro-brasileiros. O gesto do abraço tem um significado simbólico de apoio mútuo.

O pandeiro se destaca na pintura pelo tamanho e detalhes que indicam na cena uma sonoridade e um ritmo, que lembra a batida e o compasso do coração pintado no seu centro do instrumento. Dentro dele, vê-se um coração humano desenhado, rodeado por raios amarelos. Os raios amarelos irradiam como os de um sol, partindo do pandeiro/coração. O pandeiro nessa pintura representa o samba, o pagode e a capoeira, que são ritmos presentes na vida e na comunidade do artista. É como se esses ritmos pulsassem como um coração vivo, que irradia luz, energia e identidade. Também pode ser lido como uma referência aos sons sagrados que conectam corpo, alma e ancestralidade.

A planta comigo-ninguém-pode aparece por trás das duas mulheres preenchendo parte do mural. A *Dieffenbachia*, popularmente conhecida como comigo-ninguém-pode, é uma planta tropical, nativa da América, que foi se adaptando ao clima brasileiro ao longo do tempo, e hoje é bastante popular nas casas e jardins de pernambucanos. Tem folhas verdes escuras e a superfície rajada com tons mais claros, chegando a tons brancos e é uma espécie que evoca memórias afetivas, principalmente por ser considerada uma planta antiga, da "casa das avós". O nome popular se deve à sua toxicidade e em países, como nos Estados Unidos, ela também é conhecida como cana-de-mudo, pelas ocorrências de pessoas que foram intoxicadas relatarem perda da voz devido à obstrução das vias aéreas.

A planta também é conhecida como um instrumento de proteção contra o mau-olhado e a inveja, contribuindo na atração de boas energias. Segundo algumas crenças, a planta possibilita a limpeza e o fortalecimento energético, tanto de pessoas quanto do ambiente em que está inserida, absorve as energias negativas de pessoas mal-intencionadas, evitando que tais malefícios cheguem ao morador da residência em que se encontra. Para algumas pessoas o uso em conjunto com outra planta, a Espada de São Jorge, pode potencializar todos os efeitos citados, sendo juntas capazes de quebrar feitiços, magias e livrar quem a possui do mau-olhado. Na Umbanda, ambas as plantas são associadas ao Orixá Ogum, enquanto a comigo-ninguém-pode também possui relação com Exú.

Desse modo, nota-se a conexão dessas mulheres com a terra, a natureza, a ancestralidade e a proteção que vem da espiritualidade. A natureza aqui reforça a ideia de vida e continuidade, já que Jeff pintou as plantas para representar a antiga "comigo-ninguém-pode" do Bar do Beco do seu tio que havia falecido em 2022 e que segundo ele "estaria sempre protegendo sua mãe e tia".

As cores vibrantes deste e de outros murais de Jeff Alan têm um porquê. Jeff Alan é daltônico e por isso mantém uma relação peculiar com as cores em tons primários. O artista explica que essa condição de saúde já lhe incomodou, mas hoje é apenas uma característica dele. As cores que Jeff Alan utiliza em suas pinturas refletem vivências do povo preto e traçam um caminho do que ele quer que esteja por vir. O vermelho, que para muitos é associado à cor da paixão e do amor, ganha outro tom quando se trata de peles negras, isso é desdobrado por Alan ao citar a música "Falcão", do cantor Djonga. "Olho corpos negros no chão, me sinto olhando o espelho / Que corpos negros nunca mais se manchem de vermelho". Já o azul primário traz a conexão com o futuro, com o olhar para o céu e ver possibilidades no futuro (OLIVEIRA, 2023).

**3º nível de leitura (Iconológico)** - Em 2022, o Brasil vivia um momento de intensas discussões sobre racismo estrutural, representatividade negra e direitos das mulheres pretas. A pandemia da COVID-19 havia evidenciado e aprofundado desigualdades sociais,

e as populações negras — sobretudo mulheres — foram particularmente afetadas, tanto na saúde (física e mental) quanto na economia.

Crescia uma nova onda — é importante destacar que sempre houve iniciativas de grupos e indivíduos para afirmar a identidade negra e esse movimento não surge recentemente, ele ganha novas pautas e se desdobra de modo diferente ao longo das décadas — de afirmação da identidade negra, impulsionada por movimentos sociais, artistas, intelectuais e iniciativas culturais de base. No campo das artes urbanas, especialmente nos grandes centros urbanos como Recife, Belo Horizonte, Salvador e São Paulo, artistas negros passaram a ocupar mais visivelmente os muros da cidade para contar histórias que historicamente foram invisibilizadas.

Jeff Alan é um desses artistas. Homem negro, filho de Lucilene Mendes, e irmão de mais seis pessoas. Desde a infância sendo um morador do bairro do Barro, na Zona Oeste do Recife, em que o local e as suas vivências neste bairro periférico influenciaram diretamente seus murais e quadros. A geografia do lugar, é um dos pontos importantes para entender o artista e algumas de suas obras, que ressaltam frequentemente esse lugar de fala, de vivência, de aprendizagem como ser social.

A arte urbana contemporânea, especialmente aquela produzida por jovens negros, tende a carregar uma dimensão política, afetiva e social. E esse espaço geográfico da vivência influencia na construção de sentido estético e simbólico. Viver em lugares periféricos pernambucanos implica experimentar formas particulares de exclusão e resistência, o que se reflete diretamente na produção artística urbana. O meio social, a cidade fragmentada e desigual, torna-se não apenas paisagem, mas matéria e conteúdo da obra. Mesmo em 2022, jovens negros e periféricos seguiam enfrentando grandes desafios para acessar espaços tradicionalmente brancos, como museus, universidades e instituições culturais. As barreiras são materiais, mas também simbólicas, como destaca Carneiro (2011), ao evidenciar que o racismo estrutura a sociedade e define quem pode ser visto, ouvido e reconhecido como sujeito pleno.

Kilomba (2019) propõe a descolonização do saber e da representação como forma de resgatar narrativas apagadas da história oficial. Quando artistas como Jeff Alan representam corpos negros em posição de afeto, beleza e centralidade, estão operando uma mudança profunda no imaginário social, deslocando a narrativa dominante. Nascimento (1980) descreve o "quilombismo" como uma estética baseada na coletividade, na ancestralidade e na resistência à colonização e essa perspectiva permite compreender obras como a de Jeff Alan como expressões de uma memória viva que se reatualiza nos muros da cidade.

Quando Jeff escolhe duas mulheres (mãe e tia) para protagonizarem essa pintura há um motivo. O artista afirma que a mão de sua mãe é sagrada. Com ela ele tem uma ligação forte e a vê como a verdadeira curadora de sua obra, já que sempre que precisa definir algo consulta ela, mesmo que ela não tenha exatamente noção do papel que desempenha (OLIVEIRA, 2023).

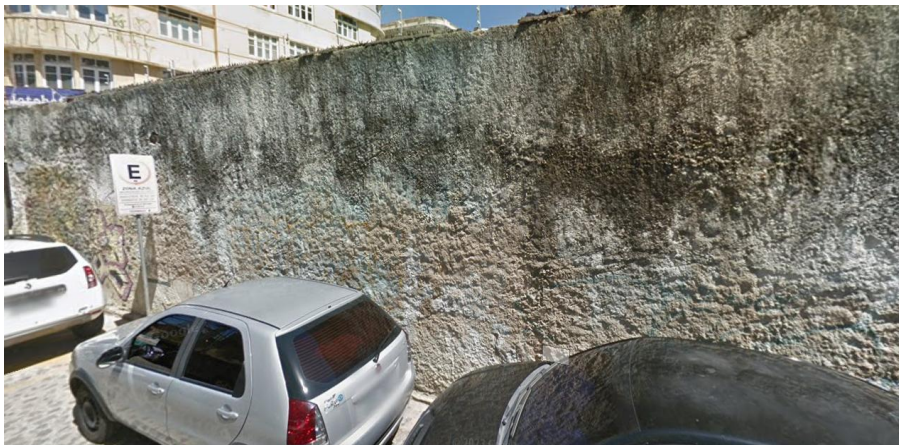
Dessa relação, observa-se que a maternidade exercida por mulheres negras em contextos periféricos é profundamente marcada por intersecções de raça, gênero e classe, que configuram experiências singulares de cuidado e resistência. Essas mulheres,

frequentemente em situação de monoparentalidade, enfrentam desafios estruturais que impactam diretamente a trajetória de vida de seus filhos.

O *Graffiti 1*, pintado por Jeff, fala também sobre o consumo da arte e quem está nas telas já é pré-definido por valores hegemônicos da cultura branca; nesse desenho ele subverte e reivindica o espaço para o povo preto. Ele estampa mulheres pretas em uma cena do cotidiano, como protagonistas, com olhares atentos e sonhadores. Como o próprio artista falou, “... que o povo preto se ame, se abrace, seja destaque no que faz e que a rua contemple isso”.

### *Fotos comparativas do muro em outros anos*

**Fig. 4 - Parede sem pintura, em 2017, em Recife, Pernambuco**



**Fonte:** Print do Google Maps.

**Fig. 5 - Graffiti Terra do Carinho, de Jade Matos, feito em 2025, em Recife, Pernambuco**



**Fonte:** os autores, 2025.

Nas figuras anteriores, observam-se fotografias de como a rua e o muro eram antes do *Graffiti 1* e como ele se encontra depois da retirada do mesmo *graffiti*. Na Fig. 4, feita no ano de 2017, a rua funcionava como estacionamento de veículos e não tinha murais. Já na

Fig. 5, de 2025, na “Rua dos Amores”, foi feito o *graffiti Terra do Carinho*, de Jade Matos. Para além dos *graffiti*, são observadas as mudanças que esse tipo de iniciativa causa ao longo dos anos na rua, nos estabelecimentos do entorno e na relação dos transeuntes com o espaço.

### *Análise do Graffiti 2*

**Fig. 6 - Graffiti de Félix Farfan, Kronos, Alê Lopes, Carlos André, Asak e Peter, feito em 2019, em Recife, Pernambuco**



**Fonte:** Print do Google Maps.

O projeto do *Graffiti 2*<sup>2</sup> foi uma homenagem aos mestres J. Borges e Chico Science, coordenado e idealizado pelo artista Félix Farfan e produzido pelos artistas Kronos, Alê Lopes, Carlos André, Asak e Peter. O painel ocupa toda a extensão do muro, com 113 metros de comprimento e 2,5 de altura e apresenta vários elementos da cultura pernambucana, com imagens na estética da xilogravura com os temas do folclore, misticismo, religiosidade, natureza e cotidiano das regiões rurais e urbanas pernambucanas.

Félix Farfan (2019) fala que a ideia do projeto sempre existiu e que ele sempre teve vontade de fazer um trabalho que valorizasse as xilogravuras. O projeto foi pensado há muitos anos, depois de uma conversa com o escritor Ariano Suassuna, na cidade de Garanhuns. “Eu sentia muito a necessidade de homenagear esse elemento tão forte da nossa cultura, os desenhos, o cordel. E, como artista plástico, a ideia foi trazer esse universo para o mundo do grafite”, falou Farfan.

### *Leitura do Graffiti 2 com o Método de Panofsky*

**1º nível de leitura (Pré-iconográfica)** - Diversas figuras que representam elementos das obras do músico Chico Science e do xilogravador J. Borges. Os elementos visuais aparecem na estética de xilogravura colorida, sendo eles: homens e mulheres sertanejos, vegetação típica do sertão nordestino, animais de tração, pássaros e aves da fauna local,

---

<sup>2</sup> Descrições de localização do *graffiti*: O muro pertence ao edifício garagem do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco. O imóvel está endereçado em parte na Rua da Fundação, 777 e a outra parte na Rua João Lira. Parte do *graffiti* pode ser visualizado no muro que fica em uma rua e sua continuação no muro que fica na outra rua, no bairro de Santo Amaro, Recife, Pernambuco, Brasil. Coordenadas: -8.056510495328352, -34.87974249791356.

elementos da natureza (sol, luz, nuvens, rio, mar), caranguejo (símbolo do movimento Manguebeat), Chico Science, o mangue, a sereia, o tocador de pífano, Santo Antônio.

**2º nível de leitura (Iconográfico)** - José Francisco Borges, conhecido artisticamente como J. Borges, nasce em Bezerros, em 4 de agosto de 1935, e anos mais tarde se tornou um dos maiores famosos xilógrafos de Pernambuco, além de cordelista e poeta brasileiro. Sua vida artística começa na infância, quando aprende a xilogravura com seu pai, que era poeta repentista e xilógrafo. J. Borges desenvolveu uma linguagem visual que tinha como referência as histórias do cotidiano sertanejo e do folclore do nordeste brasileiro. Os temas mais vistos em seus trabalhos são: o cotidiano do pobre, o cangaço, o amor, os castigos do céu, os mistérios, os milagres, crimes e corrupção, os folguedos populares, a religiosidade e o universo cultural do povo nordestino.

Elas são exatamente estes elementos que são pintados no *Graffiti 2*. As gravuras retratam a intensidade da vida rural nordestina e evidenciam o estilo que J. Borges usava nas obras. As figuras míticas são pintadas com riqueza de detalhes, e não apenas capturam a imaginação do observador, mas também descrevem cenários e histórias tradicionais pernambucanas.

No mural, essa representação é feita com algumas cenas cotidianas do sertão, vegetação sertaneja, casas de taipa, plantações, trabalhadores rurais, meios de transporte utilizados no campo e animais de tração. Os desenhos revelam a beleza de uma paisagem nordestina, mas também as dificuldades enfrentadas pelos moradores rurais. O mural representa questões como a seca, pobreza e resiliência por meio das figuras dos trabalhadores.

Os pássaros, pintados no mural, tem como referência a literatura de cordel, em que essa ave é frequentemente utilizada como símbolo de liberdade, de esperança ou de voo. É o desenho que representa a capacidade de escapar das dificuldades da vida, de estar acima dos problemas, da fuga do sertão para outra cidade ou estado.

O tocador de pífano representa música tradicional nordestina, tocada em festas, romarias, feiras e celebrações religiosas. Esse personagem é um ícone do homem do campo, do sertanejo que transmite alegria, fé e força coletiva, por meio da oralidade e da musicalidade popular.

A figura de Santo Antônio pintada no mural representa as multifacetadas desse Santo que é conhecido como o "santo casamenteiro", e isso é muito explorado nos cordéis. As histórias costumam brincar com a devoção das moças que recorrem a ele para conseguir um marido. Ele também é retratado na literatura como um defensor dos necessitados, ajudando os humildes e combatendo as injustiças sociais. Alguns cordéis relatam os milagres do Santo com elementos fantásticos e religiosos, visto que ele aparece salvando pessoas em perigo ou até intervindo em situações impossíveis.

A sereia pintada no muro está ligada ao mito clássico das sereias gregas, mas adaptada ao imaginário nordestino. Muitas vezes, a sereia é um ser traiçoeiro que leva pescadores e viajantes à morte ou ao desaparecimento. Nesse sentido, ela representa os perigos do mar e da tentação, com tons de mistério e magia. Ela está associada a outras figuras do folclore brasileiro, como Iara, misturando lendas locais com influências europeias.

Os elementos que complementam o mural se referem ao Movimento Mangubeat, que se desenvolveu em Recife, Pernambuco, a partir de 1991, e consistiu em uma “cena cultural”, especialmente de corte musical, que misturava elementos da cultura regional de Pernambuco como o maracatu rural, com a cultura *pop*, sobretudo o *rock'n roll*, *hip-hop* e a influência das obras de Jackson do Pandeiro, Josué de Castro, Mestre Salustiano, Ariano Suassuna e Quinteto Armorial. O termo *mangubeat* vem da junção de “mangue,” que designa um ecossistema típico da costa do Nordeste brasileiro e da cidade de Recife, com a palavra *beat*, do inglês, que significa batida – mas que também remete à linguagem dos códigos binários utilizados na informática: *beat*, *bits*.

O Mangubeat também desenvolveu uma forma própria de exprimir visualmente essa mistura. O uso do chapéu de palha, típico da cultura pernambucana, aliado a acessórios da cultura *pop*, como óculos escuros, camisas estampadas, tênis e colares coloridos produziu um efeito visual acentuado em seus integrantes.

O caranguejo, típico do mangue, que é capturado e vendido por trabalhadores da região, tornou-se o símbolo do Mangubeat. Inclusive, o manifesto desse movimento cultural, escrito por Fred Zero Quatro, tem como título *Caranguejos com cérebro*. O “cheiro sujo” do mangue, “onipresente” na cidade, foi a metáfora que encontraram para escancarar os problemas de Recife e do Nordeste.

Os principais idealizadores do Mangubeat foram, Chico Science, Fred Zero Quatro, Renato L, Mabuse e Héder Aragão. Francisco de Assis França, apelidado de Chico Science, nasceu em 13 de março de 1966, em Olinda, Pernambuco. Desde cedo demonstrou interesse por música e ainda jovem se envolveu com a cultura urbana do Recife, especialmente através do *breakdance* e do *grafite*, movimentos que já mostravam sua inclinação para misturar o tradicional com o moderno. Chico Science morreu tragicamente em um acidente de carro em Olinda, em 2 de fevereiro de 1997, aos 30 anos.

O mural também evoca a estética do Movimento Armorial, um dos mais importantes fenômenos culturais brasileiro. Criado em 1970, em Recife, pelo escritor e dramaturgo Ariano Suassuna, o movimento buscava criar uma arte brasileira “erudita a partir das raízes populares” da cultura nordestina. A inspiração vinha da literatura de cordel, da xilogravura, da música, do teatro e de outras manifestações folclóricas. Artistas plásticos como Gilvan Samico e Francisco Brennand, e músicos como o Quinteto Armorial, uniram-se a Suassuna para reinterpretar e elevar a rica tradição popular a um nível de arte erudita.

Ao fazer isso, o Movimento Armorial não apenas valorizou as heranças culturais do sertão brasileiro, mas também defendeu uma estética única e autêntica. A presença de elementos como a xilogravura de J. Borges no mural remete diretamente a essa busca por uma arte profundamente enraizada na cultura local, que, assim como o Movimento Armorial, transforma o cotidiano e o folclore em expressões artísticas de grande complexidade e beleza.

**3º nível de leitura (Iconológico)** - O mural representa uma forma de resistência cultural frente à homogeneização imposta pelos padrões vindos de fora. Esse trabalho valoriza as tradições locais e oferece uma visão autêntica da vida das comunidades, destacando o folclore, as crenças, os costumes e os modos de vida de diferentes grupos sociais.

Em 2019, quando o *graffiti* foi feito, Recife vivia um momento de tensão entre tradição e modernidade. A cidade enfrentava grandes desafios sociais, como desigualdade, violência urbana, e também uma efervescência cultural em resistência a esses mesmos problemas. A obra apresenta uma síntese visual do Nordeste em movimento: a figura do migrante aparece fortemente, mas em vez de uma visão trágica, há celebração – representada pelas expressões faciais neutras ou felizes e pelo uso de cores vivas. A presença da cultura (livros, música) mostra o povo como protagonista da sua própria mudança. O helicóptero, possível símbolo do Estado ou da globalização, observa, mas é distante – não interfere diretamente, o que pode ser uma crítica sutil à ausência de políticas públicas eficazes.

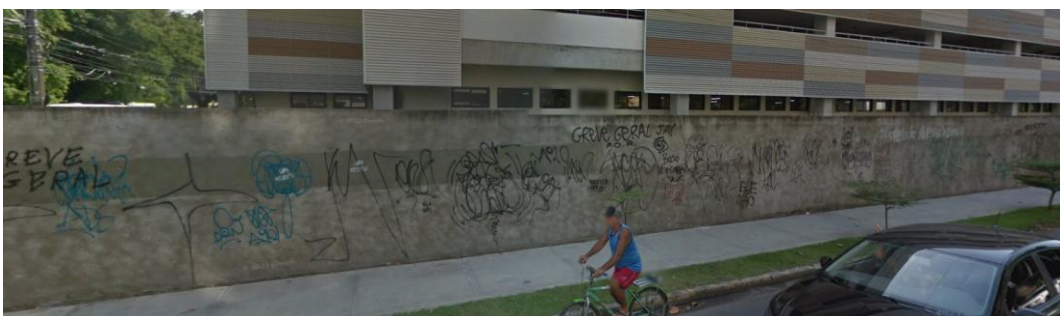
O *graffiti* é, portanto, um manifesto visual do Recife que Chico Science vislumbrava: uma sopa cultural em que o sertão, a periferia e a metrópole se misturam. O *graffiti* segue essa lógica, funcionando como uma narrativa visual pública que documenta um modo de vida em transição. Este *graffiti* é uma síntese visual onde Chico Science fornece o impulso transformador e J. Borges oferece a linguagem visual para contar essa história. Ambos se fundem neste mural urbano que fala de um povo em trânsito – entre o passado e o futuro, entre a marginalização e o protagonismo.

O *graffiti* destaca o trânsito simbólico e físico do povo nordestino entre o interior e a cidade, revelando um ciclo de migração que é, ao mesmo tempo, doloroso e esperançoso. A imagem do caminhão pau de arara, tradicional símbolo do êxodo rural, torna-se aqui um veículo de educação, cultura e resistência – com passageiros que carregam livros e esperança.

No contexto social e político de 2019, o Brasil passava por cortes de investimentos em cultura, enfraquecimento de políticas públicas e um cenário de crescente polarização. O *Graffiti 2* se coloca, portanto, como uma forma de arte pública de resistência, ecoando a ideia de que o *manguebeat* e os seres imaginários da xilogravura não são apenas elementos de estética, são representações de memória de grupos sociais. É um indício das artes urbanas como forma de enfrentamento simbólico.

### *Fotos comparativas do muro em outros anos*

**Fig. 7 - Muro sem pintura com alguns pixos, em 2019, em Recife, Pernambuco**



**Fonte:** Print do Google Maps.

Fig. 8 - Parte do graffiti pintado e apagado, em 2025, em Recife, Pernambuco



Fonte: os autores, 2025.

Nas figuras anteriores, observam-se fotografias de como a rua e muro eram antes do *Graffiti 2* e como ele se encontra, sem a total retirada do mesmo *graffiti*. Na Fig. 7, feita no ano de 2019, o muro estava com pichações diversas. Já na Fig. 8, de 2025, o mural estava com trechos pintados de branco por cima. O *graffiti* não foi retirado por completo, apenas foi pintado por cima.

### Considerações finais

O *graffiti* urbano é um exemplo de manifestação artística com valor informativo e memorialístico, que necessita de suporte teórico e instrumentos que viabilizem sua análise e tratamento, uma vez que a informação, neste caso, se apresenta de maneira estética e não semântica.

Assim, a pesquisa apresenta possíveis relações entre Ciência da Informação, *graffiti* urbano, informação estética e memória, de modo a suscitar as questões de análise, manuseio e tratamento da informação registrada em suportes não-convencionais.

O método iconológico de Panofsky (1991) é utilizado para a leitura de imagens em algumas áreas do conhecimento, dessa maneira, os parâmetros utilizados neste método também se mostraram adequados para análise das representações imagéticas dos *graffiti* urbanos.

A partir das questões de análise e extração de assunto, surge a relação na pesquisa com os estudos memorialísticos, uma vez que o *graffiti* urbano pode ser entendido como registro produzido que retrata temas diversos, que vão desde criações do universo imaginário até representações históricas e culturais.

Na análise dos *graffiti* que compõem o *corpus* do artigo foi observada a forma como os grafiteiros construíram seus respectivos *graffitis* e como as informações estéticas foram dispostas na pintura. Deste modo, ao utilizar os três níveis de análise propostos por Panofsky (1991), os assuntos e informações de cada *graffiti* foram evidenciados, podendo ser traçados pontos de convergência entre eles, visto que todos representam símbolos, alegorias e costumes pernambucanos.

Os *graffiti* analisados representam histórias, tradições e elementos importantes para a sociedade pernambucana e apresentam diversas questões que fazem parte da memória social do estado, como personagens, personalidades, lugares, objetos e suas contribuições para história das cidades e para vida local.

Ao analisar os *graffiti* pelos níveis de Panofsky (1991) identificaram-se assuntos relacionados a: racismo estrutural, representatividade negra, samba, capoeira, folclore, misticismo, religiosidade, natureza e cotidiano das regiões rurais e urbanas pernambucanas.

Verifica-se a partir do resultado das análises que o objetivo geral da pesquisa foi alcançado, uma vez que foi compreendido que o *graffiti* também pode ser investigado como registro de memória e tratado como documento visual. Sendo assim, a partir da identificação dos assuntos dos *graffiti*, foram feitas interpretações e reflexões sobre memórias coletivas relacionadas ao estado brasileiro de Pernambuco.

Cabe aqui o registro que o *graffiti* é, também, um canal de comunicação com a cidade, prédios, muros, vielas e transeuntes, então é igualmente um meio que conecta as academias, as disciplinas, os estudos, enfim, os saberes e fazeres científicos.

Ao analisar as representações imagéticas do *graffiti* repetidas vezes, notou-se em cada um desses materiais um possível documento. A observação, os questionamentos, as reflexões e o afeto pelo tema e pelo objeto de pesquisa também fizeram parte do processo de conhecimento sobre o *graffiti* urbano. Assim, entende-se que o *graffiti* urbano, como expressão artística, genuinamente efêmera, pode ser apagado, mas a guarda de suas representações imagéticas lhe confere a designação de registro de memória.

### Referências bibliográficas

**ALBUQUERQUE, A. C.**

2004 O Grafite como canal alternativo de informações: caminhos para uma discussão interdisciplinar em Ciência da Informação. *Revista de Iniciação Científica da FFC*. 4:3 (2004) 8-15.

**ARGAN, G. C.**

2005 *História da arte como história da cidade*. 5ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

**CAMPOS, R.**

2012 A Pixelização dos muros: graffiti urbano, tecnologias digitais e cultura visual contemporânea. *Revista Famecos*. [Em linha]. 19:2 (2012) 543-566. [Consult. 15 jan. 2018]. Disponível em:  
<https://revistaseletronicas.pucrs.br/revistafamecos/article/view/2656>.

**CAMPOS, R.**

2010 *Porque pintamos a cidade?: Uma abordagem etnográfica do graffiti urbano*. Lisboa: Fim de Século, 2010.

**CAMPOS, R. M. O.**

2007 *Pintando a cidade: uma abordagem antropológica ao graffiti urbano*. Lisboa, 2007. Tese de Doutorado em Antropologia - Universidade Aberta.

**CARNEIRO, S.**

2011 *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 2011.

**CINCO PROPOSIÇÕES...**

2008 Cinco proposições sobre memória social. *Revista Morpheus*. [Em linha]. 7:13 (2008). [Consult. 23 out. 2018]. Disponível em: <https://seer.unirio.br/morpheus/article/view/4815>.

**COELHO NETTO, J. Teixeira**

1973 *Introdução da teoria da informação estética*. Petrópolis: Vozes, 1973.

**FIorentini, D.; Lorenzato, S.**

2009 *Investigação em educação matemática: percursos teóricos e metodológicos*. 3ª ed. Campinas: Autores Associados, 2009.

**GIL, A. C.**

2002 *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

**GITAHY, C.**

1999 *O Que é graffiti*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

**GONDAR, J.**

2016 Cinco proposições sobre memória social. *Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social*. [Em linha]. 9:15 (2016) 19-39. [Consult. 1 jun. 2018]. Disponível em: <https://goo.gl/P8PJ6m>.

**GONDAR, J.**

2008 Memória individual, memória coletiva, memória social. *Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social*. [Em linha]. 7:13 (2008). [Consult. 23 out. 2018]. Disponível em: <https://seer.unirio.br/morpheus/article/view/4815>.

**KARAMUFTUOGLU, M.**

2006 Information Arts and Information Science: time to unite? *Journal of the American Society for Information Science and Technology*. [Em linha]. 57 (2006) 1.780-1.793. [Consult. 20 dez. 2024]. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1002/asi.20381>.

**KILOMBA, G.**

2019 *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

**LE GOFF, J.**

2003 *História e memória*. Campinas: Ed. UNICAMP, 2003.

**MAIMONE, G. D.**

2007 *Estudo do tratamento informacional de obras artístico-pictóricas: cenário paulista: análises e propostas*. Campinas, 2007.  
Dissertação de Mestrado em Ciência da Informação - Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

**NASCIMENTO, A.**

1980 *O Quilombismo: documentos de uma militância pan-africanista*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1980.

**OLIVEIRA, E. B.; RODRIGUES, G. M.**

2009 As Concepções de memória na Ciência da Informação no Brasil: estudo preliminar sobre a ocorrência do tema na produção científica. *Ponto de Acesso*. [Em linha]. 3:3 (2009) 216-239. [Consult. 20 dez. 2024]. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/3613/2745>.

**OLIVEIRA, S.**

2023 Conheça Jeff Alan, que pinta a ‘coragem de sonhar’ nas telas. *Revista TAG*. [Em linha]. (2023). [Consult. 10 abr. 2025]. Disponível em: <https://xurl.ooo/826f3>.

**PANOFSKY, E.**

1991 *Significado nas artes visuais*. São Paulo: Perspectiva, 1991.

**PERNAMBUCO. Tribunal de Contas do Estado**

2025 *Ganha mural com desenhos que homenageiam arte popular: Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco*. [Em linha]. 2025. [Consult. 12 abr. 2025]. Disponível em: <https://www.tcepe.tc.br/internet/index.php/noticias/222-2019/setembro/4902-tce-inaugura-mural-com-artes-que-homenageiam-j-borges-e-chico-science>.

**PONTES A. M. L.; OLIVEIRA, C. M. S.**

2012 A Obra de arte como fonte histórica: Frans Post e sua relação com o novo mundo. In ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA, 13<sup>o</sup>, Paraná, 2012 - *Anais eletrônicos...* Paraná: ANPUH, 2012, p. 1-6. [Consult. 11 dez. 2024]. Disponível em: <https://slink.com/oRnZ6>.

**SALLES, C.**

2008 *Redes de criação: construção da obra de arte*. 2<sup>a</sup> ed. São Paulo: Editora Horizonte, 2008.

**SAMPAIO, D. A.**

2014 Reflexões sobre representação da informação memorialística: uma análise a partir dos aspectos da cultura. In MOTA, A. R. S. - *Versados em Ciência da Informação*. João Pessoa: Imprell, 2014, p. 99-119.

**STAHL, J.**

2009 *Street art*. Colônia: H. F. Ullmann, 2009.

**WERNECK, R. M. L.**

2000 Ciência da Informação e arte: uma perspectiva histórica. In *Interdiscursos da Ciência da Informação: arte, museu e imagem*. Org. Maria Nélida González de Gómez, Lena Vania Ribeiro Pinheiro. Rio de Janeiro: IBICT, DEP, DDI, 2000, p. 59-74.

**Georgia Ramine Silva de Lira | [georgia.ramine@ufpe.br](mailto:georgia.ramine@ufpe.br)**

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Brasil

**Hélio Márcio Pajeú | [helio.pajeu@ufpe.br](mailto:helio.pajeu@ufpe.br)**

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Brasil

**Diego Andres Salceo | [diego.salcedo@ufpe.br](mailto:diego.salcedo@ufpe.br)**

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Brasil

**Resumo:** Objetiva-se mapear a produção científica nacional e internacional que discute critérios, categorias e elementos voltados à identificação do assunto em obras de ficção, com vistas a subsidiar essa etapa da indexação. Indaga-se quais elementos do livro e categorias de análise são propostos na literatura científica para orientar a análise conceitual de obras narrativas de ficção. Adota-se a pesquisa bibliográfica como procedimento metodológico. Como resultado, constata-se que a indexação de obras de ficção caminha para uma abordagem mais abrangente e metodologicamente orientada, que considera a narrativa em sua complexidade. Conclui-se que a análise revelou uma diversidade de perspectivas, com ênfases distintas de acordo com os contextos de aplicação, mas também evidenciou recorrências que apontam para consensos parciais.

**Palavras-chave:** Análise conceitual; Indexação de ficção; Obras narrativas de ficção.

**Abstract:** This study aims to map national and international scientific production that discusses criteria, categories, and elements related to subject identification in works of fiction, with the purpose of supporting this stage of indexing. It asks which book elements and categories of analysis are proposed in the scientific literature to guide the conceptual analysis of narrative works of fiction. Bibliographic research is adopted as a methodological procedure. The results indicate that the indexing of fiction works is moving toward a broader and methodologically oriented approach that considers the narrative in its complexity. The study concludes that the analysis revealed a diversity of perspectives, with distinct emphases depending on the contexts of application, but also highlighted recurrences that point to partial consensus.

**Keywords:** Conceptual analysis; Fiction indexing; Narrative fiction works.

## Introdução

A análise conceitual<sup>1</sup>, primeira etapa da indexação, consiste na identificação do conteúdo de um documento, com vistas à sua posterior representação. Enquanto textos técnico-científicos costumam apresentar seu assunto de forma direta e estruturada, as obras narrativas de ficção exigem do indexador uma observação atenta ao conteúdo da narrativa e às expectativas do leitor, demandando estratégias específicas para a compreensão temática.

A indexação de ficção, portanto, apresenta desafios particulares. A ausência de uma estrutura expositiva convencional no texto, a exemplo da introdução e da conclusão, assim como de itens de identificação, entre eles as palavras-chave, geralmente utilizados na

---

<sup>1</sup> LANCASTER (2004:9), que faz a divisão da indexação em duas etapas, considera a análise conceitual como “[...] decidir do que trata o documento – isto é, qual o seu assunto”.

análise (leitura) técnica de documentos pelo profissional, dificulta a identificação do conteúdo pelo indexador. Soma-se a isso a multiplicidade de sentidos possíveis que uma narrativa pode assumir, refletida também na diversidade de interesses dos leitores e nas diferentes formas de busca realizadas pelos usuários. Essa pluralidade torna a determinação do assunto uma tarefa ainda mais complexa.

Tais dificuldades, no entanto, podem ser minimizadas por meio de procedimentos que orientem a representação temática desse tipo de obra. A indexação, enquanto atividade técnica criteriosa e estruturada, necessita de diretrizes claras, expressas pelas políticas de indexação, que indiquem como proceder na identificação e representação do assunto. Nesse sentido, torna-se fundamental o estabelecimento de métodos e critérios que auxiliem na análise conceitual de obras ficcionais.

Embora a literatura ficcional esteja presente nos acervos de bibliotecas, as metodologias voltadas à sua representação temática ainda carecem de sistematização. Há casos em que a indexação de ficção limita-se à indicação do gênero literário ou da forma da obra, por exemplo, “literatura brasileira” ou “ficção brasileira”, desconsiderando aspectos narrativos e temáticos mais significativos. Embora válida, essa abordagem não contempla o conteúdo e o potencial informativo da narrativa.

O reconhecimento das especificidades das obras de ficção, aliado à necessidade de garantir consistência e relevância nos pontos de acesso temáticos, impulsiona a busca por modelos e diretrizes que orientem a análise conceitual. Nesse cenário, a literatura científica pode oferecer subsídios teóricos e práticos, tanto para a identificação de elementos paratextuais<sup>2</sup>, que funcionem como auxílio temático, quanto para a definição de categorias de análise que auxiliem o trabalho do indexador.

Diante disso, esta pesquisa parte da seguinte questão: quais elementos do livro e categorias de análise são propostos na literatura para orientar a análise conceitual de obras narrativas de ficção? Seu objetivo é mapear a produção científica nacional e internacional que discute critérios, categorias e elementos voltados à identificação do assunto em obras de ficção, de modo a subsidiar essa etapa da indexação.

Este artigo é um desdobramento da pesquisa bibliográfica realizada no âmbito da dissertação desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense, concluída em 2022. Naquele estudo, foi mapeada a produção da área sobre indexação de obras de ficção. Houve, também, alguns artigos produzidos que aprofundaram a questão. Contudo, o presente estudo aprofunda e amplia aquele levantamento, incorporando novas publicações e abordagens surgidas desde então, com o intuito de oferecer um panorama mais abrangente e sistematizado sobre os elementos e categorias que apoiam a análise conceitual de narrativas ficcionais.

---

<sup>2</sup> Reconhece-se elemento paratextual a partir de Genette (2009:9) que o considera como “[...] produções, verbais ou não, [...]” que cercam e prolongam o texto “[...] exatamente para apresentá-lo, no sentido habitual do verbo, mas também em seu sentido mais amplo: torná-lo presente, para garantir sua presença no mundo, sua ‘recepção’ e seu consumo, sob a forma, pelo menos hoje, de um livro [...]”. São eles, por exemplo: capa, quarta capa, resumo/sinopse, sumário, título, ilustrações, entre outros.

Durante a pesquisa, identificou-se o artigo de Ramires, Gonçalves e Carvalho (2022) que investigou a produção sobre análise documentária<sup>3</sup> de ficção do período de 1978 a 2020. A proposta dos autores foi identificar abordagens presentes na literatura científica e critérios para a leitura documentária de obras de ficção.

Ao identificar contribuições teóricas, metodológicas e práticas já consolidadas ou em desenvolvimento, esta pesquisa busca fortalecer as práticas de mediação e recuperação da informação, especialmente no que se refere à representação temática das narrativas ficcionais. Nesse sentido, não se pretende estabelecer um juízo de valor quanto à superioridade ou adequação de determinadas categorias de análise ou de conjuntos específicos de elementos paratextuais para a leitura técnica. O intuito é reunir e sistematizar as propostas identificadas na literatura científica, nacional e internacional, oferecendo um panorama que contribua para o entendimento e a aplicação desses referenciais no contexto da indexação de obras narrativas de ficção.

### *Fundamentação teórica*

Compreende-se a indexação como o processo de identificar o conteúdo (assunto) de um documento e representá-lo, principalmente, por meio de termos de um vocabulário controlado, que servirão como pontos de acesso para posterior recuperação. Diversos estudos já se dedicaram a definir e caracterizar esse processo, entre os quais se destacam as contribuições de UNISIST (1981), Carneiro (1985), ABNT (1992), Dias e Naves (2013), Sousa e Fujita (2014) e Cordeiro (2018). Para esta pesquisa, adota-se a divisão proposta por Lancaster (2004), que organiza a indexação em duas etapas: análise conceitual e tradução. Ressalta-se que, nesse processo, ocorre a representação das ideias (conceitos) presentes no documento, e não necessariamente das palavras exatas nele empregadas.

Fujita e Rubi (2020) consideram a indexação a parte mais importante de um sistema de recuperação da informação, pois dela depende a efetividade da busca e do acesso aos documentos. Carneiro (1985) enfatiza que a indexação deve possibilitar a recuperação rápida e eficiente de uma informação ou do documento quando solicitado pelo usuário, aspecto reiterado por Sousa e Fujita (2014), que compreendem a atividade como um meio de economizar o tempo do leitor.

O indexador, portanto, assume grande responsabilidade, já que suas escolhas podem direcionar o usuário a documentos pouco pertinentes ou de baixa relevância para sua demanda de informação. Sousa e Fujita (2014) descrevem o indexador como um “leitor mediador”, capaz de estabelecer a ponte entre o documento/informação e o leitor.

Segundo Lancaster (2004), não existe um único e correto conjunto de representações para o conteúdo de um documento. É necessário considerar tanto o conteúdo em si quanto o perfil e os interesses do público-alvo, de modo que, a depender do contexto, diferentes representações podem ser adequadas. Na indexação de obras de ficção, por exemplo, a

---

<sup>3</sup> Guimaraes (2009:112) reconhece que há três abordagens teóricas do tratamento temático da informação: catalogação de assunto, indexação e análise documentária. Apesar de cada uma refletir momentos teóricos e metodológicos específicos da história da indexação, são complementares e “[...] revelam denominações distintas para fenômenos semelhantes [...]”.

representação apenas pelo gênero e pela forma literária pode atender às necessidades de bibliotecas especializadas em literatura. No entanto, em bibliotecas públicas, tal abordagem pode se tornar insuficiente, pois os usuários podem demandar outros tipos de acesso temático.

Hjørland (2001) argumenta que um único documento pode responder a diversas questões e que, ao indexar, o profissional estabelece prioridades com base nas necessidades dos usuários. Lancaster (2004) acrescenta que é impossível contemplar todas as possibilidades de assunto de um documento, sendo necessário selecionar os conceitos mais relevantes para cada contexto.

Cordeiro (2000) apresenta quatro princípios que orientam a leitura do indexador no processo de representação: margem de segurança, acesso coletivo, coincidência e polirrepresentação. Entre eles, destaca-se a polirrepresentação, segundo a qual um documento deve ser múltiplo-indexado, possibilitando sua recuperação por diferentes pontos de acesso, já que os usuários podem apresentar necessidades informacionais variadas.

No que se refere à análise conceitual, etapa que constitui o foco desta pesquisa, Dias e Naves (2013) a definem como o exame do documento para identificar seu assunto, isto é, a busca por conceitos relevantes para um determinado tipo de leitor. Alguns autores consideram que a análise conceitual envolve subetapas, que na prática tendem a se sobrepor e não ocorrem de forma isolada. Neste estudo, adota-se a divisão proposta por UNISIST (1981), que contempla três subetapas: análise técnica da obra, identificação de conceitos por meio de categorias e seleção de conceitos, por ser a mais adequada ao contexto desta investigação. O Quadro 1 apresenta a definição de cada uma dessas subetapas.

**Quadro 1 – Subetapas da análise conceitual**

<b>Subetapa da análise conceitual</b>	<b>Definição</b>
Análise técnica da obra	Análise de elementos ou partes do documento. Não se deve levar em consideração apenas uma das partes ou analisá-las de forma isolada.
Identificação de conceitos por meio de categorias	Adoção de esquema de categorias fundamentais para o domínio a fim de identificar os conceitos do documento.
Seleção de conceitos	Escolha dos conceitos relevantes a um grupo específico de usuários.

**Fonte:** elaborado pelos autores com base em UNISIST (1981), Cordeiro (2000), ABNT (1992), Cesarino e Pinto (1980) e Cordeiro (2018).

Há um consenso na área de que, tradicionalmente, os estudos sobre indexação concentram-se na literatura científica. Como consequência, observa-se escassez de pesquisas voltadas a outros tipos de documentos, constatação reforçada por Moraes, Damazo e Lara (2008), Moraes (2012), Lima, Ribeiro e Moraes (2012), Fujita *et al.* (2017) e Lima *et al.* (2020). Nesse cenário, a literatura científica se beneficia de metodologias e procedimentos consolidados, enquanto outros materiais, como as obras de ficção, só recentemente começaram a receber maior atenção. A ausência de procedimentos específicos faz com que

ainda sejam comuns representações que desconsideram a narrativa, como apontam Fujita *et al.* (2017).

Embora a representação por gênero e forma literária seja válida, Solomon (1997) argumenta que essa abordagem elimina a natureza multidimensional da ficção. Como alternativa, Fujita *et al.* (2017) sugerem a leitura integral da obra, mas reconhecem que essa prática dificilmente se adequa às condições reais de tempo e disponibilidade do indexador.

Saarti (2002; 2019) observa que a história da indexação de ficção tem pouco mais de 110 anos. Para ele, a trajetória dos estudos pode ser dividida em dois momentos: inicialmente, a preocupação recaía sobre os fundamentos e princípios da indexação em geral; posteriormente, voltou-se à criação de índices. O levantamento realizado nesta pesquisa, contudo, indica um terceiro momento, caracterizado pela ênfase na prática da atividade e na elaboração de orientações e procedimentos específicos, no âmbito da organização social e crítica do conhecimento.

Autores como Fujita *et al.* (2017), Saarti (2019) e Lima *et al.* (2020) situam o início desses estudos no artigo *The Classification of fiction*, publicado por Ernest Baker em 1899, considerado a primeira obra dedicada ao tema. Entre as décadas de 1970 e 1990, segundo Moraes (2012), a discussão sobre a indexação de ficção ganhou novo fôlego, impulsionando pesquisas. Nos últimos 40 anos, a indexação de ficção tem recebido crescente atenção (LIMA *et al.*, 2020), com estudos realizados especialmente no Brasil, Dinamarca, Finlândia e Estados Unidos.

A dificuldade de definir conceitos para materiais ficcionais, conforme Saarti (2002), decorre da abertura da narrativa a múltiplas interpretações. Diferentes leitores podem perceber aspectos distintos de uma mesma obra, resultando em buscas variadas. Nesse sentido, Moraes e Guimarães (2006) apontam que, seja na indexação de textos científicos ou ficcionais, o principal desafio é identificar com precisão o conteúdo do documento, tarefa suscetível a desvios na ausência de metodologias e diretrizes claras.

Caprioli e Moraes (2017) reforçam que a falta de procedimentos metodológicos amplifica esses desvios no caso da ficção. Assim, metodologias bem definidas, registradas em políticas de indexação, permitem representar não apenas a forma e o gênero das obras, mas também seu conteúdo e caráter multidimensional, ampliando a representação temática.

### ***Procedimentos metodológicos***

Esta pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza descritiva e exploratória. Adota-se como procedimento metodológico a pesquisa bibliográfica, com o objetivo de identificar e analisar publicações científicas que discutem a análise conceitual de obras narrativas de ficção, com ênfase nos elementos paratextuais e nas categorias de análise que possam subsidiar a primeira etapa da indexação.

O ponto de partida foi o levantamento realizado na dissertação já mencionada, concluída em 2022. Esse levantamento contemplou publicações anteriores àquele período e reuniu as principais contribuições teóricas e metodológicas voltadas à indexação de obras ficcionais.

Na ocasião, em março de 2021, a busca foi realizada sem delimitação temporal e abarcou os idiomas português, inglês, espanhol e francês. As bases de dados consultadas foram: Library and Information Science Abstracts – LISA, Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação – BRAPCI, Base de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, Scientific Electronic Library Online – SciELO, Base de Dados do Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação – BENANCIB, Web of Science, International Society for Knowledge Organization Cumulative Database e Google Acadêmico.

Com a finalidade de atualizar, aprofundar e ampliar esse levantamento, foi realizada uma nova pesquisa bibliográfica, em agosto de 2025, considerando as seguintes bases de dados: BRAPCI, BENANCIB, Base de Teses e Dissertações da CAPES, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações – BDTD, Library and Information Science & Technology Abstracts – LISTA, Repositórios Científicos de Acesso Aberto de Portugal – RCAAP e Repositório da Universidade de Lisboa.

Assim como na busca anterior, não foi estabelecido recorte temporal, a fim de incluir eventuais publicações recentes incorporadas retroativamente às bases. Foram utilizadas as seguintes palavras-chave: “ficção”, “literatura de ficção”, “fiction”, “indexação”, “análise de assunto”, “análise conceitual”, “subject analysis” e “indexing”. A combinação dos termos foi realizada por meio de operadores booleanos, com ajustes conforme as funcionalidades de cada base consultada. Além disso, analisaram-se as referências bibliográficas dos trabalhos encontrados, o que possibilitou rastrear autores e estudos frequentemente citados.

Os dados obtidos foram examinados qualitativamente, por meio de leitura crítica e interpretativa dos textos selecionados, com foco na identificação de diretrizes, elementos do livro e categorias de análise aplicáveis à análise conceitual da indexação de obras ficcionais.

### *Análise e discussão dos resultados*

Diversos pesquisadores, ao longo das últimas décadas, têm se dedicado a desenvolver metodologias, orientações e diretrizes voltadas à indexação de obras de ficção. A pesquisa bibliográfica permitiu identificar um conjunto significativo dessas contribuições, entre as quais se destacam aquelas que abordam de forma direta os elementos paratextuais capazes de revelar o conteúdo do documento e as categorias de análise úteis para apoiar o trabalho do indexador. Optou-se por apresentar apenas os estudos que oferecem aportes relevantes nesse sentido, dispostos em ordem cronológica de publicação.

A primeira contribuição é o trabalho de Pejtersen (1979), que observou a natureza multidimensional das demandas dos usuários e defendeu que a representação deveria refletir essa heterogeneidade. A partir de padrões identificados nas buscas por ficção, estruturou um conjunto de categorias: Assunto (ação e curso de eventos, desenvolvimento psicológico, descrição e relações sociais); Quadro (tempo e local); Intenção do autor (experiência emocional, cognição e informação); e Acessibilidade (legibilidade e características físicas). Essas categorias foram retomadas posteriormente por Moreira e Dias (2007).

Na mesma linha, Ranta (1991) propôs uma divisão entre Elementos Denotativos (significados factuais, como cenário, elementos da obra e personagens) e Elementos Conotativos ou Imaginativos (significados estéticos dependentes da interpretação individual como o tema da narrativa). A autora também destacou a utilidade de títulos, capas, prefácios e resenhas (quando consideradas) como fontes auxiliaadoras para identificar do conteúdo.

Outro marco foi a publicação de *The Classification of fiction* por Beghtol (1994), obra recorrente na literatura<sup>4</sup>, que defende que a indexação de ficção deve apoiar-se em categorias fundamentais, evitando atos interpretativos. Inspirada nas propostas de Brewer e Ruthorof, Beghtol (1994) sintetizou quatro categorias: Personagem, Evento, Espaço e Tempo.

No ano seguinte, Down (1995) descreveu o projeto *Online Computer Library Center/Library of Congress Fiction – OCLC/LC Fiction*, cuja estrutura de acesso à ficção se organiza em: Forma/Gênero, Personagem, Cenário (lugar e tempo) e Tema. Entre 1986 e 1989, o subcomitê *Subject Access to Individual Works of Fiction* elaborou o *Guidelines on Subject Access to Individual Works of Fiction, Drama, etc.*, apresentado por Dezelar-Tiedman (1996). Voltado à prática nacional de indexação de ficção com base nos cabeçalhos de assunto da Library of Congress (LCSH), o guia é um conjunto de diretrizes que visam aprimorar o acesso à ficção. A autora realiza um estudo que comprovou que a capa, contracapa e sobrecapa são fontes eficazes a indexação de ficção.

Nielsen (1997), por sua vez, analisou a natureza da ficção e seu papel nos sistemas de recuperação da informação, propondo que sua indexação considere tanto elementos narrativos (Personagem, Cenário, Estrutura, Evento, Ação, Tempo e Período) quanto aspectos formais da ficção (Gênero, Subgênero, Tipo Literário, Estrutura Narrativa, Enredo, Narrador e Forma de Contar, Ponto de Vista, Estilo e Estrutura do Discurso, Função do Cenário e Principais Motivações).

Nos anos 2000, emergiram propostas mais sistematizadas, como a lista de cabeçalhos de assunto Kaunokki, apresentada por Saarti (2002), na Finlândia, organizada em formato de tesouro e distribuída em facetas que cobrem Gêneros Ficcionalis, Eventos, Motivos, Temas, Atores, Cenários, Tempo e Aspectos Técnicos e Tipográficos. Lancaster (2004) retomou as categorias Espaço, Tempo e Personagem aplicáveis não apenas na literatura, mas também a filmes. Propostas semelhantes foram desenvolvidas em acervos audiovisuais por Cordeiro (2000), Cordeiro e La Barre (2011) e La Barre e Cordeiro (2012).

No Brasil, houve uma tendência de estudos que associaram a indexação de ficção à linguística, especialmente com o Percorso Gerativo de Sentido, de Fiorin, presente em trabalhos como os de Moraes, Damazo e Lara (2008), Antonio (2008), Antonio e Moraes (2010) e Sabbag (2013). Moraes (2012) propôs uma indexação para textos de ficção baseada nesse conceito, articulando as ideias de *aboutness* e *meaning* e identificando três categorias: Personagem, Acontecimentos e Sequência Temporal. Pouco depois, Sabbag (2013) apresentou o Modelo de Indexação de Ficção – MENTIF, que integra o Percorso Gerativo de Sentido, a figura do espetáculo de Tatit e as categorias de Beghtol (1994).

---

<sup>4</sup> Alguns autores, que mencionam o livro da Beghtol (1994), são: Nielsen (1997); Fujita *et al.* (2017); Sabbag (2013); Alves (2020).

O MENTIF propõe a análise de partes específicas da obra – Título, Subtítulo, Resumo, Sumário, Ilustrações, Diagramas, Tabelas, Título Explicativo e Conclusão (penúltimo e último capítulo) – e adota como categorias: Personagem, Evento, Espaço e Tempo. Sua aplicação prática foi avaliada por Fujita *et al.* (2017) no contexto da Política de Indexação para Bibliotecas Universitárias da UNESP, que incorporou novos elementos na leitura técnica: Orelhas, Contracapa e Resenhas e Resumo Confiáveis na Internet (como complemento da identificação). Estudos paralelos, como o de Alves e Moraes (2016), ainda que voltados à elaboração de resumos, reforçaram a relevância de categorias como Narrador, Personagem, Espaço e Tempo.

A investigação de Alves, Moreira e Moraes (2013) explorou a folksonomia, revelando categorias atribuídas espontaneamente por leitores: Gêneros Literários, Temáticas e Nome e Características dos Personagens e Época e Local da História. Já Fedeli (2015), ao analisar sistemas de indexação italianos, apontou categorias como Gênero, Época, Cenário, Tema Principal, Personagem e Forma do Documento, ressaltando a ainda incipiente discussão sobre ficção no país.

Mais recentemente, pesquisas como as de Mafra (2019) e Mafra e Cordeiro (2021) investigaram as diretrizes para indexação de ficção das bibliotecas Library of Congress, British Library, New York Public Library e Bibliotecas da Universidade Estadual Paulista – UNESP. Alguns anos depois, Mafra (2022) e Mafra e Cordeiro (2023) complementaram a pesquisa e estabeleceram partes do livro que podem ser analisadas para se identificar o conteúdo da narrativa e algumas categorias de análise a partir do que intitularam de Circuito de Produção e Recepção do Livro. Os elementos paratextuais identificados foram: Capa; Quarta capa; Orelhas; Lombada; Páginas preliminares; Páginas finais; Título da série; Título dos capítulos; Título do livro; Sinopse; Trecho da obra; Frases sobre o livro; Comentários sobre o livro; Informações sobre o autor; Folha de guarda; Folha de rosto; Imagens. Já as categorias de análise são: Forma/Gênero, Enredo, Espaço, Tempo, Personagem e Temáticas Recorrentes na Narrativa.

Outros estudos ampliaram esse escopo, como Alves (2020), que explorou a indexação de obras juvenis à luz das garantias de ficção, literária e de uso e indicou algumas categorias: Personagem, Ação/Evento/Enredo, Espaço, Tempo da História e Gênero e Subgênero Literário. Já Almeida (2021) identificou as categorias mais valorizadas por leitores portugueses: Forma/Gênero, Pessoas/Personagens, Contexto/Enquadramento (Tempo/ Espaço) e Tópico/Matéria/Evento/História/Tema.

Caprioli (2022), por sua vez, dedicou-se à análise de contos, fundamentado metodologicamente na Análise do Discurso Literário – ADL. Para a definição de categorias, a autora baseou-se na sistematização proposta por Fujita *et al.* (2017), contemplando: Personagem, Evento, Espaço, Tempo e Figuras de Linguagem e Contexto. Embora sua proposta seja direcionada especificamente a contos e Caprioli (2022) defenda que, devido à natureza desse gênero, a leitura integral seja indispensável, as categorias propostas foram concebidas para representar um tipo de obra de ficção. Quanto às partes da obra, foram considerados a Capa, Contracapa, Orelhas e Resenhas.

Silva (2022) dedicou-se às obras estético-literárias, também pertencentes ao universo ficcional, estabelecendo diretrizes para sua indexação a partir da filosofia da linguagem bakhtiniana. Sua proposta teve como base o MENTIF e o Modelo de Leitura Documentária para Indexação de Artigos Científicos, desenvolvido por Fujita e Rubi (2006). Sua proposta

se organiza em três categorias: Forma Composicional (estrutura do texto e do suporte), Estilo (estilo do gênero e do autor, no contexto em que a obra foi escrita) e Unidade Temática (temas e assuntos tratados na obra). Para localizar esses conceitos, a autora indicou como fontes: Capa, Ficha catalográfica, Sumário, Título, Título dos capítulos, Ilustrações, Resumo, Sinopse, Orelhas, Contracapa, Dados biográficos, Prefácio, Introdução, Diálogo com outros textos (Biografias, Catálogos de editoras, Entrevistas, Classificação dos gêneros) e Textos produzidos sobre a obra (Resenhas, Resumos, Monografias, Críticas Literárias, Reportagens, Notícias, Entrevistas, Pesquisas, Blogs, Vlogs).

Para facilitar a visualização, o Quadro 2 sintetiza os elementos paratextuais e categorias de análise destacados pelos autores.

Quadro 2 – Título do quadro/tabela

<b>Autor</b>	<b>Elementos paratextuais</b>	<b>Categorias de análise</b>
Pejtersen (1979)	-	Assunto (ação e curso de eventos, desenvolvimento psicológico, descrição e relações sociais), Quadro (tempo e local), Intenção do autor (experiência emocional, cognição e informação) e Acessibilidade (legibilidade e características físicas).
Ranta (1991)	-	Elementos Denotativos (significados factuais, como cenário, elementos da obra e personagens) e Elementos Conotativos ou Imaginativos (significados estéticos que dependem da interpretação individual como o tema da narrativa)
Beghtol (1994)	-	Personagem, Evento, Espaço e Tempo
Down (1995)	-	Forma/Gênero, Personagem, Cenário (lugar e tempo) e Tema
Dezlar-Tiedman (1996)	Capa, Contracapa e Sobrecapa	-
Nielsen (1997)	-	Elementos Narrativos (Personagem, Cenário, Estrutura, Evento, Ação, Tempo e Período) e Aspectos Formais da Ficção (Gênero, Subgênero, Tipo Literário, Estrutura Narrativa, Enredo, Narrador e Forma de Contar, Ponto de Vista, Estilo e Estrutura do Discurso, Função do Cenário e Principais Motivações)
Saarti (2002)	-	Gêneros Ficcionalis, Eventos, Motivos, Temas, Atores, Cenários, Tempo e Aspectos Técnicos e Tipográficos

<b>Autor</b>	<b>Elementos paratextuais</b>	<b>Categorias de análise</b>
Lancaster (2004)	-	Espaço, Tempo e Personagem
Moraes (2012)	-	Personagem, Acontecimentos e Sequência Temporal
Sabbag (2013)	Título, Subtítulo, Resumo, Sumário, Ilustrações, Diagramas, Tabelas, Título Explicativo e Conclusão (penúltimo e último capítulo)	Personagem, Evento, Espaço e Tempo
Fujita <i>et al.</i> (2017)	Título, Subtítulo, Resumo, Sumário, Ilustrações, Diagramas, Tabelas, Título Explicativo, Conclusão, Orelhas, Contracapa e Resenhas e Resumo Confiáveis na Internet (como complemento da identificação)	Personagem, Evento, Espaço e Tempo
Alves, Moreira e Moraes (2013)	-	Gêneros Literários, Temáticas e Nome e Características dos Personagens e Época e Local da História
Alves e Moraes (2016)	-	Narrador, Personagem, Espaço e Tempo
Fedeli (2015)	-	Gênero, Época, Cenário, Tema Principal, Personagem e Forma do Documento
Alves (2020)	Elementos preliminares do texto, Capítulos iniciais, Alguns capítulos do meio, Capítulos finais	Personagem, Narrador, Ação/Evento/Enredo, Espaço, Tempo da História, Tempo da Narrativa e Gênero e Subgênero Literário
Almeida (2021)	-	Forma/Gênero, Pessoas/Personagens, Contexto/Enquadramento (Tempo/Espaço) e Tópico/Matéria/Evento/História/Tema
Mafra (2022)	Capa; Quarta capa; Orelhas; Lombada; Páginas preliminares; Páginas finais; Título da série; Título dos capítulos; Título do livro; Sinopse; Trecho da obra; Frases sobre o livro; Comentários sobre o livro; Informações sobre o autor; Folha de guarda; Folha de rosto e Imagens	Forma/Gênero, Enredo, Espaço, Tempo, Personagem e Temáticas Recorrentes na Narrativa
Caprioli (2022)	Capa, Contracapa, Orelha, Resenhas e Contos selecionados	Personagem, Evento, Espaço, Tempo e Figuras de Linguagem e Contexto
Silva (2022)	Capa, Ficha catalográfica, Sumário, Título, Título dos capítulos, Ilustrações, Resumo, Sinopse, Orelhas, Contracapa, Dados	Forma Composicional, Estilo e Unidade Temática

Autor	Elementos paratextuais	Categorias de análise
	biográficos, Prefácio, Introdução, Diálogo com outros textos (Biografias, Catálogos de editoras, Entrevistas, Classificação dos gêneros) e Textos produzidos sobre a obra (Resenhas, Resumos, Monografias, Críticas Literárias, Reportagens, Notícias, Entrevistas, Pesquisas, Blogs, Vlogs)	

**Fonte:** elaborado pelos autores.

A sistematização das pesquisas mostra que, embora a discussão sobre indexação de ficção exista desde o final do século XIX, foi a partir dos anos 1970 que surgiram propostas mais estruturadas de categorias e a incorporação de elementos paratextuais como subsídios para a representação do conteúdo. Ao longo das últimas décadas, a definição de categorias de análise tornou-se uma prática comum, variando em número e nomenclatura conforme a base teórica e o contexto, mas mantendo um núcleo relativamente estável: Personagem, Espaço, Tempo e Enredo, frequentemente complementado por categorias como Gênero Literário e Tema.

Quanto aos elementos paratextuais, nota-se uma ampliação no escopo das propostas. Trabalhos iniciais, como os de Pejtersen (1979) e Ranta (1991), indicavam a utilidade de fontes como capa e prefácios. Já pesquisas mais recentes como Fujita *et al.* e Mafra e Cordeiro (2023) expandiram esse repertório, incluindo orelhas, páginas preliminares, sinopses, trechos da obra e até títulos de capítulos. Essa mudança reflete uma valorização crescente da leitura técnica, que explora o conteúdo oferecido pelo documento e pelos materiais editoriais.

Embora exista hoje uma quantidade significativa de estudos sobre a indexação de obras de ficção ainda não há consenso sobre quais diretrizes, orientações ou metodologias são mais adequadas. O campo segue em desenvolvimento, marcado por contribuições moldadas por diferentes tradições teóricas e realidades de aplicação.

Nesta pesquisa, não se pretende eleger categorias “mais corretas” nem hierarquizar elementos paratextuais, mas sim registrar e sistematizar as contribuições encontradas na literatura científica nacional e internacional. Tal sistematização organiza o conhecimento acumulado, evidencia convergência e lacunas e aponta oportunidades para novos estudos.

De modo geral, constata-se que a indexação de obras de ficção caminha para uma abordagem mais abrangente e metodologicamente orientada, que reconhece a complexidade da narrativa. Esse movimento reforça a necessidade de diretrizes claras e adaptáveis, capazes de equilibrar a consistências na recuperação da informação com a diversidade inerente ao gênero ficcional.

### **Considerações finais**

Este estudo, derivado da pesquisa realizada no âmbito do mestrado, buscou sistematizar as propostas de categorias de análise e de elementos paratextuais aplicáveis à leitura técnica

de obras narrativas de ficção, conforme registradas na literatura científica nacional e internacional. Os resultados demonstram que o objetivo foi alcançado, permitindo delinear um panorama das contribuições identificadas.

Importa destacar que o estudo não teve como propósito estabelecer comparações entre abordagens ou hierarquizar a eficácia de categorias e elementos paratextuais, mas sim compreender e registrar o que já foi produzido na área, oferecendo uma visão ampla e organizada que possa servir de subsídio a pesquisadores e indexadores.

A análise revelou uma diversidade de perspectivas, com ênfases distintas de acordo com os contextos de aplicação, mas também evidenciou recorrências que apontam para consensos parciais, especialmente no reconhecimento do potencial dos paratextos como fonte para a representação temática.

Dessa forma, esta pesquisa identificou, na literatura da Ciência da Informação, um conjunto expressivo de elementos paratextuais e categorias de análise voltados à orientação da análise conceitual de obras narrativas de ficção. Embora as abordagens apresentem variações teóricas e metodológicas, observa-se a recorrência de determinadas categorias fundamentais (gênero literário, personagem, espaço, tempo, enredo e tema). Quanto aos elementos paratextuais, ainda que uma ampla variedade seja mencionada, sobressaem-se aqueles mais recorrentes na leitura técnica: capa, quarta capa, orelhas, lombada, páginas preliminares e finais, títulos e sinopse.

A sistematização apresentada contribui para a consolidação de um referencial capaz de apoiar futuros trabalhos na definição de critérios e metodologias para a análise conceitual de obras de ficção. Ao reunir diferentes práticas e visões, esta pesquisa oferece um ponto de partida para reflexões sobre possíveis caminhos de padronização e de diálogo entre abordagens nacionais e internacionais, reforçando a relevância do tema tanto para a Ciência da Informação quanto para o processo de indexação de ficção.

### **Referências bibliográficas**

#### **ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS**

1992 *NBR 12676: Métodos para análise de documentos, determinação de seus assuntos e seleção de termos de indexação*. Rio de Janeiro: ABNT, 1992.

#### **ALMEIDA, Patrícia de**

2021 O Assunto de obras literárias ficcionais: uma perspectiva de leitores portugueses. *Investigación Bibliotecológica: Archivonomía, Bibliotecología e Información*. 35:86 (2021) 29-44.

#### **ALVES, Roberta Caroline Vesu**

2020 As Influências das garantias de ficção, literária e de uso na indexação da literatura infantojuvenil: proposta de modelo de leitura. *Palavra Chave*. 9:2 (2020) 1-19.

**ALVES, Roberta Caroline Vesu; MORAES, João Batista Ernesto de**

2016 A Dimensão epistemológica da análise documental de conteúdo de obras de ficção na organização do conhecimento. In *Organização do conhecimento e diversidade cultural*. Org. José Augusto Chaves Guimarães, Vera Dodebei. Marília: ISKO Brasil, 2016, p. 117–124.

**ALVES, Roberta Caroline Vesu; MOREIRA, Walter; MORAES, João Batista Ernesto**

2013 Representação de conteúdo em rede social de leitores: análise da folksonomia para compreensão das perspectivas de representação de conteúdo de obras literárias. In ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 14<sup>o</sup>, Florianópolis, 2013 – *Anais*. Florianópolis, 2013, p. 1-7.

**ANTONIO, Deise Maria**

2008 *O Percorso gerativo de sentido aplicado à análise documental de textos narrativos de ficção: perspectivas de utilização em bibliotecas universitárias*. Marília, 2008. Dissertação de Mestrado em Ciência da Informação - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”.

**ANTONIO, Deise Maria; MORAES, João Batista Ernesto de**

2010 Análisis documental de obras de ficción: aspectos metodológicos y de aplicabilidad. *Scire*. 16:2 (2010) 71-78.

**BEGHTOL, Clare**

1994 *The Classification of fiction: the development of a system based on theoretical principles*. Metuchen: Scarecrow, 1994.

**CAPRIOLI, Mariana da Silva**

2022 *Análise do discurso literário no processo de análise documental de textos narrativos de ficção: comparações discursivas e proposta de modelo de leitura para contos*. Marília, 2022. Tese de Doutorado em Ciência da Informação - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”.

**CAPRIOLI, Mariana da Silva; MORAES, João Batista Ernesto**

2017 Análise do discurso literário para a representação da informação: viés ético. *Informação & Sociedade*. 27:3 (2017) 7-17.

**CARNEIRO, Marília Vidigal**

1985 Diretrizes para uma política de indexação. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*. 14:2 (1985) 221-241.

**CESARINO, Maria Augusta da Nóbrega; PINTO, Maria Cristina Mello Ferreira**

1980 Análise de assunto. *Revista de Biblioteconomia*. 8 (1980) 32-43.

**CORDEIRO, Rosa Inês de Novais**

2018 *Processos e produtos de representação temática da informação*. Brasília: CAPES; Rio de Janeiro: FACC/UFRJ, 2018.

**CORDEIRO, Rosa Inês de Novais**

2000 *Imagem e movimento*. Rio de Janeiro: Madgráfica, 2000.

**CORDEIRO, Rosa Inês de Novais; LA BARRE, Kathryn**

2011 Análise de facetas e obra filmica. *Informação & Informação*. 16:3, (2011) 180-201.

**DELEZAR-TIEDMAN, Christine**

1996 Subject access to fiction: an application of the guidelines. *Library Resources & Technical Services*. 40:3 (1996) 203-210.

**DIAS, Eduardo Wense; NAVES, Madalena Martins Lopes**

2013 *Análise de assunto: teoria e prática*. 2ª ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2013.

**DOWN, Nancy**

1995 Subject access to individual works of fiction: participating in the OCLC/LC fiction project. *Cataloging & Classification Quarterly*. 20:2 (1995) 61-69.

**FEDELI, Sara**

2015 La Soggettazione della narrativa per bambini e ragazzi. *Italian Journal of Library, Archives and Information Science*. 6:3 (2015) 101-120.

**FUJITA, Mariângela Spotti Lopes; RUBI, Milena Polsinelli**

2020 Processo de leitura para análise documental: proposição metodológica. In *Modelos de leitura documentária para indexação: abordagens teóricas interdisciplinares e aplicações em diferentes tipos de documentos*. Org. Mariângela Spotti Lopes Fujita, Roberta Caroline Vesu Alves, Carlos Cândido de Almeida. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2020, p. 243-270.

**FUJITA, Mariângela Spotti Lopes [et al.]**

2017 Indexação de obras de ficção em bibliotecas: avaliação e adequação do Modelo para Indexação de Ficção (MENTIF). *Palavra Chave*. 7:1 (2017) 1-20.

**GUIMARÃES, José Augusto Chaves**

2009 Abordagens teóricas de tratamento temático da informação (TTI): catalogação de assunto, indexação e análise documental. *Ibersid: Revista de Sistemas de Información y Documentación*. 3 (2009) 105-117.

**HJØRLAND, Birger**

2001 Towards a theory of aboutness, subject, topicality, theme, domain, field, content... and relevance. *Journal of the American Society for Information Science and Technology*. 52:9 (2001) 774-778.

**LANCASTER, Frederick Wilfrid**

2004 *Indexação e resumos: teoria e prática*. 2ª ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.

**LIMA, Larissa de Mello [et al.]**

2020 Tendências em processos e sistemas da organização do conhecimento de textos narrativos de ficção. *Scire*. 26:1 (2020) 27-34.

**LIMA, Larissa de Mello; RIBEIRO, Daiane Périco; MORAES, João Batista Ernesto de**

2012 Análise documental de textos narrativo de ficção: uma proposta metodológica com vistas à identificação do tema. *Múltiplos Olhares em Ciência da Informação*. 2:2 (2012) 1-13.

**MAFRA, Hugo Figueiredo**

2022 *Circuito de produção e recepção do livro: procedimentos para análise de assunto da literatura de ficção comercial juvenil*. Niterói, 2022.  
Dissertação de Mestrado em Ciência da Informação - Universidade Federal Fluminense.

**MAFRA, Hugo Figueiredo**

2019 *Indexação de livros young adults: a etapa da análise de assunto*. Niterói, 2019. Trabalho de Conclusão de Curso - Universidade Federal Fluminense.

**MAFRA, Hugo Figueiredo; CORDEIRO, Rosa Inês de Novais**

2023 Aspectos sobre a análise de assunto de obras de ficção comercial juveni: os livros e seus vídeos-resenha. *Informação & Informação*. 28:2 (2023) 353-376.

**MAFRA, Hugo Figueiredo; CORDEIRO, Rosa Inês de Novais**

2022 Indexação de livros juvenis: a etapa da análise de assunto. *Biblos*. 36:2 (2021) 48-68.

**MORAES, João Batista Ernesto de**

2012 Perspectivas metodológicas para a identificação do aboutness em textos narrativos de ficção. *Scire*. 18:2 (2012) 57-66.

**MORAES, João Batista Ernesto de; DAMAZO, Alessandra; LARA, Livia Motta de**

2008 Avaliação da proposta de análise documental de textos narrativos de ficção. *Ibersid: Revista de Sistemas de Información y Documentación*. 2 (2008) 185-190.

**MORAES, João Batista Ernesto de; GUIMARÃES, José Augusto Chaves**

2006 Análisis documental de contenido de textos literarios narrativos: en busca del diálogo entre las concepciones de aboutness/meaning y de recorrido temático/recorrido figurativo. *Scire*. 12: 1 (2006) 71-83.

**MOREIRA, Margareth Egídia; DIAS, Eduardo Wense**

2007 Análise de assunto da literatura infantil: o feijão e o sonho embalados para viagem. *Cadernos BAD*. 2 (2007) 93-104.

**NIELSEN, Hans Jørn**

1997 The Nature of fiction and its significance for classification and indexing. *Information Services & Use*. 17 (1997) 171-181.

**PEJTERSEN, Annelise Mark**

1979 The Meaning of 'about' in fiction indexing and retrieval. *Aslib Proceedings*. 31:5 (1979) 251-257.

**RAMIRES, Pietra Gomes; GONÇALVES, Renata Braz; CARVALHO, Rodrigo Aquino de**

2022 Análise documentária de literatura ficcional (1978-2020): categorização de documentos e identificação de técnicas e critérios a partir de uma revisão sistemática realizada na Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI) e na Base Library & Information Science Abstracts (LISA). *Encontros Bibli*. 27 (2022) 1-41.

**RANTA, Judith**

1991 The New literary scholarship and a basis for increased subject catalog access to imaginative literature. *Cataloging & Classification Quarterly*. 14:1 (1991) 3-26.

**SAARTI, Jarmo**

2019 Fictional literature, classification and indexing. *Knowledge Organization*. 46:4 (2019) 320-332.

**SAARTI, Jarmo**

2002 Consistency of subject indexing of novels by public library professionals and patrons. *Journal of Documentation*. 58:1 (2002) 49-65.

**SABBAG, Deise Maria Antonio**

2013 *Análise documental em textos narrativos de ficção: subsídios para o processo de análise*. Marília, 2013.

Tese de Doutorado em Ciência da Informação - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”.

**SILVA, Sandra Rafaela Batista da**

2022 *Diretrizes para indexação de obras estético-literárias a partir da filosofia da linguagem bakhtiniana*. Recife, 2022.

Dissertação de Mestrado em Ciência da Informação - Universidade Federal de Pernambuco.

**SOLOMON, Paul**

1997 Discovering information behavior in sense making. *Journal of the American Society for Information Science*. 48:12 (1997) 1.097-1.108.

**SOUSA, Brisa Pozzi de; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes**

2014 Análise de assunto no processo de indexação: um percurso entre teoria e norma. *Informação e Sociedade*. 24:1 (2014) 19-34.

**UNISIST**

1981 Princípios de indexação. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*. 10:1 (1981) 83-94.

Hugo Guimarães Figueiredo Mafra | [fmafrahugo@gmail.com](mailto:fmafrahugo@gmail.com)

Universidade Federal Fluminense (UFF), Brasil

Rosa Inês de Novais Cordeiro | [rosanovais@id.uff.br](mailto:rosanovais@id.uff.br)

Universidade Federal Fluminense (UFF), Brasil

# PROPOSTA DE UMA POLÍTICA DE INDEXAÇÃO PARA A BIBLIOTECA DO INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE

PROPOSAL FOR AN INDEXING POLICY FOR THE LIBRARY OF THE STATE INSTITUTE OF THE ENVIRONMENT

Gabriel César Santos Pessoa | Carla Beatriz Marques Felipe

<https://doi.org/10.21747/21836671/pag24a15>

**Resumo:** Este trabalho tem como objetivo propor uma política de indexação para a biblioteca especializada em meio ambiente do Instituto Estadual do Ambiente (INEA). Para a realização deste estudo, utilizaram-se as pesquisas exploratória, descritiva e bibliográfica e um estudo de caso. A pesquisa bibliográfica apresenta conceitos basilares para o desenvolvimento de uma política de indexação. Foram identificados os pontos que mais necessitavam de mudanças na biblioteca, além dos métodos de criação de uma política de indexação, para, por fim, elaborar a proposta. Com os resultados, identificou-se a necessidade de padronização e de melhor qualidade na indexação da biblioteca, o que resultou na elaboração de uma proposta de política de indexação.

**Palavras-chave:** Biblioteca especializada; Indexação; INEA; Meio ambiente; Política de indexação.

**Abstract:** This paper aims to propose an indexing policy for the specialized environmental library of the Instituto Estadual do Ambiente (INEA). Exploratory, descriptive and bibliographic research and a case study were used to conduct this study. The bibliographic research presents basic concepts for the development of an indexing policy. The points that most needed changes in the library were identified, in addition to the methods for creating an indexing policy, to finally develop the proposal. Based on the results, the need for standardization and better quality in the library's indexing was identified, which resulted in the development of an indexing policy proposal.

**Keywords:** Specialized library; Indexing; INEA; Environment; Indexing policy.

## Introdução

Este trabalho trata de um tema importante para qualquer unidade de informação: a política de indexação, um elemento fundamental para que se tenha uma indexação organizada e bem direcionada. Assim como em qualquer organização que possui políticas que oriente e direcione as tomadas de decisões no contexto da busca por informação não poderia ser diferente.

As bibliotecas especializadas desempenham um papel fundamental no desenvolvimento da sociedade, pois tratam de temas específicos relacionados a uma área específica do conhecimento. Essas bibliotecas dão total apoio ao desenvolvimento e à prática profissional, fazendo com que se tornem grandes auxiliadoras ao fomento da ciência e pesquisa. Em sua grande maioria, estão inseridas em empresas ou instituições públicas, uma vez que geralmente dão suporte a demandas informacionais específicas.

A Biblioteca do Instituto Estadual do Ambiente (INEA) é uma biblioteca especializada em meio ambiente, tratada como primordial para o Estado do Rio de Janeiro, sendo uma das mais importantes em perspectiva nacional, e também considerada como uma das mais completas no tema de meio ambiente. Possui em seu acervo periódicos, livros, folhetos,

mapas e relatórios técnicos, que servem como parâmetros de busca de informação para diversos estudantes, técnicos e servidores do INEA e da Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade (SEAS). Por isso, tem como objetivo tornar a preservação ambiental no Rio de Janeiro mais eficiente. Para que isso aconteça, é necessário que a biblioteca cumpra seu papel como provedora de informação, prestando grande apoio ao desenvolvimento de novos estudos e à disseminação de informações relevantes na área.

Nesse contexto, os questionamentos que este trabalho versa são: é possível melhorar a qualidade da indexação na biblioteca do INEA com uma política de indexação? Quais seriam as principais mudanças de acordo com os elementos essenciais de uma política de indexação? Para responder a essas questões, tem-se como objetivo geral, propor uma política de indexação para a Biblioteca do INEA. Os objetivos específicos desdobram-se em:

- Investigar os principais pontos de necessidade de mudanças na forma como a indexação já é realizada;
- Pesquisar métodos para se criar uma política de indexação para uma biblioteca especializada;
- De acordo com a literatura pesquisada e com as deficiências encontradas, elaborar a política de indexação.

Antes da apresentação dos resultados, faz-se necessária a apresentação do que vem a ser a política de indexação.

### *Política de indexação*

A indexação é um elemento muito importante para a representação da informação e para que ela seja realizada é preciso que se sigam todas as etapas. A primeira delas é a análise documentária, para posteriormente começar a elaborar os índices. Porém, muitos bibliotecários e cientistas da informação consideram que a análise documentária faz parte da indexação. Fujita (2004) disserta que "no âmbito da Análise Documentária, segundo a linha teórica de Gardin, a indexação é vista como uma operação de representação documentária com a finalidade pragmática de recuperação da informação. Contudo, sob a perspectiva de outros teóricos, principalmente ingleses e norte-americanos, a indexação é a própria análise documentária, composta das mesmas etapas operacionais com o objetivo de representação do conteúdo informacional de documentos para a elaboração de índices".

Por isso, de acordo com essa vertente de pesquisa, é possível afirmar que a indexação está inserida na análise documentária e, portanto, é vista como parte de uma operação. Contudo, o modelo de indexação implementado pode ser diferente de acordo com o tipo de usuário que utilizará a informação. Por esse motivo, algumas considerações devem ser levadas em conta. Conforme Lancaster,

a indexação de assuntos é normalmente feita visando a atender às necessidades de determinada clientela, os usuários de um centro de informação ou de uma publicação específica. Uma indexação de assuntos eficiente implica que se tome uma decisão não somente quanto ao que é tratado num documento, mas também porque ele se reveste de provável

interesse para determinado grupo de usuários. Em outras palavras, não há um conjunto correto de termos de indexação para documento algum. A mesma publicação será indexada de modo bastante diferente em diferentes centros de informação, e deve ser indexada de modo diferente, se os grupos de usuários estiverem interessados no documento por diferentes razões (LANCASTER, 2004).

Para que haja uma maior qualidade no conteúdo indexado, existem alguns tipos de aspectos que influenciam na indexação, são eles: os aspectos linguísticos, em que o indexador deve possuir habilidades que o ajudem a diferenciar a linguagem natural, usada por um usuário comum, da linguagem documentária; os aspectos lógicos, nos quais ao indexar ou identificar o tema, o indexador deve trabalhar aspectos que podem ajudar ou não a definir o que é considerado importante; e os aspectos cognitivos, que podem facilitar a compreensão mais rápida de um texto.

Além desses aspectos, existem algumas variáveis que podem ser usadas como forma de medição de qualidade da indexação. De acordo com Carneiro,

Cada etapa do processo de indexação é afetada por variáveis que vão influenciar praticamente todo o processo de recuperação da informação. Tais variáveis se referem aos níveis de exaustividade e especificidade requeridos pelo sistema, linguagem de indexação, capacidade de revocação e precisão do sistema (CARNEIRO, 1985).

A exaustividade é explicada como o uso de uma quantidade maior de termos escolhidos pelo indexador para que seja recuperado pelo usuário um número maior de documentos relevantes e não relevantes. Já a especificidade tem o objetivo de se ter maior precisão na busca do usuário, atribuindo assim um menor número de termos, porém com uma maior eficácia de recuperação. Ambas as variáveis também estão relativamente ligadas aos conceitos de revocação e precisão, sendo que "a revocação se relaciona com a capacidade do sistema em garantir uma recuperação de um número maior de documentos relevantes e a precisão está ligada à capacidade em impedir a recuperação de documentos não relevantes, que não interessam ao usuário da informação" (CARNEIRO, 1985).

Assim como existe em todos os tipos de representação da informação algum tipo de guia que rege e orienta o correto modo de se representar a informação de acordo com as necessidades do usuário da informação e da unidade de informação, como, por exemplo, as políticas de seleção e aquisição de documentos e a política de catalogação, há também a política de indexação, peça muito importante para que a indexação seja feita com qualidade e efetividade, representando as variáveis e os níveis de especificidade e exaustividade desejados e moldando a forma como os usuários recuperarão seus documentos.

A política de indexação, assim como a própria prática da indexação, possui etapas que são indispensáveis para o indexador. Uma das etapas mais importantes na construção de uma política de indexação é a realização do estudo de usuário, pois é baseado nas necessidades informacionais dos usuários que a política será definida. Além disso, definir na política de indexação os objetivos da instituição é essencial para entender como o usuário vai buscar a informação.

Por fim, os recursos financeiros da instituição vão revelar quais tipos de mecanismos serão adotados, assim como o sistema de informação que será utilizado e a quantidade de pessoas

que poderão ser envolvidas no processo. a “política de indexação não deve ser vista como uma lista de procedimentos a serem seguidos, e sim um conjunto de decisões que esclareçam os interesses e objetivos de um sistema de informação e, particularmente, do sistema de recuperação da informação” (FUJITA, 2012).

Contudo, a política de indexação se caracteriza pelo seu poder de orientar o indexador na hora de atribuir os termos, os conceitos ou as palavras-chave a serem usadas. Trata-se de um documento que vai ajudar na tomada de decisões e está envolvido com todos os processos da instituição, desde os objetivos, a produção de conteúdo informacional (quando a mesma produz) até a disseminação e recuperação de informações. Porém, deve-se tomar cuidado ao criar uma política para não confundir com o manual de indexação, que está mais centrado na própria indexação. Por isso, Fernandes e Prudêncio explicam que:

*Uma política de indexação inclui, mas não se restringe, a um conjunto de regras de procedimentos. Quando o entendimento da política de indexação sobrevaloriza as regras e processos padronizados, colocando em segundo plano os conhecimentos constituídos na prática, é bem possível que se esteja a confundir estatutos articulados, mas distintos: a política de indexação e o manual de indexação (FERNANDES e PRUDÊNCIO, 2015:125).*

Após a percepção de que nenhuma etapa foi ignorada, o indexador que realizar a política de indexação terá as diretrizes para formalizar um documento que oriente todos que vão realizar a indexação e, assim, definir o tipo de linguagem documentária a ser utilizada, a quantidade de termos a serem atribuídos, as estratégias de busca e o tempo de resposta que o sistema terá. Entretanto, é importante perceber que a política de indexação precisa sempre estar atualizada para que não fique ultrapassada.

### *A Biblioteca do Instituto Estadual do Ambiente (INEA)*

A Biblioteca Dr. Fausto Guimarães, atualmente chamada de Biblioteca do INEA, é um importante centro de informação especializado em Engenharia e Meio Ambiente no Estado do Rio de Janeiro. Hoje, ela é considerada como um centro de informação de referência nessas áreas. Porém, ao longo de sua trajetória, passou por diversas mudanças, sejam elas no nome da instituição, na constituição de seu acervo ou em sua localização geográfica.

Antes de tudo, para entender melhor como atualmente essa biblioteca é referência nessas áreas, é preciso conhecer sua história. Em 1965, foi criada, no Estado do Rio de Janeiro, com o suporte e interesse do médico sanitário Doutor Fausto Guimarães, a Biblioteca do Instituto de Engenharia Sanitária (IES). Até então, ela era uma das poucas bibliotecas existentes no Rio de Janeiro consideradas como referência na área da Engenharia Sanitária. Ela funcionou de 1965 a 1975, quando foi criada a biblioteca da Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente (FEEMA), e todo o acervo da biblioteca do IES foi incorporado à biblioteca da FEEMA, ampliando consideravelmente seu acervo e, conseqüentemente, sua área de atuação.

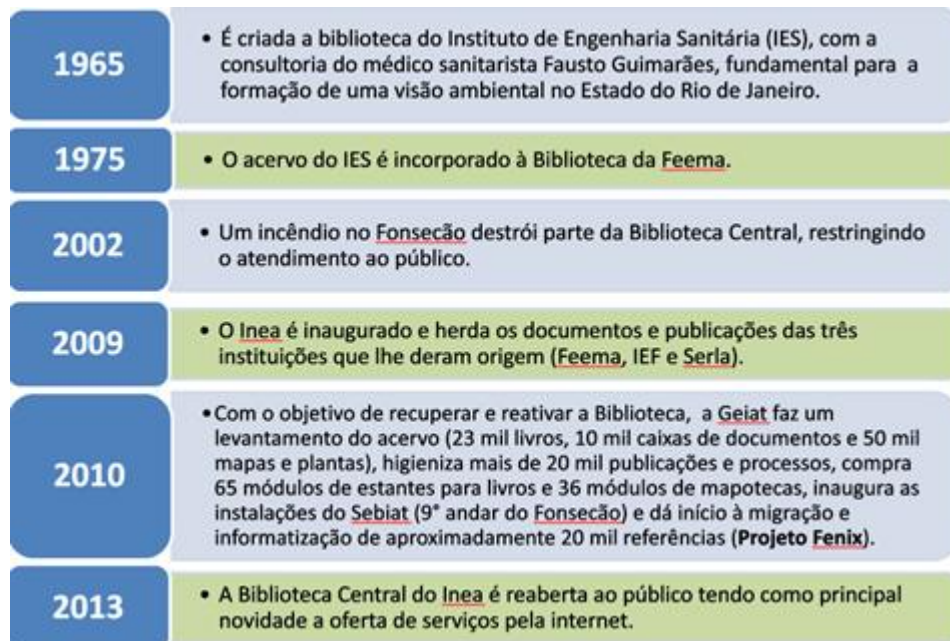
Alguns anos após a incorporação do acervo do IES à FEEMA, e um pouco antes do surgimento da sigla INEA, existiram no Rio de Janeiro outras duas instituições que foram essenciais para a composição do acervo da biblioteca do INEA: a Fundação

Superintendência Estadual de Rios e Lagoas (SERLA) e o Instituto Estadual de Florestas (IEF).

Essas instituições possuíam um corpo de servidores próprio, que cumpriam papéis diferentes no Estado. A SERLA era responsável pelos rios e lagoas, enquanto o IEF cuidava das florestas e das unidades de conservação, e a FEEMA era responsável pela Engenharia e pelos licenciamentos ambientais, assim também como as outras duas mencionadas anteriormente.

Entretanto, as três instituições foram extintas em 2009, com a criação do INEA por meio da Lei Estadual nº 5.101, de 4 de outubro de 2007. A partir de então, o INEA passou a ter a tutela e a responsabilidade por tudo que era voltado ao tema de Engenharia e meio ambiente no Estado do Rio de Janeiro. Consequentemente, todo o acervo dessas instituições foi incorporado ao INEA.

Figura 1 – Histórico da biblioteca do INEA



Fonte: Arquivo INEA.

Em meados de 2013, a biblioteca foi reaberta ao público com diversas mudanças em seu corpo de funcionários e na constituição de seu acervo. Nesse momento, a biblioteca passou a ser informatizada e adotou um novo objetivo: a oferta de serviços pela Internet. Esse tipo de serviço foi sendo implementado ao longo dos anos e foi muito facilitado pela introdução do sistema Sophia de Bibliotecas. Com esse sistema, a gestão e a organização da biblioteca foram feitas com mais cautela, pois foram substituídas as antigas fichas catalográficas em papel pela representação da informação em meio informatizado.

Como é possível observar, a biblioteca já teve dois nomes: Biblioteca Dr. Fausto Guimarães e Biblioteca do INEA. Este último foi adotado após a incorporação dos acervos. Para fins de homenagem e expressão de identidade histórica, seu nome sempre estará associado ao

Dr. Fausto Guimarães, figura importante na luta pela sua criação e por ter grande interesse em uma gestão ambiental de qualidade e de responsabilidade no Estado do Rio de Janeiro.

Atualmente, a biblioteca do INEA está localizada na Av. Venezuela, nº 110, no bairro da Saúde, onde atende principalmente os servidores da Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade (SEAS) e do INEA, além de pesquisadores, estudantes, empresários e a sociedade em geral. A biblioteca possui um acervo de mais de 40 mil títulos na área ambiental, entre eles diversos periódicos, folhetos, estudos e relatórios de impacto ambiental.

Seu principal objetivo é disseminar a literatura ambiental em âmbito nacional e internacional. Entretanto, seus serviços de empréstimo são destinados exclusivamente aos servidores. Ainda assim, o apoio à comunidade em geral é feito de forma livre, seja no apoio a pesquisas ou qualquer outra necessidade informacional que esteja ao alcance dos bibliotecários e estagiários.

### *Procedimentos metodológicos*

Nesta etapa, serão identificados os procedimentos metodológicos utilizados para a elaboração desta pesquisa, bem como a forma como foi realizada a coleta de dados para a proposta de uma política de indexação para a Biblioteca do INEA, objeto deste estudo de caso.

No que tange à natureza desta pesquisa, pode-se identificar que ela se classifica como pesquisa exploratória e descritiva, com o uso da revisão bibliográfica.

Para se obter grande parte dos dados desta pesquisa, foram realizadas buscas em bases de dados bastante conhecidas, como SciELO, BRAPCI e o Portal de Periódicos da CAPES, utilizando palavras-chave relacionadas aos objetivos e ao problema da pesquisa, como: “política de indexação”, “indexação”, “classificação”, “representação da informação” e “recuperação da informação”.

Os dados e informações específicos sobre a Biblioteca do INEA, acima apresentados, foram obtidos através de uma troca de informações com o bibliotecário-chefe da biblioteca, uma pessoa muito importante para a realização desta pesquisa, pois contribuiu com arquivos e informações relevantes sobre o acervo. Além disso, buscas foram realizadas através do *site* do INEA e da biblioteca.

Na etapa de análise e tratamento dos resultados, o método qualitativo se consolidou, pois foi a maneira mais prática de gerir os dados obtidos nesta pesquisa, já que é um método que estuda de forma mais aprofundada os fenômenos e as características individuais do objeto de estudo.

A proposta de política indexação foi elaborada a partir das ideias de Carneiro (1985), no artigo intitulado *Diretrizes para uma política de indexação*, publicado em 1985. A autora, especialista no tema política de indexação, será a principal a ser levada em consideração para a elaboração desta pesquisa, embora sejam considerados outros autores especializados nessa área.

A seguir, serão apresentados os resultados da pesquisa e a proposta de uma política de indexação.

### **Resultados**

Para a proposta de política de indexação, foram analisados aspectos que são identificados como essenciais e que servem “como requisitos ao planejamento que leve a constituição de uma política: a identificação da organização a qual estará vinculado o sistema de indexação; a identificação da clientela a que se destina o sistema; os recursos humanos, materiais e financeiros” (CARNEIRO, 1985).

Em outras palavras, tratar de uma política de indexação é apoiar-se em três pilares fundamentais, que se desdobram ao longo do caminho em diferentes características e elementos, sendo eles: a cobertura de assuntos, a seleção e aquisição de documentos, o processo de indexação e suas variáveis, as estratégias de busca, a forma de saída, o tempo de resposta do sistema e a avaliação do sistema (CARNEIRO, 1985).

De acordo com a análise dos dados obtidos no ponto anterior sobre a Biblioteca do INEA, foram identificadas as necessidades de indexação da biblioteca, bem como a situação atual do processo de indexação, fundamentada nos aspectos e elementos identificados por Carneiro (1985). Quanto às características e aos objetivos da biblioteca, bem como aos serviços oferecidos, pode-se classificá-la como uma biblioteca especializada em Engenharia e Meio Ambiente, possuindo, entre seus serviços, empréstimos, consulta ao acervo, pesquisa, processos de normalização para servidores e ambiente de estudo. Seu objetivo principal é apoiar o INEA na preservação, organização e disseminação da literatura sobre meio ambiente em todo o mundo.

Os usuários da biblioteca são, em grande parte, servidores e técnicos do INEA e do SEAS, com alto grau de especialização e necessidades de informação bem específicas. Na maioria das vezes, eles procuram a biblioteca apenas para buscar estudos técnicos de auditoria ambiental e relatórios de impacto ambiental. Porém, também fazem o uso do acervo para auxiliar na elaboração de pareceres sobre licenciamentos ambientais e questionamentos do Ministério Público. Além disso, buscam o acervo técnico da instituição, composto por documentos produzidos ao longo dos anos pelos próprios servidores do INEA.

Os usuários geralmente são bastante decididos na hora da busca, já sabendo o tipo de informação que precisam, sendo, em grande parte, entre dois ou três títulos e preferindo que o bibliotecário ou estagiários realizem a busca e que os documentos sejam digitalizados, ou fornecidos em formato físico quando essa é a única opção disponível ou quando se trata de algum livro ou periódico específico.

No terceiro aspecto, os recursos materiais e financeiros da biblioteca são bem definidos, porém, apesar de ser um órgão do Governo do Estado do Rio de Janeiro, a biblioteca possui recursos limitados, pois, como na maioria das vezes, a biblioteca é a última a ser levada em conta. Mesmo assim, conta com dois bibliotecários, três estagiários e um auxiliar administrativo, sendo essa a equipe responsável por todo o processamento técnico e pelo serviço de referência.

Além disso, a biblioteca utiliza o Sistema Sophia de Bibliotecas, um sistema de recuperação de informações que facilita o registro tanto para indexação quanto para catalogação. Atualmente, a biblioteca dispõe de um tesouro de meio ambiente de 1996, mas ele não foi atualizado ao longo dos anos. Por isso, a indexação geralmente é feita por meio da busca de termos em outras bases de dados ou, quando o documento é novo, com o uso de uma linguagem livre, dependendo do bom senso. Apesar de contar com recursos financeiros, a biblioteca necessita de uma política de indexação para aprimorar as buscas.

### Elementos da política de indexação:

#### Cobertura de assuntos

O acervo da biblioteca é bem restrito à Engenharia e ao meio ambiente, pois, por se tratar de uma biblioteca especializada, a maior parte do seu acervo é voltada para esses assuntos. Com isso, é muito fácil encontrar documentos que remetem à agricultura, Biologia, saneamento básico, Química, Ecologia, e, especialmente, o arquivo técnico, que consiste em todo o acervo produzido ao longo dos anos pelos institutos que antecederam a biblioteca do INEA.

#### Seleção e aquisição de documentos

Atualmente, a constituição do acervo da biblioteca leva em consideração a demanda dos usuários, a qual não é muito alta, pois as necessidades informacionais são bem supridas pelo acervo atual. A biblioteca adota duas formas de aquisição: doações, desde que os documentos se enquadrem na cobertura do assunto e que estejam em um bom estado de conservação; ou a compra de novos documentos, para a qual pode ser realizado um estudo de usuários para verificar as necessidades informacionais. Porém, a biblioteca não realiza compras de documentos há mais de 10 anos.

#### Processo de indexação

O processo de indexação é feito no exato momento em que está se realizando a catalogação, não havendo um momento específico dedicado exclusivamente ao processo de indexação. Por isso, a utilização de termos é bem limitada, e, sempre que uma busca é realizada, o sistema identifica rapidamente o documento desejado, uma vez que o acervo não é tão grande e os assuntos são bem específicos.

#### Linguagem

Pelo fato de o sistema ser automatizado e a biblioteca se enquadrar em uma área de assunto bem específica, a maioria das indexações é feita por meio de buscas em outras bases de dados de bibliotecas para adquirir termos. Quando os termos não são encontrados, utiliza-se uma linguagem livre, na qual grande parte dos termos é identificada pelos estagiários e bibliotecários através de uma análise detalhada do documento.

#### Revocação e precisão do sistema

O sistema possui uma alta capacidade de recuperar apenas documentos relevantes, visto que a utilização de termos é bem pequena e específica. Por isso, pode-se classificá-lo como um sistema de alta precisão, com um nível de especificidade bem definido.

### Estratégias de busca

No processo de busca na biblioteca, o usuário dispõe de três opções: realizar a pesquisa em um computador localizado na biblioteca; pedir o auxílio a um estagiário ou bibliotecário; ou utilizar o catálogo online no próprio *site* do INEA. Contudo, na maioria das vezes, a busca é delegada, sem exigir que o documento seja recuperado de forma rápida. Além disso, o usuário pode necessitar do documento de forma impressa ou digital, quando se tratar de relatórios técnicos ou do acervo técnico.

### Tempo de resposta do sistema

Visto que o sistema possui um nível de especificidade bem definido e uma alta taxa de precisão, o sistema possui um tempo de resposta considerado rápido.

### Forma de saída

A maioria dos usuários da biblioteca aceita o formato em que o documento é encontrado, seja digitalizado ou impresso. Porém, após a pandemia de COVID-19, os usuários passaram a preferir documentos digitalizados, recorrendo à biblioteca somente quando o documento está disponível apenas em formato físico.

### Avaliação do sistema

A biblioteca é reconhecida como referência nas áreas de Engenharia e meio ambiente, sendo frequentemente procurada por estudantes e pesquisadores devido à grande variedade de documentos disponíveis. Por isso, pode-se deduzir que ela possui uma ótima avaliação, tanto por suas necessidades informacionais serem supridas quanto à boa capacidade de recuperação do sistema.

## ***Proposta de política de indexação***

Antes de se iniciar a proposta, é preciso estar atento ao propósito de ter uma política de indexação, visto que o principal objetivo “é assegurar da forma mais eficiente possível, que qualquer documento ou informação seja fornecido ao usuário no momento preciso” (CARNEIRO, 1985). Esta proposta identificará, de acordo com a literatura escolhida, os principais pontos que precisam de mudança nas atuais circunstâncias em que a indexação é feita na biblioteca do INEA, focando principalmente em todos os elementos identificados anteriormente como necessidades.

Todas as características da proposta serão baseadas nas trocas de informações realizadas diretamente com o bibliotecário-chefe, e no material fornecido por ele, que está disponível para consulta no acervo.

Focando nos três principais aspectos atrás mencionados – as características da organização, o estudo de usuários e a disponibilidade de recursos materiais e financeiros – esses aspectos se manteriam os mesmos. O primeiro, devido à natureza da organização, que continuará sendo constituída como especializada em meio ambiente; o segundo, porque os usuários já possuem uma base consolidada de conhecimento; e, por último, os recursos materiais e financeiros, que são bem limitados por se tratar de uma instituição governamental.

A maior mudança desta proposta estaria nos elementos apresentados anteriormente, que são explicados por Carneiro (1985) como essenciais para constituir um serviço de indexação de qualidade. Porém, ela afirma que, para que esses elementos sejam bem definidos, o bibliotecário deve se atentar em registrar todas as mudanças e decisões que ocorrerem ao longo do tempo, pois isso proporcionará “maior eficiência do serviço e orientação de ações futuras para a necessária verificação de falhas” (Carneiro, 1985).

A seguir, apresentam-se as mudanças propostas.

#### Cobertura de assuntos

Pelo fato de a biblioteca ser especializada e possuir características e objetivos bem esclarecidos ao longo dos anos, além de sua clientela ser bem definida a partir de estudos de usuários realizados na constituição e seleção do acervo, esse ponto continuaria sem grandes mudanças. Isso porque, ao analisar a história da biblioteca, percebe-se que sua cobertura de assuntos sofreu várias alterações, principalmente após a fusão das bibliotecas. Por isso, esse elemento já está bem definido.

#### Seleção e aquisição de documentos

Como a biblioteca, ultimamente, está apenas aceitando doações e não possui uma demanda alta por documentos, seria preciso a realização de um novo estudo de usuários para identificar se há ou não a necessidade de compra de novos documentos para incorporar ao acervo. Isso se deve ao fato de que a maior parte da demanda informacional é pelos próprios documentos produzidos pelo INEA, sendo a memória técnica e os relatórios ambientais os mais procurados, fazendo com que a maior parte do acervo não seja procurada.

#### Processo de indexação

Para o processo de indexação, os padrões que são utilizados não estão errados e serão mantidos, como a utilização de bases de dados fidedignas e a atribuição de termos a partir do bom senso de quem está indexando. Porém, seria muito interessante a ideia de se possuir um vocabulário controlado para a padronização de todo o catálogo da biblioteca, como o *Thesaurus Ambiental Multilíngue Geral* (GEMET), que possui atualizações recorrentes, com a última sendo em 2021, inclusive com a disponibilização totalmente *online* a partir do seu *website* e com traduções em diversas línguas.

Visto que o *thesaurus* disponível na biblioteca é do ano de 1996 e não recebe mais atualizações, ele pode vir a ser substituído futuramente por outra opção de organização. Entretanto, como a biblioteca possui um acervo de mais de 40 mil itens, um quadro de funcionários reduzido e a indexação feita a partir de um vocabulário controlado ser mais lenta, o trabalho poderia durar muito tempo. Como o modelo atual já está consolidado, pode-se dizer que a estratégia utilizada é bem-sucedida.

Um ponto importante de ser comentado é que, mesmo com a introdução de um vocabulário controlado, seria necessário manter a variável da especificidade para que o sistema continue a ter um tempo de resposta rápido e alta precisão nos seus resultados.

### Linguagem

A linguagem de indexação utilizada é um fator que contribui para a velocidade com que a indexação é feita e como ela será disponibilizada no sistema. Contudo, deve-se tomar cuidado ao utilizar termos que não recuperem corretamente o documento ou que o relacionem com outro documento que não faz parte do assunto procurado, diminuindo assim a precisão e dificultando a busca.

Com a padronização feita a partir de um vocabulário controlado, diminuiria a possibilidade de atribuir incorretamente um termo, melhorando a recuperação da informação requisitada pelo usuário.

### Revocação e precisão do sistema

O índice de precisão que o sistema possui já é o ideal para o tipo de usuários que frequentemente utiliza o acervo, como, por exemplo, os técnicos que precisam de documentos que auxiliem na elaboração de pareceres sobre os licenciamentos ambientais. Esse tipo de pesquisa exige maior velocidade na busca, e, por isso, uma alta revocação dificultaria a obtenção de informações relevantes.

### Estratégias de busca

Atualmente a estratégia utilizada contribui também para que a velocidade de busca seja rápida, entrando de acordo com a baixa utilização de termos para se ter uma alta precisão. Porém, ao se utilizar a busca delegada, seria necessário que, logo após o sucesso no requerimento de um usuário, seja pedido um *feedback* sobre como ele se sentiu em sua busca e se sua necessidade foi atendida, para que o indexador tenha mais opções de termos e o usuário se sinta satisfeito.

Um fator importante na estratégia de busca é ter a informação de que a busca será feita em um curto espaço de tempo ou se o bibliotecário terá mais tempo para apresentar os resultados ao requerente. Por isso, mais uma vez, ressalta-se a importância de se obter um *feedback* quando o bibliotecário interagir diretamente com o usuário do acervo.

### Tempo de resposta do sistema

Se mantido o padrão de alto nível de precisão na busca, o tempo de resposta se manterá o mesmo, sendo o ideal para esta biblioteca, visto também o alto grau de conhecimento e exigência de seus usuários.

### Forma de saída

Para uma recuperação completa e mais satisfatória no sistema, seria útil a utilização do formato digital em todo o acervo. Porém, o custo de implementação poderia ser muito alto, restringindo-se, assim, apenas aos documentos produzidos pelo INEA ou aos relatórios técnicos já produzidos pelas empresas que buscam licenciamento ambiental. Contudo, como os usuários possuem uma baixa exigência, o formato de saída se manteria o mesmo.

### Avaliação do sistema

Apesar de a biblioteca ser tratada como referência no Rio de Janeiro e no Brasil nas áreas em que atua, seria necessário um maior foco na avaliação do sistema, utilizando-se uma

simples observação, seja na percepção do tempo que os usuários estão levando para se satisfazer em sua busca, ou pelo uso de *feedback* dos próprios usuários. Além disso, Carneiro (1985:238, *apud* LANCASTER, 2004) cita os estágios que um sistema de recuperação de informações deve ter, os quais seriam mais uma forma de avaliar corretamente esse sistema:

- Estabelecimento do alcance e propósito do programa de avaliação, isto é, decidir o que vai ser avaliado;
- Planejamento da avaliação;
- Análise e interpretação dos resultados;
- Modificações no sistema, baseadas nos resultados obtidos, tendo em vista a melhoria do desempenho do sistema.

Assim, o processo de avaliação seria mais organizado e se fixaria somente na indexação já realizada, com a própria visão em que teria o usuário, sem as mudanças propostas pela política.

### *Considerações finais*

Para a realização desta pesquisa, foi utilizada uma abordagem de natureza exploratória e descritiva, com o uso da revisão bibliográfica, na qual foram feitas buscas em diversas bases de dados na área de Biblioteconomia, especificamente tratando de temas como: indexação, política de indexação e recuperação de informações. Além disso, contou-se com o apoio do bibliotecário-chefe da Biblioteca do INEA, o que facilitou a troca de informações relevantes.

Após isso, destacou-se o uso do estudo de caso como abordagem metodológica para criar uma relação de causa e efeito, tendo como principal objeto de estudo a Biblioteca do INEA.

Na análise e no tratamento dos resultados, foi escolhida a abordagem qualitativa por se consolidar como um método que melhor viabiliza o aprofundamento de ideias e a interpretação dos resultados, deixando o pesquisador livre para compreender os fenômenos e adaptá-los ao contexto que tem em mente, destacando as características individuais da biblioteca como as mais necessárias para a elaboração da proposta.

Após essas etapas, identificou-se que, levando em consideração os fatores principais para se propor uma política de indexação – as características, os usuários e os recursos financeiros – a biblioteca passaria por diversas melhorias. Apesar de ser uma instituição com uma cultura organizacional forte, na qual a biblioteca é especializada e seus usuários possuem uma base de conhecimento bastante consolidada, as maiores mudanças realizadas ocorreram nos elementos que compõem esses três fatores, os quais foram apresentados na pesquisa como essenciais para se projetar a proposta de uma política de indexação.

Portanto, para definir os resultados desta pesquisa, pode-se dizer que, para a constituição da proposta, a biblioteca precisaria sempre se manter atualizada, realizando, sempre que necessário, um estudo de usuários para verificar se há ou não a necessidade de adquirir novos documentos. Além disso, para o enriquecimento da indexação, seria importante a

inserção de um vocabulário controlado mais atualizado, como o *Thesaurus GEMET*, mesmo que o tempo necessário para realizar essas mudanças seja longo.

Além disso, outros elementos também sofreriam mudanças, como a adequação da linguagem do sistema à padronização trazida pelo vocabulário controlado, as mudanças na estratégia de busca, nas quais seria necessário sempre solicitar um *feedback* por parte dos usuários logo após o uso do sistema. Também seria interessante a digitalização e disponibilização de todo o acervo *online*, apesar de os usuários possuírem uma baixa exigência.

Embora a biblioteca ser tratada como referência, ela poderia ser utilizada e consultada em qualquer região do país, além de o número de buscas por esses documentos ter aumentado após a pandemia.

Por fim, para a avaliação do sistema, seria essencial uma maior observação dos usuários, seja no tempo de busca no sistema ou de acordo com o acompanhamento dos quatro estágios necessários para avaliar um sistema, como proposto por Lancaster (2004).

Apesar de todos os objetivos da pesquisa terem sido cumpridos, a pesquisa teve diversas limitações, como a proposta de introdução de um vocabulário controlado para a utilização de termos. Isso se deve ao grande volume de dados que precisaria ser tratado, o que exigiria um longo tempo gasto. Além disso, como a biblioteca já possui um índice de resultados precisos e relevantes, o uso do vocabulário controlado pode não ser necessário. Por isso, deixamos essa sugestão apenas como uma recomendação para pesquisas futuras.

### Referências bibliográficas

**CARNEIRO, Marília Vidigal**

1985 Diretrizes para uma política de indexação. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*. [Em linha]. 14:2 (set. 1985) 221-241. [Consult. 20 mar. 2025]. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/reb/article/view/36523>.

**FERNANDES, Geni Chaves; PRUDENCIO, Dayanne da Silva**

2015 Política de indexação em bibliotecas cariocas: mapeamento exploratório. *Ponto de Acesso*. [Em linha]. 9:1 (abr. 2015) 122-142. [Consult. 15 mar. 2025]. Disponível em: <https://revbaianaenferm.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/9885>.

**GIL LEIVA, Isidoro; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes, ed.**

2012 *Política de indexação*. [Em linha]. Marília, SP: Cultura Acadêmica, 2012. [Consult. 10 mar. 2025]. Disponível em: [https://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/politica-de-indexacao\\_ebook.pdf](https://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/politica-de-indexacao_ebook.pdf).

**LANCASTER, F. W.**

2004 *Indexação e resumos: teoria e prática*. Trad. Antonio Briquet de Lemos. 2ª ed. rev. atual. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 2004.

**LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A.**

1986 *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.

**RIO DE JANEIRO. Instituto Estadual do Ambiente**

2023 *Biblioteca Dr. Fausto Guimarães*. [Em linha]. Rio de Janeiro, 2023. [Consult. 10 mar. 2025]. Disponível em: <https://www.inea.rj.gov.br/publicacoes/biblioteca/>

**SILVA, Maria dos Remédios da; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes**

2004 A Prática da indexação: análise da evolução de tendências teóricas e metodológicas. *Transinformação*. [Em linha]. 16:2 (2004) 133-161. [Consult. 10 mar. 2025]. Disponível em: <https://periodicos.puc-campinas.edu.br/transinfo/article/view/6373>.

**Gabriel César Santos Pessoa | gabrielpessoa0506@gmail.com**

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Brasil

**Carla Beatriz Marques Felipe | felipecarla12@gmail.com**

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Brasil

**Resumo:** O presente artigo analisa a produção discente dos trabalhos de conclusão de curso (TCC) da Graduação em Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), disponível no repositório digital Pantheon. O objetivo principal é verificar de que maneira essas produções acadêmicas contribuem para o enfrentamento do fenômeno da desinformação, além de mapear e identificar os trabalhos que abordam a temática, considerando assuntos correlatos, com ênfase em competência em informação (CoInfo). Adota-se uma abordagem metodológica mista, de caráter descritivo, utilizando a Análise de Conteúdo de Bardin (2016) como técnica para categorização e análise das amostras recuperadas. Os resultados indicam que apenas 9,9% dos TCC tratam desses temas, evidenciando baixa representatividade, embora relevante para o campo. Conclui-se que a CoInfo encontra-se consolidada como referencial teórico, enquanto a desinformação desponta como campo emergente, demandando maior aprofundamento em pesquisas futuras.

**Palavras-chave:** Biblioteconomia; Competência em informação; Desinformação; Pantheon/UFRJ.

**Abstract:** This article analyses the student production course completion projects of the undergraduate program in Library Science and Information Unit Management at the Federal University of Rio de Janeiro (UFRJ), available in the Pantheon digital repository. The main objective is to verify how these academic productions contribute to addressing the phenomenon of disinformation, in addition to mapping and identifying works that approach the topic, considering related subjects, with emphasis as information literacy (CoInfo). A mixed-methodological, descriptive approach is adopted, using Bardin's Content Analysis (2016) as a technique for categorizing and analyzing the retrieved samples. The results indicate that only 9.9% of the final papers address these topics, demonstrating low representation, although relevant to the field. We conclude that CoInfo is consolidated as a theoretical framework, while disinformation is emerging as a field, requiring further in-depth research.

**Keywords:** Library science; Information literacy; Disinformation; Pantheon/UFRJ.

## Introdução

Os estudos em Biblioteconomia e em Ciência da Informação no Brasil mantêm relações históricas e transversais, sobretudo por compartilharem a centralidade do conceito de 'informação' e a preocupação com a organização, o tratamento e a recuperação de fontes e conteúdos informacionais. Entretanto, no âmbito do ensino e da pesquisa, ambas as áreas têm sido convocadas a enfrentar os desafios decorrentes das desordens informacionais, expressas em fenômenos como a desinformação e as *fake news*, o que evidencia o papel estratégico de bibliotecários e cientistas da informação no combate a esse problema da sociedade contemporânea.

Enquanto a Ciência da Informação tem buscado desenvolver uma literatura voltada à compreensão do fenômeno da desinformação, o ensino de graduação em Biblioteconomia assume a missão de preparar os discentes para atuar em contextos profissionais marcados pela presença de *fake news* e de informações descontextualizadas ou distorcidas.

Diante de um fenômeno que desencadeou questões sociais latentes — como a baixa adesão a vacinas e as ações orquestradas durante as eleições brasileiras —, coloca-se a seguinte questão: a temática da desinformação e de assuntos correlatos, no ensino da Biblioteconomia, tem resultado em produções de trabalhos finais de curso? E, em caso afirmativo, de que modo essa abordagem tem sido desenvolvida nesses produtos acadêmicos?

Assim, o objetivo principal deste artigo é investigar de que maneira a produção discente, expressa nos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) da graduação em Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e disponibilizados no Repositório Digital Pantheon, tem contribuído para a reflexão e o enfrentamento da desinformação. Como objetivos específicos, busca-se: (i) mapear os TCC que abordam a temática da desinformação e seus respectivos assuntos correlatos; e (ii) analisar de que forma a Biblioteconomia é mobilizada como campo de conhecimento para enfrentar esse fenômeno.

Dessa forma, para delinear um panorama da relevância da temática da desinformação nos TCC do curso de graduação em Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação, definiu-se um recorte temporal abrangendo toda a coleção de trabalhos de conclusão produzidos entre 2010 e 2024. Nesse intervalo, o repositório disponibiliza um total de 445 TCC para consulta.

Em seguida, a partir do total de trabalhos de conclusão, aplicou-se um novo filtro de navegação por meio do campo “Assunto”. Entre os 1.014 assuntos indexados no repositório, organizados em ordem alfabética, foram selecionados sete termos correlatos à temática da desinformação, a saber: “desinformação”, “fake news”, “notícias falsas”, “pós-verdade”, “desordem informacional”, “competência informacional” e “competência em informação”.

Os 52 TCC recuperados em estado bruto correspondem a 11,7% da produção do curso de Biblioteconomia que aborda a temática da desinformação, foco de análise deste artigo. Esse conjunto inicial de trabalhos foi posteriormente refinado, uma vez que o número deveria diminuir após a identificação e a remoção de registros duplicados. Em seguida, foi aplicado o procedimento de Análise de Conteúdo (Bardin, 2016), conforme detalhado na seção *Panorama das Análises dos TCC do Pantheon/UFRJ*.

A escolha do Pantheon, repositório institucional da UFRJ, como *corpus* de análise justifica-se por três razões centrais. Primeiramente, trata-se de uma base representativa da produção discente em Biblioteconomia em uma das maiores universidades públicas do país, o que confere relevância acadêmica e institucional ao recorte adotado. Em seguida, os TCC disponíveis no repositório evidenciam como os estudantes — futuros bibliotecários — têm problematizado questões contemporâneas, como a desinformação, no âmbito de sua formação inicial. Por fim, o acesso aberto e sistematizado ao acervo possibilita mapear tendências, enfoques e lacunas no tratamento da desinformação, oferecendo subsídios para refletir sobre a contribuição da formação em Biblioteconomia no enfrentamento desse fenômeno informacional e social.

Em contrapartida, cabe reconhecer que a análise está circunscrita ao repositório institucional da UFRJ, não contemplando a produção discente de outros cursos de Biblioteconomia no país. Dessa forma, os resultados não têm a pretensão de traçar um panorama nacional, mas de indicar tendências e suscitar reflexões em âmbito localizado.

Na sequência do texto, a primeira seção apresenta uma proposição teórica acerca do fenômeno da desinformação e de suas implicações, a partir da perspectiva da “infoesfera” — terminologia empregada por Floridi (2020) para designar o ambiente contemporâneo impactado pelas ações desinformativas.

Na seção seguinte, apresenta-se uma narrativa histórica do ensino da Biblioteconomia no Brasil, que teve início com padrões franceses e viés institucional. Ao longo do tempo, incorporou influências da tradição americana, voltadas à padronização das atividades técnicas, e, nas últimas décadas, passou a alinhar essas disciplinas a uma formação humanista, crítica e sensível às questões sociais que impactam a sociedade.

Na próxima seção, apresenta-se a abordagem metodológica adotada para mapear os produtos finais do curso de Biblioteconomia da UFRJ por meio do Repositório Pantheon, plataforma destinada à coleta de toda a produção digital da instituição (PANTHEON, 2025).

Na seção final, apresentam-se os resultados das análises quantitativas e qualitativas dos trabalhos acadêmicos recuperados, evidenciando de que forma a temática da desinformação tem ganhado relevância no campo da Biblioteconomia.

### ***A desinformação como problema informacional e social***

A gênese da Ciência da Informação está vinculada à necessidade de resolver um problema informacional e social por meio de um imperativo tecnológico, no contexto da revolução científica e técnica desencadeada durante a Segunda Guerra Mundial e intensificada no período da Guerra Fria.

Na literatura da Ciência da Informação, as expressões emblemáticas “boom informacional” ou “explosão da informação” evidenciam a urgência de organizar e disponibilizar a crescente quantidade de registros do conhecimento. Esse cenário impulsionou atividades relacionadas à recuperação da informação e estimulou o desenvolvimento dos primeiros sistemas automatizados de informação (OLIVEIRA, 2011).

A Ciência da Informação apresenta três características fundamentais que delimitam sua razão de ser e orientam sua evolução como campo científico: (i) a natureza transdisciplinar; (ii) a relação intrínseca com as tecnologias de informação e comunicação (TIC); e (iii) a capacidade de acompanhar as transformações da sociedade da informação (SARACEVIC, 2008).

Na contemporaneidade, contudo, emergem novos dilemas informacionais de amplo impacto social, que têm exigido da Ciência da Informação respostas e reflexões atualizadas, sobretudo diante do fenômeno da desinformação, popularmente conhecido como *fake news*.

Nesse sentido, o ambiente em que a desinformação prospera, manipula e engaja em nome da mentira — sustentado por novas dinâmicas informacionais que envolvem fluxos de dados, interações com *softwares* e sistemas automáticos em uma configuração híbrida entre o analógico e o digital — substitui o “ciberespaço” descrito por Pierre Lévy (1999) e é caracterizado por Floridi (2020) como *infosfera*. Em outras palavras, já não existem fronteiras nítidas entre mundos separados.

Dessa forma, torna-se irrelevante questionar se alguém está ou não conectado, pois a vida na *infosfera* converteu-se em *onlife*, termo cunhado por Floridi (2020) para caracterizar um ecossistema marcado pelos algoritmos, pelas inteligências artificiais (IA), pelas bolhas de filtro (PARISER, 2012), pelas práticas de rastreamento e geolocalização, pelo acesso constante à informação e pela integração entre dispositivos tecnológicos e cotidiano.

Essa dinâmica não apenas redefine as formas de interação, mas também reorganiza a memória social, na medida em que o registro digital, ao mesmo tempo que favorece a preservação de conteúdos, revela-se vulnerável a estratégias de manipulação, esquecimento e reinterpretação típicas da desinformação (FLORIDI, 2020).

Soma-se a isso o excesso de informações circulantes, que não apenas desafia a capacidade crítica dos usuários de selecionar conteúdos e tomar decisões fundamentadas quanto à confiabilidade das fontes, mas também gera confusão, favorecendo a desorientação informacional e ampliando o terreno fértil para a propagação de informações falsas. (FLORIDI, 2020)

Assim, é possível perceber que, na *infosfera*, há um controle contínuo sobre a vida das pessoas, na medida em que, por meio de dispositivos e ferramentas tecnológicas, o campo semântico informacional incorpora novos sentidos expressos em termos como “rastrear”, “modular”, “ajustar”, “recomendar”, “manipular” e “influenciar”, entre outros. Nesse contexto, a desinformação pode ser compreendida como um fenômeno emblemático daquilo que Gilles Deleuze (1992) denominou sociedade do controle.

Distintamente da sociedade disciplinar descrita por Michel Foucault (2017), na qual o poder se exerce em instituições fechadas — como a escola, a caserna, o hospital, a família e a prisão —, o controle social se dá pela internalização da norma e pela vigilância constante. Para Foucault (2017:293), “as disciplinas veicularão um discurso que será o da regra, não da regra jurídica derivada da soberania, mas o da regra ‘natural’, quer dizer, da norma.”

Sob essa lógica, o poder na sociedade disciplinar é visível — expresso em grades, horários, hierarquias, regulamentos, entre outros — e se efetiva por meio de mecanismos ideológicos de confinamento, normatização e vigilância, cujo objetivo é treinar e vigiar comportamentos para moldar sujeitos obedientes. Já na sociedade do controle, as dinâmicas do poder operam de forma difusa e contínua, transcendendo os limites das instituições fechadas. (FOUCAULT, 2017; DELLEUZE, 1992)

Os dispositivos do controle operam em fluxo — como senhas, cartões de crédito, bancos de dados, monitoramento digital e redes sociais —, fazendo com que o poder se manifeste de maneira mais sutil e quase invisível, embora constante. Trata-se de uma gestão aberta e descentralizada de fluxos e comportamentos, realizada por meio de algoritmos, modulação do consumo, rastreamento em plataformas digitais e estratégias de compartilhamento de desinformação, que regulam e influenciam afetos e crenças.

Nesse contexto, a circulação de informações falsas, táticas de manipulação, boatos, negacionismos e narrativas distorcidas — utilizados historicamente por grupos e indivíduos com diferentes motivações — já não se restringe ao espaço físico das instituições nem aos limites territoriais. Com o fomento das mídias sociais, esses mecanismos de controle ganharam capilaridade e velocidade, passando a atuar diretamente na modelagem de afetos, opiniões e comportamentos.

Não por acaso, as dinâmicas de poder que condicionam a circulação da informação na *infosfera* tiveram, em 2016, um ponto de inflexão nos contextos de disputas eleitorais polarizadas, como o *Brexit* e a primeira vitória de Donald Trump à presidência dos Estados Unidos. Esses episódios foram marcados pela disseminação em larga escala de informações falsas nas redes digitais, evidenciando o papel central da desinformação na configuração política contemporânea.

Desde então, o compartilhamento massivo de informações falsas passou a impactar diversos países — inclusive o Brasil, de forma mais enfática a partir de 2018, com a vitória de Jair Bolsonaro nas urnas —, não apenas em períodos eleitorais, mas também em diferentes embates político-ideológicos. Esse processo tem semeado de forma contínua dúvida, indignação, ódio e medo, comprometendo pilares democráticos e científicos.

Assim, com a expansão da desinformação para outras dimensões da vida em sociedade, ultrapassando o âmbito político-eleitoral, a pulverização de informações falsas colocou em xeque os pilares da ciência — especialmente no campo da saúde pública durante a pandemia da Covid-19. Paralelamente, teorias da conspiração e diferentes formas de negacionismo — climático, histórico, científico, estrutural e estatístico (SZWAKO e RATTON, 2022) — impactaram diretamente o direito do cidadão de acessar fontes de informação críveis e, conseqüentemente, de tomar decisões seguras.

Dito isso, a desinformação pode ser compreendida como um fenômeno social complexo e multidimensional, que não se restringe ao simples compartilhamento desavisado de informações incorretas. Trata-se de um campo que movimenta interesses econômicos, uma vez que muitas pessoas e organizações se beneficiam financeiramente de sua disseminação, sobretudo porque a estrutura algorítmica das plataformas digitais tende a privilegiar conteúdos enganosos, polarizadores e sensacionalistas (BEZERRA, 2024).

Nesse sentido, a desinformação insere-se na lógica do capitalismo de vigilância, descrita por Zuboff (2020), em que dados sobre comportamentos, preferências e interações dos usuários são capturados, monitorados e utilizados como *commodities*, criando incentivos econômicos para a produção e amplificação de informações falsas.

Outra dimensão do fenômeno da desinformação reside na atuação dos intérpretes — os próprios usuários — diante das informações. Um estudo do Massachusetts Institute of Technology (MIT) revelou que conteúdos falsos se espalham mais rapidamente no Twitter (antes de se tornar X) do que os verdadeiros, apresentando uma probabilidade 70% maior de serem compartilhados. Além disso, informações verídicas levam, em média, seis vezes mais tempo para alcançar o mesmo público que as falsas. O estudo ainda destacou que os principais agentes da disseminação da desinformação são os próprios humanos, e não os robôs (Dizikes, 2018).

Na tentativa de compreender e delimitar os desafios informacionais e desinformacionais contemporâneos, termos como “pós-verdade” e “*fake news*” foram incorporados aos

dicionários, sinalizando sua consolidação no léxico social. Nesse mesmo movimento, o ecossistema da desinformação passou a ser conceitualmente definido como *desordem informacional* (Wardle; Derakhshan, 2017), subdividida em três categorias: *misinformation*, *disinformation* e *malinformation*.

A *misinformation* (informação falsa) diz respeito a conteúdos incorretos compartilhados por pessoas desavisadas, sem a intenção de enganar. A *disinformation* (desinformação) corresponde a informações falsas difundidas de forma deliberada, com o propósito de enganar e causar prejuízo. Já a *malinformation* (informação maliciosa) refere-se a informações verdadeiras que são manipuladas ou divulgadas de modo a prejudicar alguém.

Diante desse mix de intencionalidades informacionais, inserido em um ambiente no qual indivíduos tendem a privilegiar crenças pessoais em detrimento da informação factual, vieses de confirmação (WASON, 1960) e dissonâncias cognitivas (FESTINGER, 1975) — potencializadas pelo ecossistema digital das plataformas — têm contribuído para o fortalecimento de um *ethos* social marcado pela desconfiança coletiva em relação ao conhecimento.

Corroborando a visão de D’Ancona (2018:42), “o colapso da confiança é a base social da era da pós-verdade: todo o resto flui dessa fonte única e deletéria”. Para o autor, sociedades bem-sucedidas dependem de uma dose mínima de honestidade para preservar a ordem, defender a lei e prosperar. No entanto, o caos desinformativo tem favorecido a contestação acrítica e maliciosa de evidências científicas, recorrendo a emoções, crenças pessoais e preconceitos, além de propagar pseudociências, reorganizando comunidades de crença em torno de falsas narrativas.

Esse *modus operandi* de ataque às autoridades científicas, em muitos casos, é incentivado por lideranças políticas extremistas, sobretudo de direita, que tendem a enxergar a ciência como inimiga sempre que a produção de conhecimento refuta decisões e posicionamentos político-ideológicos destituídos de base empírica. Tal prática não apenas deslegitima a ciência, mas também gera potenciais prejuízos à sociedade ao orientar políticas públicas e opiniões coletivas por parâmetros não racionais.

Nesse sentido, para alcançar os objetivos propostos neste artigo, a Ciência da Informação e a Biblioteconomia, ainda que possuam paradigmas distintos (OLIVEIRA, 2011), podem articular-se na busca de soluções para a problemática da desinformação, integrando teorias associadas às TIC com práticas, serviços e a formação biblioteconômica.

Na seção seguinte, discute-se o papel estratégico da Biblioteconomia enquanto campo científico e formativo, destacando sua capacidade de propor reflexões e práticas voltadas à garantia da qualidade informacional e, conseqüentemente, de contribuir para o enfrentamento crítico da desinformação.

### ***Biblioteconomia, formação discente e competência em informação***

A história da formação em Biblioteconomia no Brasil reflete, de certa forma, a evolução do olhar da área frente às demandas institucionais e, posteriormente, às questões sociais decorrentes das transformações ocorridas no país e no mundo. Inicialmente voltadas para coleções e acervos das instituições no início do século XX, essas demandas passaram a

englobar uma perspectiva mais ampla, incluindo fenômenos relacionados à informação e à desinformação. Esse enfoque institucional é corroborado no estudo de Oliveira, Carvalho e Souza (2009).

Os primeiros cursos de Biblioteconomia no Brasil, iniciados em 1911, foram ministrados na Biblioteca Nacional por iniciativa de seu então diretor, Manuel Cícero Peregrino da Silva, e receberam influência francesa. Conforme Oliveira, Carvalho e Souza (2009:14), “dessa maneira, o curso visava atender às exigências institucionais, sendo as aulas ministradas pelos diretores de cada seção, em número de quatro”.

A partir da década de 1930, observa-se a influência norte-americana na Biblioteconomia brasileira, embora o ensino continuasse voltado ao tratamento dos itens que compõem os acervos das bibliotecas. O diferencial do modelo americano residia em seu caráter pragmático, marcado pelo rigor técnico (OLIVEIRA, CARVALHO e SOUZA, 2009:17). Na década de 1960, o curso passou a adotar um currículo mínimo; entretanto, foi nas décadas de 1980 e 1990 que ocorreram as mudanças mais significativas. O ensino, antes centrado em um perfil técnico e pragmático, passou a contemplar também questões científicas e sociais, impulsionado pela criação de cursos de pós-graduação e pela mudança de paradigma na Biblioteconomia, que passou a ter como objeto de estudo não mais o “documento”, mas a “informação” (OLIVEIRA, CARVALHO e SOUZA, 2009:18-20).

No início do século XXI, as Diretrizes Curriculares Nacionais — documento norteador de toda a graduação brasileira — começam a ser efetivadas, e a Biblioteconomia passa a atuar com uma diretriz curricular estabelecida pelo Conselho Nacional de Educação em conjunto com a Câmara de Educação Superior, por meio da Resolução CNE/CES 19/2002. A formulação dos projetos pedagógicos deve fundamentar-se no Parecer CNE/CES 492/2001 (BRASIL, 2001), que define as diretrizes para cursos de diversas áreas das ciências humanas e sociais, incluindo a Biblioteconomia, apontando as competências que devem ser contempladas, a saber:

- I.** Capacitação para formular e propor soluções a problemas de forma especificamente filosófica nos diversos campos do conhecimento;
- II.** Desenvolvimento de consciência crítica sobre conhecimento, razão e realidade sócio-histórico-política;
- III.** Habilidade de analisar, interpretar e comentar textos teóricos segundo procedimentos rigorosos de técnica hermenêutica;
- IV.** Compreensão da importância das questões relativas ao sentido e à significação da existência e das produções culturais;
- V.** Percepção da integração necessária entre filosofia e produção científica, artística, bem como com o agir pessoal e político;
- VI.** Capacidade de relacionar o exercício da crítica filosófica à promoção integral da cidadania e ao respeito à pessoa, em consonância com a tradição de defesa dos direitos humanos;
- VII.** Competência para leitura e compreensão de textos filosóficos em língua estrangeira;

### VIII. Habilidade no uso da informática.

As competências elencadas no Parecer que orienta as Diretrizes Curriculares do curso contemplam diversos aspectos sociais relevantes e dialogam com questões contemporâneas da sociedade brasileira. Entre essas competências destaca-se a formação crítica dos discentes, visando prepará-los para atuar na área de maneira ética, humanista e socialmente responsável. A biblioteconomia voltada para os acervos deveria contemplar questões dos usuários das bibliotecas e das informações que circulam nos espaços sociais diversos.

Dessa forma, a trajetória da formação discente ao longo deste século vincula a graduação às questões sociais emergentes. Nesse contexto, temas informacionais que envolvem problemáticas de ordem ética passaram a integrar a discussão acadêmica, refletindo-se nos produtos finais dos cursos, bem como nas atividades, ações e programas desenvolvidos nas bibliotecas. Uma das formas de observar como essas abordagens se concretizam nos produtos finais é por meio dos procedimentos metodológicos descritos na seção a seguir.

### *Procedimentos metodológicos*

O *corpus* utilizado para a análise dos TCC foi obtido na Base Pantheon, repositório institucional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), criado para a coleta, preservação e divulgação da produção acadêmica digital da Universidade em todas as áreas do conhecimento, em consonância com o movimento de livre acesso à informação científica. O repositório possui caráter técnico-científico, reunindo atividades de ensino, pesquisa e extensão produzidas por alunos, professores, pesquisadores e funcionários da UFRJ, sendo mantido pelo Sistema de Bibliotecas e Informação (Sibi) da Universidade.

Conforme mencionado na seção introdutória, a escolha do Pantheon como *corpus* de análise justifica-se por três motivos principais: primeiro, por ser representativo da produção discente em Biblioteconomia em uma das maiores universidades públicas do país; segundo, por evidenciar como os estudantes abordam questões contemporâneas, como a desinformação; e, finalmente, por possibilitar, graças ao seu acesso aberto e sistematizado, o mapeamento de tendências, enfoques e lacunas, fornecendo subsídios para refletir sobre a contribuição da formação em Biblioteconomia no enfrentamento desse fenômeno.

Nesse sentido, o presente artigo, com o objetivo de alcançar suas metas propostas, adota uma abordagem metodológica mista de caráter descritivo. A análise quantitativa consistiu no levantamento dos TCC disponíveis no Pantheon da UFRJ entre 2010 e 2024, enquanto a análise qualitativa envolveu a interpretação do conteúdo dos trabalhos recuperados. Ambas as análises foram conduzidas a partir da Análise de Conteúdo, conforme proposta por Bardin (2016).

A Análise de Conteúdo compreende três fases principais: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados, que envolvem processos de inferência e interpretação. Na fase de pré-análise, foram definidos os termos de busca, totalizando sete palavras-chave: *desinformação*, *fake news*, *notícias falsas*, *pós-verdade*, *desordem informacional*, *competência informacional* e *competência em informação*. A pesquisa foi realizada no repositório por meio da busca por *Comunidades e Coleções*, restrita a

trabalhos acadêmicos e técnicos, referente a TCC do curso de Biblioteconomia, em seguida, aplicou-se o filtro de assunto para localizar os TCC que continham os termos especificados.

Após a recuperação dos trabalhos, os TCC foram organizados manualmente em uma planilha do Excel, na qual foram inseridas novas categorias de análise: ano, título, autor(a), orientador(a), palavras-chave, link de acesso no Pantheon, termo utilizado na busca, curso de graduação, presença explícita do conceito de competência em informação (CoInfo) e ênfase na formação do papel do bibliotecário. A partir desse material, realizou-se a chamada “leitura flutuante”, etapa destinada à obtenção das primeiras impressões e ideias sobre o *corpus*, inicialmente composto por 52 TCC.

Ainda na etapa de pré-análise, correspondente à seleção inicial da amostra, identificaram-se 8 registros duplicados entre os 52 TCC recuperados. Com a remoção dessas duplicidades, o *corpus* foi consolidado em 44 trabalhos exclusivos, que passaram a compor a base final da pesquisa.

Na segunda fase, procedeu-se à codificação dos elementos da amostra conforme as categorias previamente estabelecidas, bem como à organização dos dados em planilha, de modo a facilitar análises estatísticas básicas e a elaboração de gráficos. Nessa etapa, contabilizou-se: **(i)** a frequência dos termos utilizados na busca; **(ii)** a distribuição dos TCC por ano; **(iii)** a distribuição dos trabalhos por orientador(a); **(iv)** os trabalhos em que o conceito de CoInfo aparece de modo explícito como abordagem teórica; e **(v)** a presença de ênfase na formação do papel do bibliotecário.

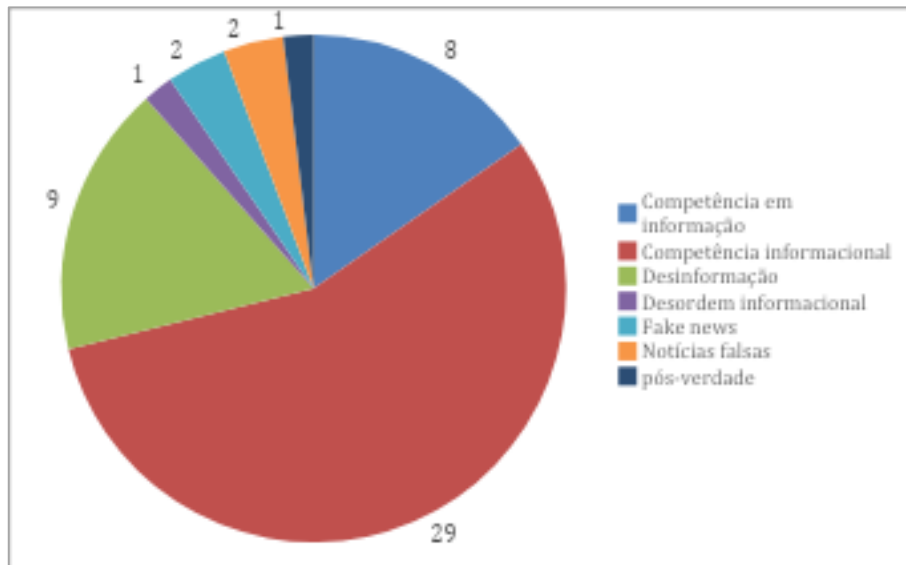
A terceira e última fase corresponde ao aprofundamento das análises, realizado por meio do cruzamento entre categorias e frequências. Nesta etapa, procede-se à inferência sobre os dados, atribuindo-lhes significados que são posteriormente interpretados à luz da literatura acerca de desinformação, CoInfo e formação discente.

### ***Panorama das Análises dos TCCs no Pantheon/UFRJ***

A coleção de Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs) do curso de Biblioteconomia é composta por 445 trabalhos. A partir da aplicação dos termos de busca, foram recuperados 52 TCCs relacionados à temática da desinformação, associada ao contexto das práticas informacionais e da competência em informação voltadas a usuários e/ou bibliotecários. Esse quantitativo corresponde a 11,7% do universo total de trabalhos. O gráfico 1, a seguir, apresenta os dados brutos recuperados antes da eliminação das duplicatas, permitindo observar a frequência dos termos de busca mais recorrentes.

Os dados indicam que o termo “*competência informacional*” foi o mais recorrente, com 29 TCC, seguido de “*competência em informação*”, com 8. Considerando que se trata de termos correlatos, juntos representam 37 trabalhos (71,2%). Já o termo “*desinformação*” e seus correlatos — “*desordem informacional*”, “*fake news*”, “*notícias falsas*” e “*pós-verdade*” — correspondem a 15 trabalhos recuperados (28,8%). Esses resultados evidenciam a predominância das temáticas relacionadas à desinformação e à competência em informação (CoInfo) no conjunto de TCC de Biblioteconomia analisados.

Gráfico 1 - Frequência dos Termos de Busca



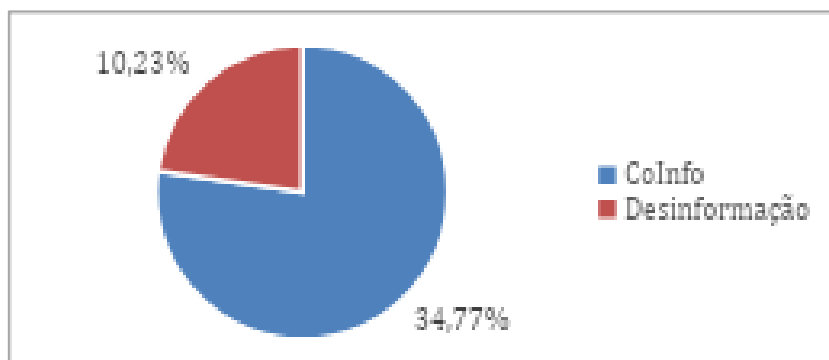
Fonte: Elaborado pelas autoras

Com a eliminação das oito duplicatas, o *corpus* passou a ser composto por 44 trabalhos a serem analisados. Para facilitar a representação das temáticas correlatas e evitar ambiguidades, optou-se por unificar os termos “*competência informacional*” e “*competência em informação*” sob a denominação “*CoInfo*”. Da mesma forma, o termo “*desinformação*” será utilizado de forma abrangente, englobando também as expressões “*fake news*” e “*notícias falsas*”. Ressalta-se ainda que, após a exclusão das duplicatas, o termo “*pós-verdade*” deixou de aparecer de forma explícita como termo de busca, tendo sido incorporado em TCC que associam mais de um termo.

Assim, com a amostra final de 44 trabalhos, o percentual de TCC que abordam as temáticas de desinformação e CoInfo apresentou uma redução de 1,8 ponto percentual, passando a representar 9,9% do total da coleção de TCC em Biblioteconomia. Esse percentual pode ser considerado relativamente baixo, o que permite levantar algumas hipóteses explicativas para esse cenário: **(i)** a produção discente em Biblioteconomia da UFRJ ainda dedica pouca atenção a essas temáticas; **(ii)** a baixa proporção pode indicar um campo em expansão para futuras pesquisas; e **(iii)** o tema da desinformação, como objeto de estudo sistemático da Biblioteconomia, é relativamente recente, sobretudo em diálogo com as práticas de competência em informação.

No entanto, ao comparar as duas temáticas no universo dos 44 TCC, observa-se que o termo de busca CoInfo concentra a maior parte da produção acadêmica (77%), enquanto a desinformação corresponde a 23%. Cabe destacar que, no caso da temática CoInfo, não se trata apenas de uma maior frequência de termos de busca: o conceito de competência informacional aparece de forma explícita nos resumos dos TCC, sendo mobilizado como abordagem teórica na elaboração dos trabalhos. O gráfico a seguir ilustra essa diferença.

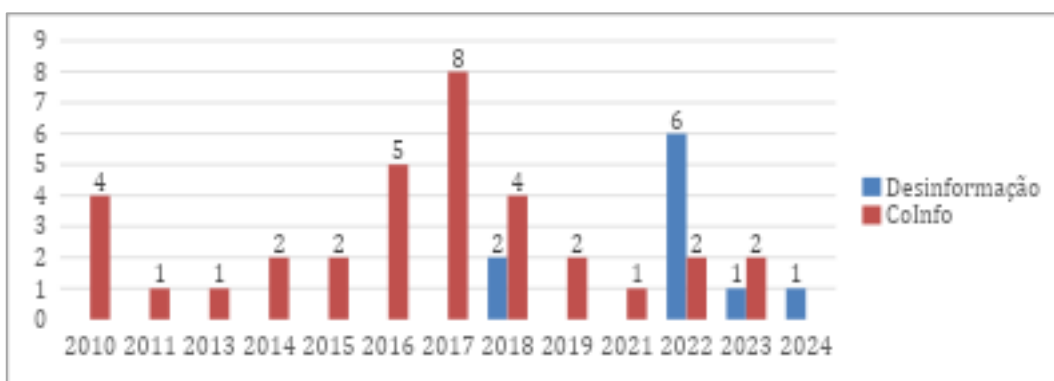
Gráfico 2 – Frequência dos Termos de busca por TCC



Fonte: Elaborado pelas autoras

Um dado relevante sobre os termos de busca refere-se ao seu cruzamento com os anos de publicação dos TCC. Os resultados mostram que, desde as primeiras produções acadêmicas do curso de Biblioteconomia, iniciadas em 2010, a temática de *CoInfo* apresenta maior incidência em comparação à *Desinformação*, cuja produção começa a aparecer apenas a partir de 2018. Esse marco temporal pode estar relacionado ao ponto de inflexão político-partidário e ao cenário de polarização acirrada que marcaram o Brasil naquele período, intensificado pelas consequências nocivas do ecossistema da desinformação. Em 2022, observa-se um leve crescimento de trabalhos voltados ao tema, possivelmente associado ao contexto pós-pandêmico, marcado pela forte circulação de conteúdos desinformativos. O gráfico a seguir evidencia esse marco temporal, permitindo visualizar a diferença entre a produção sobre *CoInfo* e *Desinformação* ao longo dos anos.

Gráfico 3 - Ano de Publicação vs Termos de Busca

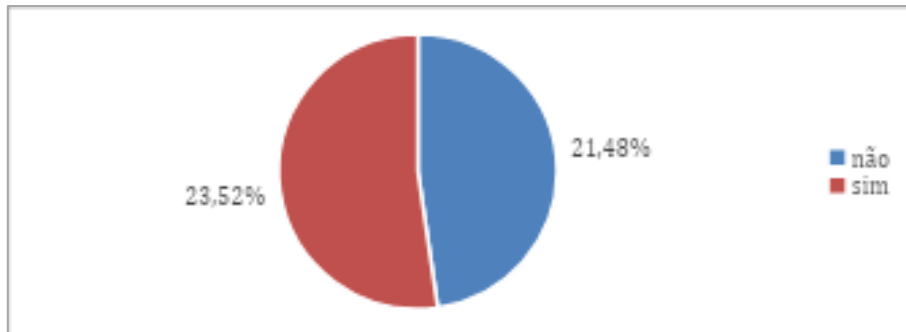


Fonte: Elaborado pelas autoras

Outro dado relevante em relação ao conjunto dos 44 TCC refere-se ao percentual de trabalhos que enfatizam o papel do bibliotecário como produto final da pesquisa. Observa-se que mais da metade (52%) dedica-se à formação discente, enquanto 48% não tratam diretamente do profissional em formação. Essa predominância sugere que a produção acadêmica pode estar voltada à preparação dos futuros profissionais para atuar com competência informacional, indicando um possível foco da Biblioteconomia na função

educativa. Ao mesmo tempo, o fato de quase metade dos trabalhos não enfocarem o bibliotecário indica que a temática de *desinformação* e *CoInfo* também é explorada em outros contextos, como práticas institucionais, políticas de informação ou estudos teóricos sobre o fluxo de informação, ampliando o escopo da investigação para além do desenvolvimento individual do profissional.

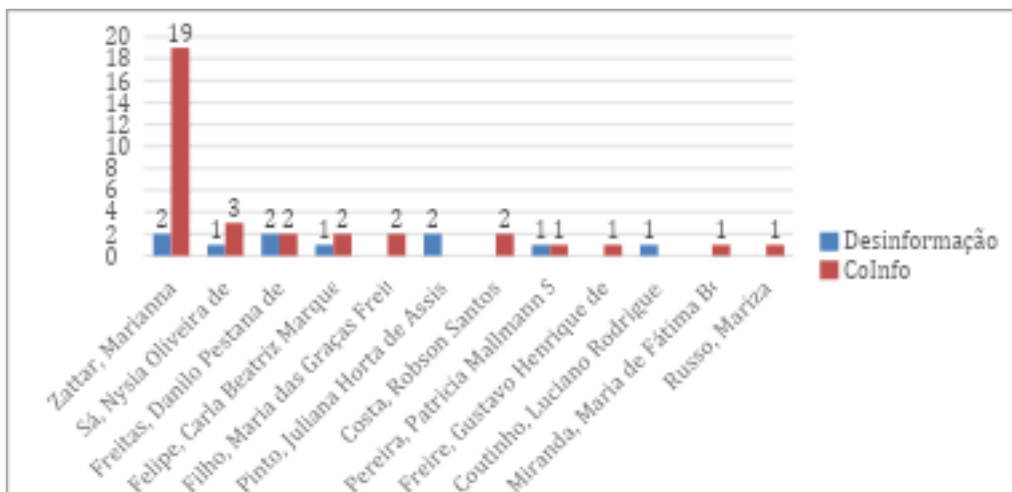
Gráfico 4 - TCC com ênfase ao papel do bibliotecário



Fonte: Elaborados pelos autores

Por fim, o cruzamento entre os orientadores dos TCC e os termos de busca evidencia que a professora Marianna Zattar lidera o ranking de orientações, considerando ambas as categorias temáticas, com 21 produções acadêmicas (47,7%), sendo a maior parte dedicada à temática *CoInfo*. Esse dado sugere que a professora exerce papel significativo na consolidação da temática de competência informacional dentro do curso, refletindo um possível interesse de orientação voltado ao desenvolvimento teórico e aplicado da *CoInfo*.

Gráfico 5 - Orientadores TCC vs Termos de busca



Fonte: Elaborado pelos autores

Conforme se pode ver no Gráfico 5, dos 12 orientadores analisados, apenas sete supervisionaram trabalhos sobre desinformação, enquanto dez orientaram TCC com foco em *CoInfo*. Por fim, cinco orientadores supervisionaram trabalhos que abarcaram ambas as temáticas. Cabe destacar que se tornaria inviável tentar sintetizar os temas principais desses trabalhos apenas a partir dos termos de busca, uma vez que eles compreendem uma multiplicidade de assuntos distintos no contexto biblioteconômico.

### **Discussão**

O fenômeno da desinformação, bem como a proliferação de *fake news* e outras desordens informacionais, tornou-se objeto de pesquisa no campo da Biblioteconomia, especialmente no contexto da etapa final do curso, com enfoque na atuação profissional. No entanto, no âmbito do Repositório Pantheon, é possível fazer algumas observações preliminares:

A primeira observação refere-se à temática no universo da Coleção Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação, em que foi possível avaliar a base de forma panorâmica e identificar discrepâncias entre as questões sociais emergentes e a produção de trabalhos finais de curso. Para o período de 2010 a 2024, o quantitativo total da coleção é de 445 trabalhos, mas o número de produtos finais relacionados à temática desta pesquisa foi de 44 itens, correspondendo a menos de 10% do total depositado no repositório. À primeira vista, esse resultado sugere que a temática despertou interesse de um número restrito de discentes, não refletindo a discussão mais ampla ocorrida no país nos últimos anos. Contudo, é possível que o tema tenha sido abordado de maneira indireta em outros trabalhos, o que exigiria uma análise detalhada de cada produto final.

A segunda observação refere-se à concentração de trabalhos que abordaram competência informacional e competência em informação, termos que se relacionam ao mesmo tema. Pode-se inferir que a desinformação é reconhecida tanto por docentes quanto por discentes do curso, mas a abordagem da área tem se concentrado nas ações que os futuros bibliotecários podem desenvolver para promover habilidades e competências junto aos públicos dos programas de competência em informação. De maneira indireta, ao implementar essas ações, problemas latentes, como desinformação e *fake news*, tendem a ter menor capilaridade entre os participantes desses programas.

A terceira observação refere-se à concentração das orientações nessa temática na professora Marianna Zattar, também pesquisadora da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), que desenvolve projetos de pesquisa e extensão relacionados à desinformação e a programas de competência e educação em informação em escolas e comunidades. O número significativo de trabalhos sob sua orientação indica que a escolha dos docentes se fundamenta em sua experiência teórica consolidada e em sua atuação prática fora do ambiente universitário.

A análise dos itens recuperados no repositório Pantheon aponta para algumas premissas. O termo competência em informação, segundo Campello (2003), remete ao ambiente educacional, com o objetivo de promover habilidades nos leitores e ampliar a atuação pedagógica nas bibliotecas. Os programas de competência em informação apresentam um histórico de evolução da educação de usuários, atividade desenvolvida nas bibliotecas para ensinar o uso adequado das fontes de informação.

Por sua vez, o termo desinformação, conforme apontam Wardle e Derakhshan (2017), refere-se a um fenômeno intencional voltado à promoção do engano e da mentira. Essa temática, que passou a ser mencionada mais recentemente, dialoga com questões epistemológicas e filosóficas relacionadas ao uso da informação na sociedade, exigindo do discente um nível mais elevado de abstração na produção de conhecimento.

Dito isto, embora o fenômeno da desinformação tenha sido amplamente discutido em diferentes esferas da sociedade, observa-se, no âmbito da Biblioteconomia, a escassez de produção científica nos trabalhos finais de curso sobre o tema, refletida no baixo número de itens voltados a essa temática. O enfoque mais próximo à desinformação pode ser identificado em duas facetas: (i) a reflexão sobre a atuação do futuro bibliotecário para mitigar os fenômenos percebidos nos espaços em que pretende atuar; e (ii) a promoção da competência no uso de fontes de informação no cotidiano. Essas duas facetas, representadas no Gráfico 4, apresentam quase a mesma frequência entre os TCC analisados.

Enquanto a docente Marianna Zattar lidera o número de orientações nos itens recuperados na pesquisa, as demais produções estão distribuídas entre diversos professores do curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação (CBG), com média de um a dois alunos por docente. A predominância de trabalhos sob a orientação de uma única professora evidencia, por um lado, o reconhecimento de sua expertise pelos discentes e, por outro, a concentração das orientações em uma única referência acadêmica.

### *Considerações finais*

O presente estudo buscou analisar a produção discente do curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação da UFRJ, disponível no repositório Pantheon, que aborda as temáticas da desinformação e da competência em informação (CoInfo). A investigação permitiu identificar que, embora o percentual de trabalhos dedicados a esses temas representa apenas 9,9% do total de TCCs, sua presença evidencia a inserção, ainda que incipiente, de questões relacionadas aos desafios informacionais contemporâneos na formação em Biblioteconomia.

Os resultados apontaram uma predominância da CoInfo (77%) em relação à desinformação (23%), além de uma concentração temporal que evidencia o início da abordagem da desinformação apenas a partir de 2018, em um contexto marcado por intensa polarização política e social no Brasil, fomentado pelo ecossistema da desinformação. Esses achados sugerem que a competência informacional tem se consolidado como um referencial teórico relevante na produção discente, enquanto a desinformação surge como um campo emergente, refletindo preocupações recentes do cenário informacional.

Outro ponto a destacar é o papel atribuído ao bibliotecário nos TCC analisados. Mais de metade dos trabalhos (52%) enfatiza a formação discente, o que pode indicar uma preocupação com a preparação dos futuros profissionais para enfrentar os desafios impostos pela sociedade da informação e pela circulação de conteúdos desinformativos. Ainda assim, 48% dos trabalhos exploram a temática em outros contextos, como práticas institucionais, políticas de informação e análises teóricas, ampliando o alcance das discussões para além da dimensão formativa.

O cruzamento entre orientadores e temáticas revelou que a professora Marianna Zattar se destaca como principal referência, respondendo por quase metade das orientações analisadas. Sua contribuição, majoritariamente voltada à CoInfo, sugere uma influência significativa na consolidação dessa temática no curso. Observou-se também que apenas parte dos docentes orientou trabalhos sobre desinformação, o que reforça o caráter incipiente desse campo no interior da Biblioteconomia.

Apesar da relevância dos achados, cabe reconhecer algumas limitações metodológicas. A análise baseou-se em termos de busca definidos previamente, o que implica que outras produções relacionadas às temáticas poderiam não ter sido recuperadas caso não utilizassem essas expressões nos metadados. Além disso, a multiplicidade de assuntos contemplados pelos TCC torna inviável sintetizar os conteúdos centrais dos trabalhos apenas pelos termos de busca, exigindo análises mais aprofundadas de cada produção para melhor compreender suas abordagens.

Por fim, em relação aos objetivos traçados, considera-se que o objetivo geral foi plenamente atingido, ao permitir compreender de que forma a produção discente tem refletido sobre os desafios informacionais e a desinformação. O objetivo específico de analisar como a Biblioteconomia é mobilizada como campo teórico e prático, por sua vez, foi contemplado apenas parcialmente: verificou-se a consolidação da CoInfo como referencial teórico predominante, mas a desinformação ainda aparece como tema emergente, sinalizando que a mobilização da Biblioteconomia diante desse fenômeno encontra-se em estágio inicial.

Esses resultados abrem caminho para novas investigações, especialmente no sentido de ampliar comparativamente a análise para outros cursos de Biblioteconomia no Brasil e de aprofundar qualitativamente a compreensão de como os conceitos de CoInfo e desinformação têm sido aplicados nos diferentes contextos.

### *Referências bibliográficas*

**BARDIN, Laurence**

2016 *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2016.

**BRASIL. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico**

1984 *Áreas do conhecimento: classificação*. Brasília: CNPq, 1984.

**BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara Superior de Educação**

2002 Resolução CNE/CES 19, de 13 de março de 2002. *Diário Oficial da União. Seção 1*. [Em linha]. (9 abr. 2002) 34. [Consult. 12 set. 2025]. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES192002.pdf>.

**BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara Superior de Educação**

2001 Parecer CNE/CES 492, de 04 de julho de 2001. *Diário Oficial da União. Seção 1*. [Em linha]. (9 jul. 2001) 50. [Consult. 12 set. 2025]. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0492.pdf>.

**BEZERRA, Arthur Coelho**

2024 *Miséria da informação: dilemas éticos da era digital*. Rio de Janeiro: Garamond, 2024.

**CAMPELLO, Bernadete**

2003 *Ciência da Informação*. [Em linha]. 32:3 (dez. 2003). [Consult. 10 out. 2025]. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-19652003000300004>.

**DELEUZE, Gilles**

1992 Post-scriptum sobre as sociedades de controle. In *Conversações*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

**D'ANCONA, Matthew**

2018 *Pós-verdade: a nova guerra contra os fatos em tempos de fake news*. Barueri: Faro Editorial, 2018.

**DIZIKES, Peter**

2018 Study: On Twitter, false news travels faster than true stories. *MIT News Office*. [Em linha]. (8 mar. 2018). [Consult. 28 set. 2025]. Disponível em: <https://news.mit.edu/2018/study-twitter-false-news-travels-faster-true-stories-0308>.

**FESTINGER, Leon**

1975 *Teoria da dissonância cognitiva*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

**FLORIDI, Luciano**

2020 Ser humano e inteligência artificial: os próximos desafios do onlife. [Entrevista concedida a Gian Paolo Terravecchia]. *La Ricerca*. [Em linha]. (18 out. 2020). [Consult. 17 set. 2025]. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/604136-ser-humano-e-inteligencia-artificial-os-proximos-desafios-do-onlife-entrevista-com-luciano-floridi>.

**FOUCAULT, Michel**

2017 *Microfísica do poder*. 6ª ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz & Terra, 2017.

**LÉVY, Pierre**

1999 *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34, 1999.

**OLIVEIRA, Marlene**

2011 Origens e evolução da Ciência da Informação. In *Ciência da informação e biblioteconomia: novos conteúdos e espaços de atuação*. Org. Marlene Oliveira. 2ª ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

**OLIVEIRA, Marlene; CARVALHO, Gabrielle Francine; SOUZA, Gustavo Tanus**

2009 Trajetória histórica do ensino da biblioteconomia no Brasil. *Informação & Sociedade: estudos*. [Em linha]. 19:3 (2009). [Consult. 8 out. 2025]. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/328814828.pdf>.

**PARISER, Eli**

2012 *O Filtro invisível: o que a internet está escondendo de você*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

**SARACEVIC, Tefko**

2008 Ciência da informação: origem, evolução e relações. *Perspectivas em Ciência da Informação*. [Em linha]. 1:1 (2008). [Consult. 28 set. 2025]. Disponível em: <https://periodicos-des.cecom.ufmg.br/index.php/pci/article/view/22308>.

**SZWAKO, José; RATTON, José Luiz, org.**

2022 *Dicionário dos negacionismos no Brasil*. Recife: Cepe, 2022.

**WASON, P. C.**

1960 On the failure to eliminate hypotheses in a conceptual task. *Quarterly Journal of Experimental Psychology*. [Em linha]. 12:3 (1960) 129-140. [Consult. 28 set. 2025]. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/17470216008416717>.

**WARDLE, Claire; DERAKHSHAN, Hossein**

2017 *Information disorder: toward an interdisciplinary framework for research and policy making*. [Em linha]. Strasbourg: Council of Europe, 2017. [Consult. 28 set. 2025]. Disponível em: <https://edoc.coe.int/en/media/7495-information-disorder-toward-an-interdisciplinary-framework-for-research-and-policy-making.html>.

**ZATTAR, Mariana**

2017 Competência em informação e desinformação: critérios de avaliação do conteúdo das fontes de informação. *Liinc em Revista*. [Em linha]. 13:2 (dez. 2017). [Consult. 5 out. 2025]. Disponível em: <https://doi.org/10.18617/liinc.v13i2.4075>.

**ZUBOFF, Shoshana**

2020 *A Era do capitalismo de vigilância: a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder*. São Paulo: Intrínseca, 2020.

**Fernanda de Barros da Silva | [nanda.barros.silva@gmail.com](mailto:nanda.barros.silva@gmail.com)**

Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), Brasil

**Márcia Feijão de Figueiredo | [marcia.figueiredo@unirio.br](mailto:marcia.figueiredo@unirio.br)**

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Brasil

**Camila da Silva Antunes Padilha | [camilabiblio@gmail.com](mailto:camilabiblio@gmail.com)**

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Brasil

# ENSEÑANZA REMOTA EN TIEMPOS DE PANDEMIA: evaluación de los sentimientos de estudiantes de la asignatura *Representación temática de la información*

REMOTE TEACHING IN TIMES OF A PANDEMIC: evaluation of the feelings of students in the *Thematic representation of information* course

Virginia Bentes Pinto | Francisco Edvander Pires Santos | Claudia Camila Sousa Silva | Jayne Almeida Chaves

<https://doi.org/10.21747/21836671/pag24a17>

**Resumen:** Presenta los resultados de la investigación sobre la enseñanza remota, en tiempos de COVID-19, sin que profesores, estudiantes y universidades estuviesen capacitados para ello. Objetivo: captar sentimientos y percepciones que los estudiantes de la asignatura *Representación Temática de la Información: Indización* de la carrera de Bibliotecología de la UFC tienen sobre la enseñanza remota en tiempos de pandemia. Metodología: investigación cuantitativa y cualitativa, con recopilación de datos por medio de un cuestionario aplicado *online*, a los estudiantes de los semestres 2020.1 a 2020.2. Resultados: el miedo ha sido el sentimiento que más ha afectado a los estudiantes (53%), después la ansiedad (26%), la incertidumbre (15,3%), el aislamiento y la preocupación. Las dificultades de adaptación a la enseñanza remota han sido un verdadero tormento: acompañar las clases por el ordenador (58,6%); y mantener contacto con los colegas por WhatsApp o por correo electrónico (34%). Conclusión: la modalidad de enseñanza remota, adoptada de manera emergente, ha traído consecuencias negativas para el proceso de aprendizaje universitario.

**Palabras clave:** COVID-19; Curso de Bibliotecología – Universidad Federal de Ceará; Enseñanza remota; Representación de la información; Representación temática.

**Abstract:** This article presents the results of the research on remote teaching, in times of COVID-19, without teachers, students and universities being trained for such. Objective: capture feelings and perceptions that the students of *Thematic Representation of Information: Indexing* course of the UFC Library Science programme have about remote teaching in times of pandemic. Methodology: quantitative and qualitative research, with data collection through a questionnaire applied online to students from semesters 2020.1 to 2020.2. Results: fear was the feeling that most affected students (53%), then anxiety (26%) and 15.3% uncertainty, isolation and worry. The difficulties of adapting to remote teaching were a real torment: accompanying the classroom by computer (58.6%); maintaining contacts with colleagues by WhatsApp and e-mail (34%). Conclusion: the remote teaching modality, adopted in an emergent way, has brought negative consequences for the university learning process.

**Keywords:** COVID-19; Librarianship Course – Federal University of Ceará; Remote teaching; Information representation; Thematic representation.

## Introducción

Consideramos que, desde el punto de vista de las enfermedades y sus acciones asistenciales, en diciembre de 2019, la sociedad humana se enfrentó a una más de ellas, no obstante, sin estar consciente de su alcance ubicuo. Se trata de la COVID-19, enfermedad causada por el nuevo coronavirus, el SARS-CoV-2 (que significa coronavirus 2 de síndrome respiratorio agudo grave).

La Organización Mundial de la Salud (OMS), en consonancia con la ciencia, estableció protocolos de aislamiento, uso de mascarilla, alcohol en gel, frecuente lavado de las manos,

una especie de “mantra” a ser seguido por los humanos, con excepción de los negacionistas, para evitar la propagación de la pandemia considerada una de las cinco más mortales para los humanos.

Ese hecho exigió una toma de decisiones tanto en el ámbito del individuo como en las organizaciones de todo tipo de actividades, en los gobiernos, en la ciencia, en la tecnología y, por supuesto, en la educación. En ese contexto, el cambio de paradigma fue tan extremo en todo el mundo que casi no tuvimos tiempo para el planeamiento, debido al cortísimo plazo. En Brasil, no fuera diferente.

La enseñanza pasa de inmediato a ser remota. No una Educación a Distancia – como se ha experimentado durante mucho tiempo, principalmente, con los cursos profesionales, desde 1904 en el país, e institucionalizada por la Ley n. 9.394 de 1996 (BRASIL, 1996) –, sino, ya en otro ámbito de la educación, una enseñanza remota para la cual las organizaciones, los docentes y los propios alumnos no hubieron estado preparados.

Esa realidad, naturalmente, exigió muchas adaptaciones al nuevo modelo de enseñanza, desde una nueva didáctica hasta el espacio del aula, que antes era un espacio particular, sin embargo, con la llegada de la COVID-19, pasa a ocupar dos: la casa de los profesores y la casa de los estudiantes, en una especie de lugar improvisado para que las escuelas y las universidades no interrumpieran sus actividades, aun cuando sus puertas permanecieran cerradas. Tampoco no se debe olvidar la enorme desigualdad social, que implicaba una pobre o nula conectividad digital para los estudiantes de todos los niveles.

Conforme reflexiona Agamben (2020), otra característica en ese nuevo modelo de educación es que “la presencia física, en todo momento tan importante en la relación entre estudiantes y docentes, desaparece definitivamente, al igual que desaparecen las discusiones colectivas en los seminarios, que eran la parte más animada de la enseñanza”.

Observando esa realidad y como profesora de la asignatura *Representación Temática de la Información: Indización*, la autora principal del artículo empezó una investigación, junto a los estudiantes, teniendo como punto de partida el siguiente problema: ¿Cuáles son los sentimientos de los/las estudiantes de la asignatura *Representación Temática de la Información: Indización* de la carrera de Bibliotecología de la Universidad Federal de Ceará (UFC) en relación con la enseñanza remota en tiempos de pandemia?

La enseñanza remota cambió el ambiente arquitectónico de la escuela, tanto a través del punto de vista dinámico como del confinamiento y, eso, naturalmente, hubo traído ansiedad, angustias y tantos otros sentimientos. Así que, el objetivo del artículo es captar los sentimientos y las percepciones que los estudiantes de la asignatura *Representación Temática de la Información: Indización* de la carrera de Bibliotecología de la UFC hubieron experimentado durante la enseñanza remota en tiempos de pandemia, o sea, desde marzo de 2020 hasta mayo de 2023.

Además, los autores del artículo presentan un análisis de las percepciones de los estudiantes de la asignatura de *Representación Temática de la Información: Indización*, sobre la enseñanza remota, y esperan que los resultados puedan despertar el interés para otras investigaciones en esa temática.

### *La enseñanza remota en tiempos de pandemia*

El año 2020 llegó trayendo novedades que desde el 2009 – año de la H1N1– el ser humano no experimentaba. El brote de COVID-19 atrapó a todos con la guardia baja y, al mismo tiempo, requirió una toma de decisiones no programadas en contextos organizacionales y personales. Eso porque, el 31 de diciembre de 2019, el Gobierno chino hubo notificado oficialmente a la OMS que un nuevo virus bautizado de SARS-CoV-2 estaba multiplicándose rápidamente en aquel país. A su vez, el 30 de enero de 2020, la WHO – World Health Organisation (2020) divulgó al mundo que la COVID-19 se había instituido como una emergencia de salud pública de gran importancia en todo el planeta Tierra. Siguiéndose, el 11 de marzo de 2020, el gobierno afirmó que se trataba de una pandemia.

Desde entonces, y en consonancia con las organizaciones científicas, fueron impuestos, de inmediato, protocolos y políticas para contener la propagación ubicua del virus. Uno de ellos fue la interrupción de las actividades – con excepción de los hospitales y de los organismos de seguridad – de manera general. Encuadrándose en esas normas, el ciclo escolar presencial hubo demandado adaptaciones e innovaciones tanto pedagógicas como de espacio arquitectónico, y también para estudiantes y educadores, que tuvieron que adaptarse a un otro mundo, jamás experimentado.

De acuerdo con la UNESCO (Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura), el año 2020 “se habían suspendido las actividades de más de 1.215 millones de estudiantes, de todos los niveles educativos, en el planeta entero”. Hasta fines de abril, se habían cerrado establecimientos escolares en 180 países, y el 85% de los estudiantes de todo el mundo no estaban asistiendo a la escuela (UNESCO, 2020).

En el contexto brasileño, el Ministerio de Educación (MEC) publica, el día 17 de marzo de 2020, el Decreto n. 343, que sustituye las clases presenciales por clases remotas por el tiempo que durase la pandemia de la COVID-19, en todas las instituciones de enseñanza públicas y particulares. Con la misma preocupación, el 18 de marzo de 2020, el Consejo Nacional de Educación (CNE) se percata de la necesidad de reorganizar el calendario escolar y de la adopción de actividades “no presenciales”. Observando que la pandemia tenía comportamientos dinámicos, el MEC hizo ajustes y publicó las ordenanzas n. 345, de 19 de marzo de 2020, y n. 356, de 20 de marzo de 2020.

Todas esas decisiones, aunque signifiquen un enorme avance, también pueden implicar una acentuación de distanciamientos educativos ya preexistentes en la sociedad brasileña – agravando las diferencias entre los estudiantes en situaciones más vulnerables y aquellos más aventajados en cuanto a resultados de aprendizaje – y el deterioro de otros indicadores educativos, como la progresión y la permanencia en la escuela. Por lo tanto, el Banco Mundial (2020a) apunta que, antes de la pandemia, 258 millones de niños y jóvenes en edad escolar estaban fuera de la escuela, y la tasa de pobreza de aprendizajes representaba que más de la mitad de los niños de 10 años en el mundo no sabían leer y mucho menos comprender un relato.

En tal realidad se introducen las clases remotas, con cambios radicales en la dinámica de la escuela porque, como dice Dussel (2020:5), “La escuela y la clase han sido siempre entornos socio-técnicos, conformados por esa interacción entre sujetos humanos y espacios, artefactos o tecnologías. El uso del pizarrón, el proyector, la voz o el papel organizan interacciones diferentes”. La autora agrega a este hecho que “Los desafíos son

muy distintos en ambos casos, y puede decirse que esas diferencias estaban desde antes de la pandemia, y que las clases ya eran muy distintas en contextos más privilegiados y en contextos con enormes privaciones. Sin embargo, había un mínimo común de reglas, de atención, de señalamientos, que posibilitaban una cierta nivelación de lo que se ofrece” (DUSSEL, 2020:7).

Dussel (2022:5) argumenta, además, que la sociedad vivenció un momento de tensiones de la más diversa naturaleza y que eso trae consecuencias en las clases a distancia:

- a) Enormes desigualdades sociales: “para la conectividad digital, la comodidad del espacio de trabajo y las posibilidades de las familias de sostener y acompañar los aprendizajes”. Entre ellas, la más grave es la “desigualdad en el acceso a las tecnologías digitales”.
- b) Desaparición física de las clases: la ausencia de “espacios comunes que permitan interacciones sincrónicas está generando una mayor individualización del trabajo pedagógico”. Asimismo, el espacio de la escuela es colectivo y naturalmente común y “la falta de la clase presencial produce una ausencia de otras voces [infantiles] para aprender juntos, lo que hace que [los niños] se pierdan algo importante”.
- c) “Domesticación” de la escuela: con la noción de “espacios otros” en que “se juega la heterogeneidad, la posibilidad del pasaje, del umbral, que son importantes para una autonomía intelectual, afectiva, política”.
- d) Dificultad para recuperar lo propio de la vida del aula en las actuales condiciones tecnológicas: como consecuencia de las desigualdades sociales y también “por lo que las plataformas permiten y/o dificultan”. Por ejemplo, en el espacio físico se ven las caras reales y “los maestros pueden seguir las miradas y cambiar de ritmo o de foco porque se percatan de las señales, no siempre verbales, que indican que algo no está funcionando del todo bien”. Así, “se pueden generar formas de atención enfocadas en algún asunto sin tantas distracciones como en casa”.

Todos estos aspectos nos hacen reflexionar que las clases remotas, aunque muchos las entiendan como siendo sincrónicas o en tiempo real, son otra cosa. Tal vez sea posible hablar de una sincronidad innovada.

### **Metodología**

La presente investigación es de carácter exploratorio, descriptivo y en una perspectiva cuanti-cualitativa, pues su orientación principal busca analizar casos concretos en su particularidad temporal y local, a partir de las experiencias obtenidas en los cuatro semestres de la enseñanza remota – desde 2020.1 hasta 2021.2.

La unidad de análisis está pautada en los sentimientos de los alumnos de la asignatura *Representación Temática de la Información: Indización*. De esa manera, la recogida de datos fue desarrollada a través de un cuestionario en el Google Forms, compartido durante

los cuatro semestres de enseñanza remota. Enviándose un total de 150 cuestionarios a los estudiantes por correo electrónico, hubo sido contestados 110.

A partir del objetivo de la investigación, los datos fueron estructurados en cuatro categorías: a) sentimientos y representaciones originados en el transcurso de la pandemia de la COVID-19; b) disposición y desempeño para participar en actividades en tiempos de pandemia; c) estado emocional del alumnado en la proximidad de la clase y adaptación a la enseñanza remota; d) medios para mantener la comunicación con los colegas, incluyendo el trabajo en equipo.

### Resultados obtenidos

#### a) Sentimientos y representaciones originados en el transcurso de la pandemia de la COVID-19

Basado en las observaciones empíricas, se percibe que el entorno de la COVID-19 trajo en su esencia numerosos trastornos y sensaciones quizás nunca experimentadas por el sujeto. En ese sentido, preguntamos a los y las estudiantes qué sentimientos y representaciones relacionados con la pandemia de COVID-19 ellos tenían. La mayoría expresó tener miedo (53%), ansiedad (26%) y angustia (15,3). La Fig. 1 presenta, por medio de una nube de palabras, el resultado obtenido en la primera categoría de análisis.

Fig. 1 - Expresión de sentimientos y representación del entorno de la COVID-19



Fuente: Datos de la investigación.

Como se puede ver, el miedo fue el sentimiento que afectó a todos los estudiantes. Para Rocamora Bonillae (2021:13), “el miedo siempre se produce por la conjugación de dos hechos: supervaloración de la situación concreta, o bien, porque nos infravaloramos y nos consideramos más frágiles de lo que somos y más vulnerables”.

Para no identificar a los estudiantes, utilizamos solamente números en los siguientes ejemplos de respuestas:

"Como estaba en Fortaleza [ciudad], solo, sin mi familia, tenía mucho miedo de no verlos más. Incluso tuve una fuerte crisis de ansiedad que me dejó con fiebre y dolor de cabeza. El miedo, la angustia y la desesperación eran sentimientos muy presentes en ese momento. [...] porque estaba solo (cuando nunca había salido de casa – para vivir solo) recuerdo el alivio que sentí cuando llegué a Itapipoca, entrar a mi habitación, acostarme en mi cama y sobre todo encontrarme con mi madre al final del día, ya que ella estaba en el trabajo cuando llegué, por la mañana. Fue muy grande el alivio y el amor que sentí cuando la vi al final de ese día nublado y frío" (1).

"Mi madre, que tanto quería protegerse, terminó contagiada y no pudo resistir la primera ola" (3).

"Sentí mucho miedo y ansiedad. ¡La sensación de incertidumbre me aterrorizaba!" (4).

"Las aulas remotas fueron uno de los mayores desafíos que tuve" (5).

"Sensación de miedo y preocupación por lo desconocido" (7).

De acuerdo con los discursos de los participantes de la investigación, los sentimientos expresan muchas "Emociones negativas: Ansiedad, asco, ira, miedo, nerviosismo, preocupación, tristeza y vergüenza. "(DÁVILA *et al.*, 2015:553). Esos resultados corroboran la investigación de Brooks *et al.* (2020) y evidencian también la necesidad que había de ofrecer a la población la información precisa sobre la COVID-19.

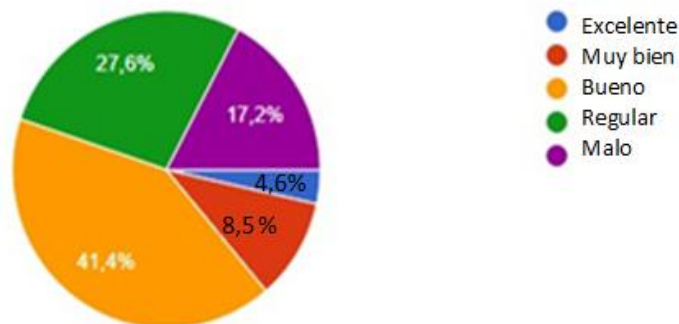
Ya se sabe que la desinformación lleva a interpretaciones que pueden provocar más miedo. A su vez, Castilla del Pino (2000:20) argumenta que el entorno de la pandemia muestra que "la anormalidad de un sentimiento no depende de su intensidad, ni de la cualidad, sino que lo que lo define como anormal".

Por lo tanto, el entorno de la COVID-19 convirtió las clases remotas en ubicación para compartir sentimientos distintos y alentar un aprendizaje a distancia.

#### b) Disposición y desempeño para participar en actividades en tiempos de pandemia

La investigación permitió saber si los estudiantes tenían disposición a participar de las actividades en el aula y también fuera del aula.

Fig. 2 - Disposición para participar en las actividades



Fuente: Datos de la Investigación.

La mayoría, el 41,4% (véase la Fig. 2) dijo que sí. Las respuestas, de cierta forma, nos han sorprendido, pues nuestra comprensión empírica de la enseñanza remota en ese ambiente pandémico era que los estudiantes, así como algunos profesores, estaban desmotivados y sin disposición a la participación en actividades en el nuevo espacio académico. Esto se debe precisamente a que este tipo de enseñanza era algo nuevo. Nunca habíamos participado de clases remotas, aunque algunos ya habíamos probado cursos de educación a distancia, pero sabemos que no es lo mismo y tampoco tiene la misma metodología de enseñanza.

También tuvimos algunos testimonios:

"Me gustaba indexar, era un tema difícil, sin embargo (una de las cosas que más me impresionó fue que desarrollé una mirada más analítica, por ejemplo, estaba muy desatento, no podía ver más allá y muchas veces pasaban muchas cosas. Equivocado golpeado por mí, y en la indexación me enteré de la representación sobre cómo importan y que también es una forma de información. Siempre me preguntaba, ¿qué tipo de información podría traerme esa representación? ¿Y para otras personas? Y busqué recopilar la mayor cantidad de información posible sobre una mejor interacción en el aprendizaje" (4).

"Fue muy difícil, ya que naturalmente tengo dificultades para crear vínculos con las personas, y el modelo remoto lo hizo aún más complicado. Pero con el tiempo fui tratando de adaptarme, isiento que hubo una mejora en este proceso! Las actividades grupales son muy importantes, me ayudaron mucho" (5).

"En la asignatura de la *Representación Temática de la información: Indización*, fui uno de los que logró ser más participativo, creo que es por la forma en que la Profesora conducía las clases. "Sí", "Sí, la Profesora fue muy flexible en cuanto a la entrega de tareas o actividades" (7).

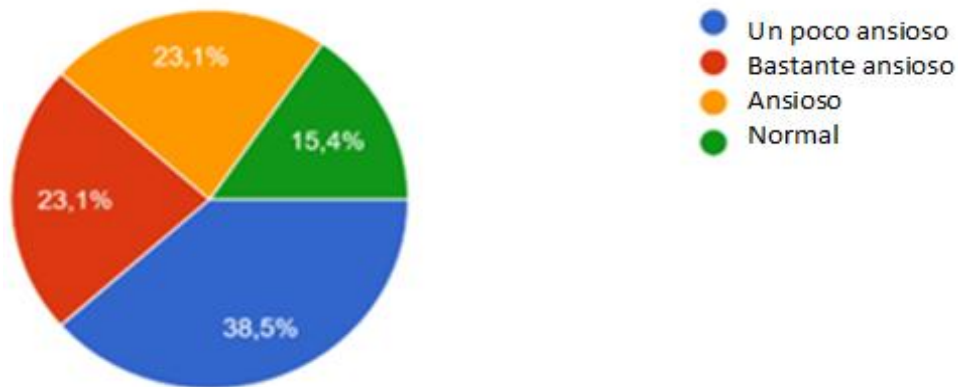
La realidad de los estudiantes era muy compleja, y la mayoría de ellos no disponían de dispositivos electrónicos como computadoras o notebooks para realizar las tareas escolares. Así, trabajaban solamente con los teléfonos celulares simples que, naturalmente, son limitados para la ejecución de muchas tareas. Efectivamente, los hallazgos de la investigación corroboran las reflexiones de Dussel (2020) al afirmar que muchas de las dificultades de la enseñanza remota están relacionadas al hecho de que muchos estudiantes padecen enormes privaciones.

### c) Estado emocional en la aproximación de la clase y adaptación a la enseñanza remota

Teníamos un presupuesto de que las clases remotas se constituían en momentos de ansiedad, pues habíamos conocido algunos estudiantes y asimismo sabido sus limitaciones en cuanto a los aparatos tecnológicos (computadoras de mesa y notebooks). Por eso les preguntamos cómo evaluaban su estado emocional al aproximarse el horario de las clases remotas. Para ello, presentamos una lista con cinco opciones: "un poco ansioso"; "bastante ansioso"; "ansioso"; "normal"; y "otro" (podrían expresarse libremente). La respuesta mayoritaria fue: "un poco ansioso" (38,5%).

En la Fig. 3 se presentan los resultados.

Fig. 3 – Estado emocional en proximidad del horario de la enseñanza remota



Fuente: Datos de la Investigación.

**d) Medios para mantener la comunicación con los colegas, incluyendo el trabajo en equipo**

El aislamiento exigido por la pandemia fue bastante arduo, pues tuvimos que estar lejos de la familia, de los amigos y de los compañeros. En ese entorno, buscamos otra manera de comunicarnos, ahora utilizando las posibilidades ofrecidas por las tecnologías digitales de la información y comunicación. Así, preguntamos: ¿Cómo los estudiantes de la asignatura *Representación Temática de la Información: Indización* hacían para comunicarse con sus colegas, sobre todo para los trabajos en grupo? Todos afirmaron que utilizaban el WhatsApp y un estudiante indicó que además de eso se comunicaba por el Instagram. Véanse los discursos de justificación:

"Fue vía WhatsApp, pero la falta de contacto físico sigue siendo parte de la cultura educativa de mejor interacción en el aprendizaje" (4).

"Fue muy difícil, ya que naturalmente tengo dificultades para crear vínculos con las personas, y el modelo remoto lo hizo aún más complicado. Pero con el tiempo fui tratando de adaptarme, siento que hubo una mejora en este proceso! Las actividades grupales son muy importantes, me ayudaron mucho" (5).

Como se puede observar, la pandemia trajo nuevos paradigmas y cambios de rutina en la comunicación en contextos de enseñanza. Tal hecho evidencia que la ausencia de contacto físico y social al mismo tiempo que provoca sentimientos de angustia o tristeza también posibilita nuevos significados de valoración del grupo y la necesidad que tenemos un del otro para seguir viviendo.

### Conclusión

Una de las contribuciones del artículo es evidenciar las vivencias de enseñanza remota desde 2020.1 hasta 2021.2 en la asignatura *Representación Temática de la Información: Indización*. El problema de investigación fue basado en la siguiente pregunta: "¿Cuáles son los sentimientos que los/las estudiantes de la asignatura *Representación Temática de la*

*Información:* Indización de la carrera de Bibliotecología de la Universidad Federal de Ceará (UFC) en relación con la enseñanza remota en tiempos de pandemia?”. Asimismo, los resultados obtenidos la contestaron satisfactoriamente, por medio del análisis de las respuestas al cuestionario propuesto a los alumnos de la asignatura.

Además, el objetivo del artículo fue captar los sentimientos y las percepciones que los estudiantes de la asignatura *Representación Temática de la Información: Indización* de la carrera de Bibliotecología de la UFC hubieron experimentado durante la enseñanza remota en tiempos de pandemia. Las 110 respuestas obtenidas contribuyeron para la definición de las cuatro categorías de análisis, en las cuales sentimientos y percepciones fueron listados sistemáticamente partiéndose de la metodología de investigación adoptada.

Por lo tanto, con respecto a los sentimientos que los participantes de la investigación tienen sobre la enseñanza remota en tiempos de pandemia, resulta evidente que son muchos, principalmente miedo, ansiedad, angustia, soledad ante la ausencia de amigos y dudas.

Aun con todas estas dificultades, los estudiantes se sintieron, de cierta forma, motivados para asistir a clases remotas. Quizás, por ser gente necesitada y por encontrarse en aislamiento, las clases a distancia les ayudaron a tener la impresión de que estaban en un ambiente externo.

Sin embargo, un hecho que la profesora y su aprendiz hubieron vivenciado en esas clases remotas fue que los estudiantes muy rara vez aparecían ante la cámara. Otras experiencias en la investigación refieren a muchas familias que las saludaban durante las clases remotas, quizás como una forma de sentir, también, que estaban en otro entorno.

### Referencias bibliográficas

**AGAMBEN, G.**

2020 Réquiem por los estudiantes. In *Blog Artillería Inmanente*. [En línea]. 2020. [Consult. 14 jun. 2022]. Disponible en: <https://artilleriainmanente.noblogs.org/?p=1514>.

**ARANHA, M. L.**

2006 *A Tecnologia como caminho para uma educação cidadã*. In *Filosofia da Educação*. São Paulo: Moderna. 2006.

**BANCO MUNDIAL**

2020a Perspectivas económicas mundiales. *CEPAL - Serie Estudios y Perspectivas*. [En línea] 189 (2020). [Consult. 14 jun. 2022]. Disponible en: <https://www.bancomundial.org/es/publication/global-economic-prospects>.

**BANCO MUNDIAL**

2020b *Primeras lecciones y desafíos de la pandemia...: COVID-19: impacto en la educación y respuestas de política pública*. [En línea]. Mayo 2020. [Consult. 14 jun. 2022]. Disponible en: <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/33696>.

**BRASIL. Leis, decretos, etc.**

2020a Portaria nº 356/2020. Dispõe sobre a regulamentação e operacionalização das medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19). Brasília: Imprensa Nacional, 2020.

**BRASIL. Leis, decretos, etc.**

2020b Portaria nº 345, de 19 de março de 2020. Altera a Portaria MEC nº 343, de 17 de março de 2020. *Diário Oficial da União. Seção 1 - extra.* (19 mar. 2020).

**BRASIL. Leis, decretos, etc.**

2020c Portaria n. 343, de 17 de março de 2020. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus-COVID-19. Brasília: Imprensa Nacional, 2020.

**BRASIL. Leis, decretos, etc.**

1996 Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Imprensa Nacional, 1996.

**BROOKS, S. K. [et al.]**

2020 The Psychological impact of quarantine and how to reduce it: rapid review of the evidence. *The Lancet.* (2020).  
DOI: 10.1016/S0140-6736(20)30460-8.

**CASTILLA DEL PINO, C.**

2000 *Teoría de los sentimientos.* Barcelona: Tusquets editors, 2000.

**CUNHA, M. I.**

1998 *Tecnologia mais ensino superior: uma soma inevitável no mundo acadêmico.* Araraquara/SP: JM Editora, 1998.

**DÁVILA, M. [et al.]**

2015 Evolución de las emociones que experimentan los estudiantes del grado de maestro en educación primaria, en didáctica de la materia y la energía. *Revista Eureka sobre Enseñanza y Divulgación de las Ciencias.* [En línea]. (2015). [Consult. 14 jun. 2022]. Disponible en: <https://www.redalyc.org/pdf/920/92041414011.pdf>.

**DUSSEL, I.**

2022 Atención y trabajo escolar en las aulas conectadas, más allá de la pandemia. *Le Monde Diplomatique* (2022).

**DUSSEL, I.**

2020 La Escuela en la pandemia: Reflexiones sobre lo escolar en tiempos dislocados. *Práxis Educativa.* [En línea]. (2020) 1-16. [Consult. 14 jun. 2022]. Disponible en: Dussel

**ROCAMORA BONILLA, A.**

2021 *Los Sentimientos en tiempos de pandemia.* Madrid: Universidad de Mayores de Experiencia Recíproca, 2021.

**TOMAZINHO, P.**

2020 *Ensino remoto emergencial: a oportunidade da escola criar, experimentar, inovar e se reinventar.* [En línea]. Porto Alegre, SINEPE/RS, 2020. [Consult. 14 jun. 2022]. Disponible en: <https://www.sinepe-rs.org.br/noticias/ensino-remoto-emergencial-a-oportunidade-da-escola-criar-experimentar-inovar-e-se-reinventar>.

**UNESCO**

2020 *Impacto de la COVID-19 en la educación*. [En línea]. 2020. [Consult. 14 jun. 2022].  
Disponible en: <https://es.unesco.org/covid19/educationresponse>.

**WILLIAMSON, B.; ENYON, R.; POTTER, J.**

2020 Pandemic politics, pedagogies and practices: digital technologies and distance education during the coronavirus emergency. *Learning, Media and Technology*. [En línea]. (2020) 107-114. [Consult. 14 jun. 2022].  
DOI: <https://doi.org/10.1080/17439884.2020.1761641>.

**WORLD HEALTH ORGANIZATION**

2020 *Coronavirus disease 2019 (COVID-19): Situation Report-51*. [En línea]. 2020. [Consult. 14 jun. 2022]. Disponible en:  
[https://www.who.int/docs/defaultsource/coronaviruse/situationreports/20200311-sitrep-51-covid19.pdf?sfvrsn=1ba62e57\\_10](https://www.who.int/docs/defaultsource/coronaviruse/situationreports/20200311-sitrep-51-covid19.pdf?sfvrsn=1ba62e57_10).

**Virginia Bentes Pinto | vbentes@ufc.br**

Universidade Federal do Ceará (UFC), Brasil

**Francisco Edvander Pires Santos | edvanderpires@gmail.com**

Universidade Federal do Ceará (UFC), Brasil

**Claudia Camila Sousa Silva | camilaz7@outlook.com**

Universidade Federal do Ceará (UFC), Brasil

**Jayne Almeida Chaves | jaynealmeida19@gmail.com**

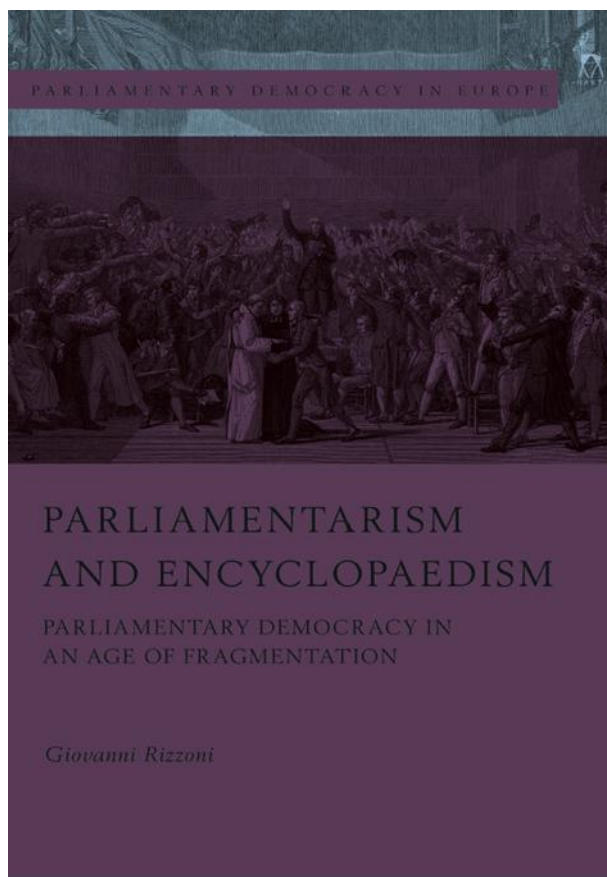
Universidade Federal do Ceará (UFC), Brasil

Este livro investiga a relação entre o parlamentarismo e o enciclopédismo – um tema inovador e pouco explorado – analisando a sua evolução desde o século XVIII aos nossos dias e destacando a capacidade destas instituições de receber, produzir e organizar conhecimento político.

Considerando que os parlamentos não são apenas órgãos legislativos, mas também centros de produção e organização do saber político, a ideia central da obra é que o modelo enciclopédico, historicamente associado à organização do conhecimento, influenciou o desenvolvimento dos parlamentos modernos.

Ao fazê-lo reflete ainda sobre a evolução dos serviços de informação parlamentares (bibliotecas, centros de documentação e serviços de investigação) criados para fazer face às necessidades de informação dos parlamentares, habilitando-os com capacidade de decisão informada.

Giovanni Rizzoni (1957- ), atual chefe do Servizio Studi da Camera dei deputati italiana, e professor de Ciência Política na Facoltà di Scienze Politiche della Università Guido Carli -Luiss, Roma, com ampla experiência e bibliografia publicada sobre estudos parlamentares e Ciência Política, apresenta aqui uma perspectiva interdisciplinar, combinando ciência política, história intelectual e teoria da comunicação para demonstrar que os parlamentos sempre desempenharam um papel epistemológico na sociedade.



O autor divide o livro em 4 capítulos: as origens e características do enciclopedismo moderno; o século XIX, quando os parlamentos surgiram como "enciclopédias políticas" levando à institucionalização de bibliotecas parlamentares; o século XX, com a crescente especialização do conhecimento parlamentar e a conseqüente criação de serviços de investigação; e, por fim, o século XXI, caracterizado pela fragmentação da informação e os desafios à racionalidade legislativa.

Assim, começa por traçar a evolução do conceito de enciclopédia, desde a *Cyclopaedia* de Chambers até à *Encyclopédie* de Diderot e D'Alembert, analisando como o ideal enciclopédico influenciou o pensamento político, ao promover a sistematização do conhecimento e a criação de espaços de debate racional. Rizzoni argumenta que a emergência e o estabelecimento dos parlamentos como instituições centrais dos novos regimes representativos tem ligações diretas com o desenvolvimento do enciclopedismo como um dos principais fenómenos culturais da modernidade.

No segundo capítulo, dedicado ao parlamento enciclopédico no século XIX, o autor reflete sobre a ascensão do parlamentarismo liberal ocidental, destacando que os parlamentos do século XIX funcionavam como "enciclopédias políticas" da nação, baseando-se no duplo paradigma do mandato livre dos deputados e da representação nacional. Como tal, serviam como repositórios do conhecimento legislativo, jurídico e social, permitindo que políticos generalistas acessem a informações das mais diversas áreas para tomar decisões informadas. Estas características do parlamentarismo novecentista são confirmadas pela criação das grandes bibliotecas parlamentares cujo acervo tendia a cobrir todas as áreas do conhecimento com o objetivo de assegurar uma base de informação adequada ao trabalho parlamentar.

O terceiro capítulo, dedicado ao parlamento enciclopédico no século XX, analisa o impacto da profissionalização da política e do fortalecimento dos partidos, que alterou profundamente o ecossistema parlamentar. Os membros do parlamento deixaram assim de ser "amadores" para se tornarem especialistas, desenvolvendo o seu trabalho nas comissões especializadas permanentes, entretanto criadas.

De igual forma, assistiu-se a uma mudança de foco na atividade parlamentar, que deixa de ser exclusivamente legislativa, passando a integrar funções de fiscalização da atividade governamental.

Todas estas alterações desencadearam novas exigências cognitivas, tendo os parlamentos criado, como "spin offs" das bibliotecas parlamentares, novos serviços de informação, nomeadamente centros de documentação e serviços de investigação autónomos, cujos produtos consistiam já numa análise da informação sobre os mais variados assuntos, transformando os parlamentos em centros especializados de produção e análise de informação para a formulação de políticas públicas.

Por fim, no quarto capítulo, o autor reflete sobre a crise e transformação do modelo enciclopédico devido às TIC, que repudiam o antigo ideal de uma síntese circular do conhecimento, promovendo em seu lugar um modelo de "rede" aberta ao desenvolvimento de interconexões (potencialmente) infinitas. A digitalização massiva de conteúdos colocados em livre acesso e a introdução de mecanismos de democracia participativa, conduzem assim a um novo foco da atividade parlamentar: o do envolvimento dos cidadãos.

Discutindo os desafios enfrentados pelos parlamentos na era da fragmentação da informação, desintermediação política, disseminação de *fake news* e o que designa como a crise da racionalidade legislativa, Rizzoni advoga que os parlamentos devem reinventar a sua função cognitiva.

O autor conclui com uma proposta de nova forma de enciclopédia parlamentar, que junte tanto o conhecimento especializado como o senso comum, advogando a necessidade dos parlamentos se basearem na memória (devendo a informação sobre a sua atividade ser um fragmento da história política da nação), na razão (qualquer decisão deve ser baseada em evidências e obrigada a encontrar a correspondência mais adequada entre os fins e os meios escolhidos para a ação política) e na imaginação (reinventando-se como um espaço para a capacitação política para o empoderamento político do cidadão). Rizzoni propõe assim que os parlamentos adotem um modelo híbrido entre especialização técnica e acessibilidade democrática, incorporando novas tecnologias e mecanismos de participação cidadã para preservar sua relevância como centros de conhecimento político.

Sendo uma leitura estimulante, trata-se, contudo, de uma visão centrada nos parlamentos nascidos das revoluções liberais ocidentais, com reflexões sobre alguns parlamentos específicos, o que não lhe retira o interesse, já que se trata de uma contribuição valiosa para o estudo do parlamentarismo contemporâneo.

**Leonor Calvão Borges** | [leonorcborges@gmail.com](mailto:leonorcborges@gmail.com)

Universidade de Coimbra / Faculdade de Letras, Portugal

**U.** PORTO  
**FLUP** FACULDADE DE LETRAS  
UNIVERSIDADE DO PORTO

 **CITCEM**  
CENTRO DE INVESTIGAÇÃO TRANSDISCIPLINAR  
CULTURA, ESPAÇO E MEMÓRIA

**fct** Fundação  
para a Ciência  
e a Tecnologia